

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**As Representações Sociais da Escola Pública nos Jornais de
Teresina (1960 – 1989)**

Teresina - 2005

MARIA GLÁUCIA FERREIREIRA DA PONTE

**As Representações Sociais da Escola Pública nos Jornais
de Teresina (1960 – 1989)**

Dissertação de Mestrado apresentada do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Carlos Sales.

Teresina - 2005

MARIA GLÁUCIA FERREIREIRA DA PONTE

**As Representações Sociais da Escola Pública nos Jornais
de Teresina (1960 – 1989)**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Teresina, ____ de _____ de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI

Prof^ª. Dr^ª. Guiomar de Oliveira Passos/UFPI

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI

Agradecimentos

A Deus,

Eu mesmo irei na tua frente e aplainarei lugares montanhosos, arrebentarei as portas de bronze, despedaçarei as barras de ferro e dar-te-ei tesouros ocultos e riquezas escondidas, a fim de que saibas que eu sou o Iahweh, aquele que te chama pelo teu nome, o Deus de Israel.

Is: 45, 2-3.

Ao meu orientador: Luís Carlos Sales.

O senhor ... mire e veja: o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.

Guimarães Rosa.

Aos meus pais: José Ponte e Rita Albuquerque Ponte e familiares

Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.
 Minha mãe ficava sentada cosendo.
 Meu irmão pequeno dormia
 Eu sozinho menino entre mangueiras
 Lia a história de Robinson Crusóé
 [...]

 E eu não sabia que minha história
 Era mais bonita que a de Robinson Crusóé.

Carlos Drummond

Ao meu amor: Luiz Leite

Meu coração, não sei porque, bate feliz, quando te vê.
 Pinxiguinha.

Aos que colaboraram comigo:

O correr da vida, embrulha tudo. A vida é assim... Esquenta, esfria. Aperta e daí afrouxa. Sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente, é coragem.

Guimarães Rosa.

Aos que não colaboraram comigo:

Na viagem da Vida
 Somos, apenas, passageiros.
 Gláucia Ponte

Sumário

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I	17
1 A ESCOLA NO ESPAÇO HISTÓRICO-SOCIAL	17
1.1 A Imagem da Escola no Imaginário Social.	24
CAPITULO II	27
2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMUNICAÇÃO SOCIAL	27
2.1 As Representações Sociais na Notícia	30
2.1.1. Os Bens Simbólicos	32
2.1.2 O <i>Habitus</i> no Jornalismo	35
2.3 Os Meios de Comunicação como Esfera Pública	37
2.4 Jornais: Espaço das Idéias e da História.	39
CAPITULO III	41
3 PERCURSO METODOLÓGICO.	41
3.1 Material para Análise	41
3.2 Pré-Análise	43
3.3 Processo de Análise	43
3.4 Procedimento Analítico	44
3.5 Fundamentação Teórica	45
CAPITULO IV	47
4 ESCOLA PÚBLICA ESPAÇO DE PRESTÍGIO	47
4.1 Uma Escola de Confiança	66
4.2 Alunos em Destaque nas Páginas Sociais	67
4.3 O Prestígio do Professor da Escola Pública	74

4.4 A Escola Pública Primária nos Jornais. _____	81
4.5 Os Estudantes Carentes nas Escolas Particulares _____	86
4.6 O Conflito do Discurso nos Jornais _____	92
4.6.1 Os Professores das Escolas Particulares em Greve _____	92
4.6.2 A Escola Oficial se Mobiliza para a Greve _____	95
4.7 Conclusão - A Década da Escola Pública _____	96
CAPÍTULO V _____	99
5 O VALOR DA ESCOLA PÚBLICA ENTRA EM DECLÍNIO. _____	99
5.1 Universalização: O Ideal e O Real. _____	101
5.2 Confronto de Interesses Antagônicos _____	109
5.4 O Ritual de Passagem _____	126
5.6 Conclusão – A Década de Desestruturação da Escola Pública _____	132
CAPITULO VI _____	136
6 A QUEDA DO PRESTÍGIO DA ESCOLA PÚBLICA _____	136
6.1 As Greves nas Escolas _____	137
6.1.1 A Trajetória das Greves. _____	138
6.1.2 Uma Nova Representação Social _____	156
6.2 A Desarticulação da Imagem da Escola. _____	158
6.3 As Escolas Particulares Lideram _____	174
6.4 Conclusão - A Década de Desprestígio da Escola Pública _____	177
CAPITULO VII _____	180
7 A Valorização da Escola Pública nos Jornais _____	180
8 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA. _____	189
8.1 Obras Consultadas _____	189
8.2 Bibliografia de Jornais _____	193
8.2.1 Jornais da Década de 1960 _____	193
8.2.2 Jornais da Década de 1970 _____	198
8.2.2 Jornais da Década de 1980. _____	202

RESUMO

A pesquisa analisou as Representações Sociais (RSs) da escola pública nas décadas de 1960, 1970 e 1980, apreendidas nos jornais impressos que circulavam em Teresina nas referidas décadas, com vistas a perceber o valor social atribuído à escola, bem como observar possíveis variações nos processos de formação e transformação das Representações Sociais. O material jornalístico estudado permitiu ter uma visão panorâmica da trajetória das Representações Sociais, captando, numa espécie de linha do tempo, o comportamento, o valor social da escola pública no período pesquisado, ou seja, observando as modificações sofridas no prestígio dessa escola diante da sociedade. A análise se fundamentou na teoria das Representações Sociais de (MOSCOVICI, 1978). O levantamento do *corpus* fez-se por amostragem, em quantidade suficiente para delinear, com clareza, as Representações Sociais desta escola nos jornais. A interpretação baseou-se na análise de conteúdo conforme Bardin (1977) e Análise de Discurso Orlandi (1987, 2000). Na análise, observa-se que os jornais de Teresina, na década de 1960, apresentavam uma escola pública de significativo relevo social com destaque para os colégios Liceu e Escola Normal. Os mestres, como eram chamados os professores, eram detentores de elevado capital cultural, que enchiam de orgulho os estudantes. A partir de meados da década de 1970, percebe-se o início da sua desvalorização como reflexos do modelo de educação proposto pela Lei 5.692/71. Os jornais em vez de dar destaque às escolas públicas, como ocorria na década de 1960, passam a criticá-la pela qualidade do ensino oferecido. Com a queda de prestígio, cai o orgulho de ser professor ou aluno da escola pública.

A década de 1980 é marcada por uma queda ainda mais acentuada do valor da escola pública. Intensificam-se as transformações iniciadas na década de 1970. O discurso dos jornais mostra o desprestígio da escola pública e o desejo de resgatar a sua imagem perdida no passado. As numerosas greves desencadeadas pelo baixo nível salarial e sucateamento das escolas públicas puseram em risco períodos letivos; em 1989, praticamente, não houve aula em algumas escolas públicas de Teresina. Essa desestruturação da instituição fez com que os alunos desejassem ir para escolas particulares, ao contrário do que acontecia na década de 1960, quando as escolas públicas eram disputadas no exame de admissão.

Assim, a partir da realidade histórico-social, a escola pública ganha um novo sentido. Ela passa a ser sinônimo de greve, de atraso, de desprestígio. Professores e alunos são mal vistos pela sociedade. Nesse contexto, é visível a mudança de Representação Social da escola pública. Enquanto na década de 60, tem-se uma representação positiva, na década de 70 observa-se o início de sua decadência e na década de 80 a metamorfose se completa: a escola perde todo o seu prestígio.

ABSTRACT

This research analyzed the public school social representation concerning 1960, 1970, and 1980 decades, gotten from the newspapers printed that have circulated in Teresina, pointing out the views of social value attributed to the school and observation of some possible variations in formation processes and transformation of the social representations as well. The journalistic study material allows us to have a panoramic view of the social representation way capturing a kind of a time's line, the behavior, the public school social value in the researched period, in other words observing the suffered modifications in this school prestige in society. The analysis was based in the social representations theory (MOSCOVI, 1978). The corpus rising was made by sampling in enough amount to delineate with clarity the social representations of this school in the newspapers. The interpretation was based on the content analysis according to Bardin (1977) and Discourse analysis with Orlandi (1987 -2000). In the analysis one can observe that the newspapers in Teresina, in the 60's students used to present a public school with significant social relief with prominence for the Liceu Schools and Normal school. The masters as teachers used to be called were considered high cultural capital holders that used to make students proud of them. Starting from middle of 70's we notice the beginning of its depreciation as model education reflexes proposed by the law 5.692/71. Instead of giving prominence to public schools as it happened in the 1960's the newspapers began to criticize them for the offered teaching quality. With the prestige fall in public schools, the proud falls being a teacher and a student as well. The 1980 decade is marked by a still accentuated value fall in public school. It's when they intensify the transformations initiated in the 70's. The newspapers' speech display the public school discredit and the desire to rescue its lost image in past times. The countless strikes setting off by the low salary and the public schools scraping put at risk the loss school period. In the 1987's we almost did not have classes in some of these schools in Teresina. With the lack of structure in public schools students felt like going to private schools, unlike what it happened in 1960's, when the public schools were disputed in admission exam. Like this starting from the historic social reality the public school gets a new sense. It is strike, delay and discredit synonymous. Teachers and students are badly seen by the society. In this context it's visible the change of social representation in public school. While in 60's we have a positive representation, in 70's we begin to observe the beginning of its decadence and in 80's the metamorphosis is completed when the school loses all its prestige.

INTRODUÇÃO

AS IDAS E VI(N)DAS DA ESCOLA PÚBLICA DE 1º E 2º GRAUS DE TERESINA

É muito freqüente falar-se numa época em que a escola pública gozava de prestígio. Sob a perspectiva do senso comum, era de qualidade, mas, no decorrer dos anos, perdeu a posição de destaque no cenário educacional. Amparo Ferro (1996, p. 111) recorda que, no final da Primeira República, os professores do Liceu faziam parte da intelectualidade de Teresina. “Quase todos exerciam o magistério como contribuição à melhoria da educação local, pois tinham outras atividades profissionais”.

José Olímpio, no livro “Liceu Piauiense”, fala de uma época áurea daquela instituição de ensino quando pelos corredores do colégio passou uma geração de nomes que marcaram a vida intelectual, política e literária do estado¹.

No seu livro, “O Valor Simbólico do Prédio Escolar”, Luis Carlos Sales (2000, p. 137), recupera um período em que a escola pública tinha alto conceito. Assim afirma um entrevistado: “o Liceu preparou bons médicos, bons políticos”. Para Sales (2000, p. 137), “estes sujeitos falam por uma época em que estudar em escola pública tradicional dava mais prestígio do que estudar em certas escolas particulares”. No entanto, no transcorrer dos anos, a escola pública perde esses predicados. Isso fica evidente nas falas dos entrevistados de Sales (2000).

[...] porque é ensino público e ensino público está fraco hoje em dia...
(SALES, 2000, p. 252).

¹ Destacam-se, aqui, alguns professores e alunos do Liceu que se sobressaíram: Leônidas de Filho, Benedito Martins Napoleão, Raimundo Wall Ferraz, Da Costa e Silva, H. Castro Melo, José Arimathéa Tito Dobal.

[...] o estudo é defasado, os prédios não são tão bem conservados e o ensino não é de tão boa qualidade” (SALES, 2000, p. 87).

[...] Os professores fazem muita greve por causa do salário, os salários são baixo (sic) e (sic) realmente (sic) eles não têm aquele entusiasmo (sic) que ganha (sic) [...] (SALES, 2000, p. 174).

Bonfim (1991, p. 127) em sua dissertação de mestrado, “A Luta Pela Escola Pública em Teresina”, confirma o desencanto que submergiu a escola pública. A repetência foi um fator que pontuou a sua trajetória na década de 80. Segundo a autora, “[...] a repetência anula praticamente as vantagens obtidas quanto à melhoria de oportunidades de acesso à escola”. A qualidade do professor era duvidosa: “[...] em 1986, um quadro de 30.361 funcionários² e apenas 6.182 ingressaram no serviço público, no período de 1970 a 1986, através de concurso. É possível levantar a hipótese de que grande parte dos 24.179 funcionários foram admitidos por vias ilegais” (BONFIM, 1991, p. 113). A pesquisadora atribui esse fato ao clientelismo, forte fator de barganha de voto na época. A não abertura de concurso público era usada como estratégia das oligarquias do Piauí.

O salário aviltante da categoria desprestigiava o professor. Bonfim (1991), tendo como fonte o jornal O Dia de outubro de 1986, relata que em 40% dos municípios do Piauí, professoras de 1º grau não recebiam mais de Cz\$ 100,00 (o salário mínimo na época era de Cz\$ 804,00), os outros 40% recebiam um pouquinho a mais, meio salário mínimo e em apenas 10% dos municípios era pago o salário mínimo aos professores.

A autora, citando o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina³, caracteriza o ensino público como “de má qualidade, ocorrendo uma superutilização dos estabelecimentos como a existência de turmas numerosas e turmas funcionando em turnos intermediários, prejudiciais a (sic) aprendizagem. Contava-se, para a diminuição do *déficit*, com escolas funcionando em condições precárias” (BONFIM, 1991, p. 120).

A introdução do ensino profissionalizante, nas escolas de 2º grau no Piauí, Estado onde praticamente não existia indústria, não teve seus objetivos alcançados. Maria do Carmo Leite (1989, p. 11), assim descreve esta situação: “Na região nordeste e nesta o Piauí, a industrialização não apresentou relevante crescimento, dada sua própria condição de Estado agropecuário. A justificativa apresentada para a ênfase da educação profissionalizante

² Os funcionários eram da Secretária de Educação.

³ Documento da Prefeitura Municipal de Teresina de 1983.

tecnicista não condizia com aquela realidade”.

Segundo Leite (1986, p. 48), o ensino profissionalizante valorizou a preparação do “professor de primeiro grau a nível de (sic) 3º grau, e num breve espaço de tempo, terminou apoiando também a desqualificação dos cursos de 2º grau para formação de professores”. A preparação do aluno que ingressava no segundo grau ficou, praticamente, restrita aos cursos técnicos.

Esse quadro delineado a partir dos estudos de Leite (1989), de Bonfim (1991) e de Sales (2000) aponta para a fragmentação do sistema educacional público em Teresina e sua conseqüente perda de valor social.

No entanto, falta precisar o momento em que a população percebe a escola pública desarticulada; é a partir daí que ela começa a perder o seu valor social. Para tanto, avaliou-se a necessidade da realização de um estudo empírico, para investigar tal questão.

A pesquisa, aqui desenvolvida, estudou a escola pública teresinense de 1º e 2º graus, no período de 1960 a 1989 nos jornais de Teresina, investigando seu valor social a partir das Representações Sociais captadas nos jornais da cidade. O propósito foi evidenciar as transformações do valor da escola pública ao longo desse período. É a variação desse valor, veiculado pela imprensa em diferentes momentos, que foi o objeto de análise.

O valor é aqui entendido como medida variável de importância que se confere a algo no contexto sócio-econômico-cultural. Nesse sentido, o valor de uma escola não é imutável. Varia no tempo e no espaço.

Na economia, o valor de um produto está fortemente co-relacionado à sua qualidade, bem como à sua qualidade relativa em relação a outros produtos no mercado. Assim, a disponibilidade de escola pública e a sua insuficiência em determinada época são, também, fatores que se associam ao prestígio da escola oficial. Ela também está relacionada à Representação Social de escola de qualidade⁴, numa determinada época e contexto. Na representação da qualidade da escola, não existem indicadores cristalizados, todos são dinâmicos e variam no tempo e espaço.

⁴ Segundo Marchesi e Martin (2003, p. 20) o conceito de qualidade “associa-se ao valor, à excelência, àquilo que é digno de reconhecimento, à obra bem acabada. A palavra ‘qualidade’ pretende outorgar um selo de garantia e de reconhecimento à realidade à qual se aplica. Qualidade é também um anseio, um desejo de perfeição, um objetivo do qual se aproximar mais que nunca se consegue totalmente”.

Na concepção de Bourdieu (1994), o valor de um determinado produto ou instituição varia com o grupo social que o utiliza e depende do momento histórico vivido pelos agentes. O teórico esclarece que não se deve tomar uma prática como intrínseca a um grupo só porque em um dado momento histórico essas práticas fizeram parte de seu cotidiano.

O espaço social⁵ que cada grupo ocupa dentro da sociedade é determinante para estabelecer o valor de um produto ou instituição o qual está relacionado ao estilo de vida das pessoas do grupo em determinada época. “Uma prática inicialmente nobre pode ser abandonada pelos nobres – e isso ocorre com frequência – tão logo seja adotada por uma fração crescente da burguesia e da pequena-burguesia, e logo das classes populares” (BOURDIEU, 1994, p. 17).

A posição que cada grupo ocupa no mundo social com suas divisões capta para si diferentes tipos de capital⁶ que colaboram na luta pela conservação ou transformação do espaço social em que estão inseridos. A distribuição destes capitais é determinante para a estruturação do espaço social. Essas diferenças podem ser percebidas se observarmos o tipo de casa, o tipo de livro, o tipo de serviço escolar que consomem os diversos grupos sociais. Essa distribuição de consumo, para Bourdieu (1994, p. 22), tornam-se diferenças simbólicas, constituem em uma verdadeira linguagem, com códigos facilmente decifráveis por todos.

Os grupos sociais buscam na educação objetivos distintos: uns “visam não só assegurar a sua distinção social, mas, sobretudo, as condições que consideram adequadas para a sua reprodução social” (SALES, 2000, p. 28), garantindo, portanto, a continuidade do seu grupo; para outros, “a educação [...] é uma forma de ascensão social” (SALES, 2000, p. 28).

Buscamos nesta pesquisa encontrar os indicadores de qualidade das escolas presentes nos jornais de cada década. Dadas as nossas pretensões, consideramos o período de 30 anos como tempo suficiente para se perceber qualquer tendência de variação do valor social das escolas públicas, presentes nas Representações Sociais veiculadas nos jornais acerca destas escolas.

⁵ Bourdieu (1994, p.19) defende que não existem classes sociais conforme a proposta marxista, mas espaços sociais. Em sociedades mais desenvolvidas como França e os Estados Unidos, “os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação [...] o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximo estejam nessas duas dimensões [...]”. Ainda, segundo Bourdieu (1994, p.24), o espaço social “organiza as práticas e as representações dos agentes”.

⁶ Os diferentes capitais são: o capital econômico, o capital cultural, o capital escolar, o capital político

Moscovici e seguidores apresentam os jornais como um dos instrumentos responsáveis pela formação e difusão das Representações Sociais na sociedade. Mediante da interpretação dos fatos, por meio da escrita, o jornal produz e reproduz “representações globais da sociedade e de todo aquele que com ela se relaciona [...] Os *media* [meios de comunicação] ganharam autonomia e um enorme alcance no manejo desse universo simbólico, o qual introduz valores e modela condutas individuais e coletivas” (FLAUSINO, 2001, p. 112).

Os jornais, diz Minayo (2000, p. 103), reproduzindo o pensamento de Bourdieu, são vinculadores de Representações Sociais, eles apresentam a fala, e se poderia acrescentar a escrita, como reveladores das “condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, através de porta-voz [no caso os jornais], as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas”, o que justifica a escolha deste meio para se captar as transformações dos valores da escola pública.

Os jornais trazem ao público o cotidiano do mundo e com ele o da escola. Esse cotidiano é marcado pela homogeneização, repetição e fragmentação; definido por Penin (1989) baseado em Lefebvre, como um terceiro momento do cotidiano chamado de modernismo, que se traduz na cotidianidade. Através deles, portanto, é possível perceber como se transforma o valor social da escola pública no período em estudo, pois, conforme Sá (1998, p. 73-74), enfatizando a postura de Jodelet, os meios de comunicação, interpretando os discursos sociais, retroalimentam as representações, colaborando para que estas se mantenham ou se transformem.

As Representações Sociais se caracterizam como sendo o saber do senso comum, presente nessa cotidianidade; com isso, apresenta-se um novo *status* epistemológico. Como explica Moscovici (1978 p. 26), no livro *Representação Social da Psicanálise*, tem-se aqui uma ruptura que se dá na passagem da ciência para o plano das Representações Sociais, “[...] essa ruptura é a condição necessária para a entrada de um conhecimento [...] no laboratório da sociedade”.

O conhecimento elaborado a partir da cotidianidade tem um significado capaz de criar efetivamente a realidade social e ainda, numa comunidade “a título de veículo para suas trocas e de código para denominar e classificar de maneira clara as partes do seu mundo, de

sua história individual ou coletiva” (MOSCOVICI, 1978, p. 27). Percebendo a escola nessa cotidianidade, Arroyo (2000, p. 199) comenta:

a densidade da história social tanto dos mestres como dos educandos é a trama onde construímos [...] logo, essas estratégias [políticas mais plurais] não podem limitar-se aos momentos pontuais de intervenção, mobilização, mas de incluir a aguda compreensão da cotidianidade dessa complexa trama social [...].

Assim, o autor compreende que é só no cotidiano, na história concreta e lenta, que se pode captar o perfil da escola. Rego (2001, p. 101), apoiando-se em Margot Madeira, deste modo se expressa: “representação é o saber que rege o cotidiano, que define regras, normas, símbolos, valores”. Rego (2001, p. 101) continua: “neste sentido, os sujeitos constroem as representações, para que elas possam orientá-los nas suas ações cotidianas”.

Quem concebe esta cotidianidade dos jornais são os profissionais da imprensa. Eles expressam, por meio do jornal, diariamente, as Representações Sociais que circulam nos diversos meios sociais da cidade. “Em muitos aspectos, eles se assemelham aos criadores de mitos das civilizações mais antigas: seu saber-fazer é codificado e transmitido, conferindo aos que o possuem uma autoridade segura” (MOSCOVICI, 2001, p. 63).

Em virtude do exposto, assinalamos o interesse em apresentar este estudo a partir das Representações Sociais, uma vez que este constructo teórico permite perceber como a imagem da escola pública construiu-se e modificou-se ao longo dos anos, ou seja, como se formou e se transformou o valor social da escola pública nos jornais impressos de Teresina no período de 1960 a 1989.

Para se chegar a estas representações, observou-se o percurso cotidiano da escola, divulgado por meio dos editoriais, artigos, notícias nos jornais impressos, resgatando as imagens criadas e veiculadas na imprensa sobre a escola pública de 1º e 2º graus de Teresina com o propósito de se perceber o seu valor.

O material jornalístico analisado permitiu uma visão panorâmica da trajetória das Representações Sociais, captando, numa espécie de linha do tempo, o comportamento, o valor social da escola pública no período pesquisado, ou seja, observando as modificações sofridas no prestígio dessa escola na sociedade.

Aprender as Representações Sociais a partir dos jornais impressos constitui-se um campo ainda pouco explorado, um desafio que, conforme Sá (1998), deve ser enfrentado pelos “mais ousados”. É esse o desafio deste trabalho, que consta de sete capítulos.

No capítulo I, **A Escola Pública no Cenário Nacional**, fez-se um breve histórico do percurso da escola pública de 1º e 2º graus no Brasil, abarcando as três décadas contempladas pela pesquisa, ou seja, de 1960 a 1989. Nesse capítulo, por meio de autores como Ribeiro (1971), Germano (1992) e Bárbara Feitag (1996) faz-se uma análise da escola pública no Brasil, destacando a conjuntura política e os embates entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada.

No Capítulo II, **As Representações Sociais - Um Processo de Construção da Imagem das Escolas**, destacou-se o papel de Moscovici como o construtor de uma teoria que valoriza os saberes do senso comum. Segundo esse autor, o processo de formação das representações se dá a partir da interação entre o individual e o coletivo onde um penetra e forma o outro.

Um meio propício para a circulação das representações são os *mass mídia* já que por meio deles ocorrem a transferência e transformação de conhecimentos. Por intermédio do discurso dos jornais, divulga-se a Representação Social da escola pública de Teresina construída nas diferentes décadas.

No capítulo III, **Caminhos Metodológicos**, apresentaram-se as trilhas seguidas pela pesquisa para abarcar o seu objeto de estudo. Neste sentido, partiu-se da seleção de uma amostragem representativa das notícias publicadas nos jornais de Teresina. A coleta foi realizada no arquivo público de Teresina e nos arquivos do jornal O Dia mediante fotos digitais. A unidade de registro para análise foi o tema, ou seja, informações que privilegiassem a escola pública de 1º e 2º graus nos seus mais diferentes aspectos. A análise de conteúdo foi o procedimento qualitativo utilizado para a interpretação dos conteúdos (notícias) veiculados nos jornais.

No Capítulo IV, **Escola Pública Espaço de Prestígio**, buscaram-se as Representações Sociais da Escola Pública de Teresina que circulavam nos jornais da década de 1960, expondo o seu valor social naquele contexto.

Os jornais legitimavam as escolas públicas atribuindo a elas ensino de qualidade. Essa imagem era construída ao elevar o nome da instituição, destacando-a das

demais. Os professores possuíam capital simbólico comparável ao das instituições mais tradicionais do ensino no país, e os alunos eram valorizados socialmente. Por isso, a escola era bastante disputada até mesmo em meio às classes mais elitizadas da época. Ela gozava de prestígio e confiança no meio histórico-social; assim, estudar e trabalhar nas suas dependências era motivo de orgulho.

No capítulo V, **O Valor da Escola Pública entra em Declínio**, é apresentado o resultado da análise do material coletado sobre a década de 1970. A partir da observação das matérias nos jornais já mencionados, constatou-se o início das transformações da Representação Social da escola pública. As modificações se deram, paulatinamente, e significaram o início da construção de uma nova imagem dos colégios oficiais, diferenciando-se do que se viu na década de 1960.

No capítulo VI, **A Queda do Prestígio da Escola Pública**, estudou-se a década de 1980, percebendo-se a efetivação da mudança de Representação Social da escola pública ocorrida a partir da reconstrução de conceitos, imagens e valores. A década em estudo foi marcada pelas constantes greves que quase inviabilizaram alguns períodos letivos, chegando a comprometer o ano letivo de 1989, já que praticamente não houve aulas em algumas escolas da rede pública. As greves sintetizam o ponto máximo do declínio vivido pela escola pública nas décadas estudadas.

No capítulo VII, **A Valoração da Escola Pública de Teresina**, concluiu-se a pesquisa, ao fazer um paralelo entre as três décadas, quando se evidencia, a partir da análise de discurso, o processo de transformação do valor da escola pública dentro do contexto histórico social de cada década, ocasionando a mudança da Representação Social desta escola.

Assim, obteve-se uma visão panorâmica do valor da escola pública de Teresina⁷ nas três décadas em estudo, pois, seguindo esse percurso, é possível compreender como essa escola foi apresentada e vivida em cada década por professores, alunos e autoridades, conforme as Representações Sociais colhidas nos impressos de Teresina.

⁷ Optou-se por fazer uma visão panorâmica das escolas pública das três décadas: primeiro, por consider importante ter a visão do todo; e segundo porque chega um momento em que não é possível fazer a distinção entre a escola primária e a secundária, como é o caso da greve da década de 80.

CAPITULO I

1 A ESCOLA NO ESPAÇO HISTÓRICO-SOCIAL

Estudos realizados por autores como Ribeiro (1971), Germano (1992) e Bárbara Feitag (1996) evidenciam como Leite (1989), Bonfim (1991) e Sales (2000), uma curva descendente da escola pública, em nível nacional, no recorte temporal desta pesquisa no que se refere ao seu valor e prestígio.

Desde os anos 40, já se travavam discussões importantes que ajudam a compreender melhor o rumo que a escola tomou a partir da aprovação da primeira Lei de Diretrizes Básicas da Educação - LDB, lei 4.024/61. Os debates para a elaboração da LDB, que só seria aprovada em 1961, tiveram início em 1948, quando o projeto de Lei é encaminhado à Câmara pelo ministro da Educação Clemente Mariani.

O projeto é engavetado e só volta a ser discutido em 1959, agora, conhecido pelo nome de substitutivo Lacerda. O substitutivo sugere que seja reduzida a participação do Estado na educação, tendo esta intervenção mínima. “O projeto propõe que a educação seja predominantemente ministrada em instituições particulares e somente de forma complementar pelo Estado” (FREITAG, 1986, p. 57). A proposta desencadeou uma onda de protestos entre intelectuais, pedagogos e liberais de todo o Brasil em defesa da escola pública.

É no calor destes confrontos que se estrutura a LDB de 1961. Ela é o resultado de duas tendências explícitas em dois projetos de lei: Mariani e Lacerda. No substitutivo Lacerda, a LDB assegurava que “tanto o setor público quanto o particular têm o direito de ministrar o ensino no Brasil em todos os níveis (Art. 2)” (FREITAG, 1986, p. 58). A gratuidade garantida na Constituição de 46 é omitida na nova Lei. Em determinados casos, o Estado se compromete a subvencionar o ensino particular.

Por outro lado, refletidas as propostas de Mariani, a LDB equipara os cursos de

nível médio e possibilita o intercâmbio. A implantação desta LDB, Segundo Cunha (1982, p. 132), significou a “derrota dos que haviam lutado, por décadas, pela destinação dos recursos públicos exclusivamente para as escolas públicas”.

Apesar de a LDB favorecer a escola particular, Ribeiro (1998, p. 170), citando Werebe, afirma que a expansão da escola pública foi inevitável.

Efetivamente, nos últimos anos, mais do que em qualquer outro período de nossa história, as instituições oficiais se expandiram não porque os nossos políticos pretenderam prejudicar o ensino particular, mas sim porque viram-se obrigados a propor e criar escolas a fim de obter e manter o seu prestígio político-eleitoreiro [...].

Ao tempo em que a escola privada sente que está perdendo espaço, os seus representantes se articulam no sentido de ocupar postos públicos. É Cunha (1982, p. 136) quem expõe como a partir de 1961 as políticas educacionais ficaram refém dos detentores do ensino particular:

A partir daquele ano, os conselhos de educação – o federal e os estaduais – foram ocupados por empresários do ensino e seus prepostos, assim como as secretarias de educação. O próprio Ministério da Educação não deixou de sofrer esse assédio. Com a mudança do regime político, em 1964, os promotores da privatização do ensino sentiram-se mais à vontade para implementar sua política, pois, dentre os que conspiravam contra os governantes eleitos pelo voto popular, estavam os principais líderes da campanha da ‘liberdade de ensino’. A repressão às liberdades democráticas que seguiu ao golpe de Estado abriu uma quadra de impunidade para os que faziam a escola privada prosperar às custas da contenção da escola pública.

A infiltração dos interesses particulares no sistema educacional brasileiro teve, também, o apoio da Lei 5.692/71, implantada durante o regime militar. A Lei satisfaz os interesses de vários setores. Ela resguardou o espaço do ensino religioso e ampliou “inclusive o princípio privatista ao admitir, em consonância com a Emenda Constitucional nº 01 de 1969, assinada pela Junta Militar, amparo técnico e financeiro à iniciativa privada e ao omitir os percentuais mínimos que a União deveria destinar obrigatoriamente à educação” (GERMANO, 1992, p. 161).

A Lei 5.692/71 introduziu mudanças significativas na estrutura do ensino. Diferente do que aconteceu em 1961, não houve disputa entre os que defendiam os interesses da escola pública e o da escola privada. Os partidários da escola oficial, lideranças estudantis e intelectuais de esquerda, estavam engajados, no período 1969-1971, na luta contra a ditadura.

As reformas de base, como as educacionais, ficaram fora do foco de interesse geral daquele período. Por isso, a lei 5.692/71, que estabelece as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, foi aprovada rapidamente (GERMANO, 1992, p. 161).

Para Germano (1992), o Estado, se aproveitando da desarticulação dos trabalhadores e dos setores mais progressistas da sociedade civil pela repressão, colocava as políticas sociais em segundo plano. O poder público estava mais interessado em desobrigar-se das responsabilidades com educação pública, já que almejava canalizar os recursos para a Segurança Nacional.

Ao analisar as prioridades do Governo Federal no período de 1965 a 1982, Melchior⁸, citado por Germano (1992, p. 200), constatou que, enquanto a Defesa Nacional e a Segurança Nacional ocupavam o 3º lugar ao nível de prioridade, englobando 13,69% do orçamento, a educação e a cultura⁹ ficaram em 6º lugar, com 8,71% dos recursos distribuídos. Entre 1972 a 1978, as verbas destinadas à educação vão ser partilhadas com despesas para formar quadro de outros ministérios, como Aeronáutica, Saúde, Trabalho, etc., isso gerou a falsa ilusão quanto ao montante de verbas destinado ao setor.

Ao tempo em que o governo militar se esquivava de manter um fluxo relevante de verbas para manter a educação pública e gratuita, criava condições legais para transferir o dinheiro público para o ensino privado¹⁰. “Assim, a rede escolar pública foi golpeada de morte, na medida em que a valorização da educação expressa no discurso oficial correspondia, na prática, à sua desqualificação” (GERMANO, 1992, p. 195).

O mesmo Estado, que defendia a educação como um direito de todos e uma obrigação do Estado, estabelecia que a iniciativa privada podia também nele se inserir, recebendo ajuda técnica e financeira do poder público mediante bolsa de estudo. A lei do

⁸ Melchior tem como fonte a União – balanços – dados do SEEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - e Inspeção Geral de Finanças.

⁹ Entre o ano de 1960 até 1976, o maior percentual que a União investiu na educação e cultura foi de 13,1%, em 1965, e o mais baixo índice foi de 5,2 % em 1974. Enfatiza-se, ainda, que a partir de 1968 tem-se uma queda no nível de investimento em educação. O maior índice de investimento nesta ocasião ocorreu em 1968 (8,3 %). (Dados: União – balanços – dados do SEEC e Inspeção Geral de Finanças citado por GERMANO, 1992, p. 200).

¹⁰ A política do Estado na transferência de verba da educação pública para a privada é antiga. A Constituição de 1934 já isentava as escolas particulares idôneas do pagamento de impostos. A LDB 4.024/61 prevê auxílio financeiro às escolas particulares indiscriminadamente. Com o governo militar, “as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isso ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismo de ordem legal, muito expressivo – como a Constituição -, que abriram (sic) espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo” (GERMANO, 1992, p. 196).

salário educação, que teve por objetivo captar recursos de empresas para reinvestir em benefício do ensino público, acabou favorecendo o ensino privado, porque as empresas puderam optar entre recolher o percentual do salário educação aos cofres do governo, aplicá-lo na manutenção do ensino na própria empresa, através da concessão de bolsa de estudo ou, ainda, indenizar gastos com educação feitos pelas empresas.

Mas, enquanto diminuía as verbas para educação, aumentava o número daqueles que tinham acesso à escola, uma consequência da aprovação da lei 5.692/71 que colocou fim no exame de admissão. Os alunos, antes retidos pelo referido exame, passaram a ter acesso direto à sala de aula na 5^o série¹¹, ao tempo em que o Estado não possuía uma infra-estrutura capaz de atendê-los.

Contudo, “a universalização do ensino elementar permaneceu como meta a ser atingida” (GERMANO, 1992, p. 169), ainda que ocorresse uma expansão de 40% no ensino de 1^o grau, entre 1973-1985¹², aumentando, em doze anos, em 8,8%, a população de 7 a 14 anos atendida pela escola. Nesta mesma faixa de idade, a taxa de atendimento passou de 76,2%, em 1973, para 85% em 1985. Desta forma, 15% dos estudantes estavam fora da escola, isso sem contar que 18,8 % das matrículas de 1^o grau eram compostas por alunos fora da faixa de escolarização obrigatória. Resalte-se que a rede pública abrangia 80% das matrículas de 1^o grau.

A ampliação do número de vagas teve um caráter apenas quantitativo, “através da diminuição da jornada escolar e do aumento de turnos que comprometeram a qualidade do ensino. Ao lado desses fatores, os gastos do Estado com a educação foram insuficientes e declinaram dez pontos percentuais entre 1981-1985” (GERMANO apud Folha de S. Paulo, 1992, p.169).

A conservação dos prédios escolares, também, não foi satisfatória. Germano (1992, p. 169) baseado em dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC afirma que em 1985, só 27% dos prédios escolares estavam conservados, observando ainda um crescimento de 5,4 % de professores leigos de 1973 para 1983, situação agravada no Nordeste em que 36,0% dos professores tinham apenas o 1^o grau.

Segundo Germano (1992, p.170), o salário e as condições de trabalho foram

¹¹ 5^o série equivalente à 1^a série do ginásio correspondendo, hoje, à 5^a série do ensino fundamental.

¹² O que significou 20.615.486 alunos matriculados em 1985, em oposição a 15.132.904 matriculados em 1973 (dados da matrícula final) (GERMANO, 1992, p. 169).

degradados. Portanto, “embora significativos contingentes das camadas populares tenham tido acesso à escola, na verdade foi proporcionada a esses contingentes uma educação de segunda categoria, de baixa qualidade. Tanto é assim que as taxas de evasão e repetência mantiveram-se em níveis elevados”.

No que se refere ao 2º grau, a Lei 5.692/71 impôs o ensino profissionalizante adotado de forma generalizada e no sentido de terminalidade. Como ressalta Ribeiro (1998, p. 195), ela (a Lei) dá “ênfase na quantidade e não na qualidade, nos métodos (técnicas) e não nos fins (ideais), na adaptação e não na autonomia, nas necessidades sociais e não nas aspirações individuais, na formação profissional em detrimento da cultura geral”.

Conforme Germano (1992, p. 178), o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho¹³, achava compreensível a existência de uma escola dual: uma destinada à elite, preparando para a universidade; e outra destinada à classe subordinada, preparando para o mercado de trabalho.

O Ministro indicava o caminho da profissionalização, baseado na aprendizagem militar para arte da guerra, em que o currículo priorizava, numa ordem crescente de ano a ano, o ensino profissional e a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Na verdade, com a profissionalização, buscou-se acatar os interesses da classe dominante, qualificando a mão-de-obra para o trabalho a fim de atender às necessidades do mercado.

A profissionalização colaborou, ainda, para desviar a classe operária da universidade, e para reservar as vagas do ensino superior para as classes média e alta. “O ensino médio teria que ser um filtro eficaz que desviasse potenciais pretendentes ao ensino superior” (FREITAG, 1986, p. 95). Ainda segundo essa autora, “continuariam estudando aqueles cujos pais pudessem financiar os estudos” (FREITAG, 1986, p. 95)., logo, estava-se respaldando a desigualdade social.

No entanto, apesar do empenho do governo, o ensino profissional fracassou. Freitag (1986, p. 96) esclarece: “[...] nem a rede de ensino oficial nem a particular se vêem em condições financeiras de fornecer instalações e os recursos humanos qualificados para o ensino profissionalizante”.

Além das verbas insuficientes, já que o custo com o aluno tornou-se 60% mais

¹³ O Coronel Jarbas Passarinho foi Ministro da Educação e Cultura no regime militar e um dos signatários do AI 5.

alto que com o ensino propedêutico, o ensino profissionalizante não respondia aos interesses da sociedade, pois desde a década de 70 se exigia dos trabalhadores uma qualificação básica em matemática, línguas e ciências, e o sistema de ensino destas escolas estava desarticulado com as necessidades das empresas que treinavam seus próprios funcionários.

O parecer 45/74 começou a modificar a estrutura do ensino profissionalizante, introduzindo as habilitações básicas. As habilitações, no entanto, foram criadas na escola não para suprir uma necessidade do mercado de trabalho, mas para cumprir a lei. As medidas foram acolhidas, inclusive, pelas escolas particulares. Essas selecionavam os cursos mais baratos como Contabilidade e Magistério para incluírem no currículo escolar.

O ensino profissionalizante novamente foi redefinido através do parecer 76/75 que previu “uma formação profissional genérica a ser completada nas empresas” (GERMANO, 1992, p. 187). O ensino de 2º grau profissionalizante só deixou de ser obrigatório com a aprovação da Lei nº 7.044 de 1982.

A profissionalização do 2º grau favoreceu as escolas da rede privada “na medida em que ela assumiu efetivamente a função de instância preparatória para os vestibulares, criando para tanto um novo tipo de escola – exclusivamente propedêutica -, os chamados ‘cursinhos’” (GERMANO, 1992, p. 190). Com a perda do caráter propedêutico do ensino de 2º grau público, elitizou-se “ainda mais o acesso às universidades (sic) públicas. Ao mesmo tempo, a profissionalização foi um fracasso” (GERMANO, 1992, p. 190).

A década de 80 caracterizou-se como contraditória. Ao tempo em que a sociedade civil se organizava e reivindicava mais verba para o ensino público, inovação na legislação, mudança na estrutura da carreira dos professores, mais creche, ensino noturno, presenciava-se a “deterioração progressiva da instituição que já não estava bem: a escola pública em todos os seus níveis” (GOHN, 1999, p. 72).

No 1º e 2º graus, registravam-se a evasão, a repetência e a baixa qualidade de ensino. Programas destinados a eliminar o problema, como foi o Ciclo Básico em São Paulo, funcionavam apenas para retardá-lo. A jornada única de 6 horas cumpre o seu papel nutricional para as crianças carentes sem contribuir para a qualificação do professor.

A profissão de professor, que no passado foi respeitada e gozava de *status*, agora é desvalorizada. Os baixos salários deixam de atrair os vestibulandos mais capazes, que passam a rejeitar os cursos de magistério e licenciatura do 1º e 2º graus.

Os professores, para complementar os salários, precisavam enfrentar até triplas jornadas e, ainda, ir à procura de “bicos”. É quando a categoria, especialmente no 1º grau, passava a ser predominantemente feminina. (GOHN, 1999, p. 73-74).

Na luta por uma escola de qualidade, o ano de 1982 foi proclamado como de defesa do ensino público pela Confederação de Professores do Brasil. As reivindicações eram: aplicação de 12% do orçamento da União na educação pública, atendendo a uma determinação da LDB e à defesa da escola pública e gratuita. Cunha (1982, p. 134) acrescenta: “é preciso que os recursos públicos sejam aplicados exclusivamente no ensino público, expandindo-se a rede escolar e melhorando a sua qualidade”.

Em 1987, deu-se à instalação da Assembléia Nacional Constituinte, sendo a Constituição promulgada em outubro de 1988. Na Constituinte, intensificam-se os debates sobre educação pública e privada. Segundo Piletti, Nelson e Piletti, Cláudio (1997, p. 218), “mais uma vez colocaram-se em lados opostos os privatistas – que reivindicavam, entre outras coisas, verbas públicas para a escola particular – e os defensores da escola pública e gratuita para todos, em todos os níveis”.

Durante a Constituinte, segundo Gohn (1999), as escolas particulares formaram *lobby* para pressionar os parlamentares e conseguiram consignar em leis suas reivindicações. Neste momento, ressalta-se a importância do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública aberto paralelamente à Constituinte. Gohn (1999, p. 95) afirma que o referido Fórum “não representou apenas uma mobilização em defesa da escola pública, mas também da resistência às políticas de caráter privatizante que têm emanado da nova onda neoliberal que assola o país”.

Durante o Fórum Nacional, as entidades do setor da educação, o movimento estudantil, os profissionais da área da educação, as organizações de classe travaram discussões e organizaram um movimento de resistência contra o direcionamento das verbas públicas para escolas não-públicas, como as escolas comunitárias, apesar de “serem particulares e se proclamarem de utilidade pública por não terem fins lucrativos” (GOHN, 1999, p. 95).

A partir dessas discussões, ficaram asseguradas na Constituição a permanência do aluno na escola, o pluralismo de idéias, a valorização do professor, a gestão democrática, a aplicação de verbas em 18 % pela União e 25% pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, todos considerados avanços importantes na educação; por outro lado, teve-se a garantia da

coexistência de instituições pública e privada na educação e a possibilidade de escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas terem acesso às verbas públicas, previstas em lei, desde que se evidencie sua finalidade não lucrativa.

Pablo Gentili (1995, p. 121) relata que, no início dos anos 80, “as demandas democratizadoras no campo educacional [...] tiveram vida curta”. Só no primeiro momento, procurou-se romper com os vestígios do caráter autoritário, em busca de políticas públicas que transparecessem esta nova atitude. “Em questão de uma década, ‘democratizar a educação’ deixou de ser o eixo que devia nortear as políticas públicas do setor para constituir um tema ausente” (GENTILI, 1995, p.121). Da educação com qualidade, passou-se, rapidamente, para discussões em torno de qualidade com eficiência e produtividade. O debate sobre qualidade é desviado. O seu lugar é ocupado “pelos mercantis que definem estas discussões no campo empresarial” (GENTILI, 1995, p. 123).

1.1 A Imagem da Escola no Imaginário Social.

Entre os temas que os Meios de Comunicação enfocam, destaca-se a escola. Nas sociedades que tiveram longa experiência com escola, pode-se dizer que a sua imagem encontra-se refletida no imaginário social destas comunidades.

O nascimento da escola pública foi modelado a partir da tradição da Paidéia republicana, bem como espelhada no modelo francês. No modelo francês, a escola pública, gratuita e universal, representou a esperança social de gerações. A função da escola, neste contexto, seria: “integrar as várias gerações à vida social, entre outras coisas, através do ensino de uma profissão. Essa base seria dada pelos instrumentos fundamentais da cultura: ler, escrever, contar” (SOUZA, 2000, p. 26). A intenção era responder a uma utopia do progresso.

No Brasil, o modelo francês – que educava com vistas à profissionalização -, foi absorvido a partir dos interesses da política educacional que queria encaixar a escola brasileira dentro da conjuntura social vivida pelo Brasil; neste sentido, os Estados Unidos serviram de espelho ao ideal de progresso. “A tradição da grande cultura ocidental foi, muitas vezes, relativizada em favor de uma versão mais pragmática e de menor alcance, tornando-se a partir da década de vinte, a concepção de base da cultura escolar brasileira” (SOUZA, 2000, p. 26-27).

A imagem da escola pública brasileira foi sendo construída ao longo dos anos. Segundo Souza (2000, p. 35), a imagem introjetada da escola brasileira é de inoperância. “A escola pública, a despeito de sua diversidade, de sua pluralidade, mantém no Brasil alguma coisa que se tornou sua marca no imaginário social: a ineficiência em preparar os alunos para ingressar nas universidades públicas”.

Olhando para a escola pública, Souza (2000) insiste na sua decadência mesmo na coleta das reminiscências do passado, embora reconheça que no imaginário social, nesse período, ela goze de prestígio. Assim se expressa Souza (2000, p. 35): “Aqui como na França, o imaginário social se volta então com mais ou menos nostalgia, ao antigo modelo de escola, entre nós designados geralmente como escola tradicional. É claro que a nostalgia se instala nos vencedores, e entre esses, naqueles que têm acesso à letra e à palavra pública”, ou seja, os autores enfatizam que só podem ser nostálgicos os poucos alunos que a ela tiveram acesso.

A delimitação dos espaços: uma escola para as elites a qual conduzia à Universidade e uma escola para o proletário, a qual conduzia ao mercado de trabalho, além das diversas rotulações a ela impingidas, acaba marcando a escola republicana, no contexto simbólico, como o espaço social que diferencia um aluno do outro, como pode ser sentida a partir do texto de Souza (2000, p. 31):

Essa dualidade [da escola...] significava a separação entre aqueles que tinham acesso aos universos da cultura, além da profissionalização, e aqueles a quem a cultura escolar instrumentalizava para o mercado, mediante o adestramento e a interiorização da disciplina. A separação entre a escola primária e a escola secundária, entre escolarização curta e escolarização longa, entre educação propedêutica e educação profissionalizante, tornou nítida uma barreira social dificilmente capaz de ser transposta.

Segundo Souza (2000), os reformadores da escola buscaram quebrar a dualidade do sistema e a violência da cultura escolar que não respeitava “a natureza” da criança e os seus processos de aprendizagem.

Mas as propostas de reformulação da escola não a livrou de um esvaziamento cultural. No entanto, resiste no imaginário social o sentido de escola estabelecido por Kant, que era de oferecer ao aluno “a autonomia, isto é, o uso da razão sem a tutela de outra pessoa, a capacidade de emitir em público os próprios julgamentos racionais” (SOUZA, 2000, p. 38). Embora essa escola nunca tenha existido de fato, esse imaginário resiste, o “que torna

necessário examinar, não apenas na investigação desse imaginário, mas no retorno à própria memória, ou à falta de memória, onde esse imaginário se aninha [...] num esforço de capturar a razão pela qual, afora o saudosismo, ela permanece viva [...]"

Tendo em vista o conceito de escola formulado pelo senso comum e presente no imaginário social, a comunidade, a partir dos significados contextuais fornecidos, também, pelos jornais, foi assimilando as Representações Sociais da escola. Estas representações foram, também, transformando-se ao longo da história, da mesma forma os conceitos sobre a escola se foram modificando.

Resumindo, podemos dizer que os conceitos de escola formulados no meio social, por um determinado grupo, foram mudando. Os conceitos foram sustentados, em cada época, por meio das Representações Sociais que se refletiam nos meios de comunicação, por isso, a importância de se resgatar a história escrita nos jornais. Mediante esses meios, poderemos acompanhar e compreender como se deu a transformação do conceito de escola pública nas três décadas em estudo.

CAPÍTULO II

2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

É Moscovici que, no final da década de 50 e início da década de 60, desperta o interesse pelo estudo das Representações Sociais. Ele as define como: “(...) um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 1978, p.28).

Segundo Moscovici (2001, p. 45), as representações permitem “estudar a difusão dos saberes, a relação pensamento/comunicação e a gênese do senso comum” e, citando Weber, diz: uma Representação Social “descreve um saber comum, que tem o poder de se antecipar e de prescrever o comportamento dos indivíduos, de programá-los [...]” (MOSCOVICI, 2001, p. 47).

As Representações Sociais localizam-se para além dos conhecimentos da ciência: abarca o conhecimento do homem, constituindo-se parte integrante da sua vida cotidiana; conhecimento este que tem um significado capaz de criar efetivamente a realidade social.

Como as Representações Sociais são formuladas na esfera das comunicações, estão, portanto, presentes no âmbito da comunicação social. Os jornais na medida em que constroem a história de todo dia, numa linguagem coloquial, tornam o texto acessível a todas as camadas letradas da sociedade, tornam-se, também, fonte de formação e difusão de representações. Flausino (2001, p. 104) esclarece que os Meios de Comunicação Social-MCS dão acesso ao conhecimento da vida cotidiana, porque “sendo humanamente impossível conhecer tudo o que é conhecido por todos, acabamos por criar a necessidade de uma abertura para o mundo distante da nossa vivência diária. Esta abertura é ocupada pelos *mass media*”.

Por intermédio dos meios de comunicação, as representações hegemônicas na sociedade imprimem uma pressão sobre os sujeitos sociais, ao tempo em que variam de uma sociedade para outra, pois “diferem de acordo com a sociedade em que nascem e são moldadas” (MOSCOVICI, 2001, p. 49).

Moscovici, citado por Jodelet (2001), reconhece o papel dos meios de comunicação, apresentando-os como um dos objetos da Psicologia Social a partir dos quais é possível se chegar aos fenômenos cognitivos. O psicólogo identifica, nos meios de comunicação, um espaço para encontrar as representações do pensamento social.

Denise Jodelet (2001), a quem se deve a sistematização da teoria das Representações Sociais, confirma esta tese ao destacar os fatores que fazem da comunicação um campo fértil dos fenômenos representativos:

Primeiro, ela [a comunicação] é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas (JODELET, 2001, p. 32).

Segundo Nóbrega (2003, p. 58-59), a comunicação social é responsável pelo modo como se forjam as Representações Sociais, determinando a formação do processo representacional que pode ser estruturado em três níveis: o cognitivo (refere-se ao acesso desigual das informações, interesses ou implicações dos sujeitos, necessidade de agir em relação aos outros), a formação das Representações Sociais através da objetivação e da ancoragem e a edificação das condutas por meio de opiniões, de atitudes, de estereótipos.

A elaboração de Representações se dá através das duas faces indissociáveis, como estabelece Moscovici (1978). Uma é a **figura**, que é construída **a partir do processo de objetivação**, quando um conceito, fenômeno ou idéia se materializa, ou ainda, o abstrato se concretiza, expressando uma realidade tangível tida como natural; a outra é a **significação**, que é construída **a partir do processo de ancoragem**, quando transforma o não-familiar, o estranho, em familiar. É através dela que o novo se insere na comunidade, pois faz

comparações, categorização, classificação com o intuito de atribuir um sentido ao objeto ainda não assimilado por determinado grupo, tornando-o reconhecido e aceito por todos os seus membros. A ancoragem permite aos indivíduos, a partir desse processo, a compreensão da realidade por meio da interpretação, e se constitui em elemento de instrumentalização do saber.

Ressalte-se que, enquanto a objetivação se insere no campo cognitivo e corresponde ao lado passivo, a ancoragem estabelece laços com o campo social, por isso, está em constante transformação, corresponde, assim, ao lado ativo.

As Representações Sociais se movimentam nos discursos através da difusão, propagação e propaganda que equivalem às condutas de opinião, atitude e estereótipos. Nos meios de comunicação de massa, como os jornais impressos, as Representações Sociais são conduzidas pela difusão. Doise (2001, p. 191) a explica:

A difusão é caracterizada por uma indiferenciação entre a fonte e os receptores da comunicação. Os autores de artigos da grande imprensa transmitem informações que freqüentemente eles mesmos recebem da parte de especialistas. Deste modo, eles são também, de alguma maneira, receptores de informação. Tanto quanto os seus leitores, seu objetivo principal é, ao mesmo tempo, criar um saber comum e adaptar-se aos interesses de seu Público.

A difusão se aproxima da conduta de opinião por ambos evocarem “uma certa descontinuidade e contradição dos temas, tendo como resultado a instabilidade e a fluidez das proposições assumidas pelos atores sujeitos à difusão” (NOBREGA, 2003, p. 71). Contudo, não se deve confundir opinião com Representação Social. Conforme Guareschi (2000, p. 194). “As RS, ao contrário da opinião pública, têm a ver com as dimensões de construção e de mudança, ausentes do conceito de opinião pública¹⁴”.

Moscovici (2001, p. 62) reconhece a capacidade de transformação das Representações Sociais e a justifica pelo processo de sua construção, já que envolve, primordialmente, interações entre os sujeitos sociais. Numa sociedade em constante movimento, as mudanças de representação são conduzidas com agilidade pelos MCSs.

Flausino (2001 p. 104) endossa Moscovici ao afirmar que “o conhecimento disseminado através de matérias jornalísticas é um produto da interação social e ao mesmo

¹⁴ A opinião tem caráter mais positivista, dá mais atenção ao método, deixa de lado a dimensão histórica. Neste caso os indivíduos não são vistos enquanto comunidade, mas de forma dispersa, individualmente.

tempo um fator de transformação social”. Penin (1989, p. 27), seguindo o pensamento de Lefebvre, acrescenta que entre as representações circulantes algumas se consolidam, enquanto outras somem sem deixar marcas.

A mobilidade das Representações Sociais nos meios de comunicação torna possível a ruptura da imagem do objeto, anteriormente construída nos discursos jornalísticos. Assim, o discurso veiculado possibilita a mudança de atitude sobre o objeto.

Essa dinâmica das representações é explicada pelo fato de as culturas terem marcas tanto do individual como do coletivo, o que garante o estabelecimento de uma tensão que confere sentido. Tem-se a visão das representações partilhadas que geram o conflito importante nesta teoria, pois é ela quem avaliza a mudança e nos permite perceber o dinamismo da sociedade, tanto das cognições quanto das comunicações públicas.

2.1 As Representações Sociais na Notícia

As notícias são produtos de uma cultura. Ao falar sobre o mundo, elas reproduzem uma ideologia na medida em que caracterizam uma ordenação e hierarquização do mundo. A produção da notícia está sujeita ao enfoque de quem a produz, “estruturando, de forma inquestionável, representações dos acontecimentos. Longe de se constituir em espelho do real, a notícia, resultado da linha de produção jornalística, acaba por informar de uma maneira peculiar. Os jornalistas, antes de serem meros observadores, participam da construção da realidade que os *media* estampam” (FLAUSINO, 2001, p. 105).

A lógica da notícia é a mercadológica, e como diz Ciro Marcondes Filho, citado por Flausino (2001, p. 107), “com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais”. Explica que “se os fabricantes de notícias produzem bens e serviços, produzem, concomitantemente, representações sociais, imagens que modulam a consciência social, enfim, faz mediações. Afinal, toda mercadoria neste nosso mundo-mercado, e não somente o que é produto dos *mass media*, carregam uma ideologia” (FLAUSINO, 2001, p. 106).

O discurso do jornal é perpassado pela objetividade e subjetividade. Na notícia, insere-se a percepção cognitiva aliada aos interesses sociais e de classe de quem reconstrói a realidade. A partir destas interações são veiculadas as Representações Sociais que se acomodam no texto (PENIN, 1985, p. 27).

Sobre a objetividade e imparcialidade, Flausino (2001, p. 107) declara que: “[...] o jornalismo é uma forma de construção da realidade e não uma mera reprodução dos acontecimentos”. Colaborando com essa idéia, Martino (2003, p. 89) assim se expressa: “o jornal não é a realidade, o fato que ocorreu, mas uma representação ficcional, reconstruída da realidade. O que “é” não é o que “vemos”, e o que “vemos” não é o que falamos”.

Assim, na sua argumentação, o discurso jornalístico é perpassado pela subjetividade, uma vez que o discurso é crivado de interesses da elite, do poder público, dos empresários, dos donos dos jornais e até dos jornalistas, que deixam vaziar, nas entrelinhas, o seu posicionamento crítico e/ou ideológico sobre os fatos da realidade.

Martino (2003), baseado em Eri Saperos, explica que a construção da notícia implica duplo movimento: descontextualização e recontextualização dos fatos. A descontextualização realiza-se porque o indivíduo, não tomando parte nos acontecimentos¹⁵, deixa de perceber a finalidade intrínseca desses, apreendendo apenas uma parte mínima do processo, não percebendo o todo. Nilson Lage (1987, p. 22) explica que “o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos”.

A partir da apreensão de uma parte do processo, há recontextualização dos fatos, que dão novo significado ao evento, reconstituindo-o. “A reconstituição de uma seqüência de fatos é uma constante no cotidiano jornalístico. Esse acontecimento produz uma alteração substancial no sentido de qualquer realidade, da qual é retirado o critério ontológico de sentido, substituído por critérios jornalísticos de exposição” (MARTINO, 2003, p. 69).

A partir dessa descontextualização e recontextualização, o jornal, intencionalmente, também, pode distorcer os fatos. Neste caso, “o efeito de distanciamento entre o fato e sua reinserção no cotidiano é reforçado pela estrutura da reportagem” (MARTINO, 2003, p. 69). Essa mudança de sentido no conjunto dos acontecimentos pretende formar uma consciência que leve a uma ação pretendida pelo meio, reforçando um fator ideológico.

Seguindo o pensamento de Edgar Morin, Bosi (1986, p. 52) explica que os jornais, como um bem produzido pela indústria cultural, possuem uma organização que estrutura o

¹⁵ A sua ausência, aqui, está no sentido de não tê-lo vivenciado em todas as suas etapas: elaboração, organização e evento, não está a par do todo.

que é produzido, não permitindo uma grande variação do modelo. “O padrão, na indústria cultural, adviria do recurso aos arquétipos, ‘padrões-modelos’ do espírito humano, ‘necessidades estruturadas’”. Bosi (1986, p. 53) ainda acrescenta: “da repetição do esquema à saturação, da saturação ao invento de um novo esquema: eis a dialética a que estão sujeitos os emissores da mensagem de rádio, de TV [...]”. Os meios de comunicação têm uma tendência a repetir os padrões ao invés de construir novos. Flausino (2001, p. 109) reforça: “o jornalista faz é construir, diariamente, personagens e situações de repetição, modelos que são absorvidos como ideais”.

A credibilidade conferida aos jornais se apóia na seriedade com que o meio de comunicação transmite a informação. “A marca da empresa que fabrica qualquer produto é a principal garantia da sua qualidade e duração” (FLAUSINO, 2001, p. 106). Também, leva-se em conta o respaldo de quem a anuncia, ou seja, autoridade de quem emite opinião no jornal, constituindo-se fonte da informação. No entanto, as fontes dos jornais e o próprio jornal, na elaboração de seu discurso “axiomático”, restringem-se a contemplar aspectos que, para eles, são relevantes ou omitem fatos esclarecedores. Por isso, não podemos ter a ilusão de que as informações ali veiculadas são inocentes.

Os jornais são importantes meios de democratização da informação, não apenas no sentido de poder optar pelo programa a que assistir, que jornal ler. Num mundo onde o saber estabelece o diferencial, os desinformados, segundo Pontes (2001), são os primeiros a serem excluídos num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

2.1.1. Os Bens Simbólicos

Os MCSs¹⁶ são geradores de bens simbólicos, “Estes [bens simbólicos] constituem realidades com dupla face - mercadorias e significações -, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 102). As notícias dos jornais, a partir destes bens, constituem-se em informações que

¹⁶ Os Meios de Comunicação Social fazem parte do sistema de bens simbólicos uma vez que produzem bens culturais inseridos no campo da indústria cultural, ao tempo em que proporcionam a circulação e o consumo destes bens, legimando-os. Esta indústria está atrelada à lei da concorrência e, portanto, ávida por ampliar o seu mercado.

estruturam a realidade e apresentam-se como uma possibilidade de se compreender o mundo. Tais notícias funcionam como intermediárias das estruturas estruturantes¹⁷.

Bourdieu (2000) aponta os instrumentos de conhecimento como estruturas estruturantes, e a língua ou a cultura, os discursos e os MCSs como estruturas estruturadas. Os MCSs colocam as pessoas a par dos conhecimentos sobre o mundo “objetivo”, dando a explicação, mesmo que não explícita, porque o mundo é como é. “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 2000, p. 9).

São os bens simbólicos¹⁸ que possibilitam a integração da sociedade e cooperam, de forma efetiva, para que se chegue a um “*consensus*’ acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2000, p. 10).

Os jornais, ao elaborarem sua produção simbólica, o fazem estruturando as notícias que desejam retratar a “realidade” de acordo com os seus interesses de classe. Portanto, ao tempo em que elaboram um discurso humanitário em que todos são iguais e têm o mesmo direito, num mesmo discurso ou em outro, estabelecem as diferenças e legalizam as distinções. Esta estratégia é usada para que todos aceitem como natural o que é construído. Os especialistas da produção simbólica na imprensa criam expressões, hierarquias, valores para validar suas produções. A estratégia pretende legitimar os produtos divulgados nos jornais ao colocá-los em evidência, excluindo outras possibilidades. Assim explica Bourdieu (2000, p. 14):

[...] É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustada às estruturas sociais.

¹⁷ Que determina a estruturação.

¹⁸ Através destes bens simbólicos se organiza o mundo, buscando por meio deles fixar um consenso a partir do qual é possível a dominação ideológica da classe que está no poder. As Representações Sociais são construídas dentro deste sistema. O ato de representar é um dos componentes deste meio de comunicação. “Além da figura, ele [o ato de representar] carrega sempre um sentido simbólico” (MOSCOVICI, 1978, p. 65).

A legitimação da produção simbólica dos jornais é conseguida através da repetição “reduplicação incansável dos mesmos objetos, dos mesmos sinais, onde quer que seja possível realizar uma combinação feliz e entendê-la” (MOSCOVICI, 1978, p. 62), ou também, por meio dos destaques, das metáforas, dos atributos. Utilizando-se destes artifícios, os MCSs içam a imagem de um objeto como de uma instituição (escola), expondo a sua conceituação, solidificando as colunas que a estruturam no espaço social produzindo sentidos coletivos. Concebe-se, desta forma, uma simbologia e elabora-se uma representação da escola.

A construção desta simbologia favorece a incorporação da imagem da escola que se quer imprimir, sem maiores questionamentos. Percebemos, aqui, o potencial do domínio simbólico. Segundo Bourdieu (2000, p. 14),

o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo obtido pela força (física ou econômica) [...].

Os meios de comunicação, a partir da simbologia, colaboram no estabelecimento da hierarquia pela força impressa pelo discurso. Essa hierarquia é estabelecida pela classe dominante, que a estruturou ao selecionar os sujeitos que falam, ao determinar o lugar de cada um no discurso. Assim, a comunicação, mediante bens simbólicos, é poder que institui as relações e cristalizam-nas em estruturas hierárquicas que são respeitadas pelas classes dominadas.

Segundo esse mesmo autor, o poder simbólico não habita nos sistemas simbólicos em si, mas na crença, “na legitimidade das palavras e daquele que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2000, p. 15). A palavra precisa estar legitimada, e os meios de comunicação fazem isso na medida em que reproduzem o discurso das autoridades que já têm o seu poder ratificado pela sociedade.

Portanto, os discursos veiculados nos jornais são originados por fatores sociais e históricos. Fiorin (1990, p. 53) afirma: “o que está na consciência é provocado por algo exterior a ela e independente dela”. Assim, a concepção que se tem do mundo é mediada; os sentidos são veiculados através da linguagem por meio do discurso, mas esse é elaborado para que o homem veja a realidade sob determinado prisma, com isso, formando a sua consciência. “Isso significa que o discurso não reflete uma representação sensível do mundo, mas uma

categorização do mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social” (FIORIN, 1990, p. 54).

2.1.2 O *Habitus*¹⁹ no Jornalismo

Nos meios de comunicação, cabe ao jornalista definir o que é relevante a partir dos fatos do cotidiano, e que a linguagem deve revestir a informação. “Nem todos os fatos podem ser publicados, nem todos os fatos publicados serão destaques, nem todos os destaques serão manchetes” (MARTINO, 2003, p. 108).

A delimitação do que é notícia é incorporada pela prática a partir do valor atribuído ao fato. A escolha do que é publicado sobre educação, sobre política, sobre movimentos sociais tem como critério a importância dada ao evento.

A prática do jornalismo clássico quer convencer de que as notícias publicadas são arbitrárias, os acontecimentos contêm neles mesmos o seu valor e determina a sua inclusão ou expurgo. Com isso, camufla a existência de uma classificação. Martino (2003, p.108) esclarece que “os anos de redação deixam evidente aos olhos de todos o que é e o que não é notícia, em uma espécie de acordo tácito de percepções do que deve e não deve ser tratado pelos meios”. Na mídia, o que se opõe a estes critérios é imediatamente descartado.

A definição do que é notícia obedece a regras e a critérios objetivos. Martino (2003, p. 108-109) adverte que “se a percepção dessas classes não era feita pelo produtor, imerso na prática e, portanto, dotado de um *habitus*, era possível aferir as regras objetivadas em sua forma final – a notícia”. Analisando as matérias, pode perceber-se que há categorias objetivas para que um fato se constitua em notícia.

Para os jornalistas, os fatos no cotidiano têm um valor simbólico que aponta para a possibilidade de o fato tornar-se notícia. Aumentando o valor simbólico, cresce a possibilidade de estar nas páginas do jornal.

O jornalista, também, tem o seu capital simbólico. Ter boas fontes, que garantam informações impactantes, geradoras de notícias, faz crescer o capital simbólico do repórter.

¹⁹ O *habitus* são ações automáticas que se executam no cotidiano de forma mecânica, quase automática, já que foram interiorizadas, conduzidas por um princípio estruturado de ações, percepções e comportamentos. Corresponde à apreensão de um modelo que é posteriormente reproduzido em situações semelhantes no futuro. A sua incorporação no comportamento proporciona transformação das práticas estruturadas em práticas naturais.

“O valor de um articulista, por exemplo, decorre do valor de suas notícias. Não por acaso, a possibilidade de transformação do fato em notícia é chamada de “valor-notícia” de cada acontecimento” (MARTINO, 2003, p. 109).

Martino (2003, p. 111) argumenta que não é a subjetividade que vai conferir ao fato valor de notícia, uma vez que vários meios de comunicação anunciam o mesmo fato. Se fosse subjetivo, cada um divulgaria a informação que o interessava e “o grau de coincidência informativa entre veículos de imprensa seria zero”.

Os noruegueses J. Galtung e M. Ruge estabelecem alguns critérios objetivos de triagem da notícia. Nesse processo, é destacada a figura do editor, aquele que define o que será veiculado nos meios de comunicação, denominado também de *gatekeepers*²⁰. Galtung e Ruge “[...] partem do princípio de que a ação dos *gatekeepers* é orientada por sua imagem da realidade, mas agregando aos critérios de imprensa as relações entre jornalistas e as dinâmicas internas do campo” (MARTINO, 2003, p. 112).

Eles estabelecem doze fatores que servem de critério para a seleção da notícia. Entre eles estão: a frequência ou momento do acontecimento, a magnitude do acontecimento, a clareza, a significação, a correspondência ou consonância com o que é esperado, o inesperado, a continuidade, a composição -, tendo em vista o conjunto de informações veiculadas no meio de comunicação, as notícias de países do primeiro mundo, as reportagens sobre a elite, a personalização e o negativo.

O repórter é limitado por condições espaço-temporais, ou seja, espaço disponível para produzir o texto e o tempo de entrega do material. Para compor a notícia, ele desenvolve competências que vão caracterizar a sua prática como jornalista. Essas visam à sua sobrevivência.

O jornalista se diferencia pela qualidade do produto final e pela sua inter-relação no contexto social. Essas competências são uma síntese, um resultado final das condições objetivas que encontra e das subjetivas com que se depara, como: as emoções, os valores morais, estéticos, políticos e os ideais. As condições objetiva e subjetiva geram uma síntese, que Martino (2003) chama de *habitus* jornalístico.

²⁰ O *gatekeeper* é descrito como um homem de 40 anos, há 25 na profissão ou jornalista experiente a ponto de incorporar um *habitus* de ação.

Assim, Martino (2003, p. 115) sintetiza esse movimento: “a dialética entre as condições objetivas pretendidas e a ação subjetiva aparente resolve-se na síntese do comportamento objetivo interiorizado gerador de novas práticas – o *habitus* profissional em ação”. Martino (2003, p. 75) esclarece que “a postura corporal, a linguagem, as capacidades de aprendizado e até o gosto estético do indivíduo são gerados pelo *habitus*”. Portanto, essa prática incorporada envolve condições objetivas: a profissão, a necessidade, a sobrevivência; e condições subjetivas: o prazer, o gostar de fazer, a sua criatividade. A partir desses elementos, chega-se à síntese e constrói-se uma nova prática, que é o *habitus* em ação. Já que houve a assimilação, pode-se, agora, dar um salto e elaborar uma técnica que é caracteristicamente sua.

No jornalismo, o profissional é valorizado pelo seu desempenho: desembaraço, articulação com fontes de prestígio e faro para chegar primeiro ao fato e noticiá-lo antes dos concorrentes. Tem-se, aqui, a incorporação de esquemas de ação e produção para que haja a construção da notícia. “O *habitus* torna-se uma espécie de matriz geradora de esquemas de ação e percepção social que, sob a ilusão da naturalidade, parecem ao indivíduo como absolutamente corretos e coerentes” (MARTINO, 2003, p. 75).

2.3 Os Meios de Comunicação como Esfera Pública

Novelli (2001, p. 200) mostra que “os estudos baseados na esfera pública tendem a privilegiar as análises dos meios de comunicação, considerando que são eles que possibilitam as trocas de informação na sociedade e, portanto, viabilizam o próprio funcionamento da esfera pública”.

Foi a partir do século XVIII que “em termos históricos, o fenômeno da esfera pública surgiu” (NOVELLI, 2001, p. 200), neste momento, o jornal aparece como instrumento usado pela burguesia com o desejo de influenciar as decisões do Estado. Nesta época, a esfera pública se caracterizou como instância capaz de fazer a ponte entre o público e o Estado.

Nesse período (séc. XVIII), vigorava o Estado Liberal de Direito quando a vontade do rei foi substituída pela do povo. Nesse contexto, a instituição de um espaço público foi

vital, pois os jornais, enquanto esfera pública, criaram a possibilidade de o Estado tomar conhecimento das idéias, opiniões e vontades da sociedade.

No entanto, quando a burguesia se insere na área política, representada pelo Estado, Habermas, de acordo com Novelli (2001), detecta uma mudança na estrutura da esfera pública. Ela deixa de ser o espaço de debate de idéias para ser colaboradora na manutenção da classe hegemônica²¹ burguesa, agora, classe dominante.

O Estado passa a transferir as competências do espaço público para o privado. Nessa etapa, os jornais - agora como meios massivos – “tendem a privilegiar os interesses privados e econômicos em detrimento dos interesses públicos, a própria função de formação do público encontra-se ameaçada no interior da esfera pública” (NOVELLI, 2001, p. 201). Desta forma, os meios de comunicação se aproximam da esfera privada.

Essa invasão do espaço público pelo privado se efetiva a partir da segunda metade do século XIX, quando o capitalismo e a indústria são implantados. Desde esse período, o jornal deixa de ser sustentado pelas notícias e passa a ser financiado pela venda dos espaços publicitários. A lógica que passa a permear os meios de comunicação é proveniente dos interesses privado e econômico.

O espaço privado, como explica Hannah Arendt (2000), é o espaço do *labor*, marcado pela hierarquia e assimetria entre os pares, o que gera as desigualdades. Essas relações suscitam um comportamento imposto a partir de regras.

Penetrando na esfera privada, o jornal aparece como uma vitrine. Ele fabrica um discurso que é argumentativo, mas nem sempre numa argumentação que conduza à verdade, pois, semelhante à esfera privada apontada por Arendt (2000), o discurso é perpassado por interesses. Aquele não é dos iguais, mas da dominação que leva a um agir coercitivo, onde o poder se legitima.

Os jornais, assim, têm uma função importante para o Estado. Eles atuam como instrumentos infiltradores do consentimento dos governados e fazem permear a ideologia que age como cimento em busca da unidade de pensamento social. Citando Gramsci, Bárbara Feitag (1985) coloca os MCSs, e também a escola, como instituições da sociedade civil²².

²¹ A classe hegemônica é a classe dominante que quer se perpetuar no poder, para isso, se utiliza das instituições da sociedade civil para manter o controle sobre a sociedade.

²² Para Gramsci, as associações privadas: meios de comunicação de massa, a escola, sindicato, Igreja, clube são as instituições que compõem a sociedade civil, enquanto o poder repressivo e a classe dirigente: governo, tribunais, exército e polícia compõem a sociedade política.

Gramsci os considera como o espaço da persuasão e do consenso; enquanto a sociedade política, em oposição, é o espaço da repressão e da violência. Os dois espaços se complementam para sustentarem a estrutura do poder que é o Estado.

As ideologias que permeiam a sociedade civil, através dos MCSs e da escola, por exemplo, são formuladas pela classe hegemônica. Impõem um entendimento do mundo “que, aceita e assimilada por esta [classe subalterna] constitui o que Gramsci chama de senso comum” (FREITAG, 1986, p. 38). Desta forma, a ideologia dominante, historicamente transmitida, torna-se senso comum. Tem-se estruturada uma relação pedagógica que pretende transmitir um saber, uma prática, uma intenção.

Por outro lado, há uma dinamicidade no interior dos jornais, pois, neste mesmo espaço (dos jornais), a sociedade civil aproveitando-se das brechas contraditórias permitidas pelo sistema, ou criando-as, podem inserir a contra-ideologia. Esta dará um novo enfoque da realidade, desestruturando o senso comum. Por este meio, Gramsci admite que a sociedade civil tenha em mãos “essa dupla função estratégica (ou seja, a função dialética) de conservar e minar as estruturas capitalistas” (FREITAG, 1986, p. 37).

Bernard Floris, citado por Novelli (2001, p. 203), destaca a importância do espaço público “[...] onde se manifestam a tensão entre um princípio simbólico de legitimidade da formação do poder político e de legitimação de sua atividade e a existência de laços sociais de desigualdade e dominação que se objetivam dentro de um campo social autônomo, concorrente e independente”.

A partir destes pressupostos, a esfera pública é situada como o espaço mediador de interesses opostos, “passando necessariamente pelas formas culturais e simbólicas de formação da opinião, já que ela é o espaço de circulação das idéias e opiniões vigentes na sociedade” (NOVALLI, 2001, p. 203). O Estado, no entanto, tem o cuidado de intervir quando a contra-ideologia ameaça a sua sustentação. Nas escolas, por exemplo, faz reformulação das leis tais como reforma no ensino que elabora uma nova concepção de mundo com o objetivo de manter a dominação. Nos meios de comunicação, há um suprimento do espaço público, que passa a ser ocupado pelo privado.

2.4 Jornais: Espaço das Idéias e da História.

Apesar de todos os desequilíbrios de força, os meios de comunicação são o espaço em que as idéias se confrontam. Por isso, são reconhecidos como espaço plural, pelo menos, aparentemente. Lugar privilegiado, ele traz visibilidade aos fatos e sociabiliza os saberes.

Além disso, como registro, o jornal é guardião da história. Ele é canal onde o sujeito evidencia o seu mundo, sua cultura, seu dia-a-dia. A construção da história e as transmissões do mundo cultural para ações futuras são perpetuadas no tempo por meio dos recortes da vida cotidiana divulgados nos jornais. Eles vão entrelaçando as relações entre pessoas e fatos. Não se pode esquecer de que os jornais dão vazão, também, às aspirações individuais. Como lembra Arendt (2002, p. 66): os homens vaidosos buscam admiração pública que gera *status*, “a admiração pública é consumida pela vaidade individual”.

Habermas (1987) nos esclarece que é através do sujeito que se pode ler a história do mundo. O sujeito incorpora e transmite o mundo mediante a cultura que se concretiza através dele. “O sujeito cognoscente é, ao mesmo tempo, parcela de um processo a partir do qual o mundo cultural se impõe como realidade própria” (HABERMAS, 1987, p. 163).

Pode-se, então, perceber que ao tempo em que o sujeito produz os objetos do mundo, culturalmente, constitui o próprio mundo. “Aquele que conhece o mundo histórico é idêntico àquele que o produz” (HABERMAS, 1987, p. 163).

Portanto, depara-se o leitor dos jornais com uma dupla leitura: a da história de vida do homem e a história das vivências históricas do mundo que englobam as experiências acumuladas. É a linguagem que funciona como mediadora destas leituras que se dão por meio da vida, pela expressão e pela compreensão que funciona como plano metodológico.

A linguagem deve ser comum a todos, ou seja, ter “validade intersubjetiva de um mesmo símbolo para um grupo de sujeitos que se comunicam entre si na mesma linguagem” (HABERMAS, 1987, p. 168). A linguagem é o suporte das Representações Sociais. Ordaz e Vala (1988, p. 111) assim se expressam: “os processos de comunicação estão na gênese das representações sociais. Esta são desenhadas na comunicação interpessoal, intergrupala e na comunicação social; são criadas para comunicar e no ato de comunicar”.

Os jornais possibilitam, portanto, fazer ampla leitura do homem e do mundo e captar as Representações Sociais construídas por meio da linguagem, já que a linguagem retrata as práticas sociais. Nessa perspectiva, buscou-se apreender as Representações Sociais elaboradas sobre a escola pública de Teresina nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

CAPITULO III

3 PERCURSO METODOLÓGICO.

3.1 Material para Análise

A presente pesquisa teve como fonte exclusiva os jornais de Teresina que circularam no período de 1960 a 1989 com vistas a perceber como os jornais impressos representaram a escola pública ao longo desse período.

Para tanto, foram selecionados estes jornais: O Dia, Estado do Piauí, Jornal do Piauí e O Estado²³. É importante acentuar que o Estado do Piauí só circulou até 1978; o Jornal do Piauí, até 1982. Na década de 80, para não se ter como referência apenas o jornal O Dia, lançou-se mão, apenas nesta década, de O Estado. A escolha dos impressos fundamentou-se na circulação periódica que eles tinham na época em estudo.

A variedade teve por objetivo possibilitar uma percepção mais ampla sobre o tema em análise o que libertaria de uma visão unilateral proporcionada por uma única fonte. No entanto, ressalte-se que o único jornal disponível (de 1966 até 1969) e, portanto, que percorreu todo o período de estudo, ou seja, os 30 anos, foi O Dia. Portanto, sempre se recorreu a ele quando os cadernos de um determinado ano não estiveram completos ou não havia qualquer outro jornal naquele ano.

A análise de cada periódico foi realizada mediante a escolha de um jornal a cada ano, ou seja, no ano de 1960, Estado do Piauí; em 1961, O Dia, e assim sucessivamente, conforme o Quadro 1 apresentado a seguir.

Quadro 1 – Jornais Selecionados por Ano.

²³ É importante observar que o jornal “O Estado do Piauí” e “O Estado” são publicações distintas, não havendo entre eles qualquer relação.

Ano	Jornal	Ano	Jornal	Ano	Jornal
1960	Estado do Piauí	1970	O Dia (jan. a abr.) e Jornal do Piauí (maio a dez.).	1980	O Dia ²⁴ (jan.) Jornal do Piauí (Jan. a dez.).
1961	O Dia	1971	Jornal do Piauí	1981	O Estado
1962	Jornal do Piauí	1972	O Dia	1982	O Dia
1963	Jornal do Piauí	1973	Jornal do Piauí e O Dia (só jan.). ²⁵	1983	O Estado
1964	O Dia	1974	O Dia	1984	O Dia
1965	O Dia (jan. a abr.). Estado do Piauí ²⁶ (maio a dez.).	1975	Estado do Piauí e O Dia (só Jan.). ²⁷	1985	O Estado
1966	O Dia	1976	Jornal do Piauí (jan. a dez.) O Dia ²⁸ (jan.).	1986	O Dia
1967	O Dia	1977	O Dia	1987	O Estado
1968	O Dia	1978	O Estado	1988	O Dia
1969	O Dia	1979	O Dia	1989	O Estado

Em cada mês do ano referido, foram selecionadas de duas a seis informações jornalísticas (matérias, artigos, editorial, colunas, etc) conforme o desdobramento e interesse para o estudo.

A amostragem foi obtida ao acaso; no entanto, em quantidade suficiente que possibilitasse delinear, com clareza, as Representações Sociais da escola pública nos jornais impressos de Teresina daquela época.

Para análise, selecionaram-se editoriais, artigos, notícias, notas das escolas nos níveis: primário, ginásial e científico²⁹, tanto referentes às escolas públicas quanto às particulares. Como o período estipulado para análise foi significativo, proporcionando um grande volume de material coletado, o *corpus* da análise foi constituído a partir de uma amostragem representativa do universo que possibilitou uma otimização do trabalho analítico.

²⁴ Em 1980, pesquisou-se o mês de janeiro O Dia para acompanhar o resultado do vestibular, já que no Jornal do Piauí não consta essa informação.

²⁵ Além do Jornal do Piauí, selecionou-se também O Dia de 12-01-73, data em que saiu o resultado do vestibular daquele ano, porque no Jornal do Piauí não consta essa informação.

²⁶ O único jornal que o Arquivo Público possui de 1965 é o Estado do Piauí, mas não constam os quatro primeiros meses. No arquivo do jornal O Dia, foi possível completar os meses que faltavam.

²⁷ Além do Jornal do Piauí, pesquisou-se ainda no jornal O Dia de 09-01-75 quando é divulgado o resultado do vestibular de 1975, uma vez que o Jornal do Piauí não dá destaque ao resultado.

²⁸ No ano de 1976, pesquisou-se também o mês de janeiro de O Dia, para acompanhar o resultado do vestibular, que no Jornal do Piauí não consta.

²⁹ No quadro 2, é apresentada a organização do *corpus* analisado com vistas na observação das categorias

A coleta do *corpus* deu-se no Arquivo Público de Teresina e no arquivo do jornal O Dia. Nestes espaços, os jornais selecionados foram fotografados com máquina fotográfica digital. As fotos foram transferidas para um microcomputador e organizadas em CDs de modo a propiciar melhores condições de trabalho.

3.2 Pré-Análise

Nesta fase de organização, partiu-se para as buscas iniciais quando se entrou em contato com o material a ser analisado. Constatada a disponibilidade, foram selecionados os jornais já citados para o desenvolvimento da pesquisa.

Os primeiros contatos com os jornais, quando ocorreu o reconhecimento dos textos, foram feitos através de leitura flutuante e identificação em caderno de notas. Por meio desse contato, o universo foi demarcado.

3.3 Processo de Análise

Por meio do *corpus* coletado, julgado pertinente e relevante, realizou-se a análise do conteúdo. Ela possibilitou aprofundamento da interpretação dos enunciados em estudo. Foram captadas, a partir das relações entre locutor, interlocutor e contexto social em que foram produzidas, as influências e ideologias que perpassam o texto. Objetiva-se, com isso, recolher a imagem das escolas públicas em cada uma das décadas estudadas: valor, conceitos e Representações Sociais que foram produzidas e veiculadas por meio dos discursos dos jornais em análise.

Em tal procedimento analítico, a unidade de registro foi o tema, entendido como toda sentença que pôs a escola pública primária ou secundária em destaque nos jornais: seus professores, alunos, festas, greves entre outros. A escola particular foi contemplada à medida que fazia contraponto com as escolas públicas.

Para realizar esta análise, buscou-se, nas unidades de sentido do *corpus*, identificar as unidades temáticas com o propósito de classificá-las em suas respectivas categorias e subcategorias, conforme o Quadro 2.

A unidade de contexto foram as políticas educacionais, sociais e econômicas desenvolvidas pelo governo ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. Elas deram subsídios para compreender os caminhos educacionais da escola pública em tais décadas.

Para facilitar a análise, categorizou-se o *corpus* coletado tendo em vista os conteúdos que emergiram nos discursos dos jornais.

Quadro 2– Organização do *corpus* coletado

<u>Categorias</u>	<u>Subcategorias</u>		<u>Temas</u>	
1. Escolas:	1.1 Pública.	1.1.1 Primária.	Matérias que permitem perceber qualidade da escola pública de Teresina e as ações do Estado no setor educacional	1. Imagem positiva ou e negativa da escola pública. 2. Qualidade da Escola.
		1.1.2 Secundária		
	1.2 Particular.		Inserção da escola particular na sociedade. Participação do Estado no financiamento educacional desta escola.	1. Inserção dos estudantes pobres nas escolas particulares. 2. Bolsa de Estudo oferecida pelo poder público.
3. Agentes:	3.1 Autoridades Públicas.	3.2 Diretores 3.3 Professores 3.4 Alunos	Agentes que compõem a vida da escola pública ou que, sobre ela, têm influência.	1. Observar o prestígio do agente no meio social 2. O orgulho ou desprestígio de ser aluno de uma escola pública
4. Greve nas Escolas	4.1 Públicas. 4.2 Particulares.		Movimentos reivindicatórios que paralisaram as atividades dos professores.	1. Quem fazia greve na década de 1960. 2. Como era resolvido o impasse.

3.4 Procedimento Analítico

De modo geral, o presente trabalho teve por objetivo conhecer os conteúdos das Representações Sociais da escola pública, veiculados nos jornais impressos de Teresina, no período de 1960 a 1989. De modo mais específico buscou-se:

- perceber os conceitos e, em resultado, a imagem formada sobre escola pública nas três décadas em estudo;
- captar a importância da figura do professor nos diferentes momentos da história, detectando o grau de capacitação deles;
- observar a influência da legislação: LDB 5.692/71 e suas consequências para as escolas públicas;
- identificar os colégios que se destacam no período do recorte;
- observar o espaço ocupado nos jornais pelas escolas pública e particular;
- perceber as opiniões emitidas sobre a qualidade do ensino.

3.5 Fundamentação Teórica

Os teóricos que deram suporte ao desenvolvimento desta pesquisa estão divididos em três áreas do saber, quais sejam: educação, comunicação social, e psicologia social.

Entre os autores piauienses que ajudaram a formular uma percepção da educação local cita-se: Maria do Amparo Borges Ferro, Maria do Carmo Bezerra Leite, Maria do Carmo Alves Bomfim e Luís Carlos Sales.

Na primeira parte, foi feito um resgate histórico do percurso da educação no Brasil sob a perspectiva de Bárbara Feitag, Willington Germano, Maria Luisa Santo Ribeiro, Nelson Piletti, Cláudio Piletti, Luiz Antônio Cunha.

Por desenvolver a pesquisa a partir das informações jornalísticas, foi necessário discorrer sobre a importância dos meios de comunicação como espaço público onde ocorre a democratização da informação na sociedade, bem como a forma como a história do cotidiano é recolhida e transformada em notícia. Nesta perspectiva, utilizaram-se as contribuições de Márcia Coelho Flausino, Beatriz Santos Pontes, Maria Inês Naujorks, Ana Lúcia Novelli, Ecléa Bosi e Nilson Lages.

O estudo é permeado pela teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e seguidores. Entre eles destacamos: Jodelet, Sá, Margot Madeira, Amanda Mídia Sherer.

E, finalmente, utilizou-se a análise do discurso, bem como a análise de conteúdo, que ajudou a interpretar os sentidos dos enunciados que compõem os jornais a fim de captarem-se os conteúdos manifesto e latente. Nesta perspectiva, contou-se como referência principal Eni P. Orlandi e Bardin.

CAPITULO IV

4 ESCOLA PÚBLICA ESPAÇO DE PRESTÍGIO

A presente análise cobre a década de 1960, com vistas a estimar o valor social da escola pública de Teresina. Nos capítulos posteriores, faz-se o mesmo em relação às décadas de 1970 e 1980.

Por essa perspectiva, observa-se que as escolas públicas de Teresina, na década de 1960, desfilavam cheias de pompa nos jornais, espaço de prestígio e de circulação das informações dentro da sociedade. Estar nos jornais era estar viva, pulsante nas conversas, tema do dia, principalmente se a matéria era provocada por “picuinhas” e jogo de poder, isso não faltava na imprensa da época.

Salienta-se o destaque dado pelos jornais ao Colégio Estadual³⁰ e à Escola Normal Antonino Freire. As atividades desenvolvidas nestas duas instituições eram notícias com frequência. O teor das informações que circulavam nos jornais enaltecia tanto os professores quanto às instituições.

O Colégio Estadual e a Escola normal <<Antonino Freire>> desta capital, continuam a **merecer do Governo, o mais vivo interesse**. Neste último estabelecimento, foi criado o curso noturno [...] (*O TRANSCURSO de um Ano de Fecunda Administração*³¹. Estado do Piauí, Teresina, 4 jan. 1960, p. 1, grifô nosso).

No último dia 15 de maio corrente, transcorreu o meio-século de vida – de **tradição e glórias** (sic) – da Escola Normal Oficial. Instituto de Ensino dos mais importantes do Estado, ali têm pontificado **Corpos Docentes os mais brilhantes**, bem assim, dela teem (sic) saídos professoras de grande valor (sic) (*BRITTO, Buggyja. Escola Normal no seu Cincoentenário* (sic). Estado do Piauí, Teresina, 19 maio 1960, p. 3, grifô nosso).

³⁰ No transcorrer dos anos, o Liceu recebeu várias denominações entre elas: Colégio Estadual ou Colégio Estadual do Piauí, Liceu Piauiense. Ele também era identificado através da sigla: C.E.P.

³¹ Discurso de Chagas Rodrigues transcrito no jornal Estado do Piauí.

O aumento do salário dos professores concedido pelo Governador Chagas Rodrigues evidencia o reconhecimento do trabalho dos mestres, ao tempo em que se opõe a fofoca de bastidores que criticava o governador no que tange a sua política salarial.

Em 31 de janeiro de 1959, quando o Governador Chagas Rodrigues assumiu o Governo, um professor do Colégio Estadual do Piauí ou da Escola Normal <<Antonino Freire>>, percebia por mês CR\$ 6.180,00, estava obrigado a dar 40 aulas por mês, e percebia por aula excedente cinquenta cruzeiros. Agora, com o novo aumento de iniciativa do Governador Chagas Rodrigues, um professor secundário perceberá por mês dez mil cruzeiros, fica obrigado a ministrar apenas trinta e duas horas e por aula excedente terá cem cruzeiros. Que diz sobre isso o Prof. Arimatéia Tito? Acha pouco? Critica o Governo? Alem (sic) dessas vantagens, o Professor Secundário terá também, uma gratificação de magistério de dois mil cruzeiros, desde que lecione há dez anos (*O NOVO Aumento e Os Professores Secundários e Primários. Jornal do Piauí, Teresina, 18 dez. 1960, p. 6*).

A escola secundária da década de 1960 não era para todos. O Exame de Admissão, uma espécie de vestibular da época, atuava como obstáculo para se conseguir matrícula. Bourdieu (1996, p. 37, 38) comenta que existe uma ruptura entre os alunos das grandes escolas e das pequenas e a aprovação no concurso é um dos elementos divisores – no caso do Liceu, o exame de admissão. O exame atua como um instrumento selecionador que institui fronteiras sociais, isso porque é estabelecido “pela ruptura ritual, verdadeira fronteira mágica, que ele institui ao separar o último diplomado do primeiro reprovado por uma diferença de natureza, marcada pelo direito de usar um nome, um título”.

No início do ano, o edital de inscrição para o exame de admissão nos colégios públicos saía nos jornais e atraía quem tinha chegado à idade de avançar nos estudos.

De ordem do Sr. Diretor do Colégio Estadual do Piauí, tomo público, para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas, nesta Secretaria, de 18 a 30 de janeiro do corrente ano, no expediente de 8 às 11 horas, diariamente, as inscrições aos Exames de Admissão ao curso ginásial para ambos os sexos devendo os candidatos apresentarem os seguintes documentos, no ato da inscrição [...] (*COLÉGIO Estadual do Piauí-2ª Época do Exame de Admissão. Estado do Piauí, Teresina, 24 jan. 1960, p. 3*).

A dificuldade de passar no exame de admissão nos colégios oficiais é evidenciada em nota oficial publicada no jornal Estado do Piauí:

O Exmo. Sr. Governador do Estado recomendou à Secretária da Educação e Saúde que, nos editais de inscrição ao exame de admissão para ingresso no curso ginasial dos estabelecimentos oficiais de ensino, se faça constar o número de vagas a serem preenchidas bem como que se observe o disposto no art. 140 da Constituição do Estado, o qual determina a reserva de vinte por cento das matrículas nos estabelecimentos oficiais para os estudantes reconhecidamente pobres. Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 21 de novembro de 1960 (*NOTA OFICIAL do Governo. Estado do Piauí, Teresina, 24 nov. 1960, p. 1*).

Vê-se que, para os estudantes pobres, a lei reservava um percentual de vagas nas escolas públicas. A determinação comprova a concorrência acirrada que já sucedia entre alunos da elite e os carentes, não fosse assim, o estabelecimento de cotas estipulado em lei não teria sentido.

O que atraía o interesse dos estudantes da elite para a escola pública secundária? Por que eles se interessavam pelas vagas nos colégios públicos? Esse colégio tinha que ter um diferencial em relação às escolas particulares da década de 1960. É esse diferencial que se busca para perceber o valor da escola pública da época.

Nesse sentido, observou-se nos jornais que tanto as matrículas do Colégio Estadual quanto o exame de admissão eram divulgados, naquele ano – 1960, por meio de edital, dando um amplo conhecimento à comunidade sobre a programação do colégio. Outro aspecto importante era a existência de normas no Colégio Estadual. Elas controlavam as transferências de alunos e excluía os reprovados ou os que não tivessem boas notas. As determinações divulgadas no edital 1/60³², juntamente com o anúncio das matrículas, levam a perceber que a norma era estabelecida.

[...]

5 Não se aceitam transferências:

- a) para 1^a. e 2^a. séries do curso ginasial, nem para a 2^a. e 3^a. séries do curso científico.
- b) de alunos reprovados em outros estabelecimentos.

6 Não é permitido matrícula aos alunos do Colégio Estadual do Piauí reprovados mais de uma vez na mesma série e aos que cursavam no mesmo Colégio e abandonaram o curso, sem que hajam legalmente cancelado a matrícula. Igual proibição se estende aos estudantes que não tiveram bom procedimento em 1959, atestado pelo Diretor, professores e chefes de disciplina

³² O edital 1/60 assinado pelo diretor, Valdemar Sandes, conclama os alunos para efetuarem a matrícula no colégio.

7 Os alunos dos cursos diurnos são obrigados a possuir a caderneta de frequência (sic), adquirida na própria (sic) secretaria (sic) do Colégio. (*EDITAL: Colégio Estadual do Piauí, Estado do Piauí, Teresina, 11 fêv. 1960, p. 2*).

No item dez do edital 1/60, evidência, ainda, que os alunos da Escola Normal tinha preferência na disputa das vagas do Liceu Piauiense como fica expresso quando afirma que “os concludentes do ginásio (sic) da Escola Normal <<Antonino Freire>> terão primazia sobre os demais no que respeita (sic) a (sic) matrícula (sic), na primeira série do curso científico (sic)” (*EDITAL: Colégio Estadual do Piauí, Estado do Piauí, Teresina, 11 fêv. 1960, p. 2*).

A Escola Normal, no edital nº 3/60, que abre as inscrições para o exame de admissão, no art. 4º, torna público que há reserva de vagas para os estudantes carentes na 1ª série ginásial nos turnos diurno e noturno. O fato, novamente, evidencia a grande demanda pela escola pública da época o que significa que as vagas eram disputadas.

[...]

4º) Certificado de conclusão de curso primário oficial, ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária.

Outrossim, determina que é de 200 o número de vagas na primeira série ginásial, no próximo ano letivo e que de acordo com o artigo 140 da Constituição Estadual, 20% dessas vagas serão destinadas às candidatas aprovadas e reconhecidamente pobres (*GINÁSIO Estadual da Escola Normal “Antonino Freire”. Estado do Piauí, Teresina, 27 nov. 1960, p. 2*).

Pode-se perceber, ainda, o valor do Colégio Estadual no cenário desta capital, ao se considerar a disputa que se travava para ser diretor daquela instituição. Evidencia-se, nos jornais, o interesse por conquistar o cargo. Na época, vivia-se intensamente a disputa pela vaga. A contenda extravasava as paredes do colégio, percorria as ruas e, nos jornais, espaço de conflito, travavam-se brigas marcadas por palavras ácidas e irônicas.

A rixa era protagonizada por dois professores e também jornalistas: Cunha e Silva, que escrevia no Jornal do Piauí em 1961 (no ano seguinte em O Dia), e Arimatéia Tito Filho, que tinha uma coluna em O Dia. Portanto, os dois eram conhecidos não só pela comunidade escolar como também por toda a sociedade. Ambos pleiteavam ocupar a vaga de Waldemar Sandes. Ressalta-se um trecho da matéria publicada no jornal Estado do Piauí, que mostra o tom dos atritos.

Comenta-se nas rodas de professôres secundários a **desorientação** de Arimatéia Tito Filho com a escolha do prof. Cunha e Silva para a direção do Colégio Estadual do Piauí, o **mimado jornalista** do PSD vivia publicando **listas imaginárias** de professôres que haviam recusado o pôsto, para fazer o jôgo político do seu partido, e impressionar os professôres tímidos. A campanha jornalística de Arimatéia Tito Filho tinha em vista evitar que o Govêrno encontrasse um professor à altura do cargo.

No fundo, Arimatéia Tito Filho queria **ser o Diretor para voltar a gozar a vida, como no belo tempo em que atraia muita gente para as recepções que dava constantemente. Os acontecimentos do mês de junho em que estiveram envolvidos alunos do Colégio Estadual revelaram o plano de Arimatéia, mas êle não teve sorte. Será diretor do Colégio Estadual Cunha e Silva, em vez de Arimatéia [...]** (*O DESCONTENTAMENTO de Arimatéia Tito Filho. Estado do Piauí, Teresina, 3 jul. 1960, p. 1, grifô nosso*).

Como se observa, os bastidores do processo de escolha do diretor eram bastante explorados pela imprensa local, dando indícios de que o cargo de diretor da instituição trazia prestígio.

Tal prestígio pode ser aferido na edição do jornal de 25 de agosto 1960, em matéria intitulada “Tem Novo Diretor O Colégio Estadual”, quando comemora a indicação do novo diretor do colégio, exaltando através do seu trabalho as suas qualidades pragmáticas. O perfil de Cunha e Silva traçado pelo jornal comporta a garra e a força de quem tem a capacidade para construir uma escola de valor:

[...] **acertada medida** do Exmo. Sr. Governador do Estado – **Professores, alunos e funcionários daquele educandário receberam com real satisfação o decreto governamental** – Fala à nossa reportagem o prof. Cunha e Silva [...].

[...]

Logo que assumi a Direção do **tradicional Colégio** Estadual do Piauí, a treze de julho próximo passado, por decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado, **assim inicia o acatado professor e jornalista Cunha e Silva a sua entrevista ao nosso órgão**, tracei um programa de ação que imediatamente procurei pôr em prática, como seja: asseio no campo da educação física; providência para não faltar água no colégio; aquisição de material de concêrto nas pias daguas (sic) e aparelho sanitário; concêrto nos quadros negros; aquisição de material para as salas de aulas; construção de um poço tubular, já (sic) se encontrando, (sic) nas dependências do Colégio Estadual do Piauí, [...] devendo, por estes dias, ser iniciada a perfuração do mesmo; e a imediata reconstrução [...] [das] calçadas em seu redor, estando taes (sic) providências a cargo da Secretaria de Estado, de Viação e Obras Públicas [...] (*TEM Novo Diretor o Colégio Estadual Estado do Piauí. Teresina, 25 ago. 1960, p. 1, grifô nosso*).

Através da matéria, percebe-se, ainda, quanto o colégio primava por dar aos seus alunos uma formação literária, visto que possuía três grêmios literários, dois jornais e ainda um projeto de criação de uma revista. Tudo isso numa época em que não existiam as facilidades propiciadas pela informática. A presença do grêmio na escola aponta, também, para a politização dos estudantes do colégio.

[...] Circulam no Colégio Estadual do Piauí dois jornais, tendo esta Diretoria nomeado o funcionário e professor Leão Sombra do Norde, coordenador das atividades intelectuais dos três grêmios literários do Colégio, estando ainda em estudo o projeto de fazer editar uma Revista a 4 de outubro (sic) data comemorativa do aniversário do Colégio Estadual do Piauí (*TEM Novo Diretor o Colégio Estadual. Estado do Piauí. Teresina, 25 ago. 1960, p. 1*).

A matéria é fechada com um engajamento do diretor: “[...] [ele] fará do Colégio Estadual do Piauí uma administração à altura das justas e inadiáveis pretensões da laboriosa classe que nele estuda e trabalha para honra e orgulho do povo piauiense!” (*TEM Novo Diretor o Colégio Estadual, Estado do Piauí. Teresina, 25 ago. 1960, p. 1*).

Mas o diretor, também, enfrentava dificuldades, uma era a superlotação associada à pressão dos pais de alunos que queriam transferir os filhos para a instituição, fato anunciado pelos jornais que colabora para evidenciar a procura por vagas do Liceu na década de 1960. Cunha e Silva, sujeito às normas do colégio, foi taxativo: “[...] no momento, não podemos satisfazer os inúmeros pedidos de transferência para o curso ginásial do Colégio Estadual do Piauí em virtude das normas que recebeu do senhor Governador³³ [...]” (*SILVA, Cunha e. Solução de Emergência. O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4*).

Logo no primeiro artigo, as normas definiam em que condições seriam feitas as transferências. O art.1º anunciava: “nos estabelecimentos oficiais de ensino somente serão recebidas **transferências de alunos, quando houver vaga** [...]” (*SILVA, Cunha e. Solução de Emergência. O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4, grifo nosso*). Como naquele momento elas não existiam, eram desfeitas as esperanças de muitos pais.

³³ Cabia ao poder executivo estabelecer as normas no Liceu, tendo para isso a garantia da própria Constituição Estadual, através do art. 66 n° 2. conforme artigo de Cunha e Silva (*O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4*).Vê-se a intervenção direta do executivo naquele estabelecimento de ensino.

Na verdade, o colégio tinha um número excedente de alunos. As salas abarrotadas de carteiras impediam, inclusive, o livre movimento dos mestres, especialmente, em dias de prova, pois “o Colégio está com quase mil e quinhentos alunos nos três turnos, com acréscimo, portanto, de quase seiscentos alunos do número que deve ser lotado” (*SILVA, Cunha e. Solução de Emergência. O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4*). Essa imagem leva ao reconhecimento de que a população crescia e não havia vagas suficientes. Depois, entre todos os colégios, havia preferência pelo Liceu, por se visualizar uma instituição com condições de oferecer educação de qualidade.

O Colégio Estadual tinha as suas deficiências. A superlotação da escola, especialmente nos dias de prova, indica que se pode questionar a motivação dos estudantes em frequentar a escola regularmente e a qualidade desta instituição, mas por outro lado se percebe, também, o interesse dos estudantes, entre eles os da elite – como se vê posteriormente –, em garantir vaga no Liceu, se assim é, devem-se ter no colégio qualidades que suplantam essas carências.

Essa procura pelo Colégio Estadual não se dava por falta de ginásios em Teresina. O jornal O Dia, em 1961, enumera dezessete ginásios³⁴ na capital, alguns particulares, nos públicos, os alunos carentes podiam pleitear matrícula³⁵ e havia os particulares onde os alunos da elite podiam estudar.

Relativamente, a cidade foi grandemente beneficiada com uma rede de ginásios que já atingiu a dezesete (sic), metade dos quais de fundação recente. Senão vejamos. O **Colégio Estadual** abriga três ginásios, um pela manhã, outro à tarde e um noturno. A **Escola Normal** Antonino Freire tem um ginásio pela manhã e outro à noite, perfazendo, assim, cinco. O **Demóstenes** e o **Antônio Costa** abrigam, cada um, dois turnos, o que completa nove ginásios. O **Colégio das Irmãs** tem dois turnos, aumentando, assim, o número de ginásios para onze.

A Arquidiocese mantém o ginásio **Diocesano** em dois turnos e o **ginásio Popular**, elevando o número para catorze. O **Leão XIII**, o ginásio **Eurípides Aguiar** e o **Batista** completam o número de dezesete (sic). Pode ser que tenhamos esquecido algum [...] (*PRECISAMOS de Escola. O Dia, Teresina, 23 fev. 1961, p. 1, grifó nosso*).

³⁴ A matéria conta o número de ginásio por turno.

³⁵ No jornal O Dia 7 mar. 1967, em matéria intitulada “Expansão do Ensino Médio”, conta que os alunos faziam o exame de admissão nas escolas particulares, depois pediam transferência para o Colégio Estadual.

As normas impostas, que limitavam o número de transferências, restringindo-as ao número de vagas disponíveis, e apenas para aqueles que fossem reconhecidamente pobres³⁶, traziam também outras determinações que tinham por objetivo garantir a seleção dos melhores alunos: os que queriam estudar, os que tinham bom comportamento, conforme se vê nos artigos:

Art.1.º - [...] os candidatos (sic) tenham sido aprovados na série anterior **com média não inferior a 7 (sete)** e se se trata de aluno reconhecidamente pobre.

Art. 2.º - **Não serão recebidas transferências de alunos que hajam sido reprovados em outros estabelecimentos bem como tenham sido transferidos por incompatibilidade disciplinar** (SILVA, Cunha e. *Solução de Emergência. O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4*).

Os alunos efetivos, também, estavam sujeitos à exclusão, como afirma o art. 3.º: “aos alunos reprovados duas vezes (sic) consecutivas na mesma série, nos estabelecimentos oficiais, serão expedidas transferências ex-officio” (SILVA, Cunha e. *Solução de Emergência. O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4*).

Se por um lado as vagas eram disputadas entre os estudantes carentes, por outro eram ocupadas, em parte, pela elite teresinense. Numa carta enviada por João Alves Bezerra, 51 anos, ao professor Tito Filho, pode-se mensurar o grau de elitismo que envolvia o Colégio Estadual. Carregada de emoção e dramaticidade, a carta revela uma realidade pouco favorável ao aluno pobre. A escola oficial era destinada a uma parcela da população já privilegiada, excluindo os que dela realmente precisavam. Caracteriza-se, assim, uma escola pública para ricos que retirava dos pobres a possibilidade do sonho:

Tenho 51 anos de idade. No meu tempo de infância, aprender a ler era um privilégio dos ricos, dêsse que quanto mais têm, mais querem ter, inclusive tomando nos colégios as vagas destinadas aos pobres.

Quem vos escreve não teve a felicidade de cultivar a inteligência, pois só estudei até o quarto livro. Quantas vezes meu velho e saudoso pai voltava indignado por não ter conseguido uma vaga no Liceu, para os filhos. Muitas vezes vi meu bom velhinho chorar por ver a impossibilidade de me educar (CARTA ao Prof. A Tito Filho. *O Dia, Teresina, 8 jan. 1961, p. 3*).

³⁶ Se havia uma determinação que apenas os alunos reconhecidamente pobres podiam efetuar transferências, era porque a elite também a pleiteava. Isso acontecia porque o colégio tinha qualidade, se não tivesse, a elite estaria estudaria em colégios como o Diocesano e o Colégio das Irmãs que já existiam naquela época.

A escola para João Alves Bezerra, assim como para aqueles que a pleiteavam, representava uma possibilidade concreta de ascensão social, um bem cultural que o distingue. Ter um diploma do Colégio Estadual fazia diferença, num mundo em que o capital simbólico estigmatizava o homem como capaz ou não, daí a razão das lágrimas e indignação do pai.

Vê-se que o Liceu, para João Bezerra, apresentava-se como a única possibilidade de poder estudar na época. Isso evidencia a exclusão escolar a que as famílias pobres eram submetidas, uma vez que era a elite que ocupava parcela das vagas nos colégios públicos.

Outro indicativo de que a escola pública era freqüentada pela elite é reforçado por Cunha e Silva, por meio de artigo intitulado “Serviço Social do Estado”. O articulista reproduz o discurso que fazia parte do consenso social da época: as vagas do Colégio Estadual eram ocupadas pela classe com maior poder aquisitivo, pois “Era comum se ouvir dizer³⁷ que o Colégio Estadual do Piauí estava **cheio mais de alunos ricos, de gente da elite, pelo que era reduzida a porcentagem de pobres ali estudando [...]**” (*SILVA, Cunha e. Serviço Social do Estado. O Dia, Teresina, 9 mar 1961, p. 4, grifô nosso*).

As vagas das escolas públicas agregavam valor. Elas eram utilizadas como instrumento de barganha política. Um fato ilustra essa situação: O Serviço Social do Estado, através da primeira dama, Maria do Carmo, coloca por memorando trezentos alunos pobres no Liceu, mas destina outras cem vagas para fins não anunciados...

[...] Dona Maria do Carmo acêrca da necessidade de se aumentar o número de matrículas no Colégio Estadual do Piauí, **de alunos pobres, cujos pais não têm recursos financeiros para sustentar os filhos em colégios particulares**, [...] achou por bem de acertar comigo a melhor maneira de se proporcionar o maior número possível de matrículas de estudantes pobres, no Colégio Estadual, através do Serviço Social do Estado.

³⁷ A forma como o texto citado é articulado nos faz perceber que estamos diante de um boato. Segundo Rouquette (2003, p. 35), “o boato é precisamente um potente revelador do conhecimento comum. Ele não é um monte de aberração ou de perda de controle, mas um momento de verdade, a verdade de uma posição social percebida”. No caso presente, estamos diante de um boato que revela que as vagas da escola pública eram ocupadas pela elite, o que provoca descontentamento da parcela mais carente da sociedade. O boato, no entanto, não é desmentido pelo jornalista que também é diretor do colégio, mas amenizado ao colocar que “[...] Exagêro (sic) ou não, o certo é que, atualmente, não se pode afirmar tal cousa [...]” (*SILVA, Cunha e. Serviço Social do Estado. O Dia, Teresina, 9 mar. 1961, p. 4*), ou seja, que o Colégio Estadual, em 1961, continuava ocupado pela elite.

E a iniciativa logrou completo êxito. O Serviço Social do Estado expediu, depois de ligeira sindicância, quatrocentos memorandos ao Colégio Estadual, dos quais trezentos **e muitos para alunos pobres**.

[...]

não deixou de haver murmurações contra a iniciativa de Dona Maria do Carmo, talvez, na suposição maliciosa de que se aninhava em sua ação patriótica e altruística (sic) algum intuito político-partidário (*SILVA, Cunha e. Serviço Social do Estado. O Dia, Teresina, 9 mar 1961, p. 4, grifô nosso*).

No ano seguinte, 1962, o colégio continua sendo usado para fazer política, como anuncia com indignação o jornal Estado do Piauí. Embora a notícia seja dada como fato a ser confirmado, ou seja, como boato, o Liceu é colocado como vítima da politicagem do Governo do Estado.

Notícias que nos chegaram e das quais procuramos confirmação, dão conta de que há certa e notável irregularidade no Colégio Estadual do Piauí, no que diz respeito a alunos de outros estabelecimentos que ali estão procurando matrícula.

[...]

Mas o que tem <<santo>> Serse com as matrículas para o Curso Científico do velho Liceu?

[...]

Sabíamos que o Serse tem poderes para enfrentar o problema da mendicância mas (sic) não de transferir para si as matrículas para Curso Científico do Liceu. E o que nos deixa perplexo na história tôda é a <<paciência>> e a <<desambição>> do coronel Jofre, atual diretor do estabelecimento, que até parece ter ódio de quem inventou matrícula (*MATRÍCULAS do Liceu, Jornal do Piauí, Teresina, 8 fev. 1962 p. 5*).

Supõe-se que esse empenho do Serviço Social do Estado em intervir nas transferências de matrículas ao Liceu, ocorria em virtude da dificuldade para se conseguir vaga nas escolas públicas de Teresina, o que fazia do colégio moeda de troca na conquista de votos. É recorrente nos jornais a imagem dos pais que querem matricular os filhos, mas se deparam com o limite de vagas.

O governador Petrônio Portela deve olhar para o problema educacional do Estado. Faltam escolas primárias e secundárias. O colégio Estadual aí está com mil e tantos alunos, que ninguém sabe onde o diretor James Azevedo colocará se não terminar logo e logo o <<puxado>> que está fazendo [...]
(*NOTAS e Informações, Jornal do Piauí, Teresina, 25 dez. 1962, p. 4*).

Se havia as críticas à escola pública, dada à incapacidade de acolher com comodidade a todos, não se deixava de dar-lhe destaque nos jornais de Teresina, especialmente, durante as festas escolares. A festa de aniversário da escola tinha destaque especial:

A 15 do mês em curso, como sempre acontece nos anos anteriores, a Escola Normal «Antonino Freire» estará em festas em virtude do aniversário de sua fundação. A comissão Organizadora das festividades teve a gentileza de nos endereçar cativante convite, pelo que lhe agradecemos, principalmente ao digno Diretor da Escola Normal «Antonino Freire» Prof. Afrânio Nunes [...] (*ESCOLA Normal 'Antonino Freire'. Estado do Piauí, Teresina, 12 maio 1963, p. 4*).

A 4 de outubro o Colégio Estadual «Zacarias de Góis», atualmente com mais de **três mil alunos** dos dois ciclos, e pelo qual **já passaram tantos piauienses ilustres**, completará mais um ano de sua **preciosa existência**. As festividades começarão a 1º de outubro e se prolongarão até o dia 4 do mesmo mês (sic) as (sic) festas do 4 de outubro desde ano, no Colégio Estadual «Zacarias de Góis», prometem ser animadas e **bem concorridas**, destacando-se o baile do dia 4 de outubro, no qual dar-se-á a coroação da Rainha da Festa. (*COLÉGIO Estadual Zacarias de Góis. O Dia, Teresina, 30 set. 1965, p. 1, grifo nosso*).

Os alunos com entusiasmo festejavam o evento, e os jornais davam destaque a esse momento de confraternização. Mediante as matérias, o nome das escolas se sobressaía, bem como o seu valor enquanto instituição, já que havia uma repetição dos esquemas significativos na estrutura da notícia, que elevava a imagem da escola pública.

Nas datas cívicas, durante o desfile militar, outro momento de festa, o Liceu Piauiense marcava presença. Em 1966, há uma matéria completa descrevendo a performance do colégio no “7 de setembro”, anunciava-se que: “O Colégio Estadual Zacarias de Góis participará hoje do desfile cívico - militar com 1.800 alunos, dos cursos diurnos, [...] o que bem demonstra a elevada matrícula desse estabelecimento educacional de **proclamadas tradições na vida da coletividade** [...]” (*COLÉGIO Estadual e a Universidade. O Dia, Teresina, 7 set. 1966, p. 8, grifo nosso*). Essa projeção no cenário escolar colocava o nome do Colégio em destaque.

Segundo a matéria, o ápice do desfile do Colégio Estadual foi a apresentação diante do palanque oficial, onde 67 alunos do Liceu fizeram a exaltação à vindoura

Universidade no Piauí. A apresentação dos alunos, nessa performance, não deixa de ser uma pressão para impulsionar as autoridades a instalarem uma Universidade no Estado.

O Colégio Estadual também é reconhecido ao ser comparado ao colégio Pedro II, estabelecimento federal, padrão do ensino secundário do Brasil com sede na antiga capital Rio de Janeiro, Guanabara. A comparação é uma forma de realçar qualidades semelhantes e transferir a consideração reputada de um para outro que a ele se assemelha:

[...] **A história do secular educandário, por lei equiparado ao Colégio de D. Pedro II, da Guanabara, e considerado estabelecimento – padrão do ensino médio no Piauí** - a história do Liceu é a história de muitas lutas, de muitos sacrifícios, de muitas abnegações e de muitas renúncias de homens inteligentes e capazes, devotados às causas da cultura e da educação [...] (*O GRANDE Educandário. O Dia, Teresina, 5 out. 1966, artigo, p.1, grifó nosso*).

Percebe-se que a consolidação da imagem do educandário é construída ao longo de anos. Portanto, não é apenas uma impressão de momento, pronunciada com a exaltação de quem escreve sobre o colégio, mas como diz Minayo citando Bourdieu (2000, p. 105): “é a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos trazem consigo em forma de *‘habitus’* em todo tempo e lugar, que marca a relação”. E é justamente a estruturação desta imagem na sociedade que se vai consolidando para compor a Representação Social do Liceu.

Essa imagem salta do colégio para os alunos, produto do trabalho educacional dos seus professores. Muitos dos homens de valor de Teresina, nos mais variados campos do conhecimento, como enfatiza o jornal O Dia, passaram pelos bancos do Liceu. Logo, era permitido fazer a relação entre o Liceu e o sucesso profissional. A escola é percebida como investimento.

[...] Desde Oeiras, o Liceu vem formando gerações e gerações para a vida de sociedade, orientando os jovens para os deveres do estudo, plasmando caracteres de seriedade e civismo – **e raro o valor de nossa terra, nas letras, nas artes, na oratória, nas ciências, na política, na administração que não estudasse no Colégio de Zacarias de Góis**, – raro o que por ali passou e não haja, na trajetória da vida, honrado as lições recebidas e os mestres autênticos que as transmitiram [...] (*O GRANDE Educandário. O Dia, Teresina, 5 out. 1966, artigo, p.1, grifó nosso*).

Essa Representação Social do Liceu nos jornais vem ao encontro da simbologia estruturada no inconsciente coletivo da sociedade. A coletividade deseja que os filhos

sobressaiam no meio social; por isso, querem proporcionar o melhor nos estudos para que eles possam ter a divulgada gratificação simbólica garantida pela educação formal que os pais não conseguiram alcançar. Neste sentido, vale recordar a carta, já mencionada, enviada por João Alves Bezerra³⁸.

Essa garantia se dá à medida que os diretores e os professores do Colégio Estadual, detentores do capital simbólico do educandário, são merecedores da confiança da sociedade e impulsionadores do nome respeitado do Liceu Piauiense, como se pode conferir na matéria que segue:

[...] Muitos diretores estiveram à frente do estabelecimento, e seria injusto destacar nomes que ali se têm imposto pelo trabalho dignificante de todos os instantes. Ressalte-se, porém, que a grandeza do Colégio Estadual Zacarias de Góis, desde o século passado, repousa na constância do amor ao ensino por parte dos seus mestres, modestos, simples, mas conscientes do papel de conduzir (sic) inteligência dos jovens para os seus grandes destinos de servir à sociedade, às instituições e ao país. Mestres verdadeiros, auferidores de vencimentos nem sempre compatíveis com as suas necessidades de livros, de alimentação e de repouso [...] (*O GRANDE Educandário. O Dia, Teresina, 5 out. 1966, artigo, p. 1*).

O amor ao ensino, a modéstia e simplicidade, o desinteressado trabalho fazem dos professores homens e mulheres vocacionados, explorando o lado sentimental da profissão. Evoca-se a imagem do bom professor, já estruturada pela sociedade, para produzir um memorial, encaixando essa imagem do passado, no presente.

Quer-se, assim, na matéria, exaltar a imagem do professor já que são...

[...] mestres que fariam honra a qualquer educandário do sul – no cumprimento do dever, na dignificação do magistério, na serventia do justo, na afeição aos moços – mestres a quem o Piauí não fez a homenagem merecida, para minorar-lhe a aperreante tarefa diária de 12 ou mais aulas, a fim de que não padeçam aperturas (sic) com as famílias numerosas [...] (*O GRANDE Educandário. O Dia, Teresina, 5 out. 1966, artigo, p.1*).

³⁸ A carta, já mencionada anteriormente, foi publicada no jornal O Dia 8-01-61. Nela relata-se que o pai de João Alves Bezerra chora por não conseguir uma vaga para o filho no Liceu. Essa atitude mostra a crença: de que o estudante do Liceu tinha um futuro garantido.

A Comparação entre os professores do Liceu com os do sul do país confere aos primeiros o mesmo *status* que era projetado aos segundos no meio social. A estruturação desta imagem colabora para engrandecer, por extensão, o professor da escola oficial.

Da mesma forma que o Colégio Estadual, a Escola Normal Antonino Freire era enquadrada como escola tradicional de Teresina, portanto desfrutava o prestígio social, tal como deixa transparecer a matéria sobre o aniversário do colégio:

Vasto programa foi elaborado para comemorar a passagem do 56º aniversário da Escola Normal Antonino Freire, óra (sic) dirigida com dinamismo pelo prof. Afrânio Messias Alves Nunes. A diretoria e os corpos Docente e Discente do **tradicional estabelecimento de ensino** estão convidando a todos para as solenidades comemorativas do importante evento.

A comissão organizadora dos festejos, dirigida pelo prof. Afrânio Nunes, é composta dos professôres Milton Aguiar, Santos Rocha, Benjamin Soares, Carlos Augusto Daniel, **Wall Ferraz**, Maria Mercedes Ferraz, Teresinha de Jesus, Raimunda Gonzaga, [...] bem como da aluna Teresinha da Rocha Ventura, representante do corpo discente.

Eis o programa elaborado: [...] 22,00 hs. (sic) – Baile no Clube dos Diários para Coroação da Rainha da Escola (*ESCOLA Normal Vai Completar 56Aanos. O Dia, Teresina, 12 maio 1966, p.1 e 8, grifo nosso*).

No 56º aniversário da Escola Normal, em 1966, a ênfase é dada à comissão de professores realizadora do evento que se constitui em patrimônio da instituição de ensino, Esses educadores, à medida que dão nome ao colégio, o colégio confere-lhes prestígio³⁹. Entre os mestres da Escola Normal, vários eram profissionais liberais. Muitos se tornaram homens públicos, a exemplo de Wall Ferraz e Afrânio Nunes. Para estes, o título de professor vinha somar prestígio à sua outra atividade profissional.

No Entanto, já no final da década de 60, a escola pública oficial não havia criado uma infra-estrutura suficiente para o atendimento à solicitação de matrícula. O artigo a seguir dá a dimensão dessa demanda: “[...] A expansão do ensino médio é necessidade inadiável em tôdas as províncias brasileiras, [...] pois há gritantes deficiências de estabelecimentos públicos, gratuitos, e são inacessíveis as (sic) mensalidades cobradas pelos estabelecimentos particulares [...]” (*EXPANSÃO do Ensino Médio. O Dia, Teresina, 7 mar. 1967, p. 1*).

³⁹ Se colégio e professor da escola pública não tivessem projeção social na década de 1960, não teriam o espaço que tiveram nos meios de comunicação.

Embora com poucas vagas, era a escola pública que atraía os alunos ao ginásio, já que, “[...] no Piauí, no mês de fevereiro de cada ano, há a chamada correria para a matrícula nos estabelecimentos oficiais, que ficam super-lotados (sic) de estudantes transferidos de estabelecimentos particulares” (*EXPANSÃO do Ensino Médio. O Dia, Teresina, 7 mar. 1967, p. 1*). Os estudantes se inscreviam nas escolas particulares na expectativa de posteriormente conseguir a transferência para uma escola pública. O objetivo era eximir-se do exame de admissão⁴⁰ destas instituições.

As escolas particulares, ao perceberem esta prática, pedem providência ao Secretário de Educação, Pe. Balduino: “[...] por que êsses candidatos não prestam o exame de admissão nos colégios do govêrno? Porque não querem. Cumpre, pois, que os educandários do govêrno não aceitem transferências, salvo aquelas resultantes da mudança do estudante de uma cidade para outra. [...]” (*EXPANSÃO do Ensino Médio. O Dia, Teresina, 7 mar. 1967, p. 1*). Percebe-se o tom de queixa das escolas particulares, visto que estavam perdendo alunos para as escolas oficiais.

Sob esse ângulo, verifica-se como as escolas particulares eram preteridas em relação às públicas. Enquanto estas estavam superlotadas, aquelas brigavam para que os estudantes retornassem às suas salas de aula. Isso evidencia a preferência dos estudantes pelas escolas oficiais.

O Liceu Piauiense ocupava posição de destaque em relação aos colégios particulares; ele também se distinguia das demais escolas públicas de Teresina da época, pois era parâmetro de julgamento para decidir sobre os procedimentos a serem tomados diante de determinadas circunstâncias, conforme pode ser acompanhado na matéria que segue:

[...] O colégio Álvaro Ferreira não possui regimento nem estatutos. No agravo da petição nº 1 185, apoiando argumentação cerrada do sr. Tito Filho, por **decisão unânime de 10.10.1957, o Egrégio Tribunal de Justiça⁴¹ reconheceu que o Colégio Estadual do Piauí está equiparado ao Colégio Pedro II**.

⁴⁰ Talvez, o exame de admissão nas escolas públicas da época fosse bastante concorrido, como é o vestibular das universidades públicas hoje.

⁴¹ A decisão do Tribunal de Justiça teve como “relator o desembargador Fernando Lopes Sobrinho. O acórdão mandou aplicar ao Colégio Estadual as normas regimentais do Colégio Pedro II, pois êste é o estabelecimento padrão do ensino secundário, segundo o decreto 632, de 27.2.1962, que lhe aprovou o respectivo regimento: “Artigo 1.º - O Colégio Pedro II, instituto oficial padrão do ensino secundário no Brasil [...]” (O CASO do Estudante. O Dia, Teresina, 6 jun 1967, p. 1).

[...] Desta forma, na falta de regimento do colégio Álvaro Ferreira, a êste se aplicam os preceitos regimentais do Pedro II, na conformidade do que decidiu o Egrégio Tribunal com relação ao atual Zacarias de Góis (*O CASO do estudante. O Dia, Teresina, 6 jun. 1967, p. 1, grifô nosso*).

A decisão do Egrégio Tribunal vem para legitimar a posição de superioridade do Zacarias de Góis, equiparando-o ao Pedro II, o que é referendado no jornal. Assim o Tribunal tem autoridade e poder para que o dito se transforme em ação, um fato inquestionável, aceito por todos, sem que haja para tanto julgamento de verdade. Isso acontece porque a instituição é detentora de capital simbólico reconhecido pela sociedade. Sales (2000, p. 28) esclarece que “para classificar e legitimar os diversos objetos e produtos culturais disponíveis na sociedade, existem instituições, agentes ou pessoas dotadas de grande volume de capital simbólico que adquirem assim o poder de referendar o uso ou o consumo de alguns produtos em detrimento de outros similares”.

A informação fornecida pela mídia,⁴² que relembra decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, permite que o leitor valorize mais o Liceu pela posição de relevo que tem em relação às demais instituições públicas de ensino piauiense, pois enquanto o Pedro II é espelho para o Brasil e, portanto, para o Zacarias de Góis; este é espelho para os demais colégios do Estado e, portanto, para o Álvaro Ferreira. Tem-se a institucionalização do modelo a ser seguido e a cristalização da Representação Social de escola padrão no Piauí, tantas vezes reiteradas.

A Escola Normal, igualmente, aparece em evidência nos jornais.

[...] Duas gerações de jovens piauienses já receberam desta casa de profissionalização do magistério do Estado, (sic) o conhecimento e a orientação pedagógica indispensáveis ao exercício da difícil arte de ensinar. E muito de seus ex-alunos foram e ainda **são, professores destacados na vida educacional piauiense**, ou pessoas de comprovada ciência técnica, conseguindo mostrar com brilhantismo, **não só ao Piauí, porém mesmo ao Brasil**, que os frutos salutares dêste aprendizado oferecido pela Escola Normal “Antonino Freire”, foram magistralmente transmitidos e assimilados pelos jovens que lhe frequentaram (sic) os cursos [...] (*ANIVERSÁRIO da Escola Normal. O Dia, Teresina, 15 maio 1968, p. 3, grifô nosso*).

⁴² Segundo o jornal O Dia de 6 jun. 1967, a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça foi dada em 10.10.1957.

Como se verifica, a Escola é admirada pela responsabilidade com que conduz a formação dos educadores do Piauí. Eles se projetaram até em outros Estados brasileiros. Enfatiza-se a capacidade dos docentes e o prestígio dos alunos que passaram por aquela casa no seu percurso escolar.

Muitos filhos das famílias tradicionais sentaram nos bancos da instituição:

[...] Completando hoje, 58 anos de atividade, a Escola Normal “Antonino Freire” orgulha-se de ter realmente preparado para a **vida do magistério** e das letras piauiense, (sic) **os filhos das mais tradicionais famílias do Estado que depois se destacaram como verdadeiros líderes da intelectualidade** conterrânea [...] (*ANIVERSÁRIO da Escola Normal. O Dia, Teresina, 15 maio 1968, p. 3, grifo nosso*).

Essa revelação indica de que se compunha parcela dos alunos daquela instituição. Se as vagas nas escolas públicas eram reduzidas, a elite era beneficiada.

A matéria aponta ainda para a tradição: as filhas das famílias abastadas da sociedade seriam professoras e passariam pela Escola Normal. Convém Lembrar que as classes sociais “são objetivamente identificadas em função do lugar que ocupam no sistema produtivo e das formas de aquisição e uso de bens materiais e culturais” (BOURDIEU apud RIBEIRO, 2004, p. 47). Assim, se essas famílias optavam pela Escola Normal, era porque a Escola oferecia educação que atendia aos interesses da classe – formar para a perpetuação da elite no poder.

Ressalta-se, ainda, a Escola Normal como o espaço predominantemente feminino na sociedade da década de 60, especialmente no seu quadro de alunos. O artigo, fazendo uma retrospectiva, lista os alunos que receberam formação nessa escola; a grande maioria é composta por mulheres.

[...] Num ligeiro retôrno ao passado pode-se, pelas simples citações de alguns nomes, comprovar **a tradição desta escola, que foi engrandecida por várias gerações de piauienses que frequentaram (sic) o modelar estabelecimento**, alunos como: Maria Gonçalves de Vilhena, Ester Couto, M^a José Lebre, Maria Antonieta Ferraz, Lélia Avelino, Maria de Lourdes Rêgo, [...] Felismino de Freitas Weser, [...] Itamar Caldas Brito, James Azevêdo, Heli Nunes e tantos outros.

E se assim aconteceu com o seu Corpo Discente, **não menos ilustres foram seus mestres** como se pode ver pela citação de alguns: Higino

Cunha, Leopoldo Cunha, Martins Napoleão, Abdias Neves, Anísio de Brito Melo, Francisco Freire de Andrade, Antonino Freire, Mathias Olímpio, Álvaro Freitas, que muito deram de si e de sua inteligência para a obra de socialização do ensino normal no Piauí [...] (*ANIVERSÁRIO da Escola Normal. O Dia, Teresina, 15 maio 1968, p. 3, grifo nosso*).

Apesar do prestígio que gozavam os professores e os alunos do Antonino Freire nos jornais, já eram perceptíveis as suas deficiências:

[...] Essas dependências, como ainda hoje, estavam localizadas no prédio da Escola Normal “Antonino Freire”, porém hoje, nem mais a Escola Modelo nem o Jardim lhes pertence, de há muitos anos deixaram de ser jurisdição da Diretoria daquele estabelecimento que se vê assim obrigada a fazer romarias pelos vários Grupos Escolares da cidade para oferecer oportunidade de aulas praticas às suas alunas do Curso Pedagógico. Até parece que piorou em vez de melhorar. Com tudo isso entretanto, a Escola Normal que hoje temos de 58 anos, **ainda nos orgulha e envaidece, mas a situação presente do ensino está sèriamente (sic) a exigir uma revisão geral para que apareça então o sonhado Instituto de Educação do Piauí, o que já não é sem tempo [...]**(*ANIVERSÁRIO da Escola Normal. O Dia, Teresina, 15 maio 1968, p. 3, grifo nosso*).

Observa-se que a instituição não contava mais com a mesma infra-estrutura. Essa constatação reclamava uma reflexão atenta, a fim de que o sistema de ensino em tal colégio não se sustentasse só de lembranças.

Ao mexer com a auto-estima dos que fazem a escola, os professores, os alunos e até mesmo o Estado, quer-se estimular o desejo de soerguer a escola, através da reconstrução da imagem que ainda não se perdeu.

O desempenho dos alunos das escolas públicas em 1969⁴³, também, cai:

[...] No caso, o problema talvez não seja da incapacidade da turma de vestibulandos que foi reconhecidamente dedicada em seus preparativos finais, mas uma deficiência crucial das escolas públicas: o corpo docente, que em sua maioria, é formado de professôres improvisados que, se conformam com salários insignificantes que, lhes não oferecem segurança e estabilidade para pesquisas e estudos os necessários à sua relevante tarefa de educadores.

[...]

A situação do magistério piauiense, tanto do magistério primário como do Ensino Médio, está a exigir, mais que depressa, uma revisão para que

⁴³ Na década de 1960, não era comum a festa que os jornais hoje fazem para aqueles que passaram no vestibular. Na época não existia Universidade, mas Faculdades.

possam melhorar as características do ensino educacional no Estado [...] (*SITUAÇÃO do Ensino. O Dia, Teresina, 17 jan. 1969, p. 3*).

A qualidade da instituição foi questionada nos jornais durante a realização do vestibular de Direito. Os estudantes da escola oficial tinham a perspectiva de enfrentar o vestibular com êxito, inclusive, em outros Estados, no entanto, naquele ano, em uma turma de 50 vestibulandos, só 13 foram aprovados. Um “[...] índice claramente alarmante de quase 70 por cento de reprovação [...]” (*SITUAÇÃO do Ensino. O Dia, Teresina, 17 jan. 1969, p. 3*). Os que observam os fenômenos sociais do Piauí eximem a responsabilidade da banca examinadora e dos alunos. O fracasso foi atribuído aos professores daquela instituição.

Destaca-se, porém, um fato interessante, embora se dê ênfase ao despreparo dos professores das escolas públicas teresinenses nos jornais, é digno de nota que os estudantes piauienses eram bem sucedidos quando iam prestar concurso fora do Estado, como enfatiza a matéria a seguir:

[...] Se em parte já não é novidade debitar-se o fracasso do Ensino Médio à responsabilidade exclusiva do despreparo de grande parte dos mestres piauienses, é preciso se reconhecer [...]. Sem remuneração condigna, dificilmente o Estado do Piauí poderá contar com um corpo docente à altura dos mais lídimos e urgentes reclamos educacionais do Brasil, [...] Isso [seriedade do ensino médio do Piauí] ainda deve ser melhor apreciado, quando se sabe que o nordestino do Piauí sempre é dotado de inteligência acima da média, **pois até hoje, todos os que daqui saem em busca de melhores oportunidades fora do Estado, têm tido sucesso invulgar** (*ENSINO Médio no Piauí. O Dia, Teresina, 20 jan, 1969, p. 3, grifo nosso*).

Diante das deficiências mencionadas, o poder público se mobiliza para promover um conjunto de reformas⁴⁴ no Colégio Estadual. O discurso proclamado mostra que a escola está se modernizando.

[...] As suas 20 amplas salas de aula estão totalmente equipadas com carteiras de fórmica de superior qualidade, *bureau* e quadros negros, tudo obedecendo à presente modernização do ensino no país.

⁴⁴ A matéria dá destaque à visita que o Secretário de Educação, Pe. Balduino Barbosa de Deus, ao novo Colégio Estadual “construído na zona Norte da cidade” com capacidade para abrigar três mil alunos nos três turnos.

Já estão também funcionando o sistema de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, com o que é possível a permanente higienização do prédio e o funcionamento do turno da noite [...] (*GINÁSIOS Nôvos, Anexos e Novos Grupos Funcionarão em Março. O Dia, Teresina, 01 fev. 1969, p. 6*).

4.1 Uma Escola de Confiança

A partir do evidenciado, está-se diante de uma escola pública secundária já provada pelos anos, que conquistou a confiança do povo teresinense e, por isso mesmo, disputada pelos estudantes.

O seu valor é legitimado a partir de numerosas matérias sobre a instituição, evidenciando por meio do destaque que seus alunos e professores ganham em páginas de jornais, bem como pelos resultados conquistados pelos alunos do Liceu Piauiense e da Escola Normal e, acima de tudo, pela qualidade dos professores que lá ensinavam. Todos esses referenciais pesam na constituição de uma imagem positiva da escola pública secundária de Teresina.

Os nomes do Liceu Piauiense e da Escola Normal, por exemplo, estavam sempre em destaque. Eles eram símbolo de boa escola, e cada estudante dessas escolas carregava o distintivo consigo: é um estudante do Liceu; é uma estudante da Escola Normal, como se dissesse: é mais um que vai vencer na vida como muitos ex-alunos o fizeram. Estabelece, assim, uma ligação inconsciente entre os ex-alunos e aqueles que ingressavam naquele momento. A história mostrava que os alunos do Liceu tornaram-se políticos, médicos, literatos famosos, como bem lembra José Olímpio no Livro “Liceu Piauiense”.

Há, assim, uma transferência semelhante de esquemas. Por isso, as pessoas queriam fazer parte destas instituições, pois havia representação de que ser parte delas significava gozar com elas do prestígio que ostentavam, como se um fosse o outro. Ao mesmo tempo em que a projeção individual de professores e alunos dava *status* à escola. O respeito usufruído pelo Liceu e pela Escola Normal pode ser observado em várias matérias publicadas na década de 60.

Com base nessa exposição, percebe-se claramente que a Representação Social da escola pública secundária denotava-se positiva, uma vez que era reconhecida e elogiada pela sociedade, estando sempre em evidência nos jornais.

A escola pública secundária de Teresina, representada principalmente pelo Liceu e Escola Normal, refletia uma deferência que perpassava a escola, indo além da sua estrutura física, para uma outra estrutura valorizada por sua dimensão simbólica, em que a tradição era o principal elemento de distinção dessas escolas.

Esse valor agregado fazia o nome da escola ressoar no meio social e nos jornais como sinônimo de qualidade e respeito. Elas representavam o que havia de melhor em matéria de educação. Esta concepção estava incorporada nas estruturas sociais objetivas, que eram traduzidas numa linguagem simbólica.

É justamente através dessa linguagem que fluía, por meio dos jornais, que se buscava construir o consenso sobre as escolas públicas, legitimando-as e classificando-as como modelo a ser seguido na década de 60.

4.2 Alunos em Destaque nas Páginas Sociais

O Governo do Estado reconhecia o valor dos estudantes secundaristas piauienses. A eles dava atenção especial; tinha um acentuado desvelo pela classe. Ele sabia quão importante era a fase que atravessavam. Assim, providenciava as condições necessárias àqueles que precisavam da colaboração do Estado para que dessem continuidade aos seus estudos.

O Chefe do Executivo piauiense vem de conceder o Auxílio (sic) de 30 mil cruzeiros ao Restaurante dos Estudantes Secundaristas de Teresina. Não há dúvida (sic) de que essa atitude do Governador Chagas Rodrigues vem de confirmar o alto sentido de solidariedade de S. Excia. à distinta classe estudantil que não pode prescindir da colaboração e da assistência (sic) do Poder Público (sic). De parabens (sic) os secundaristas teresinenses pelo prestígio (sic) e ajuda que têm tido do govêrno democrata do Sr. Chagas Rodrigues. *(DO GOVERNADOR aos Estudantes. Estado do Piauí. Teresina, 27 nov. 1960, p. 6).*

Mas enquanto o governador facilita a permanência dos alunos pobres nas salas de aula, os colégios do Estado eram ocupados por muitos alunos da elite, como já foi assinalado.

Os comentários de corredores ou, circulantes nas rodas de conversas, acabavam por transparecer nos jornais da época. Nos artigos, notas e colunas estão infiltrados os

membros das famílias tradicionais de Teresina, e elas estavam nos colégios públicos da cidade. Tanto é que o uso da farda escolar é defendido justamente para não causar constrangimento entre os alunos ricos e os pobres. Este fato denota a confiança dos pais, independente do grupo social do qual fizesse parte, nesta escola, uma vez que seus filhos nelas estavam matriculados.

Fala-se na absolvição de fardas escolares. Achemos condenável tal iniciativa. A escola sem farda é feia. A farda, além de embelezar a escola, é medida de disciplina e habitua o estudante no amor à ordem. **E, além de tudo, a farda é democrática, porque iguala a todos, ricos e pobres, evitando que estes se sintam humilhados ante o luxo daqueles. Com a abolição da farda a criança pobre vai ficar acabrunhada ao ver seus colegas ricos ostentando suas vestes luxuosas** (GUERRA, S.C. *Farda Para Todos. O Dia, Teresina, 27 abr. 1961, p. 3, grifo nosso*).

Nas colunas sociais, sobressaíam os estudantes das escolas públicas da capital, muitos deles filhos de famílias ilustres. Como é o caso da filha do Vice-Governador João Clímaco d'Almeida: Vera Lúcia, estudante do Zacarias de Góis, o que corrobora com a percepção de uma escola oficial ocupada, também, por quem tem poder aquisitivo, como se verifica na nota abaixo:

Aniversariou no dia de ontem a garôta Vera Lúcia Tajra Torres, filha do casal Vice-Governador João Climaco D' (sic) Almeida – D. Hercília Torres de Almeida.

Vera Lúcia é aluna do Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, onde cursa o 1º ano ginásial, após submeter-se aos exames dos quais saiu vitoriosa em primeiro lugar (ANIVERSARIOU Ontem. *O Dia, Teresina, 8 e 9 dez. 1966, p. 8*).

Os aniversariantes das escolas públicas eram saudados nos jornais da época com muito apreço. O nome dos pais os distinguia no meio social, como se registram a seguir, os filhos de A.Tito Filho, do Tenente da Reserva, Manoel José de Oliveira e do funcionário da Caixa Econômica Federal do Piauí, Severiano Alves Teixeira, entre outros:

Transcorreu sabado (sic) último o aniversário natalício da interessante garôta Lise Mariane, dileta filha do Prof. Tito Filho. Lise que é aplicada aluna do Colégio Estadual [...] (LISE Mariane. *Estado do Piauí. Teresina, 6 jun. 1965, p. 1*).

Transcorreu na Feliz (sic) data de ontem, o aniversário natalício da simpática e inteligente sta. (sic) Edna Maria Santos Oliveira, estudante da 3ª Serie (sic) ginásial do C.E.Z.G.

Seus pais são! O Tenente da reserva, Manoel José de Oliveira e dona (sic) Maria de Lourdes Santos, (sic) Oliveira os quais através dêste registro desejam-lhe muitas felicidades e futuro risonho (*ANIVERSÁRIO. O Dia, Teresina, 27 ago. 1966, p. 4*).

Aniversaria no dia de hoje a srta.(sic) Conceição de Maria Sousa, filha do casal José Nicodemos Sousa - D. Sinhareza Sousa, da cidade de Floriano. A jovem aniversariante cursa atualmente a 3ª série do curso ginásial na Escola Normal “Antonino Freire” [...] (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 7 dez.1966, p. 8*).

Passa hoje o aniversário natalício do jovem José Arimathéa Tito Neto, filho do professor Tito Filho e concludente, (sic) o (sic) ano passado, do curso ginásial do Colégio Zacarias de Góis, com notas destacadas. Ari Neto seguiu, última quinta-feira, para a Guanabara, como **aluno do 1.º ano científico do conceituado Colégio Estadual André Mourois, no Bairro do Leblon** (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 19 e 20 fev.1967, p.8, grifo nosso*).

Transcorre na data de hoje o aniversário do jovem Laurindo Alves Paixão Neto aplicado aluno do 3º Ano Científico do Colégio “Zacarias de Góis”. Ao nataliciante sinceros parabéns (*ANIVERSÁRIO. O Dia, Teresina, 18 maio1967, p. 8*).

Dezessete pétalas desabrocham hoje na existência da senhorita (sic) Conceição de Maria Alves Teixeira, aluna do primeiro científico no colégio Estadual Zacarias de Góis e filha do casal – Severiano Alves Teixeira (funcionário da Caixa Econômica Federal do Piauí) Maria de Lourdes Teixeira (*ANIVERSÁRIO. O Dia, Teresina, 15 ago. 1968, p. 8*).

A data de hoje assinala a passagem do aniversário natalício da senhorita Francisca Luiza de Carvalho Barbosa, filha do distinto casal Sr. Raimundo Barbosa de Miranda e sua digna espôsa d. (sic) Isabel Cunha Carvalho Barbosa.

Francisca Luiza que é **aplicada aluna do curso pedagógico da Escola Normal “Antonino Freire”** [...] (*ANIVERSÁRIO. O Dia, Teresina, 15 ago. 1968, p. 8, grifo nosso*).

As alunas das escolas públicas estaduais que debutavam tinham espaço garantido nas colunas dos jornais⁴⁵. Os dados pessoais e escolares de cada uma eram divulgados. Entre as debutantes, Isabel Maria de Paiva Dias Neta, filha do Sr. Arthur de Paiva Dias, Cherubina

⁴⁵As colunas de debutantes nos jornais não destacam apenas as alunas vindas de famílias ilustres.

Santos Araújo, filha do Coronel José Ribeiro de Araújo e Maria da Conceição Rodrigues Castelo Branco. Todas estudaram no Colégio Estadual.

Nome: Maria da Conceição Rodrigues Castelo Branco

Nome dos pais: Joffre⁴⁶ e Ditosa Castelo Branco

Aniversário: 14 de janeiro.

Naturalidade: Teresinense [...]

Primeira escola: Grupo Escolar “Barão de Gurguéia”.

Outros colégios: Colégio Estadual do Piauí.

Certificados e diplomas: Primário e ginásial.[...] (*PAULA, Ana. Para a Mulher - Ficha de Identificação. O Dia, Teresina, 12 jan. 1964, p. 7.*)

CHERUBINA SANTOS ARAÚJO é filha do Cel. José Ribeiro de Araújo e Dona Cherubina dos Santos Rocha Araújo. Nascida a 4 de abril em Teresina. [...] É católica apostólica romana. Estuda no Colégio Estadual Zacarias de Góis e gostaria de **seguir medicina** [...] (*DEBUTANTE de 64. O Dia, Teresina, 10 fev. 1965, p. 6, grifo nosso.*)

Entrevistamos, hoje, a menina-môça ISABEL MARIA DE PAIVA DIAS NETA, filha do Sr. Arthur de Paiva Dias e D. Florisa de Paiva Dias.

Isabel Maria nasceu a 12 de outubro de 1951[...]

Estuda no Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, onde cursa a 2ª série ginásial e pretende **seguir Medicina**. Escolheu, para fazer o seu “*debut*”, o Clube dos Diários [...] (*Andréia Apresenta: Panorama Social. O Dia, Teresina, 1 dez. 1966, p. 6, grifo nosso.*)

Também, havia alunos do Liceu que, pelo seu desempenho como estudante, tinham como prêmio bolsa de estudos para o colégio Pedro II, na Guanabara. É o caso de Carlos Augusto Pires de Oliveira, que, posteriormente, é aprovado na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil:

Acaba de obter o 5.º lugar no Exame Vestibular da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, entre centenas de candidatos, o jovem piauiense Carlos Augusto Pires de Oliveira, primogênito do distinto e digno casal Dr. José Pires Oliveira e sua esposa, D. Alba Costa Oliveira. Aluno brilhante, Carlos Augusto, que recebe justo prêmio à sua inteligência e amor ao estudo, iniciou o ginásio no Colégio Estadual do Piauí, onde conquistou bolsa de estudos e transferiu-se para o Colégio Pedro II, concluindo o curso secundário nesse tradicional estabelecimento federal (*PIAUIENSE, José.*)

⁴⁶ Joffre Castelo Branco foi Coronel da Polícia Militar, prefeito e vereador de Teresina.

Isso Realmente Aconteceu: Brilhantismo. O Dia, Teresina, 19 mar. 1961, p. 1).

Outra evidência da qualidade da escola pública da época são as notas sobre a aprovação de Raimundo de Castro Dias e de Miguel da Costa e Silva, ex-alunos do Colégio Estadual, em vestibulares, noutros estados. O primeiro, em Brasília, na Faculdade de Engenharia e Arquitetura e o segundo Miguel da Costa e Silva, filho do vereador Miguel Silva, na Universidade do Ceará:

Os jovens Cid de Castro Dias e **Raimundo de Castro Dias** acabam de ser aprovados nos exames vestibulares a que se submeteram para a **Faculdade de Engenharia e Arquitetura de Fortaleza e Brasília**, respectivamente. Cid fez o ginásio em São Raimundo Nonato e o científico em Salvador. **Raimundo cursou o ginásio também em São Raimundo Nonato e o científico no Colégio Estadual de Teresina.** São ambos filhos do industrial Manoel da Silva Dias [...] (*REGISTRO -Notas Estudantis. O Dia, Teresina, 3 mar.1964, p. 7, grifo nosso*).

Foi aprovado no Vestibular de Medicina da universidade do Ceará o estudante Miguel da Costa e Silva, filho do Vereador Miguel Silva, figura muito estimada dos teresinenses. Miguel Filho foi aluno do Colégio Estadual do Piauí, onde se distinguiu como um dos melhores alunos [...] (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 21 fev. 1967, p. 8*).

Muitos dos que concluíram as faculdades em Teresina eram provenientes das escolas públicas, tais como os bacharéis pela Faculdade de Direito do Piauí José de Ribamar Viana e Laura Leite de Moura:

José de Ribamar Viana – É filho de José Torquato Viana e Antônia Martins da Trindade Viana. Natural de Teresina, onde nasceu a 6 de julho de 1931. Cursou o Grupo Escolar Abdias Neves; a escola do Pe. Moisés, Escola do Prof. Dinis; Ateneu Piauiense; Seminário Arquidiocesano de São Luis do Maranhão: (sic); **Colégio Estadual do Piauí (grifo nosso)** e Colégio Demóstenes Avelino.

Viana já desempenhou altas funções públicas no Estado, foi professor da Escola São Francisco de Sales; Chefe de Serviço da “Sul América”, Companhia Nacional de Seguros de Vida; Sub-Chefe do Escritório do Banco do Nordeste do Brasil S.A; Chefe do Setor de Crédito Rural e Industrial do Banco do Nordeste, Gerente Administrativo da Cooperativa Agrícola Mista do Piauí.[...] (*BACHARELADOS de 1966 da Faculdade de Direito do Piauí. O Dia, Teresina, 7 dez. 1966, p. 3*).

Laura Leite de Moura é filha de José Leite de Vasconcelos e Antonina Rosa Moura. Natural de Valença do Piauí.

Freqüentou os seguintes estabelecimentos: Grupo Escolar “Côn. Acelino”, em Valença, onde cursou o primário; **Escola Normal “Antonino Freire”, onde fez os cursos ginásial e pedagógico (grifo nosso)**; Escola Técnica de Comércio do Piauí, onde fez todo o curso de Contabilidade.

Laura foi funcionária pública estadual. Atualmente, é funcionária da Previdência Social servindo no IAPI, onde pretende continuar trabalhando. Tencionava exercer a advocacia (*BACHARELADOS de 1966 da Faculdade de Direito do Piauí O Dia, Teresina, 8 e 9 dez. 1966, p. 3*).

Era época em que se escolhia a rainha dos secundaristas. Motivo de festa para os estudantes e de badalação nos jornais. A imprensa acompanhava com entusiasmo esses momentos de valorização da beleza. Em 1967, a Escola Normal lança a concorrente aluna Cleyde Veras. Os jornais enfatizam o porte, a educação e a simpatia da moça. A nota assim se expressa:

Cleyde Veras - A Escola Normal <<Antonino Freire>> escolheu para representá-la, no Concurso de Rainha dos Secundaristas, a encantadora aluna da 4.^a série ginásial (diurno) - Cleyde Veras, de primorosa educação, inconfundível beleza, riqueza espiritual, irradiante simpatia. A candidata, estudiosa e aplicada, querida dos mestres e dos discípulos, muito bem representará, caso seja eleito, a classe secundarista (*POSTE de Rainha. O Dia, Teresina, 23 set. 1967, p. 1*).

A Feira de Ciências promovida pelos colégios de Teresina era notícia nos jornais. Relatava-se a euforia vivida pelas escolas pública e particular. Elas concorriam entre si em busca de classificação, o que dava maior exaltação ao evento, como se pode constatar na coluna Notícias e Fatos:

Reina Grande expectativa, entre os estudantes de nossa capital, em face da abertura, amanhã da 1.^a Feira de Ciências do Estado do Piauí. As equipes dos diferentes colégios movimentam-se ativamente com o objetivo de obter as primeiras classificações. Sabe-se de antemão que o colégio municipal apresentará magnífico trabalho de matemática (à base de eletrônica) enquanto o Colégio Estadual com suas 4 equipes, A Escola Normal Antonino Freire, Colégio São Francisco de Sales, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Ginásio Leão XIII e demais empenham-se pela apresentação de um trabalho experimental que deixe bem situado o estabelecimento que Representa (*Notícias e Fatos. O Dia, Teresina, 14 nov. 1967, p. 8*).

O movimento estudantil, por meio de suas entidades representativas, tinha espaço nos jornais. Eles resgatam o entusiasmo e trabalhos desenvolvidos pela classe estudantil da década de 60. As notas mostram uma classe envolvida na defesa de seus direitos:

O Presidente da União Piauiense dos Estudantes Secundaristas – UPES - está convocando todos os diretores daquela entidade para uma sessão ordinária às 14 horas de hoje na sede da entidade. Na oportunidade serão tratados problemas da classe (*UPES faz Convocação. O Dia, Teresina, 6 abr. 1967, p.8*).

O Presidente do Grêmio Lítico-cultural “Arimathéa Tito” expediu ofício, datado de 4 de setembro do corrente ano, em que faz apêlo ao Sr. Tarso Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Teresina, a respeito da não obediência, pela Federação Piauiense de Desportos (FPD), da Lei n. 926, de 18 de junho de 1963, que dispõe sobre a concessão de abatimentos aos estudantes e dá outras providências (*ESTUDANTES Sòmente Pagarão Metade no Estádio. O Dia, Teresina, 10 e 11 set. 1967, p. 7*).

A União Nacional dos Estudantes Piauienses instalará hoje na sede do Centro Social Nossa Senhora de Lourdes, o I Encontro de Estudantes da Vermelha [...] (*U.N.E.P.I. Promove Novo Encontro. O Dia, Teresina, 14 fev. 1968, p. 8*).

Ainda, entre as atividades desenvolvidas pelos estudantes, há o jornalzinho produzido pelos próprios alunos do Colégio Estadual. O jornal revela quanto o colégio incentivava os seus alunos a desenvolver trabalhos extraclasse o que elevava o desempenho do ensino. O impresso era de reconhecida qualidade como registra a imprensa local:

Associando-se às comemorações de mais um aniversário do Colégio Estadual, circulou mais um número do bem redigido órgão “A Flama”, de estudantes daquele educandário, jovens que **vêm dando brilhante exemplo de dedicação às atividades estudantis.**

O órgão, dirigido pelo ginasiano Francisco Rodrigues de Freitas, com segura orientação e contando na redação com a inteligência de Carlos Gomes Correia Lima, Francisco José de Sousa Viana, Noé de Cerqueira Fortes, Wiston Jim Boavista e Vânia Fontenele de Araújo, traz variada matéria educativa e informativa, de agrado geral (*FLAMA. O Dia, Teresina, 5 out. 1961, p. 4, grifô nosso*).

A direção do colégio estadual não primava só por manter em seus quadros alunos capacitados e estudiosos. Ela também exigia que a postura fosse compatível com a

tradicionalidade do colégio, tanto é que não se permitam na escola alunos que fugiam aos padrões, como se pode verificar na nota que segue:

O Diretor do Colégio e Estadual “Zacarias de Góis”, modelar estabelecimento de ensino desta Capital, proibiu a entrada dos estudantes cabeludos naquele educandário. Indagado sobre o motivo determinante da atitude assim se expressou o Diretor do Colégio: HIGIENE! (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 13 out. 1966, p. 8*).

A colação de grau, cume da vida escolar, era tempo de congratulações e júbilo. Os jornais registravam a data festiva. Concluir a Escola Normal ou o ginásio era motivo de felicitações, numa época em que a educação formal não chegava a todos. Com espírito de conquista merecida, os concludentes eram felicitados nos jornais:

No dia 15 do corrente mês, recebeu o Certificado Ginásio da Escola Normal <<Antonino Freire>>, a prezada senhorita Maria do Socorro Campêlo Nobre, zeladora funcionária da Secretaria das Finanças. (sic) tendo sido escolhida oradora da turma. Nós do <<Estado do Piauí>>, enviamos a Socorro, nossos parabéns (*COLAÇÃO de Grau. Estado do Piauí. Teresina, 25 dez. 1963, p. 7*).

AS PROFESSORANDAS de 67 da Escola Normal Antonino Freire, realizaram sábado último no Clube dos Diários animado baile de formatura com o conjunto musical Os Brasinhas, ocasião em que dançaram a tradicional valsa com seus respectivos padrinhos. A mesa de honra Presidida pela Sra. Raimunda Gonzaga Mamede Diretora da ENAF, foi ainda composta do Dr. Geraldo Mamede, Prof. e Sra. Afrânio Nunes, e demais professores. [...] Entre os presentes anotamos, casais: Dep. Aluísio Ribeiro, Dr. José Carlos Pitanga Pinto, Dr. Jesus Thomaz Tajra, Sr. Edílson Viana Carvalho, Dr. Afrânio Nunes, Cel. Jofre C. Branco, Dr. Geraldo Mamede além de outros (*ANDRÉA Apresenta. O Dia Social: O Dia, Teresina, 20 dez. 1967, p. 5*).

Concluiu, êste ano, o Curso Normal da Escola Antonino Freire a srta. Adalgisa Souza que, esforçada e estudiosa, sempre satisfez o corpo funcional daquele estabelecimento por sua excelente conduta. Para entrega do anel, ato verificado dia 11 do corrente na Matriz do Amparo, levou como madrinha a srta. Ruth de Senna Pedreira, eficiente funcionária do DNOCS. O Dr. Bernardo Sampaio parainfou-lhe no recebimento do Diploma (*COLAÇÃO de Grau. O Dia, Teresina, 18 dez. 1968, p. 8*).

4.3 O Prestígio do Professor da Escola Pública

Na década de 1960, o que diziam e faziam os professores era motivo de destaque. Eles estavam constantemente presentes nas colunas sociais:

Com destino ao Rio de Janeiro, viaja domingo (sic) hoje (sic) pelo avião da Cruzeiro do Sul o Prof. Oscar Olimpio Cavalcante, Diretor da Escola Normal <<Antonino Freire>> e que naquela cidade tratará de assuntos de interêsse daquele Estabelecimento, bem assim da Faculdade de Odontologia do Piauí, de cuja Escola é também (sic) diretor (*PROFS.OSCAR Cavalcante. Estado do Piauí. Teresina, 11 dez. 1960, p. 6*).

O Professor Olímpio Castro, Vice-Diretor da Escola Normal “Antonino Freire”, acaba de ser nomeado para o cargo de Diretor do Colégio Estadual de Floriano, que vinha sendo exercido pela Professora Adélia Waquim em decorrência do afastamento do Dr. Branlino França [...] (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 10 set. 1966, p. 8*).

Nesse contexto, professores e diretores eram os impulsionadores da escola. Como agentes, eles estruturavam a realidade escolar de Teresina. No entanto, eram detentores de uma “liberdade condicional” de que muitas vezes nem eram conscientes. Os limites estavam fixados através da moral, dos costumes, da tradição, das normas e das condições socioeconômicas. Tudo isso se refletia no seu *habitus*, o “social incorporado”, que funcionava como matriz impulsionadora e inibidora de suas ações. Eram esses limites que determinavam as ações do diretor do Liceu Piauiense. Para Cunha e Silva:

Quem dirige o Colégio Estadual do Piauí tem mais encargos, responsabilidades, constrangimentos e preocupações do que mesmo alegria e satisfação pessoal. A tarefa é dura e espinhosa. A missão é das mais difíceis e delicadas, sobretudo numa terra, como a nossa, pobre e falha de recursos para quem exerce o magistério (*SILVA, Cunha e. Solução de Emergência. O Dia, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4*).

Os jornais colaboravam na estruturação da imagem dos professores na década de 1960. Eles são apresentados pela mídia ora como detentores de intelectualidade, competentes nas suas atribuições, merecedores de respeito e consideração da sociedade; ora como incapazes de dar formação à altura dos alunos, como ocorreu em 1969, quando 70% da turma foi reprovada no vestibular de Direito. Mas era inegável que havia uma reverência aos mestres

da década de 60⁴⁷, pelo fato de possuírem conhecimento que fazia parte do seu *habitus* e os distinguia no meio social como portadores de capital simbólico.

A estruturação da imagem do professor da escola pública de Teresina era construída a partir da exaltação dos seus valores, expresso em palavras como “catedrático”, “respeito e admiração de muitas gerações”, “conceituada educadora”, “digno diretor”, “destacada figura”, “mestre acreditado da língua portuguesa”, “salientado pelas virtudes superiores do conhecimento”. Todas qualidades destacadas nas colunas sociais, quando os mestres eram, de forma afetiva, cumprimentados pelo seu aniversário nos jornais de Teresina, fato que por si só já os distinguia:

Aniversariou na data de ontem o professor (sic) Benjamim Soares de Carvalho, Diretor do Colégio Demóstenes Avelino e **catedrático do Colégio Estadual do Piauí [...]** (*SOCIEDADE. Jornal do Piauí, Teresina, 1 abr. 1962, p. 2, grifo nosso*).

Depois de amanhã, dia 24, transcorrerá o natalício da exma (sic) sra. (sic) d. (sic) Ana Bugija Brito, professora (sic) de Música, aposentada, do antigo Liceu Piauiense, **que detém o respeito e a admiração de muitas gerações de nosso Estado** (*SOCIEDADE. Jornal do Piauí, Teresina, 22 nov. 1962, p. 2, grifo nosso*).

Transcorreu dia 8 do corrente o aniversário natalício da **conceituada educadora** conterrânea, professora (sic) Cristina Leite, Catedrática de Português e Francês do Colégio Estadual do Piauí. A Professora Cristina Leite é **jornalista militante, emprestando, de quando em quando, sua valiosa colaboração a este órgão** (*REGISTRO. O Dia, Teresina, 12 jan. 1964, p. 7, grifo nosso*).

No dia 8 dêste (3^a- feira próxima), transcorrerá o aniversário natalício do **Ilustrado Prof. Lisandro Tito de Oliveira, digno Diretor do Colégio Estadual <<Zacarias do Góis>>**.

Há mais de dois anos à frente do tradicional e glorioso educandário, o Prof. Lisandro Tito vem-se conduzindo com dedicação critério e espírito (sic) de sacrifício [...] (*PROFESSOR Lisandro Tito. Estado do Piauí, Teresina, 6 jun. 1965, p. 1, grifo nosso*).

Aniversariou no dia quatro do corrente a Professora Verônica Macau, **destacada figura do nosso magistério primário** e esposa do Bacharelando

⁴⁷ Bourdieu (1994, p. 151) informa que o fato de ser professor ou no caso do seu exemplo ser nobre “significa que é a sua nobreza que proíbe o nobre de fazer certas coisas, e o obriga a fazer outras, já que faz parte de sua definição, de sua essência superior [...]”, no caso, aos nobres cabe serem desinteressados e generosos; aos professores, serem detentores do conhecimento. Os comportamentos e sentimentos são assimilados quase de forma imperceptível na vida cotidiana através das insinuações, das reprovações, dos silêncios e à medida que eram evitados.

Roldão de Sousa Furtado, categorizado funcionário do DCT [...] (*VERÔNICA Macau Furtado. Estado do Piauí, Teresina, 6 jun. 1965, p. 1, grifô nosso*).

- dia 29 [aniversariam], o **ilustrado** professor (sic) Valdemar Sandes, **mestre acreditado da língua portuguesa (sic)** e de geografia em vários educandários da capital; [e] o competente advogado e grande tribuno dr. Antônio Dos Santos Rocha, professor (sic) da Escola Normal Antonino Freire e procurador do Domínio do Estado [...] (*REGISTRO – Aniversariam. Estado do Piauí, Teresina, 28 nov. 1965, p. 8, grifô nosso*).

Dia 14 transcorrerá o aniversário do Prof. Joaquim dos Santos Noronha, **ilustrado, competente e criterioso mestre** de Inglês do Colégio Estadual do Piauí, em cuja cátedra se salienta pelas **virtudes superiores do conhecimento**, pelo domínio de excelentes métodos pedagógicos, pelo cumprimento de seus deveres, pela distinção com os colegas e dedicação aos discípulos, predicados que o tornaram credor de estima e admiração (*PROF. JOAQUIM Noronha. O Dia, Teresina, 12 dez. 1965, p. 3, grifô nosso*).

Estão aniversariando hoje:
Denise Ribeiro de Farias,
Srta. Odete Batista, professora (sic) da Escola Normal (*REGISTRO. O Dia, Teresina, 6 jan. 1966, p. 7*).

Nas famílias tradicionais, era comum a presença do professor. Como exemplo, temos Rosa Leal, professora da Escola Normal. Outros acontecimentos sociais relacionados à vida dos professores da escola pública são motivos de evidência nos jornais:

Francisco de Assis Castro Lima, funcionário do Banco do Estado, filho do Prof. Benedito de Castro Lima e de D. Maria Cristina Castro Lima, contraiu matrimônio com a **Srta. Rosa de Sousa Leal, Professora da Escola Normal, filha do Sr. Josino de Barros Leal e de D. Rosa de Sousa Leal, tradicional família de Picos. Aos recém-casados os nossos cumprimentos** (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 20 jul. 1966, coluna, p. 8, grifô nosso*).

Muitos professores, além da sala de aula, trabalhavam, como já se enfatizou, como profissionais liberais ou em repartições públicas, portanto não dependiam unicamente do salário que recebiam no magistério. Entre os mestres que tinham outra profissão, está o Engenheiro João Gabriel Batista, do Departamento de Estradas de Rodagem e Professor do Liceu; o Advogado Antônio dos Santos Rocha, Professor da Escola Normal; e o Engenheiro Civil, Professor Petrarca Sá, funcionário do DNOCS e Professor do Liceu. Um dos fatores que seduzia esses profissionais para o mercado da educação era a ostentação do título. Ser

professor secundário agregava valor e *status* à outra profissão. Era sinônimo de intelectualidade, envaidecia. Na data do aniversário, embora exercendo outra profissão, não se deixa de mencionar que aquele profissional liberal era professor:

Está aniversariando (sic) hoje (sic) dia 2, o nosso estimado amigo engenheiro João Gabriel Batista do Quadro (sic) de **servidores do Departamento de Estradas de Rodagem** e professor (sic) dos mais **categorizados do Colégio Estadual do Piauí** (*SOCIEDADE. Jornal do Piauí, Teresina, 2 ago. 1962, p. 2, grifó nosso*).

[...] o competente **advogado e grande tribuno** dr. (sic) Antônio dos Santos Rocha, professor (sic) da Escola Normal Antonino Freire e procurador do Domínio do Estado [...] (*REGISTRO - Aniversariam. Estado do Piauí, Teresina, 28 nov. 1965, p.8*).

Já retornou ao Piauí após brilhante **curso de aperfeiçoamento** no Recife, o **engenheiro** Petrarca de Rocha Sá, **professor (sic) dos mais competentes do Colégio Estadual (matemática)** (*THELIO. Caderno de Anotações. Estado do Piauí, Teresina, 7 nov. 1965, p. 1, grifó nosso*).

O Professor Petrarca Sá, uma das mais brilhantes figuras do Magistério piauiense, vai deixar de lecionar Física e Matemática no Colégio Estadual “Zacarias de Góis”. Motivo: tempo integral no DNOCS, onde o nosso focalizado desempenha as atividades de Engenheiro Civil (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 2 set. 1966, p. 8*).

Outros professores eram políticos, o caso da professora e jornalista Iracema Santos Rocha Silva, candidata a uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado num tempo em que os homens dominavam a política do Estado.

A professora (sic) Iracema Santos Rocha Silva, da Comissão Diretora do MDB no Piauí, é candidata a Deputado Estadual **no** próximo pleito. Trata-se, como é do conhecimento de todos, de um dos valores **intelectuais** de nossa terra, onde, como **jornalista**, professora, possui uma larga fôlha de **bons** serviços prestados ao Estado (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 14 jul. 1966, coluna, p. 8*).

Acentua-se a relevância da opinião dos professores sobre o quadro político do Estado. Por assim ser, o jornal publica o depoimento do professor e engenheiro, João Gabriel Batista. Ele, em plena Ditadura Militar, declara publicamente não votar na ARENA, partido da situação. No caso, a sua opinião é significativa pela posição que ocupa no meio social, sua autoridade enquanto professor é capaz de influenciar o comportamento de muitos eleitores:

Declaração feita pelo Dr. João Gabriel Baptista, professor do Colégio Estadual “Zacarias de Goes⁴⁸”(sic) e Engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí: “Não dou meu voto para candidato da Arena” (*FATOS e Notícias. O Dia, Teresina, 27 set. 1966, p. 8*).

Para se mensurar o prestígio e o afeto que se tinha pela classe dos professores na década de 60, destaca-se o cinquentenário de vida do professor Clemente Fortes, o mestre dos mestres. Ele era considerado, pelo jornal, patrimônio do Piauí. As manifestações de apreço se estenderam por toda uma semana. “Amigos, admiradores, colegas e alunos do Professor Clementes Fortes preparam-lhe expressiva homenagem [...]” (*CLEMENTES Fortes Será Homenageado. O Dia, Teresina, 18 ago. 1964, p. 1*).

O Dia do Professor também era marcado por homenagens e festas de que toda a escola participava, como a realizada pela Escola Normal. Percebe-se, aqui, o envolvimento do grêmio da escola nas atividades programadas para a data. Outra homenagem vem do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense – CERMAP-, que reconhece o trabalho desenvolvido pela professora Raimunda Pimentel Ferreira no magistério:

Comemorou-se o Dia do Mestre, data em que o professorado piauiense tomou parte em várias festividades. Convém assinalar aqui a solenidade de posse da nova Diretoria do Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense (CERMAP), oportunidade em que os professores e componentes desta entidade ofereceram à professora, Raimunda Pimentel Ferreira a medalha de Honra ao Mérito. Êsse gesto do professorado piauiense, que simbolizou uma verdadeira consagração da classe [...] (*HOMENAGEADA Professora Raimunda Pimentel Ferreira. O Dia, Teresina, 20 out. 1964, p. 6*).

Amanhã a Escola Normal “Antonino Freire” realizará, antecipadamente, uma homenagem ao Professor, cuja data transcorrerá dia 15. Eis o programa das festividades: às 19 horas: reabertura da biblioteca, palavras do Diretor da Escola, Professor Carlos Augusto Daniel; às 19,30 horas sessão lítero musical, abertura da sessão pela Direção do grêmio “Cristini (sic) Castelo Branco”, Izabel Campelo Lima; e hino da Escola, cantado por um grupo de alunas, com regência da Professora Maria do Socorro Franco; às 19,40 horas: entrega dos prêmios às alunas classificadas no concurso literário O PROFESSOR, instituído pela Diretoria da ENAF; às 20 horas: conferência pelo Professor Wilson Brandão, sob o tema “ a responsabilidade do Professor na formação da juventude [...]” (*RAULINO, Elvira. O Dia em Sociedade. O Dia, Teresina, 13 e 14 out.. 1968, p. 9,).*

⁴⁸ O Nome do colégio é Zacarias de Góis.

A profissão foi ainda mais enaltecida quando a miss Brasil de 68, Marta Vasconcelos, professora primária, exaltou a classe dos professores, tendo sua declaração sido publicada no jornal O Dia em Teresina. Como personalidade em destaque na época, o que ela diz vale mais do que o que é dito. Como pessoa pública, aceita e admirada na sociedade, tem credibilidade suficiente para ser ouvida e poder de influenciar o público que assimila as suas idéias:

“Sinto-me realizada como professora primária. Acho que educar criança é a tarefa mais importante do mundo. É um trabalho extremamente delicado e que me encanta. Meu sonho para o futuro é me especializar dentro de minha profissão”.

Quem pensa e fala assim é miss Brasil 1968, Srta. Marta Vasconcelos, baiana que resistiu durante três anos aos insistentes convites do clube de bridge de Salvador para disputar o título de beleza e acabou indo, com o consentimento do pai e do noivo (*MISS 68 Só Quer Ser Profã. O Dia 6 jul. 1968, p. 1*).

O falecimento eminentes professores da escola pública secundária de Teresina era motivo de destaque na imprensa. Em primeira página, o jornal se despede de professores que marcaram a história teresinense, como o professor Raimundo Nonato Portela de Melo, em 1966; a professora Inésia Lima, em 1967; a professora Cristina Bezerra Leite, em 1968.

Vítima de enfarto e hipertensão arterial, faleceu [...] a professôra e jornalista Cristina Bezerra Leite, conceituada mestra do Piauí, tendo inclusive ministrado aulas a destacadas figuras da política atual, – como exemplo: Padre Balduino Barbosa de Deus, – Secretário da Educação.

A extinta era formada pela Faculdade de Filosofia do Piauí tendo realizado vários cursos em São Paulo, Recife e Fortaleza. Ministrava Português e Francês para o segundo Clássico do Colégio Estadual Zacarias, além de turmas do científico. Falava Francês, Espanhol, Latim, Italiano, Alemão e línguas Neolatinas, – Conhecendo profundamente a língua pátria, principalmente a sua literatura.

Foi professôra na Escola Normal Antonino Freire, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Ginásio Popular e Colégio Estadual Zacarias de Góis, tendo sido figura de proa no movimento que culminou com o aumento concedido aos professôres há poucos meses. Na Faculdade de Direito preparou uma turma de pré-vestibulandos em 1967

Criou e dirigiu, durante algum tempo, o Jornal O AMIGO, no Colégio Estadual [...] (*COLAPSO Mata Cristina Leite. O Dia, Teresina, 30 out. 1968, p. 1, grifo nosso*).

Na Capital alencarina [...] faleceu às doze horas de ontem o **Catedrático em Desenho do Colégio Estadual “Zacarias de Góis”**, Professor Raimundo Nonato Portela de Melo.[...]

O Professor Raimundo [...] de Melo era bacharel em Direito, formado pela Faculdade do Piauí, e proprietário da Cerâmica Poty, além de Diretor-Presidente do Cine Roya.[...] (*RAIMUNDO Portella Já Sem Existência. O Dia 7 dez. 1966, p. 1, grifô nosso*).

Depois de alguns meses de enfermidade, [...] faleceu [...] a professora Inésia Lima, pertencente a (sic) tradicional família piauiense.

A extinta [...] exerceu por mais de trinta anos o magistério, enriquecendo o quadro de educadores piauienses. Era funcionária da Escola Industrial de Teresina, onde, mercê de suas raras qualidades de espírito e coração desfrutou até a sua morte de melhor estima de seus alunos e companheiros de trabalho. [...] (*PROFESSORA Inésia Rio Lima. O Dia 3 e 4 dez. 1967, p. 1*).

4.4 A Escola Pública Primária nos Jornais.

Assim como a escola pública secundária, a escola pública primária, também, ocupava espaço na mídia impressa, embora não tivesse o mesmo destaque. Percebe-se, no início da década de 60, o esforço do Governador Chagas Rodrigues para melhorá-la, conforme nota no jornal Estado do Piauí:

Além de novos Grupos Escolares, de construção concluída no atual Govêrno, tanto na capital como nas sedes municipais e áreas rurais, [...] foram criados para suprir necessidades inadiáveis 50 cargos de Regente de Ensino e 50 de professor primario (sic) [...].

Do mesmo modo procedeu-se quanto a reparos e conservação de edifícios, destinados aos funcionamento de Grupos e Escolas [...] (*TRANSCURSO de Um Ano de Fecunda Administração. Estado do Piauí 2 jan. 1960, p. 1*).

O jornal ainda traz a público a melhoria do salário dos professores primários:

Quanto às Professoras Primárias, quando o Governador Chagas Rodrigues assumiu o Govêrno, percebiam elas mil e setecentos cruzeiros. O salário mínimo então vigente era de dois mil e quinhentos cruzeiros.

Percebiam as Professoras Primárias pouco mais da metade do salário mínimo [...] Agora, com o aumento do Govêrno Chagas Rodrigues, **uma professora perceberá inicialmente Cr\$ 3.350,00 e terá ainda uma gratificação de setecentos cruzeiros, percebendo ao todo Cr\$ 4.050,00, mais do que o salário mínimo que é de Cr\$ 4.000,00⁴⁹** (sic). [...] (*O*

⁴⁹ O salário mínimo era de Cr\$ 2.500,00 quando o governador Chagas Rodrigues assumiu o governo. Em 1960, ele estava no fim do segundo ano de mandato e o mínimo, agora, era de Cr\$ 4.000,00. “[...] e note-se que o governador Chagas Rodrigues não está no último ano de seu Govêrno, mas ainda está no fim do segundo ano, e

NOVO Aumento e Os Professores Secundários e Primários. Jornal do Piauí, Teresina, 18 dez. 1960, p. 6, grifo nosso).

Na matéria acima, faz-se uma comparação entre o salário antes recebido – inferior ao mínimo – e o de agora – superior em Cr\$ 50,00. O paralelo vem para enfatizar mudança positiva no ordenado dos professores. Deseja convencer que no governo Chagas Rodrigues os mestres têm vez e são valorizados. Mas se o governo procurava melhorar o salário, faltavam escolas:

[...] Teresina em 1950 possuía cerca de cinquenta (sic) mil habitantes e já tinha o mesmo número de grupos escolares que tem hoje. Agora a cidade conta uma população de cerca de cem mil habitantes, não possuindo a infância grupos em número suficiente para estudar (*PRECISAMOS de Escolas. O Dia, Teresina, 23 fev. 1961, p. 1*).

Note-se que o Estado praticamente não investiu na ampliação do número de grupos escolares, o que vai desencadear a falta de vagas na escola pública num desrespeito à Constituição⁵⁰ e ao sonho das classes menos favorecidas, que viam na educação formal o meio de se projetarem socialmente. Segundo Lins e Santiago (2003, p. 392), nos discursos da população sobre a escola, um traço comum é “a crença na capacidade transformadora da escola. Seja a transformação individual ou social, ela aparece sempre como espaço capaz de promover ou não essas transformações”.

Esse sonho era frustrado quando as famílias, ao baterem “à porta dos grupos escolares nas localidades em que os há, é bastante considerável e também é o número das que voltam dali desenganadas ante a (sic) informação de que não há vagas para os seus filhos. (*O GÓVERNO e O Ensino. Jornal do Piauí, Teresina, 25 fev. 1962, artigo, p. 1*).

Além da falta de vagas, a falta de salários dignos para os professores:

Aqui no Piauí nem se fala. Professôra primária súa (sic) em dois turnos, aguenta (sic) desaforo de pai de moleque mal educado e **ganha uma miséria**. E note-se que **até as promoções a quem tem direito não são feitas** [...] 7 promoções em atraso o que daria às professôras efetivas pelo

que o salário mínimo entrou há dois meses em vigor” (O NOVO Aumento e os Professores Secundários e Primários. Jornal do Piauí, Teresina, 18 dez. 1960, p. 6.).

⁵⁰ A Constituição de 1946 que substituiu a Carta ditatorial de 1937 (do Estado Novo), no capítulo sobre Educação estabelece que a educação é “direito de todos, a escola primária obrigatória, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos ao nível primário e, aos níveis superiores, para quantos provassem falta ou insuficiência de meios” (PILLETTI apud Chagas, 1997, p. 187).

menos duas letras e 500,00 de aumento no vencimento. O governo deve tomar providências [...] (*PROFESSORAS Primárias. Jornal do Piauí, Teresina, 7 out. 1962, p. 2, grifo nosso*).

Vê-se que os professores não estavam satisfeitos com os seus vencimentos. O professor era um profissional, um trabalhador e não tinha recompensados seus esforços.

A desculpa para os baixos salários não podia ser atribuída à falta de verbas. Circulava no meio social que havia recursos destinados à educação, no entanto, eles estavam sendo desviados. Os comentários levam o Secretário de Educação e Saúde, Afrânio Nunes, a defender-se através de carta resposta publicada na íntegra no jornal.

Depois de esclarecer que a verba destinada à educação do Piauí foi de sessenta e um milhões, treze mil e duzentos cruzeiros e não sessenta e cinco milhões de cruzeiros, o Secretário explica a forma como o dinheiro foi aplicado:

Cr\$ 53.513.000,00, para o ensino primário, sendo 60% desta importância, ou sejam (sic), Cr\$ 32.113.200,00, para construções escolares; e 40%, ou sejam (sic), Cr\$ 21.400.000,00, para o aumento de matrículas, (escolarização); os restantes, Cr\$ 7.500.000,00 deveriam ser aplicados na ampliação de estabelecimentos oficiais de ensino médio (curso secundário).
[...]

Todas as obras contratadas estão em rápido andamento. Três delas estão sendo construídas nessa capital – Grupo Escolar «Miguel Borges»; no Barroão; Grupo Escolar «Anísio Teixeira», na Vermelha; ampliação do prédio do Colégio Estadual «Zacarias de Góis», anexa àquele estabelecimento, sendo para notar que esta última obra virá resolver o angustiante problema de matrículas no Colégio padrão do Estado. Devo ainda acrescentar, que a conta destinada a escolarização se encontra intacta (sic) pois sómente será movimentada no próximo ano (*EXPLICAÇÃO do Secretário de Educação. Estado do Piauí, Teresina, 3 jan. 1963, p. 4*).

A partir de então, surgem numerosas matérias sobre a construção de novos Grupos Escolares em Teresina. É realçado o empenho dos poderes públicos: Municipal e Estadual em melhorar a educação primária do Estado:

[...] os Grupos Escolares Municipais, (sic) vêm funcionando satisfatoriamente e tôdas as iniciativas relacionadas com o problema do ensino, no combate ao analfabetismo, estão sendo estimulados. O Ginásio Municipal «Eurípedes (sic) Aguiar», cujas obras de construção se encontram aos cuidados do Govêrno do Estado, mediante proposta da Prefeitura, já foram reiniciadas. (*POLÍTICA Municipal. Estado do Piauí, Teresina, 22 set. 1963, coluna, p. 6*).

Inconstestavelmente,(sic) o Secretário da Educação, dr. Paulo Ferraz, tem feito tudo pelo desenvolvimento do ensino em nosso Estado. [...] o principal trabalho dêle é multiplicar o número de escolas primárias no Estado e reaparelhar os estabelecimentos de ensino de tudo o que é necessário para o seu funcionamento normal. (*PAULO Ferraz Impulsiona o Ensino. Estado do Piauí, Teresina, 6 out. 1963, p. 1*).

Mas a prática de investir pouco na educação pública do Estado continua. O Deputado Sousa Santos, indignado, denuncia em discurso na Câmara Federal – publicado nos jornais de Teresina –, a situação de abandono da escola primária. Ele revela que as verbas destinadas a reforçar o salário dos professores primários não estão sendo aplicadas para esse fim:

[...] o Deputado Sousa Santos comentou, da tribuna da Câmara Federal, o estado de penúria do ensino primário piauiense, insuficiente e desaparelhado, em virtude da escassez de recursos do erário estadual para enfrentar a onerosa solução dêste grave problema. Citando o recente decreto do Govêrno Federal que instituiu a suplementação do salário do Professor Primário, reclamou sua imediata aplicação no Piauí, onde um professorado cômscio e esforçado, luta tenazmente para sobreviver e dar conta do seu importante mistér (sic), face ao irrisório salário que percebe [...] (*SUPLEMENTAÇÃO do Salário do Professor Primário. O Dia, Teresina, 15 mar. 1964, p. 1*).

Nas escolas, além de professores primários mal remunerados, havia também professores leigos. A entrada de leigos em sala de aula, em 1964, ocorreu mediante a implantação dos Cursos de Emergência. A formação tem o propósito de suprir a necessidade de mestres em turmas primárias. Começa-se assim o processo de improvisação de professores com “as solenidades do Curso Para Formação de Professôres de Emergência – 1ª Turma – patrocinado pela Secretaria da Educação” (*PROFESSORES de Emergência. O Dia, Teresina, 31 mar. 1964, p. 1*).

Para assumir a função de professor leigo, são estabelecidos critérios: “Não nomeamos leigas que não sejam as portadoras de curso ginásial e treinadas em curso de emergência” (*AMENSAGEM Imortal. Estado do Piauí, Teresina, 8 jul. 1965 p. 1*). O objetivo era desenraizar a prática de nomeações políticas. Com a qualificação, buscava-se construir uma imagem positiva da professora leiga, a fim de conquistar a adesão da comunidade, ficando o governo livre das críticas.

Agora com mais escolas e mais professores, o governo com o propósito de conquistar prestígio para si, comemora a façanha de pôr fim às filas que tanto mortificavam

pais que precisavam garantir vaga para os filhos. Assim o governador recorda: “[...] Se condenamos ontem o triste espetáculo das filas de matrículas e o ritual do pedido humilhante aos governantes, como se fôssem esmolas, temos o dever, no Govêrno, de procurar resolver o problema. E o fizemos, vitoriosamente [...]” (*A MENSAGEM Imortal. Estado do Piauí, Teresina, 8 jul. 1965 p. 1*).

No entanto, a imprensa contesta as informações ao afiançar que “[...] O governador afirma que saiu <<vitoriosamente>> na questão das filas de matrículas. E no princípio do ano de 1965? As filas nos colégios oficiais causavam dó ao público. Os pedintes eram centenas e centenas” (*A MENSAGEM Imortal. Estado do Piauí, Teresina, Oito jul. 1965 p. 1*).

Em 1969, ainda se verifica o esforço concentrado do Estado na construção de escolas para atender à demanda. Assim, “as escolas se multiplicaram, o atendimento a (sic) criança é acentuadamente superior, e o aproveitamento, em virtude dos programas traçados pelo governo, é infinitamente maior” (*DE TUDO um Pouco. O Dia 1 abr. 1969, coluna, p. 5*).

Na década de 60, havia também a interferência do Conselho Estadual de Educação⁵¹, que apontava sugestões para o governador Helvídio Nunes. O jornal O Dia relata que “o Presidente e a maioria dos membros do Conselho Estadual de Educação compareceu (sic) [...] ao Palácio do Govêrno, onde apresentou (sic) sugestões a respeito do projeto de lei que institui o sistema de ensino no Piauí, oriundo de mensagem governamental e em tramitação do (sic) Poder Legislativo do Estado” (CONSELHO de Educação Estêve Reunido. O Dia, Teresina, 24 jan. 1968, p. 1).

Todo esse percurso da Escola Primária Oficial não aparece por acaso no jornal. Ele é o resultado concreto das vivências dos teresinenses. Segundo Rouquette (2003, p. 34), “o conhecimento social não é acumulação de conhecimentos individualmente determinados; ele resulta de condições e de práticas comuns, que realmente ao mesmo tempo o modelam e o nutrem”. São os jornais que abastecem e nutrem a cidade de Teresina de informações, construindo, portanto, as Representações Sociais da escola pública primária.

Nessa trilha, acompanha-se uma multifacetação de matérias que ora mostram uma escola primária pública em recuperação, com construção, inaugurações de prédios e formação

⁵¹ Eram membros do Conselho Estadual de Educação os professores: José Gayoso, Clemente Fortes, Paulo Nunes, Wall Ferraz, Pe. Raimundo Ayresmorais e Itamar Brito.

de professores, ora uma escola caracterizada como insuficiente, despreparada para atender às necessidades dos alunos e que oferece salário aviltante.

Essa polarização de imagens, que, às vezes, está dentro do mesmo texto, faz com que, dependendo da situação, tenham-se discursos diferentes acerca da escola. Quando é o governo que fala, vê-se uma escola em expansão, apresentando um grande número de escolas inauguradas. Quando quem fala é a comunidade, percebe-se o apelo por mais escolas e maior salário para os professores.

No quadro de valorização da escola, percebe-se que a escola pública primária tem papel de menor relevância no contexto educacional da década de 1960, se comparado com a ênfase que era dada ao Liceu Piauiense e ao Instituto de educação.

4.5 Os Estudantes Carentes nas Escolas Particulares

Como foi explicitado, o número de vagas nas escolas públicas não era elevado e nas escolas oficiais tradicionais, Liceu e Escola Normal, a seleção dos alunos era criteriosa. Resta indagar: para onde se dirigiam os estudantes desprovidos de recursos que não asseguravam vaga na escola pública?

A estes se destinavam escolas particulares. Como muitos não podiam arcar com as despesas, eram mantidos por meio de bolsas de estudo distribuídas pelo poder público. Percebe-se, assim, o desvirtuamento dos recursos do Estado, pois em vez de as verbas serem canalizados para a escola pública, que, como se viu, era insuficiente, iam para as escolas particulares.

Isso se deve à política adotada pelo Estado, já que a LDB 4.024/61 assim se pronunciava com relação aos recursos para investimento na educação, conforme informa Saviani (1998, p. 20):

O texto da Lei 4.024/61, numa clara posição de conciliatória⁵², estabelece que os recursos públicos ‘serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino’. E em seguida regula a concessão de bolsas bem como a cooperação financeira da União com Estados, Municípios e iniciativa privada sob a forma de subvenção,

⁵² O texto da LDB de 1961 tem tendência conciliatória, pois ele tenta sintetizar o interesse dos conservadores que defendiam a escola particular representado pelo substitutivo Lacerda e o interesse dos defensores da Escola pública representado por Anísio Teixeira e seguidores.

assistência técnica e financeira ‘para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos.

Em Teresina, essas bolsas eram distribuídas pelo poder público e pelos políticos:

Determinado jornalista piauiense, constantemente, está a dizer que as bolsas de estudo destinadas a alunos piauienses foram conseguidas por certo suplente de senador. Pura inverdade. É que o jornalista a serviço do “suplente”, não se interessa pela verdade dos fatos e sim pelos cobres da firma do suplente [...] (*BOLSAS de Estudos Para o Piauí. Estado do Piauí, Teresina, 4 dez. 1960, p. 6*).

Os colégios particulares estão cobrando os olhos da cara dos pais de família. Daqui a pouco o ensino particular, **que tanto dinheiro recebe da União, se destinará apenas aos ricos. Há exceções e bem honrosas** (*PIAUIENSE, José. Isso Realmente Aconteceu: Para Ricos. O Dia, Teresina, 26 fev. 1961, p. 1, grifo nosso*).

Se as escolas particulares, desordenadamente, estipulavam o valor das mensalidades, se as bolsas de estudo não chegavam a todos, se as vagas nas escolas públicas eram ocupadas por parcela da elite e se não havia investimento na ampliação do número de vagas, a conclusão inescapável é: tinha-se uma elitização do ensino:

A cobrança de três mil cruzeiros para a matrícula em nossos colégios particulares é o mesmo que fechar as portas dêles aos estudantes pobres. Vamos ter neste país de analfabetos a aristocratização do ensino, isto é, só quem pode freqüentar colégios não oficiais é aluno rico ou filhos de pais que ganham grandes ordenados (*ECOS e Notas. Estado do Piauí. Teresina, 21 fev. 1963, p. 4*).

A escola particular, por sua vez, defendia tenazmente o seu espaço no mercado da educação, querendo mostrar-se competente como a escola pública secundária, sua principal concorrente. Essa posição indica que a escola oficial era modelo de comparação até mesmo para as escolas particulares da época.

O ensino particular precisa ser mantido neste país ainda de elevado índice de analfabetismo. Ensino particular em todos os graus, inclusive o ensino técnico. **As falhas que existem nos estabelecimentos de ensino particular, existem também (sic) nos estabelecimentos de ensino oficial, mantidos pelo Governo** (*SILVA, Cunha. O Ginásio Desembargador Antônio Costa. Estado do Piauí, Teresina, 11 abr. 1963, artigo, p. 1, grifo nosso*).

Para mais se assemelhar às escolas públicas, havia particulares que mantinham em seus quadros “professores competentes nas matérias que lecionam (sic), além de serem cumpridores dos seus deveres, **e quase todos êles são professores no Colégio Estadual, na Escola Normal e em outros colégios de Teresina**” (SILVA, Cunha. *O Ginásio Desembargador Antônio Costa. Estado do Piauí, Teresina, 11 abr. 1963, artigo, p. 1, grifo nosso*).

O fato de os professores das escolas particulares serem praticamente os mesmos professores das escolas públicas era um indicativo da busca de paridade no grau do ensino oferecido. Ao anunciar tal coincidência revelava a necessidade que sentia do reconhecimento público para que fossem assim acolhidas. O que significava dizer que os alunos iam encontrar nelas ensino semelhante.

O discurso dos diretores dessas instituições era o de que as escolas particulares não eram iguais entre si, pairava no consenso coletivo. Se havia aquelas que só enxergavam o lucro (e como mercenárias exploravam os professores), havia as que eram impulsionadas, também, pelo cumprimento de sua função social, desta forma mais uma vez elas se comparam a escolas públicas que não atuam sob o signo da rentabilidade.

[...] A crítica maior contra as casas de instrução particular, principalmente ginásios e colégios, é sobre a mercantilização de várias delas. Realmente, há indivíduos, no Brasil, que se tornam ricos com o mercadejamento do ensino. São pessoas que não têm vocação para o magistério, não têm amor a uma carreira que se constitui num verdadeiro sacerdócio, embora que saderdócio (sic) sem ordens, segundo feliz expressão de Escragnolle Dória. E o mais condenável e revoltante é o dono do colégio enriquecer à custa dos trabalhos, dos sacrifícios e suores de professores, sobretudo aqui no Piauí com aulas de cr\$ 130,00 ou cr\$ 140,00 quando em outros Estados pagam cr\$ 300,00 a mais [...] (SILVA, Cunha. *O Ginásio Desembargador Antônio Costa. Estado do Piauí, Teresina, 11 ab. 1963, artigo, p. 1*).

Essa aproximação de imagem escola pública x escola privada chegava até os alunos, pois havia aqueles que pagavam a mensalidade com desconto, isso possibilitava aos alunos carentes matrícula na escola particular “[...] **O ginásio dêles** [Professores Melo Magalhães e Domicio Magalhães] têm (sic) quase dois mil alunos, sendo que mil do curso ginásial. **Entre os alunos que pagam mensalidades, muitos têm abatimento, até mesmo na**

matrícula ” (SILVA, Cunha. *O Ginásio Desembargador Antônio Costa. Estado do Piauí, Teresina, 11 abr. 1963, artigo, p. 1, grifô nosso*).

Havia, ainda, os que eram garantidos pelas bolsas de estudo⁵³ já que

Quatrocentos alunos do Ginásio <<Desembargador Antônio Costa>> são bolsistas ou frequentam (sic) o ginásio bem dizer gratuitamente, porque não sofrem pressão alguma no pagamento em virtude da situação financeira do país, alguns dos quais são funcionários públicos do Estado e, como tais, com os vencimentos em atraso.

[...] alunos de diferentes camadas sociais e todos – ricos, pobres e remediados – se confraternizam e comungam o mesmo ideal de se prepararem para as lutas da vida, para serem úteis à Pátria e à coletividade (SILVA, Cunha. *O Ginásio Desembargador Antônio Costa. Estado do Piauí, Teresina, 11 abr. 1963, artigo, p. 1*).

Percebe-se, nos jornais locais, que havia dependência financeira da referida escola particular dos recursos provenientes de bolsas de estudo, tal era o montante de verbas advindas deste fundo, “[...] A Prefeitura Municipal de Teresina mantém 24 alunos bolsistas no Ginásio <<Desembargador Antônio Costa>> nas condições de lhe pagar cr\$ 280.000,00 no ano em curso ” (ECOS e Fatos. *Estado do Piauí, Teresina, 21 jul. 1963, p. 4*).

Todavia, a instituição não mantinha o compromisso em dia:

Nas administrações de Agenor Almeida e Petrônio Portela o Ginásio dos irmãos Magalhães recebia as bolsas de estudos pontualmente e não como o atual Prefeito quer pagar em dez prestações de cr\$ 28.000,00, no que eles não concordam, com justa razão. O administrador, sobretudo em países de percentagem de analfabetos tão grande como o nosso, tem o dever mais do que sagrado de amparar as necessidades do ensino sob todos os aspectos. (ECOS e Fatos. *Estado do Piauí, Teresina, 21 jul. 1963, p. 4*).

A dependência de bolsas fica mais patente quando da solicitação de verbas do Governo Federal, sob pretexto de que “no próximo ano, as mensalidades dos alunos nos colégios particulares vão aumentar. Muitos pais de alunos obrigar-se-ão a retirar os filhos dos

⁵³ É importante lembrar aqui o texto da Lei 4.024/61 que garantia “à família o direito de escolha sobre o tipo de educação que deve dar a seus filhos e estabelecendo que o ensino é obrigação do poder público e livre à iniciativa privada” (SAVIANI, 1998, p. 19). Observamos que diante dos benefícios que as bolsas de estudo traziam para as escolas particulares de Teresina, percebe-se que não era à toa que os partidários desta Instituição “[...] se mostravam decididos a fazer valer hegemonicamente os seus interesses no texto da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (SAVIANI, 1998, p. 15), a Lei 4.024/61, que em 1963 já estava em vigor.

colégios, pelo que seria **conveniente que o Govêrno Federal liberasse todas as verbas destinadas aos colégios de nossa capital, inclusive bolsas de estudo [...]** (*ECOS e Fatos. Estado do Piauí, Teresina, 3 nov. 1963, p. 6, grifô nosso*).

O argumento era de que “**os colégios do Govêrno – Colégio Estadual do Piauí e Escola Normal Antonino Freire – estão superlotados**” (*ECOS e Fatos. Estado do Piauí, Teresina, 3 nov. 1963, p. 6, grifô nosso*). Logo, de acordo com a LDB, o poder público tinha obrigação de garantir o ensino. Se ele não podia suprir essa necessidade por meio das escolas públicas, tinha que fazê-lo mediante as escolas particulares. Observa-se que a solução para o impasse não vem com a solicitação de mais verbas para construir escolas públicas secundárias e primárias em Teresina.

O atraso no pagamento das bolsas de estudo continuava preocupando as escolas particulares que tinham compromissos a saldar. Apelava-se para os representantes federais do Piauí. Segundo os jornais, eles “**devem fazer fôrças para que o Ministro da Educação mande pagar aos colégios particulares de Teresina as verbas e subvenções que não lhes foram pagas**” (*ECOS e Fatos. Estado do Piauí, Teresina, 8 dez. 1963, p. 1*).

Enquanto isso, a escola particular pretendia firmar imagem de uma instituição de caridade e que, ao mesmo tempo, precisava manter-se à custa dos estudantes carentes que nela estudavam. “[...] O Ginásio <<Desembargador Antônio Costa>> tem milhões de cruzeiros a receber do Ministério da Educação, [...] mantém inúmeros alunos gratuitos e para muitos outros fazem bons abatimentos nas mensalidades. O Ginásio [...] é uma instituição benemérita, digno (sic) de apoio [...] do Poder Público (*ECOS e Fatos. Estado do Piau, Teresina, 8 dez 1963, coluna p. 1*).

Ao mesmo tempo, as escolas particulares abusavam de suas prerrogativas na estipulação das mensalidades, o que revela quanto era difícil o pai manter os filhos nessas instituições. Algumas dessas escolas, não se contentando com o valor das bolsas de estudo, em virtude do atraso dos repasses, obrigavam os pais a pagarem as mensalidades, sinalizando a estes ulterior restituição, ao que o decreto do Presidente da Republica⁵⁴ põe fim.

No mesmo expediente os respeitáveis educadores frisaram que os estudantes do Ginásio “Des. Antônio Costa” já gozavam dos benefícios concedidos pelo patriótico e humano decreto governamental, acentuando mais que

⁵⁴ Decreto 57.980 de 11-3-66 (O Dia, Teresina, 12 abr. 1966, p. 1).

aquêle educandário era o único no Piauí e, talvez no Brasil, que não recebia anuidade de bolsistas.

Os diretores do Colégio não recebiam dos bolsistas, ou de seus responsáveis, pagamento antecipado, total ou parcial, das anuidades, para devolução posterior, quando do recebimento dos recursos oficiais, ou para crédito no ano letivo seguinte (*O COLÉGIO Já Aplicava as Normas Contidas no Decreto Presidencial. O Dia, Teresina, 12 abr. 1966, p. 1*).

O colégio Desembargador Antônio Costa fazia mais: “[...] concedia gratuidade ao aluno, cujo pai, viesse a falecer no decorrer do ano letivo, sendo carente de recursos [...]” (*O COLÉGIO Já Aplicava as Normas Contidas no Decreto Presidencial. O Dia, Teresina, 12 abr. 1966, p. 1*).

O interesse econômico do Colégio nem sempre vinha à tona, especialmente, quando se queria valorizar a instituição. Neste momento, buscava-se fazer a ligação entre o Colégio e o que havia de melhor na cidade, o ensino oferecido pelas escolas públicas. É assim que, com o intuito de exaltar a escola particular, encontra-se, mais uma vez, professores das escolas públicas nelas inseridos, como na ocasião do banquete pelo aniversário do Prof. Domício Magalhães Melo um dos donos do Ginásio Desembargador Antônio Costa:

[...] discursando na ocasião, em nome de todos, o Prof. Valdemar Sandes, um dos mais talentosos mestres da língua portuguesa (sic) do nosso meio, ocasião em que ressaltou, aplaudidamente, as qualidades de coração e inteligência do homenageado.

No banquete [...] discursaram os srs. (sic) Tito Filho, Cunha e Silva e Barreto Cordeiro, lembrando os três as vitórias do educandário e o devotamento ao trabalho dos dois irmãos [...] (*HOMENAGEADO Professor Domício. O Dia, Teresina, 19 e 20 jun. 1966, p. 8*).

No entanto, o jornal deixava claro o diferencial entre estudar em escola pública ou em escola particular. Na particular, os filhos dos pobres sofriam duras represálias, passando até por humilhação, como coloca o texto do O Dia:

[...] Alguns alunos do segundo ano do Curso de Comércio do “Demóstenes Avelino”, filhos de homens pobres, foram preteridos de fazer provas parciais porque não dispunham de 14 mil cruzeiros para o pagamento das mensalidade (sic) de junho e julho, meses ainda não vencidos. E não houve argumento que fizesse a Direção do Colégio relaxar a ordem do “paga ou não faz prova” (*ECOS e Fatos. O Dia 23 jun. 1966, p. 8*).

Levando em conta essas informações, percebe-se que as escolas particulares, pelas suas características peculiares, já que visavam o lucro, não poderiam substituir as públicas como queria o substitutivo Lacerda quando no título que tratava do Direito à Educação propunha: “Ao Estado cabe oferecer recursos para que a família possa desobrigar-se do encargo da educação” (SAVIANI, 1998, p.19). Os alunos do Curso de Comércio do “Demóstenes Avelino” que o digam.

Mas o Governo Federal continuava incentivando as escolas particulares pela via da política de distribuição de bolsa, já que “distribuirá ainda este ano, 90 mil bolsas escolares para filhos de trabalhadores sindicalizados, beneficiando famílias operárias do território nacional” (90 MIL Bolsas para Estudantes. O Dia, Teresina, 12 ago. 1967, p. 1).

4.6 O Conflito do Discurso nos Jornais

Na década de 60, acompanham-se, nos jornais de Teresina, três articulações que visavam, unicamente, à melhoria dos salários dos professores: a greve de 1964, uma tentativa de greve em 1966 e a mobilização grevista de 1968, agora, no regime militar.

É interessante observar que só fazem greve os professores do grau médio; o professor primário fica de fora. As greves são rápidas⁵⁵ e, geralmente, encabeçadas pelos professores das escolas particulares. Só em 1968, a escola pública se mobiliza. Observa-se, ainda, o poder público atuando para resolver a questão com agilidade.

4.6.1 Os Professores das Escolas Particulares em Greve

Em 1964, “Os professôres do grau médio sediados em Teresina estão em greve desde ontem. Reivindicam melhoria salarial. Percebem por aula Cr\$ 200,00. Desejam 150% de aumento, ou sejam (sic) Cr\$ 500,00, por aula. A greve é uma decorrência do desnível salarial [...]” (*GREVE. O Dia, Teresina, 11 mar. 1964, p. 8*).

⁵⁵ Só a greve de 1968 foi realizada em pleno regime militar, já que a greve de 1964, em maio, aconteceu um pouco antes do golpe e a possível greve 1966 não se concretizou, talvez por pressão do próprio regime.

Essa greve tem um caráter peculiar. Embora seja deflagrada pelos professores das escolas particulares, o Estado aparece como o responsável pelo desencadeamento do movimento grevista. Por determinação do MEC, as escolas particulares não podiam aumentar as mensalidades. A medida congelava o salário dos professores e o Estado aparecia como responsável:

[...] Os professôres estão no seu legítimo direito de pleitear melhoria de vencimentos, sem a qual será difícil poderem continuar exercitando a espinhosa missão de instruir e educar. Mas – e os Diretores de Colégios! (sic) Seriam êles os culpados!(sic) Não o cremos. Se estão proibidos de aumentar anuidades, como irão poder arcar com o ônus impôsto pelo aumento do salário-aula! (sic) [...] (*GREVE. O Dia, Teresina, 11 mar. 1964, p. 8*).

O inusitado é que o Estado, por meio do Governador Petrônio Portela, intervém de forma a beneficiar os diretores e os professores das escolas particulares:

[...] “tendo em vista que é dever do Estado promover a paz social e defender os interêsses da coletividade, proporcionando e sobretudo aos menos favorecidos, os meios necessários à concretização do direito à educação”, complementar os estabelecimentos particulares cujos professôres se encontravam em greve, com a importância necessária a fazer face ao aumento pleiteado, até solução a ser dada pelo Govêrno Federal. Segundo nota oficial expedida pela Secretaria de Estado do Govêrno, a despesa decorrente da complementação será da ordem (sic) de Cr\$ 35.000.000,00, no corrente exercício (*TERMINADA a Greve dos Professôres. O Dia, Teresina, 12 mar. 1964, p. 1*).

[...] Comunicamos a êsse órgão que a Assembléia Geral decidiu suspender a greve em virtude das reivindicações da classe terem sido atendidas, na base de 150%, sem alteração das anuidades escolares. Somos gratos à valiosa e ampla cobertura dada ao nosso movimento [...] (*PROFESSORES Agradecem. O Dia, Teresina, 17 mar. 1964, p. 1*).

Como se observou, o Poder Público repassou as verbas necessárias para pôr fim à greve, isso antes de viajar ao Rio de Janeiro, tal a sua presteza. Assim, o Estado financiou a escola particular, enquanto a pública, como se viu, demandava investimentos. Os professores das escolas particulares saem da greve satisfeitos.

O movimento grevista indica que a classe dos professores estava organizada em 1964. Sob esse aspecto, a categoria se distinguia enquanto profissionais na área da educação,

trabalhadores que reivindicavam melhor remuneração. Eles tinham sindicato como atesta o artigo assinado pela Professora Cristina Leite:

Professôres do ensino médio, em Teresina, desde alguns anos têm o seu Sindicato que, todavia, é pouco conhecido no seio da classe. Talvez porque não tivesse publicidade, talvez por omissão da própria Classe [...] (*LEITE, Cristina. Sindicato dos Professores. O Dia, Teresina, 17 mar. 1964, p. 7.*)

Em 1966, mais uma vez, a greve é proposta pelos professores do ensino médio das escolas particulares. O presidente do Sindicato do Ensino Secundário de Teresina, Professor Francisco Cordeiro, foi quem articulou o movimento:

[...] convoco todos os associados dêste Sindicato de Professôres para, em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se a 21 (vinte e um) dêste mês de abril, quinta-feira, em 1º (primeira) convocação, na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina, na praça João Luís Ferreira, 1367, – em definitivo [...] (*CORDEIRO, Francisco Barrêto S. Sindicato dos Professôres de Ensino Secundário e Primário e dos Auxiliares de Administração Escolar de Teresina. O Dia, Teresina, 10 e 11 abr. 1966, edital de convocação, p. 4.*)

Os professores das escolas particulares continuam insatisfeitos com o salário. Segundo o jornal O Dia de 1966, nos estabelecimentos particulares do ensino médio, o professor recebe a paga de Cr\$ 1.000, o que ocasionou o processo de mobilização da categoria.

As cobranças, em 1966, eram feitas diretamente aos Diretores das Escolas Particulares:

[...] Falando, ontem, à reportagem de “O Dia”, declarou o professor (sic) Francisco Barreto Cordeiro que, caso não se chegue a um acôrdo com os diretores de colégios, poderá ser decretada greve, a exemplo do que aconteceu em março de 1964.

Ainda ontem, aquêle educador, que é Presidente do Sindicato dos Professôres, baixou edital convocando os mestres para a assembléia geral, que terá caráter extraordinário (*MESTRES Farão Assembléia Geral para Decidir sôbre Greve. O Dia, Teresina, 10 e 11 abr. 1966, p. 8.*)

No entanto, o que parecia certo tem um desfecho diferente. A greve não ocorre. “[...] Com a Lei de Greve [...] foi nomeada autoridade para dirigir os trabalhos, segundo se sabe – e nada saiu, porque, de acôrdo com os comentários generalizados, o Sindicato não tem

vida regular, está fora da proteção da lei, não possui ordenação no quadro dos seus membros. E a greve gorou. E os professôres continuam a ver navios [...]” (VENCIMENTO de Professores. O Dia, Teresina, 12 maio 1966, p. 1). Por seu turno, os diretores inflexíveis não cedem aos apelos dos professores, “os diretores que nada querem dar, emudecem” (VENCIMENTO de Professores. O Dia, Teresina, 12 maio 1966, p. 1).

4.6.2 A Escola Oficial se Mobiliza para a Greve

Em 1968, o panorama muda. A greve foi anunciada pelos professores da Rede Oficial, nos jornais, em pleno regime militar, com a manchete desafiante: “Professôres Decidem: Aulas só Depois do Aumento Salarial” (*LEITE, Cristina. Nota Oficial. O Dia, Teresina, 14 maio 1968, p. 1*). A categoria é Convocada pela Presidente da Associação dos Professores do Ensino Médio do Piauí – APEMOPI, professora Cristina Leite, a abandonar as salas de aula. A Associação entra em greve apoiada pelo poder das forças armadas, religiosas, na figura do arcebispo e poder político, deputados e prefeitos.

Contudo, a Secretaria de Educação e Cultura não reconhece o movimento grevista já que foi decidido “em assembléia da respectiva classe, presentes sessenta e quatro dos duzentos filiados [...]” (*DEUS, Pe. Balduino Barbosa de. Nota Oficial. O Dia, Teresina, 17 maio 1968, p. 1 e 8*). Por outra, os manifestantes não respeitaram os prazos solicitados pela Secretaria para pôr fim ao impasse, já que a “[...] Secretaria comunicou ao Govêrno do Estado que havia solicitado dos professôres o prazo de 10 dias para a coleta de subsídios, inclusive financeiros, a fim de poder oferecer proposta de aumento e que os professores, em assembléia geral, e por maioria decidiram entrar em greve [...]” (*DEUS, Pe. Balduino Barbosa de. Nota Oficial. O Dia, Teresina, 17 maio 1968, p. 1 e 8*).

Além de considerar pelo menos razoável, se não, evolutivo o salário-aula da categoria, já que em janeiro de 1966, eles tiveram a hora-aula elevada de Ncr\$ 0,50 para Ncr\$1,00; em 1967 aumentou para Ncr\$ 1,50 e “Por fôrça da Lei já aprovada pela Assembléia, os professores do ensino médio estão percebendo até 1º de março último a quantia de Ncr\$ 2,00 por aula” (*DEUS Pe. Balduino Barbosa de. Nota Oficial. O Dia, Teresina, 17 maio 1968, p. 1 e 8*).

Observa-se que a greve foi rápida, em cinco dias⁵⁶ tudo foi resolvido. A nota oficial do poder público foi suficiente para arrefecer os ânimos e encerrar o movimento. Contudo, os comentários sobre a greve se prolongaram nos jornais. Na imprensa, começaram a sair artigos fazendo balanço do movimento.

Neles, os professores são criticados pela falta de objetividade e de planejamento da greve. Sem essas ferramentas, o ato de greve torna-se vazio. Mostra que a classe ainda está despreparada para enfrentar um movimento de grande tensão:

terminou o impasse entre professôres e o governo do Estado, mas, pergunta-se: os professôres ficaram sabendo o que conquistaram e o que vão ter de aumento? E se for uma quantia insignificante? O governo está eximido, não declarou o percentual, qualquer um poderá valer. Continuarão assim, na mesma miséria e no mesmo “cansaço do momento presente. E pior, sem fôrça para uma nova greve” (*A GREVE dos Professores. O Dia, Teresina, 19 e 20 maio 1968, artigo, p. 3*).

Vê-se que a resistência esbarra no poder dominante que a sufoca, recordando que no regime militar⁵⁷ se impedia que as manifestações populares se avolumassem, essa determinação, talvez, seja responsável por uma decisão rápida pelo fim da greve.

Vale recordar, ainda, que é justamente em 1968, que a escola oficial começa em seu nome fazer greve e que a ‘Escola Normal’ apresenta os primeiros sinais, nos jornais, de desestruturação do seu modelo de ensino. Ressalta-se, no entanto, pelo que os jornais deixaram transparecer, a greve teve como único objetivo o aumento do valor da hora-aula, portanto não estava na pauta de reivindicação a melhoria da qualidade do ensino.

4.7 Conclusão - A Década da Escola Pública

Diante deste panorama, pode-se afirmar que a Escola Pública Secundária de Teresina, na década de 1960, esteve em alta. Ela foi prestigiada pela sociedade que partilhava

⁵⁶ Os cinco dias vão: da data da Assembléia Geral dos professores quando se decidiu pela greve, dia 13 de maio, à data da Nota Oficial do APEMOP indicando o fim da greve, dia 17 de maio.

⁵⁷ Em fins de 1967 e 1968 o Brasil vivia um período de agitação e confronto entre a população que protestava contra a ditadura e eram reprimidas pelos policiais. Em 1968, ocorreu a passeata dos 100 mil, “a maior demonstração pública de repúdio ao regime militar” (KOSHIBA E PERREIRA, 1996, p. 334), e em 12 de dezembro de 1968, o Presidente da República, Costa e Silva, assinava o AI-5, a partir de então foi proibida qualquer manifestação que se colocasse contra o regime militar. A oposição foi silenciada.

Representação Social positiva da instituição. A escola primária também sobressai. Por ela passaram muitos alunos que, depois, ingressariam no Liceu e Instituto de Educação, como é o caso de Maria da Conceição Rodrigues Castelo Branco, filha de Joffree Castelo Branco, que foi vereador e prefeito de Teresina. Chama-se atenção, ainda, para o fato de que muitas professoras primárias, que estudaram na Escola Normal, vinham de famílias tradicionais.

As razões para o elevado valor social das escolas públicas secundárias são visíveis nos jornais. Eles evidenciam, nas suas matérias e notas, a presença da elite inserida na estrutura da escola pública. Essa presença se tornava visível pelos sobrenomes dos alunos e estavam na lei que estabelecia cotas para os estudantes pobres. Vinte por cento das matrículas eram destinadas a eles, conforme o artigo 140 da Constituição do Estado do Piauí. Essa percepção refletia-se sobre os sentimentos da população, uma vez que os alunos mais carentes se sentiam preteridos.

A elite daquela época podia estudar no colégio que quisesse, pois tinha capital econômico para pôr seus filhos na escola particular e capital cultural para disputar com desenvoltura concorrida vaga na escola pública. A escolha da escola pública na década de 60 se dava porque aquela instituição, no contexto histórico, respondia aos seus sonhos de projeção social, pois por ela muitos profissionais ilustres passaram. Por essa razão, a escola pública era bastante valorizada, além de desejada e disputada.

Comum nos jornais era a associação entre os alunos da escola pública e o sucesso no meio social. Eles destacavam-se nos vestibulares e na conquista de cargos públicos. Assim, acompanha-se o esforço, o sacrifício e o empenho dos alunos e dos seus pais por conseguir vaga naquelas instituições, já que desejavam futuro promissor para os filhos, queriam que eles se destacassem no meio profissional e tivessem elevado padrão de vida.

Essa impossibilidade suscitava medo e angústia. É, justamente, esse medo o elemento impulsionador da ação em busca da escola. Ele faz o pai derramar lágrimas por não conseguir matrícula, enfrentar filas estafantes, mendigar vaga ao Estado, uma vez que a escola pública era o referencial objetivo que se apresentava como aquele capaz de conferir aos que por ela passavam o certificado de que iria abrir as portas do futuro, possibilitando obter o sucesso na profissão que trilhariam.

Também, observa-se o orgulho que era ser aluno da escola pública. Nesta década, ela se distinguia pelo grau de dificuldade para se ter acesso aos seus bancos. A disputa por

uma vaga era travada a partir do excludente exame de admissão; pela capacidade que o aluno deveria comprovar para ter acesso àquela escola; pela esperança que morria quando suas portas se fechavam para aqueles que só tinham a ela como opção. Portanto, estudar na escola pública era privilégio.

Esse privilégio, que ela conferia ao estudante, estava, justamente, em pertencer ao corpo daquela instituição. Se havia obstáculos a serem superados para ser parte da escola, e, se apenas um número mínimo de estudantes estava apto a superá-los, era esse que conquistava a posição de destaque. Na concepção da sociedade, os estudantes aprovados eram os melhores, merecedores de todos os elogios e distinção. De pronto, todo estudante da escola pública era reconhecidamente valorizado na sociedade.

Os jornais legitimavam o ensino oferecido na instituição pública como sendo o melhor. Essa imagem era produzida ao destacar nomes dos diretores, professores, alunos e familiares nos jornais que circulavam na cidade quando esses realizavam suas festas. A escola pública secundária, na maioria das vezes, era citada para ser engrandecida. Por isso, a confiança na instituição, o que despertava o orgulho daqueles que vestiam a farda dela.

Portanto, identifica-se no *corpus* da amostra de jornais da década de 1960, conteúdos positivos nas Representações Sociais relacionados às escolas públicas de Teresina.

CAPÍTULO V

5 O VALOR DA ESCOLA PÚBLICA ENTRA EM DECLÍNIO.

Como observamos, a escola pública secundária era bem conceituada no meio social na década de 1960. Estava presente nas páginas dos jornais de Teresina, geralmente, com matérias de teor positivo; isso elevava o nome da escola, dos professores e dos alunos. Na década de 1970, essas escolas não aparecem mais nos jornais com a mesma evidência.

O nome dos seus professores e alunos que, vez por outra, surgia nas colunas sociais por estar associado a um capital social valorizado, ficava mais raro. O destaque maior era dado às transformações pelas quais passavam a escola a partir da implantação da Lei 5.692/71.

Todavia, no início da década de 1970, ainda, podiam-se colher os elogios em que circulavam o nome do Liceu Piauiense. Assim, não se pode deixar de perceber e comprovar que a escola ainda era detentora de qualidade capaz de arrancar aprovação da mídia, como se pode acompanhar no trecho abaixo:

No dia 4 estará completando mais um ano de excelentes serviços à causa da educação piauiense, o Colégio Zacarias de Góis, êsse fabuloso patrimônio cultural de nossa terra e expressão magnífica de tantas e rigorosas inteligências. Para as comemorações dêste ano e que hoje se inicia, foi organizado um grupo que começa com Missa em Ação de Graças a ter lugar hoje às 19 horas [...] (*ANIVERSÁRIO Colégio Zacarias de Góis. Jornal do Piauí, Teresina, 2 out. 1970, p. 1, grifo nosso*).

A Escola Normal, também, manteve-se sedutora no início da década. Embora já se relatasse o saturamento do mercado do magistério, a fila por vagas à sua porta expunha o interesse das moças da época em ingressar na instituição.

Difícil está a situação de quem pretende uma vaga na Escola Normal para ingressar, no Pedagógico. Inclusive, porque o Secretário de Educação, em recentes afirmações demonstrou que estava havendo, no Piauí, mais de 1000 normalistas desempregadas, observando então que isso tornava-se deficitário para o Estado formar profissionais para um mercado duvidoso. [...] Agora, naquele educandário, o problema é a falta de vagas e filas enormes se estendem em frente, desde as primeiras horas da manhã, [...] somente a (sic) procura de vagas (*FALTA de vagas. O Dia, Teresina, 8 fev. 1972, p. 1*).

A volta às aulas na Escola Normal enchia de entusiasmo as normalistas.

(vagas para todo mundo), há, de qualquer modo, uma esperança geral e a alegria já se manifesta entre os que voltam às aulas, depois de longa ausência que as férias proporcionaram. Na Escola Normal Antonino Freire, as portas se abriram ontem às normalistas, umas que voltam no desejo de concluir o curso este ano e outras que ainda enfrentarão o batente por mais longo tempo, **com a remota esperança de exercer um dia o magistério**. Mas a alegria é quase contagiante e as ruas já se apresentam com aspectos diferentes, dando maiores aborrecimentos aos motoristas com os alunos que cruzam as avenidas desordenadamente (*FALTA de Vagas. O Dia, Teresina, 8 fev. 1972, p. 1, grifo nosso*).

Aquelas moças, ao desfilarem pelas ruas da cidade no primeiro dia de aula, carregavam nos seus passos a satisfação de quem retorna após longa ausência, ou de quem, com muito esforço, tinha conquistado uma vaga. Os jornais não deixavam de perceber essa nova presença. Elas gozavam de deferência já que o ano letivo inicia “com uma aula de abertura proferida pelo secretário (sic) Wall Ferraz” (*DE VOLTA às Aulas. O Dia, Teresina, 2 mar 1972, p. 1*).

Apesar do início das aulas, a procura por vagas continuava. Os estudantes, interessados em estudar na escola, não davam trégua, pois

[...] à tarde de ontem (sic) ainda lutava com o grande número de alunos excedentes que procuravam matriculas (sic) cumprindo a determinação da Secretaria da Educação de que todos os interessados devem procurar as escolas para relacionarem os seus nomes nas listas dos alunos que ainda não conseguiram vagas (*ESCOLA Normal Recebe de Volta Normalistas. O Dia, Teresina, 2 mar. 1972, p. 2*).

5.1 Universalização: O Ideal e O Real.

Na década de 1970, representantes da USAID, Srs. Cooke e Holsinge, visitam o Piauí, onde

mantiveram demorada conferência com o Secretário de Educação [...] para debates dos problemas da educação no Estado do Piauí. O Secretário [...] teve as suas idéias amplamente aprovadas pelos técnicos da USAID, para uma reformulação (sic) nos métodos educacionais a partir de 1971 [...] (*NOTÍCIAS da Secretária de Educação e Cultura. Jornal do Piauí, Teresina, 11 dez. 1970, p. 6*).

As mudanças que estavam em vias de se concretizar na educação também são sentidas pelos alunos. A antiga proposta de educação pública foi aos poucos substituída. A lei 5692/71⁵⁸ não tinha sido implantada e já se começava a perceber que os horizontes do ensino eram outros.

Os alunos, desaprovando as medidas do governo, mobilizavam-se “promovendo uma campanha para que seja restabelecido o ensino clássico nas escolas de nível médio. Argumentam que o vestibular para Direito exige línguas, sociologia, filosofia, literatura, o que o científico oferece, mas em escala ínfima. O clássico, entretanto, orienta o estudante para a cultura das línguas e das artes, além de preparar a mocidade para o estudo e pesquisa [...]” (*ESTUDANTES Querem O Retorno do Clássico. Jornal do Piauí, Teresina, 24 jan. 1971, p. 12*). Eles se sentiam prejudicados com a ruptura de um sistema ao qual estavam acostumados e aprovavam.

Na alfabetização, a educação conscientizadora de Paulo Freire cede espaço ao MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização -, que vem para “cooptação e contenção do operário” (FREITAG, 1986, p. 91). Oferecia uma alfabetização funcional e colaborava para que a qualidade do ensino das primeiras letras, destinado aos adultos, fosse um embuste.

A implantação do Mobral em Teresina se deu em 28 de agosto de 1970, “na sede da prefeitura Municipal, a instalação e posse da Comissão Executiva do MOBREAL, secção de Teresina. O ato [...] será presidido pelo Prefeito Haroldo Borges [...]” (*MOBRAL de Teresina Instala-se Hoje. Jornal do Piauí, Teresina, 29 ago. 1970, p. 1*).

⁵⁸ A Lei 5.692/71 é assinada em 11 de agosto de 1971. Piletti, Nelson; Piletti, Cláudio, citando Chauí (1997, p. 213) informa que “a reforma do ensino no Brasil liga-se a um projeto: o do esquecido acordo Mec-Usaid. A proposta de reforma educacional não nasceu autodeterminada pelo país, veio sugerida do exterior”.

Para dar uma visão positiva da alfabetização nesta nova fase, o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, apresentava o MOBREAL como sendo um projeto que iria solucionar de forma rápida o problema do analfabetismo no Brasil, pois o método utilizado foi “criado pelo padre Almeida, que de princípio pretende a alfabetização de 70 mil pessoas. Esse método prevê uma alfabetização em 30 horas, para uma classe de 25 alunos” (*JARBAS e A Hora da Alfabetização. O Dia, Teresina, 12 maio 1970, p. 1*).

Com o ensejo de colaborar com a continuidade da ordem socioeconômica no âmbito do regime autoritário, foi implantada a disciplina Educação Moral e Cívica que é destaque no jornal. Ela vem com o fim de moldar os espíritos da juventude acostumada a intervir na realidade social do país, especialmente, por meio do movimento estudantil. Segundo Bonfim (1991, p. 137), a disciplina como Educação Moral e Cívica foi posta no currículo com o objetivo de tornar o ensino “um processo de alienação e despolitização”, impedindo as práticas democráticas no espaço escolar.

A introdução da disciplina “[...] Educação Moral e Cívica, em todos os graus do ensino, do primário à Universidade. (sic) [tem] o objetivo máximo [...] [de] criar um espírito cívico na mocidade brasileira, levando-a cada dia mais a amar a sua Pátria” (*EDUCAÇÃO Moral e Cívica na Ordem do Dia. Jornal do Piauí, Teresina, 2 set. 1970, p. 1*).

Por outro lado, os jornais anunciavam o grande investimento que o Estado iria executar no setor da educação para pôr fim à carência de vagas, ao noticiar que na

ADMINISTRAÇÃO Clímaco de Almeida, [...] muita coisa deixou programada sem falar do elevado volume de verbas para o ensino médio (construção, ampliação, recuperação de prédio escolar, material didático, aperfeiçoamento de professores, - mais de três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), o govêrno anterior deixou dinheiro, através do Plano Nacional de Educação, para que sejam construídos, em Teresina um ginásio polivalente de dezesseis salas, no valor de quatrocentos e cinquenta (sic) mil rruzeiros, (sic) um ginásio de seis salas, no valor de cento e trinta e sete mil cruzeiros no Poti Velho [...].

Outra grande vitória do govêrno anterior foi conseguir acôrdo com a SUDENE-USAID para a construção do grande ginásio-polivalente-modêlo de Teresina – obra realmente monumental, que grandes benefícios trará à mocidade estudiosa de nossa terra, com amplos horizontes para uma educação voltada para o trabalho [...].

ENFIM, No PRÓXIMO ANO, graças à política educacional do govêrno Clímaco de Almeida, Teresina poderá contar com mais três estabelecimentos do ensino médio (sic), com o que, praticamente, **pelo menos durante o ano de 1972, se solucionará a questão de vagas nos**

educandários [...] (*MAIS Ginásios. Jornal do Piauí, Teresina, 2 jun. 1971, p. 1, grifo nosso*).

Alguns destes colégios foram construídos com o apoio da USAID. Piletti, Nelson; Piletti, Cláudio, citando Chauí (1997, p. 214) afirma que o projeto da USAID no Brasil tinha como objetivo “transformar escolas em empresas, facilitando, pois, o controle institucional do ensino”, o que explica o seu interesse em investir no Brasil.

O modelo de escola que se tinha na década de 70 mudou com a implantação da Lei 5.692/71. Saviani (1998, p. 32) assim se expressou para mostrar essas nuances:

[...] dado que a continuidade socioeconômica exigiu uma ruptura política, esta, inevitavelmente, marcou as duas últimas leis. Conseqüentemente, a inspiração liberalista que caracterizava a Lei 4.024/61 cedeu lugar a uma tendência tecnicista tanto na lei 5.540/68 como na Lei 5.692/71. A diferença entre as duas orientações se caracteriza pelo fato de que, enquanto o liberalismo põe a ênfase na qualidade em lugar da quantidade; nos fins (ideais) em detrimento dos métodos (técnicas); na autonomia em oposição à adaptação; nas aspirações individuais antes que nas necessidades sociais; e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso.

Apreenderam-se essas mudanças nos jornais quando se anunciava a liberação do “Exame de Admissão”, uma determinação da Lei 5.692/71.

O Secretário da Educação e Cultura do Estado do Piauí, torna público que as matrículas em todos os estabelecimentos de ensino da rede estadual estarão abertas, no período de 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 1972, obedecidas as seguintes instruções:

- a) Na 1a. série do Ensino de 1o. Grau (antigo primário)
- comprovação de que o candidato apresente idade na faixa etária de 7 a 14 anos.[...]
- c) Na 5a. série do Ensino de 1o. Grau (antiga 1a. série ginásial) - apresentação do boletim de aprovação na 4a. ou 5a. série do antigo curso primário ou documento equivalente.[...]
- e) Na 1a. série do Ensino do 2o. Grau.
-comprovação de conclusão do antigo curso Ginásial ou documento

As matrículas nas áreas de implantação da Reforma do Ensino de 1o. Grau, nas regiões escolares de Teresina e Parnaíba [...] obedecerão a normas especiais constantes no Edital no. 7/71 (*FERRAZ, Wall. Govêrno do Estado: Secretaria de Educação e Cultura. Edital 4/71-Chamada Geral de Matrículas. O Dia, Teresina, 4 jan. 1972, p. 2, grifo nosso*).

O edital que anunciava as matrículas para o ginásio do ensino público, já não era edital do Liceu ou do Instituto de Educação, como ocorria na década de 1960, mas o edital de todo o ensino público, e nele já não se encontravam mais as exigências para se matricular no ginásio, pois as suas portas encontravam-se abertas para todos. Observa-se, também, que a reforma não atingia, ainda, todas as escolas públicas da capital e interior.

Como diz Saviani (1998), a qualidade já não era a meta a ser buscada nas escolas públicas, agora, o importante era garantir, a qualquer custo, escola para todos. Com isso, a qualidade fica em segundo plano, pois a ênfase era dada à quantidade, um predicado da educação tecnicista.

Nas escolas particulares, também, anunciava-se o fim do Exame de Admissão como foi o caso do Colégio Demóstenes Avelino “[...] I – Que em face do disposto na Lei nº 5692, de 11.08.71, não haverá EXAME DE ADMISSÃO, adotando-se para ingresso na série do ensino no 1º grau, antiga 1ª série ginásial, o seguinte critério: [...]” (*DEMÓSTENES Avelino. O Dia, Teresina, 4 jan. 1972, propaganda, p. 6*).

Os jornais mostram que o Estado não estava preparado fisicamente, para acolher a todos. A nota abaixo publicada no jornal O Dia é esclarecedora:

Após os contatos mantidos com diretores de estabelecimento (sic) de ensino municipais e **particulares** o Secretário de Educação, professor Wall Ferraz determinou a distribuição de todos os alunos excedentes nos diversos colégios de Teresina.

O Secretário assegurou salas de aulas construídas recentemente e as que estão em construção ou projetadas, para serem entregues nos próximos dias, num total de 172, são suficientes para atender a toda população estudantil (*EDUCAÇÃO Distribui Todos os Excedentes nas Escolas. O Dia, Teresina, 9 mar. 1972, p. 8, grifo nosso*).

Como faltavam escolas públicas, a solução encontrada pelo Estado foi conceder bolsas de estudos, prática já freqüente na década de 60, agora intensificada, em virtude do fim do Exame de Admissão, porquanto Estado tinha que atender a uma demanda maior. Com o sistema de bolsa, aos educandários particulares caberia a tarefa de educar as crianças carentes. Para isso, receberiam subsídio do poder público.

Com essa prática, abria-se espaço para que ocorresse a transferência das verbas do âmbito público para o privado. A medida prejudicou a escola pública, pois em vez de

investimento em infra-estrutura para acomodar a todos na escola pública, preferiu-se enviar os alunos a ela destinados para as escolas privadas.

O Estado se empenhava, ainda, em implantar o ensino técnico no 2º grau.

[...] Professor Wall Ferraz disse por outro lado que o Curso Técnico será obrigatório dentro de dois anos em todos os estabelecimentos do segundo grau, em substituição aos atuais **científico, clássico e contabilidade. Segundo êle, a lei que regula o ensino brasileiro prevê que em futuro próximo ninguém ingressará na Universidade sem habilitação profissional mínima** (*EDUCAÇÃO Distribui Todos os Excedentes nas Escolas. O Dia, Teresina, 9 mar. 1972, p. 8, grifô nosso*).

A iminência da implantação do ensino técnico anunciava um rompimento com todo um paradigma de educação, até então, vivenciado pela sociedade teresinense. Como diz Saviani (1998), o que se verificava era a formação profissional tomando o lugar da cultura geral, isso por imposição dos interesses velados do mercado velados.

Freitag (1986, p. 95) acrescenta que esse

objetivo vem preencher a função de reprodução das classes sociais, pois a hierarquização da educação formal estaria assim mais fundamentada. A profissionalização com terminalidade significa que estudantes do ensino médio podem e devem sair da escola e ingressar diretamente no mercado de trabalho, assumindo ocupações técnicas.

Assim, estes estudantes não teriam mais como meta a Universidade. Perdiam os alunos das escolas públicas esse horizonte.

Para que a comunidade assimilasse o novo modelo de educação, o jornal teve papel preponderante na divulgação do que foi a reforma do ensino; era ele que, com uma linguagem coloquial, desenredava para a população as mudanças trazidas pela Lei como se pode acompanhar no trecho que segue: “Pelo que procurou ouvir junto aos alunos dos diferentes estabelecimentos de ensino do Piauí, os estudantes estão completamente alheios do que possa ser a propalada Reforma do Ensino [...]” (*ESTUDANTES Continuam por Fora da Reforma no Piauí. O Dia, Teresina, 10 mar. 1972, p. 1*).

A entrevista a seguir vinha esclarecer para a população, ainda atordoada, como foi a implantação da reforma educacional proposta pela Lei 5.692/71.

QUANDO VAI COMEÇAR O NOVO ESQUEMA DE FÉRIAS?

De maneira geral, vai acontecer o seguinte: era novembro de 1972⁵⁹ começa a primeira turma com o novo esquema de férias. Essa turma, que ocupa a escola de manhã, à tarde e eventualmente à noite, vai ter aulas em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Março e abril, férias. Maio, junho, julho, agosto, aulas. Setembro e outubro, férias.

QUAIS OS OUTROS MESES DE FÉRIAS?

Veja que a turma anterior está de férias em março e abril. Então, em março, o prédio da escola normalmente ficaria desocupado, não é? Pois não ficará, em março outra turma começa a ter aulas, que vão de março a junho. Julho e agosto: férias. Setembro, outubro, novembro e dezembro: aulas. Janeiro e fevereiro: férias. Em janeiro, quando chegam as férias dessa última turma, uma nova começa a ter aulas, de janeiro a abril. Férias: maio e junho. Aulas de julho a outubro. Férias novembro e dezembro.

[...]

O SEGUNDO GRAU EQUIVALE AO COLEGIAL?

Sim. Serão três ou quatro anos, em que o ensino será profissionalizante na maior parte do tempo.

E O QUE QUER DIZER PROFISIONALIZANTE?

O aluno deverá sair do 2º grau com uma profissão técnica. Se quiser fará um vestibular em seguida. Caso contrário já poderá trabalhar.[...]

(O QUE É A Reforma do Ensino? O Dia, Teresina, 26 e 27 mar.1972, feminina, p. 2).

Pela da entrevista acima, pode-se notar que a “educação para todos” se alcançava à medida que, para atender à demanda, tinha que aproveitar o máximo possível o espaço disponível, pois não havia escolas suficientes.

Percebe-se, ainda, um empenho do Estado em incluir a todos; não se pode, no entanto precisar com que qualidade, uma vez que faltava estrutura. Gentilli (1998, p. 17)⁶⁰ afirma que “o desafio da universalização, tendo sido cumprido, foi alcançado às custas de uma progressiva deterioração da qualidade e dos índices de produtividade das instituições escolares”. Foi esse, justamente, o argumento usado para justificar a substituição da escola pública pela privada.

No que se refere à qualidade de vida do professor e sua valorização, também proposta pela Lei 5.692/71, verifica-se que, já em 1972, não se tinha essa preocupação, uma

⁵⁹ O jornal O Dia do mês de março divulga a estratégia do governo para acolher o máximo de alunos possíveis criando um novo esquema de férias. Segundo a matéria, o plano de ação será colocado em prática a partir de novembro de 1972.

⁶⁰ “Os governos foram [...] incapazes de assegurar a democratização mediante o acesso das massas às instituições educacionais e, ao mesmo tempo, a eficiência produtiva que deve caracterizar as práticas pedagógicas nas escolas de qualidade” (GENTILLI, 1998, p.17).

vez que o magistério municipal recebia salários no mesmo nível de inspetores e vigia. Para mudar esse panorama:

foi aprovado ontem, na Câmara Municipal, requerimento do vereador Joffre Castelo Branco no qual faz apelo a Prefeitura no sentido de que seja feita uma revisão dos vencimentos no quadro de professoras do município. [...] [...] O vereador arenista justificou seu pedido explicando que não admite que uma professora perceba igual a uma zeladora, a uma inspetora que percebem Cr\$ 182,40 [...] (*PROFESSORAS Municipais Esperam Aumento de 30%. O Dia, Teresina, 8 jun. 1972, p. 2*).

Neste momento de adaptação à Lei, no início da década de 70, as escolas públicas ainda apareciam em destaque nos jornais. No aniversário do Colégio Paulo Ferraz, “um dos mais conceituados estabelecimentos da rede de ensino oficial do Piauí” (*ALUNOS do Paulo Ferraz elegem amanhã sua rainha. O Dia, Teresina, 2 e 4 jul. 1972, p. 8*), percebe-se que não se poupavam esforços para que a data fosse comemorada com vivacidade. “A direção do Colégio [...] enviou convite à direção deste jornal para compor a mesa dos jurados que vai escolher a rainha daquele estabelecimento de ensino. A festa será realizada hoje, à noite, na sede do Piauí Esporte Clube” [...] (*ALUNOS do Paulo Ferraz Elegem Amanhã Sua Rainha. O Dia, Teresina, 2 e 4 jul. 1972, p. 8*). A escolha da rainha da instituição era prática muito comum nas escolas da década de 60, quando na época do aniversário do colégio coroava-se a aluna mais bela.

Paralelamente a esses acontecimentos, verbas públicas eram repassadas para as escolas particulares:

O Secretário de Educação, professor Wall Ferraz (sic) enviou telegrama para a diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC informando que os **colégios particulares do Piauí não estão ameaçados de fechamento** com a crise que se verifica nos estabelecimentos em todo o país, porque **neste Estado foram firmados convênios para concessão de bolsas para 1.300 alunos**, além de ajuda financeira de **25 mil cruzeiros à CNEC**⁶¹. Neste exercício (sic) 47 unidades particulares estão sendo assistidas pelo Govêrno, dispendendo (sic) a Secretaria a importância de 1.300.000 cruzeiros. Também todas as dependências ociosas dos colégios foram ocupadas (*CONVÊNIO Livra Os Colégios. O Dia, Teresina, 19 ago. 1972, p. 1, grifo nosso*).

⁶¹ Instalada em todo o Brasil, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, seção Teresina, em 1978, possuía 88 estabelecimentos de ensino (ginásial e 2º grau) e estava instalada em 87 dos 114 municípios. Naquele ano, várias escolas mantidas pelo CNEC estavam ameaçadas de fechar, pois dependiam de verba pública para sobreviver. (O Estado, Teresina, 5 abr. 1978, p. 7).

Secretaria de Educação acaba de receber autorização do Governo do Estado para **firmar convênios com 62 estabelecimentos de ensino particulares** da capital e do interior do Estado, beneficiando cerca de **12 mil alunos**.

Tais **convênios** objetivam a concessão de **bolsas de estudos, auxílio de manutenção e aquisição de vagas na rede particular**, prevendo-se a de Cr\$ 2.159.377,20 do Salário - Educação - quota Federal de 1973 [...] (*12 Mil Alunos com Ensino Gratuito. Jornal do Piauí, Teresina, 25 abr. 1973, p. 8, grifo nosso*).

Assim, o próprio Estado colaborava para melhorar o ensino particular, ao transferir verbas para a rede privada. Com a concessão de bolsas, há mudança de posição das funções do Estado, ao subsidiar a escola particular, garantindo a subsistência no mercado. Essa ajuda extra reforçava a escola particular e, conseqüentemente, enfraquecia a pública.

Apesar da transferência de verbas, visando a aumentar o número de matrículas, a educação, em setembro de 1972, ainda estava longe de atingir a meta.

O professor Wall Ferraz informou que o Piauí, receberá sua maior soma para educação - 21 milhões de cruzeiros – do Plano Salário Educação para o período de 1972 a 1975, possibilitando eliminar **o deficit de matrículas de 40%** para apenas 20%. Os recursos se destinavam à construção de salas de aulas, treinamentos e equipamentos (*PIAUI Terá Maior Soma na Educação. O Dia, Teresina, 2 set. 1972, p. 1, grifo nosso*).

Quase metade dos alunos, 40%, estava fora da sala de aula, como informavam os jornais. Esse percentual mostrava que o poder público ainda estava distante da proposta traçada pela 5.692/71, que impingia ao Estado a responsabilidade de oferecer educação para todos.

A 5.692/71 propunha, também, a universalização do ensino profissionalizante no 2º grau. A escola particular, no entanto, resistia em assumir o ônus da sua implantação, por isso educadores das escolas ligados à igreja partiam para crítica.

O padre Lionel Corbeil, um dos participantes da reunião de Escolas Católicas que está sendo realizada em Brasília, criticou a atuação do ensino privado em seus cursos profissionalizantes.

“O ensino privado se desenvolve, dentro de um processo muito lento **e não dispõe de condições para equipar suas escolas e realizar convênios (sic) com outros estabelecimentos educacionais ou profissionais**” (*PADRE Acha Limitado o Ensino Particular. O Dia, Teresina, 2 set. 1972, p. 2, grifo nosso*).

No campo do ensino profissionalizante, as escolas particulares se revelam impotentes para concorrer com a escola pública, pois há “limitação do ensino, nos diversos tipos de curso profissionalizante das escolas particulares [...] [e] vão ser obrigadas a elevar ainda mais o nível do ensino ministrado se quiserem competir com as mesmas especializações oferecidas pelas escolas públicas” (*PADRE Acha Limitado o Ensino Particular. O Dia, Teresina, 2 set. 1972, p. 2, grifo nosso*).

A mesma matéria revelava o desinteresse do governo em investir na educação, deixando o espaço livre para a iniciativa privada. Na época, insistia-se na idéia de que as escolas

deveriam oferecer opções para o mercado de trabalho, onde estão localizadas suas escolas tendo em vista as declarações do ministro Jarbas Passarinho da Educação, segundo as quais o ‘Governo não instalará escola pública no lugar em que já esteja funcionando uma particular’ [...](*PADRE Acha Limitado o Ensino Particular. O Dia, Teresina, 2 set. 1972, p. 2, grifo nosso*).

5.2 Confronto de Interesses Antagônicos

A reforma do ensino começava a sofrer críticas nos jornais. Se o Estado de um lado oferecia visão positiva da Escola, de outro, emergem pontos de estrangulamento provocados pela reforma na educação, como é o caso da evasão escolar. O Presidente da Comissão de Educação da Câmara, o deputado Flexa Ribeiro, fazendo uma análise sobre o ensino no Brasil, chega a conclusões pouco animadoras sobre a

evasão escolar. A observação mais intranquilizadora (sic) feita pelo mencionado parlamentar foi a de que **no novo sistema de escolaridade de oito anos a evasão tende a aumentar, situando-se em torno de 93 por cento, o que significa dizer que de 100 crianças que ingressam na escola somente sete chegam ao oitavo ano (grifo nosso).**
 [...] **As esperanças depositadas na reforma do Ensino, à vista dos dados exibidos pelo presidente da Comissão de Educação, parece que não começaram sequer a concretizar-se [...]** (*ESVAZIAMENTO Escolar. O Dia, Teresina 10 jan. 1974, p. 2, grifo nosso*).

O Pronunciamento do deputado Flexa Ribeiro provocava impacto à proporção que revelava números inquietantes sobre a evasão escolar, consequência da Lei 5.692/71. A sua função como Presidente da Comissão de Educação da Câmara, autorizava-o a tecer críticas

sobre a “realidade objetiva” da educação que se estruturava no cenário nacional, conscientizando a população sobre a escola pública que se tinha.

A escola pública enfrentava também dificuldades de ordem interna, pois, para resolver o problema dos desabrigados das enchentes, teve que desarticular o bom andamento do período letivo em 1974, já que as escolas públicas foram ocupadas por aqueles. Isso prejudicou, assim, o desempenho dos alunos destas instituições, “pelo menos 15 mil alunos da rede oficial de ensino não terão férias no atual ano letivo, pois as escolas suspenderam as aulas em consequência (sic) das enchentes [...]” (*ESTUDANTES Não Terão Férias. O Dia, Teresina, 3 maio 1974, p. 1*).

Por seu turno, o Estado busca enfatizar os aspectos positivos da escola, ao divulgar os investimentos na ampliação do número de escolas com a inauguração de complexos escolares:

Durante a solenidade de inauguração do complexo escolar Zona sul-1, o secretário de Educação afirmou que era o maior complexo escolar do país, com suas 19 escolas, e dois conjuntos de oficinas.

O governador Alberto Silva, no seu discurso, afirmou que o Estado não hesitou em gastar **49 por cento do seu orçamento** somente no setor de Educação e que não medirá esforços para melhorar cada vez mais o sistema de ensino do Piauí, e que ninguém ficará sem estudar [...] (*GOVERNO Inaugura Complexo Escolar. O Dia, Teresina, 11 maio 1974, p. 5, grifo nosso*).

Assim, para cumprir as exigências da Lei 5.692/71, o poder público expandiu a rede pública oficial, aumentando o número de vagas. Comprometeu-se com a inclusão de todos no ensino público.

Bonfim (1991), reproduzindo a fala de um representante da rede oficial, caracteriza o período de 1971 a 1974, que engloba a primeira gestão do governo Alberto Silva, como a fase de implantação da Lei 5.692, quando se vivia a euforia da nova LDB.

Convivia-se com a expectativa da democratização do ensino⁶². Nessa época, “Muitos recursos do governo federal foram transferidos para educação do Piauí” (BONFIM, 1991, p.123), como pode ser comprovado nos jornais de Teresina:

⁶² O lema do governo Médice era “Escola para todos”.

O professor Wall Ferraz [...] **aumentou em 600 por cento as despesas com a educação.** Disse que dos **Cr\$ 14 milhões** gastos com Educação em 1970, 39 por cento foram de recursos do Governo Federal. Este ano, dos **70 milhões gastos com o ensino** apenas 21 por cento foi através (sic) de verbas federais e o restante do Governo Estadual.

Falou sobre o crescimento da rede de ensino, explicando que em 1970 existiam **98 mil** alunos do primeiro grau e que este ano as matrículas aumentaram **para 180 mil.** Disse que atualmente existem **81 mil alunos matriculados dentro da reforma do ensino,** nos 25 complexos escolares do Piauí nove deles em Teresina (*GOVERNO Inaugura Complexo Escolar. O Dia, Teresina, 11 maio 1974, p. 5, grifo nosso*).

REDE ESCOLAR

[...] - no triênio 1971/1973 foram construídas 557 novas salas de aula, **além de outras construídas depois e em construção atualmente - totalizando mais de 700 salas. Isso, sem incluir as bibliotecas e dependências de administração** (*PIAÚÍ Uma Nova Realidade Educacional. O Dia, Teresina, 2 e 3 jun. 1974, Caderno 4, p. 19, grifo nosso*).

Os jornais davam destaque à expansão do ensino público. Contudo, a Lei gerou uma nova estrutura educacional: os matriculados dentro da reforma do ensino e os que estavam fora. Bonfim (1991, p. 117) explica que houve uma divisão da rede escolar, “em área de reforma e área extra-reforma”. Esta última, praticamente, não recebia recursos, enquanto a primeira contava com todo o apoio humano, técnico, material e financeiro.

Nesta fase, os jornais, em plena ditadura militar, como porta-vozes da Secretaria de Educação, apresentavam uma educação em desenvolvimento. Os números revelavam o crescimento das matrículas, a expansão do espaço físico, a valorização do magistério por meio de medidas, conforme trechos de nota oficial do governo, publicada no jornal O Dia:

SALÁRIOS

[...] que instituiu o salário móvel para o professor. [com o] salário, reajustável todo ano, se resolveu completamente o problema de remuneração condigna do professor, acabou com a gritante injustiça a que era submetida a classe,[...]

MATRICULAS

[...] Em 1970 a rede estadual abrigara (sic) 98.608 alunos. Em 1971, 132.129 estudantes e em 1972 o número era de 145.490. Em 1973 cresceu para 177.455, com um incremento da ordem de 79,6 por cento. **Foram matriculados quase 4 mil alunos como bolsistas do Estado, em estabelecimentos particulares. Tudo isso ocorreu dentro do ensino de primeiro grau** (sic).

ANO DE REFORMA

O Plano Estadual de Implantação da Reforma previra para o período de 1972/75 a organização de complexos escolares em 48 dos 114 municípios. No limiar do terceiro ano de reforma, Teresina estará totalmente coberta pela nova sistemática, além de 15 dentre as principais cidades do interior. Para uma matrícula prevista de 200 mil alunos na rede estadual, **este ano mais de 80 mil estão matriculados nas áreas de implantação da reforma.** Considerando-se que, em 1972 a experiência partira de pouco mais de 7 mil alunos, o incremento foi na ordem de mil por cento.

SEGUNDO GRAU

O Instituto de Educação Antonino Freire⁶³ foi uma das maiores obras realizadas dentro do sistema de ensino do segundo grau [...] em virtude de 20 salas de aula que entraram em funcionamento em 1973, no Instituto de Educação, representando um contingente de 2.400 alunos, **foram firmados convênios com outras escolas de segundo grau, da rede não estadual, sob sistema de bolsas de estudo (PIAUI Uma Nova Realidade Educacional. O Dia, Teresina, 2 e 3 jun. 1974, Caderno 4, p. 19, grifo nosso).**

Como se observa, a essa festividade de resultados favoráveis à escola pública, soma-se a distribuição de bolsas de estudos, prática que retira dinheiro da escola pública.

A implantação do ensino profissionalizante, por meio de convênios com outras instituições, também, era apresentada nos jornais como conquistas.

A implantação de Reforma de Ensino no 2º Grau, prevista na Lei 5.692, teve **início no Piauí em 1973.** Já a Secretaria da Educação dava os primeiros passos numa experiência da intercomplementaridade entre o ensino médio antigo (científico) e o ensino profissionalizante: 420 alunos dos 2 maiores educandários do 2º grau de Teresina, **Colégio Estadual Zacarias de Góis e Unidade Escolar São Francisco de Assis,** freqüentaram sete cursos de auxiliar técnico na **Escola Técnica Federal do Piauí,** em convênio com a Secretaria de Educação. Esta experiência foi válida [...]

[...] Em 1973 criou-se o **Centro Interescolar do 2º Grau** de Teresina constituída as seis unidades que ministravam ensino médio na rede oficial: **Colégio Estadual Zacarias de Góis, Unidade Escolar São Francisco de Assis, Colégio Estadual Lourival Parente, Colégio Estadual Helvídio Nunes, Colégio Estadual Álvaro Ferreira, Instituto de Educação Antonino Freire.** Estes colégios, com exceção do último que é destinado à formação de especialistas em magistério do 1º Grau (Curso Pedagógico), ofereciam toda a carga curricular de Cultura Geral nas áreas de Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais. A Escola Técnica Federal do Piauí, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Escola de Auxiliar de Enfermagem Maria Antoniette Bianchort se responsabilizariam pela Cultura Técnica.

⁶³ A Escola Normal, segundo Norma Patricya Lopes Soares (2004), passou a se chamar Instituto de Educação em 1973.

Implementou-se o 1º ano básico, com um currículo mínimo comum a todas as unidades, cuja matrícula efetiva foi de 2.167 alunos [...] (*REFORMA do Ensino. O Dia, Teresina, 18 e 19 ago. 1974, p. 4, grifo nosso*).

Percebe-se, no final de 1974, que a escola pública ainda era valorizada nos jornais. As festas do Liceu continuam em destaque. Na data do seu 129º aniversário, as atividades culturais se sucediam “com competições esportivas, teatro, ginástica, numero (sic) de balé e concurso de rainha, [...] numa tradição que se repete há vários anos [...]” (*LICEU, 129 Anos. O Dia, Teresina, 10 set. 1974, p. 1*). “O baile de coroação da Rainha do Colégio teve lugar no Jóquei Clube do Piauí. Coube ao presidente do JCP Joffre do Rego Castelo Branco fazer a chamada das majestades [...]” (*LIMA, Climério. Aqui Sociedade. O Dia, Teresina, 6 e 7 out. 1974, p. 6*).

A sociedade marca presença na festa do Liceu. Estiveram presentes o “deputado Milton Brandão, casais doutor Hugo Napoleão Neto e Elesbão Alcantara (sic) [...]” (*LIMA, Climério. Aqui Sociedade. Aqui Sociedade, O Dia, Teresina, 6 e 7 out. 1974, p. 6*). O Colégio, ainda, é citado como “o tradicional estabelecimento”.

Se a escola pública, ainda, podia viver esses momentos de festa, igualmente se procurava promover a auto-estima do magistério, o que era uma proposta esboçada no próprio discurso da Lei 5.692. Nela estava prevista a valorização dos professores. Assim Saviani (1998, p. 28) explicita: “Neste âmbito previam-se as seguintes medidas: [...] – profissionalização do professor pelo Estatuto do Magistério; – critérios para fixação dos padrões de vencimento à base da capacitação do professor e não pelo nível de ensino em que esteja atuando”.

O próprio Liceu foi palco das comemorações dos professores quando o governador assinou o Estatuto do Magistério e concedeu reajuste salarial, provocando emoção no meio da classe, que não poupou elogios ao então governador Alberto Silva, que assina...

o decreto que regulamenta o exercício da profissão de professor em Teresina, concedendo, através do documento, **aumento** para o magistério da **ordem de mais de 400 por cento**, tanto para os de nível primário como os de segundo grau.

Para uma classe até há bem pouco esquecida pelos governantes, o aumento não poderia ser melhor, mas o agradecimento das pessoas presentes atingiu um nível bem mais descontraído, quando uma professora primária subiu ao palco, onde o governador estava sentado, para dedicar-lhe um “reconhecido beijo”.

EMOÇÃO

O gesto tão singelo da professora foi recebido com muita emoção pelo governador do Estado e pelos presentes que a aplaudiram deliradamente. [...]

O Estatuto do Magistério, ontem assinado, teve colaboração, quando estava sendo elaborado, da própria classe defendendo todos os princípios contidos No decreto federal nº 71.244 e da lei 5692, relativos à valorização do magistério [...] (*GOVERNADOR Assina Estatuto do Magistério. O Dia, Teresina, 5 out. 1974, p. 5*).

Ao assinar o Estatuto do Magistério e ao melhorar a salário do professorado, na verdade, o governador Alberto Silva só estava garantido que o Governo Federal continuasse a enviar verbas para a educação do Piauí, já que estes dois atos eram pré-requisitos determinados por Lei, como alerta “[...] O artigo 54 da lei nº 5.692 de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus: No parágrafo primeiro, condiciona a concessão de auxílio federal aos sistemas estaduais à existência de um estatuto do magistério e à remuneração condigna e pontual dos professores [...]” (*A FALÊNCIA Do Ensino Brasileiro. Estado do Piauí, Teresina, 9 out. 1975, p. 2*).

O problema era que a Lei deixava lacunas, o que permitia que muitos se esquivassem de pô-la em prática. Em Teresina, no entanto, as medidas legais adotadas pelo poder público tinham o apoio do magistério teresinense. A impressão era de que os professores viviam um sonho, tal o clima de entusiasmo diante da perspectiva do novo salário. A remuneração garantiria aos docentes⁶⁴, depois de longos anos de aperto salarial, nova perspectiva de trabalho. O pagamento digno estava garantido, agora, pelo Estatuto do Magistério. O anúncio era que o aumento salarial entraria em vigor a partir do dia 15, quando as professoras

normalistas apenas com o Pedagógico (sic) vão ganhar agora Cr\$ 523 mensais; a normalista com estudo adicional de um ano, Cr\$ 645; a professora com licenciatura de curta duração vai ganhar Cr\$ 1.416; a com licenciatura plena Cr\$ 1.500; a professora com curso de pós (sic) graduação vai ganhar Cr\$ 1.550.

[...] Além desse aumento, [...] as professoras terão gratificação de 5 por cento sobre os vencimentos, por cinco anos de serviço. A gratificação atingirá até 25 por cento, por 20 anos de serviço (*SÁI (sic) Dia 15 Aumento para Professoras. O Dia, Teresina, 6 e 7 out. 1974, p. 3*).

⁶⁴ Na ocasião, o Estado determinou o enquadramento de 2 mil professoras em exercício com a promessa de que as demais seriam enquadradas posteriormente, bem como as aprovadas em concurso público.

Apesar das comemorações, os investimentos no setor educacional eram insuficientes, como anunciavam os jornais de Teresina. Essa queda de investimento se refletiu nos resultados concretos da escola. Em 1975, Cunha e Silva, no artigo, A Política Educacional, criticava o Governo Federal por ter estreitado o volume de recursos para o ensino público, “caindo de 11% em 1965 para 4,95% em 1974” (*SILVA, Cunha e. A Política Educacional. Estado do Piauí, Teresina, 16 fev. 1975, p. 1*). Para o articulista, “o governo brasileiro não deve diminuir os recursos para o Ministério da Educação no Orçamento Federal” (*SILVA, Cunha e. A Política Educacional. Estado do Piauí, Teresina, 16 fev. 1975, p. 1*).

Ainda no artigo, Cunha e Silva fez um diagnóstico negativo da educação pública: “[...] **as taxas de deserção no ensino primário, no Piauí, são altas.** Mas há Estados que apresentam 90% de deserções da matrícula inicial. Fazem só o 1º e 2º anos primários e saem das escolas públicas por razões várias, aumentando assim as legiões de semi-analfabetos no País [...]” (*SILVA, Cunha e. A Política Educacional. Estado do Piauí, Teresina, 16 fev. 1975, p. 1, grifo nosso*).

Censura, também, o sistema educacional ao verificar que “os alunos faltosos do curso primário, como do curso secundário, hoje, de 1º e 2º graus, fazem o curso irregularmente, mal feito, sem preparo para enfrentar o vestibular [...]” (*SILVA, Cunha e. A Política Educacional. Estado do Piauí, Teresina, 16 fev. 1975, p. 1*).

Em seguida, elenca as vantagens de uma política educacional de qualidade, tais como: formar eleitores conscientes, abolindo o voto de cabresto e colaborar com o desenvolvimento econômico do país, já que a instrução melhora o desempenho das atividades. “Não se pode comparar o operário instruído, com o operário semi-analfabeto, ignorante, sem capacidade para raciocinar” (*SILVA, Cunha e. A Política Educacional. Estado do Piauí, Teresina, 16 fev. 1975, p. 1*).

O governo dizendo-se, também, preocupado com a qualidade do ensino assina “[...] atos de nomeação de quase 3 mil professoras [...]” (*GOVERNADOR Dirceu Expõe Ação do Governo a Empresários. Estado do Piauí, Teresina, 20 jul. 1975, p. 2*). Ao tempo que seguia com a sua política de expansão do espaço escolar, “[...] foram construídas 25 salas de aula e mais 41 estão em fase final de construção. Em agosto próximo serão instalados três novos Complexos Escolares e a expansão da rede escolar continua sem sacrificar a melhoria

qualitativa do ensino [...]” (*GOVERNADOR Dirceu Expõe Ação do Governo a Empresários. Estado do Piauí, Teresina, 20 jul. 1975, p. 2*).

O crescimento do número de prédios escolares não impedia queda da qualidade do ensino. A falência do setor educacional estava estampada nos jornais sem receios.

O sistema educacional brasileiro está doente, muito doente. E isto é péssimo para o país. Políticos, estudiosos, educadores, estudantes e professores que afirmam isso: falam com o sentimento de quem está indo ao enterro. E a um melancólico enterro de terceira classe [...] (*A FALÊNCIA do Ensino Brasileiro. Estado do Piauí, Teresina, 9 out. 1975, p. 1*).

As causas, o deputado Antônio Moraes vai buscar

nos quadros da evasão escolar [...] Mostra então: <<No Brasil, a média nacional de evasão, segundo os últimos dados oficiais, consideradas apenas as conclusões do ensino de 1º grau, ainda é de 84,9%, [...] O rendimento real da escola de 1º grau, quem o diz é o trabalho do professor Januário Flores, fica no infinitésimo dos 0,090, enquanto no Ceará mal atinge os 0,055 **ocorrendo ainda situações mais graves**, no Maranhão, **no Piauí**, no Amazonas e no Acre>> [...] (*A FALÊNCIA do Ensino Brasileiro. Estado do Piauí, Teresina, 9 out. 1975, p. 1, grifo nosso*).

O que mostra que, já em 1975, a reforma não tinha feito avanços significativos. Bonfim (1991, p. 123), de forma realista, critica a implantação dos primeiros anos da reforma da Educação ao afirmar que “após quatro anos de reforma, tempo suficiente para implantar o modelo, intensificou a decadência do ensino de 1º e 2º graus no Piauí”, fato que pode ser constatado nos jornais.

Diante dessa perspectiva de educação em que a qualidade era desprezada, vinha à tona o saudosismo do Exame de Admissão, que selecionava com acuidade aqueles que iriam compor o corpo discente do Colégio Estadual, exame excluído pela Lei 5.692/71. Olhando para trás, podia-se comparar a educação daquela época com a de 1976:

[...] SEM EXAMES de suficiência, as escolas fundamentais vão fugindo cada vez mais à responsabilidade de qualificar os alunos, selecionando-os de acordo com suas vocações e méritos. Antigamente, uma escola consagrava-se pelo seu índice de reprovação. Hoje, sua notoriedade advém do número de alunos que conseguem vencer a barreira. Os cursinhos e os pré-vestibulares das escolas são instituições devotadas ao adestramento dos vestibulandos que não mais estudam regularmente, para adquirir conhecimentos, os mais completos possíveis do curso.

Estuda-se unicamente para vencer as dificuldades do vestibular massificado [...] (VESTIBULAR Nivelador. *Jornal do Piauí*, Teresina, 15 jan. 1976, editorial, p. 2).

A partir do editorial, pode-se concluir que a escola mudou. Os alunos não tinham mais o cabedal cultural que os diferenciava em anos anteriores. Esboça-se nos jornais uma alteração da percepção de escola e de aluno. Por conseguinte, solidificavam-se aos poucos as imagens que vão sendo introjetadas lentamente na realidade objetiva, pela da repetição das críticas à escola. Logo, começa-se a formar novo conceito de escola que encaminhava para a mudança de Representação Social da escola pública e do seu alunado.

Analisando a escola, o editorial apresentava o cursinho como um instrumento descredenciador desta instituição, pois assim como “o vestibular significa apenas a falência dos cursos regulares pré-universitários, da mesma forma que os cursinhos em proliferação continua, atestam a queda da qualidade do curso formal. O aluno deveria estar qualificado pela própria escola, a um curso superior” (VESTIBULAR Nivelador. *Jornal do Piauí*, Teresina, 15 jan. 1976, editorial, p. 2). Portanto, a escola não estava cumprindo a sua função: oferecer educação de qualidade.

Se a escola pública passava por conflito de identidade, querendo encontrar o seu lugar no meio social, percebe-se, um sindicato alheio a toda essa movimentação.

Ao contrário do que se poderia esperar, os jornais registravam uma relação amistosa entre o sindicato dos professores e o poder público; inclusive, a Associação dos Professores estava “mesmo decidida a construir no litoral do Estado, uma colônia de férias para a classe de professores piauienses. Na campanha em prol deste objetivo também está integrando o Governo do Estado que vai colaborar com a importância de Cr\$ 200 mil em favor da construção do prédio [...]” (*CONCORRÊNCIA para A Colônia de Férias. Jornal do Piauí, Teresina, 2 jul. 1976, p. 5*).

Arelado ao Estado, em época de regime militar, o sindicato, também, sonhava com a construção da Casa do Professor com a ajuda do poder público. Com esse objetivo “[...] foi assinado, ontem, o projeto para a Casa do Professor. O ato ocorreu no gabinete do secretário (sic) de Obras Públicas, engenheiro (sic) Carlos Burlamaqui, que assinou o projeto [...]” (*CASA do Professor Já Tem Projeto. O Dia, Teresina, 30 nov. 1977, p. 1*).

Enquanto o sindicato comungava com o Estado, nas escolas públicas faltavam vagas. Essa situação era motivo de críticas na Assembléia Legislativa. O deputado Francisco Figueiredo, num discurso impetuoso, apontava as deficiências do Estado:

[...] afirmando que estamos diante de um problema muito sério, com a juventude gritando por vagas, a ponto de quase agredir diretores de colégios e simplesmente não têm mais oportunidade de matrícula, o que é um verdadeiro massacre a quem realmente quer estudar e tem talento. Disse ele que o secretário (sic) Luis Pires afirma constantemente, em entrevistas à imprensa, que vagas existem, que ninguém fica sem matrícula, mas na secretaria dos colégios, a situação é diferente [...] (*DEPUTADOS Pedem Mais Vagas nos Colégios. O Estado, Teresina, 3 mar. 1978, p.4*).

Vê-se a contradição da própria Secretaria de Educação, que, na imprensa, diz haver vagas, mas nos colégios elas não existem. É quando tem início a segunda fase de implantação da reforma, (1975 – 1979), conforme classificação feita por Bonfim (1991, p. 123). A autora frisa que “neste período, eclodiram e se sedimentaram alguns problemas em decorrência da escassez de vagas nas escolas existentes, do crescimento da população escolarizável e da falta de construção de novos prédios escolares para atender a demanda”.

Embora se esboçasse um perfil de desesperança diante da expectativa de conseguir matrícula nas escolas públicas, “os estudantes vão iniciar uma campanha que visa a levar o Governo do Estado a construir um curso pré-vestibular [...] com vistas a beneficiar os estudantes, comprovadamente pobres [...]” (*ESTUDANTES Pedem Cursinhos ao Governador. O Estado, Teresina, 3 e 4 set. 1978, p. 1*). A solicitação foi feita ao Secretário de Educação⁶⁵ por meio de requerimento do vereador emedebista Fernando Mendes.

Os professores também faziam as suas reivindicações. Pelo Presidente da APEP, Clementino Siqueira, eles entregaram ao Governador Djalma Veloso no Palácio de Karnak um documento

contendo as reivindicações existentes entre diversas áreas do ensino no Estado.

O documento [...] reclama providências com vistas à eficácia das leis de definição do regime jurídico dos professores e de criação do quadro de Especialistas de Educação e sugere posições que poderão ser adotadas sobre a preconizada “paridade de remuneração entre professores e outras categorias profissionais de igual nível de formação e idênticas carga

⁶⁵ O Secretário de Educação era Luís Gonzaga Pires.

horária” [...] (*PROFESSORES Solicitam Melhorias ao Governo. O Estado, Teresina, 7 out. 1978, p. 7*).

Novas críticas à educação se esboçavam. A questão central, agora, era o salário dos professores. O professor Olímpio Castro de Oliveira, Conselheiro Administrativo da Confederação dos Professores do Brasil, afirmava que...

[...] a decadência do ensino brasileiro tem suas causas nos aviltantes salários pagos aos professores, obrigando-os a um incessante corre-corre de uma escola para outra, sem poder preparar suas aulas e transformando-se (sic) numa máquina, incapazes de motivar o educando, porque eles mesmos não têm nenhuma motivação para o exercício da profissão (*PROFESSOR Analisa o Ensino. O Dia, Teresina, 2 fev. 1979, p. 10*).

No jornal, ficam patente as dificuldades enfrentadas pelos professores no que se refere aos salários, à falta de motivação, e ao desgaste profissional, porém não somente esses aspectos influenciavam no processo de desestruturação da escola pública; era necessário reformulação mais profunda no sistema de ensino, como se acompanha no artigo “A Escola Mutilada”:

o professor Eduardo Portella, futuro Ministro da Educação, quando diz que “se não houver uma medida radical para transformar todo o sistema de ensino, dentro de dez anos todos nós constituiremos uma interminável população do Mobral”.

Não precisaríamos de dez anos para chegar a isto no Piauí. **Os resultados da má interpretação ou assimilação da reforma estão aí, oferecendo um elenco de incríveis distorções no ensino.**

Na mesa do Secretário da Educação, desde janeiro se encontra **um documento do diretor do Colégio Estadual Zacarias de Góis, professor Olimpio (sic) Castro, denunciando o baixo nível de aprendizagem naquele educandário.** Agora, o mesmo educador volta a **denunciar o sistema, criticando o regime de matrícula com dependência e o expediente de “recuperação só para constar”** de 10 e 15 dias agravados pelas mazelas do sistema de créditos vigorantes no 1º grau e outras e outras deficiências de natureza pedagógica “que **estão levando à falência e ao descrédito o ensino fundamental em nosso Estado**” [...] (*A ESCOLA Mutilada. O Dia, Teresina, 6 fev. 1979, p. 2, grifo nosso*).

O artigo mostra o baixo nível de aprendizagem a que chegou o colégio público de maior prestígio de Teresina, o Liceu Piauiense. A responsabilidade é atribuída à Lei 5692/71; as conseqüências da aplicação distorcida da lei levaram à falência e ao descrédito o sistema de ensino público.

A difusão do insucesso dos jovens estudantes do Liceu não foi, de pronto, assimilada pela comunidade teresinense, já que

no conceito da comunidade, o “antigo Liceu” ainda é o educandário padrão do Piauí .

Talvez por isto, a denúncia de que **a cada ano observa-se uma acentuada decadência no ensino naquele estabelecimento**, proclamada pelo seu diretor, dava merecer uma reflexão mais demorada das autoridades educacionais.

Sugerindo um criterioso recrutamento de professores e a adoção de testes seletivos para o ingresso no segundo grau, o professor Olímpio (sic) Castro cumpre a sua parte. Ele, como responsável pelo comando de **um dos mais respeitáveis educandários da região**, sabe que nesta hora a indiferença e a omissão são crimes, pelos quais as gerações futuras haverão de pagar, inocentemente.

[...]

Uma escola falida gera uma sociedade mutilada [...] (*A ESCOLA Mutilada. O Dia, Teresina, 6 fev. 1979, p. 2, grifo nosso*).

Percebe-se que ainda se acreditava no ensino oferecido por aquela instituição que no final da década de 70 já se mostrava frágil. O conceito de educandário padrão resistia em virtude da capitalização simbólica que o colégio tinha, ao longo dos anos, agregado em torno do seu nome. Sales (2000, p. 137) reforça essa idéia ao afirmar que_“o Liceu situava-se, até os anos 70, como uma das melhores escolas da cidade. Este é um dos elementos culturais que, sem dúvida, levou a maioria dos sujeitos a considerar o Liceu ainda como uma boa escola – a despeito de ser uma escola pública”.

Por isso, proclamava-se nos jornais a necessidade de mudar o rumo para o qual caminhava aquela escola. Logo, o artigo intitulado “Desastre Educacional”, continua a insistir na urgência de medidas concretas para intervir na educação.

E (sic) antiga **a preocupação dos educadores piauienses** sobre o futuro da educação. No começo de janeiro (sic) o diretor do Colégio Estadual Zacarias de Góis, **professor Olímpio (sic) Castro, reclamava contra a situação do ensino de 1º e 2º graus, considerando-a bastante séria e com tendências a se agravar nos próximos anos**. Ele afirmava que só “medidas prontas e eficazes poderão evitar a falência da educação”.

Para Olímpio (sic) Castro, “ se providências saneadoras não forem postas em prática com a reclamada urgência, dentro de alguns anos pouca gente nesta terra será capaz de redigir cinco linhas em língua Nacional” [...].

[...]

Estas deformações estão chegando à Universidade, pois os famigerados exames supletivos, ao tempo em que dão “condições para que o aluno receba o seu “diploma”, enfraquecem o ensino e despejam para a área universitária “acadêmicos” sem o mínimo conhecimento da língua (*DESASTRE Educacional. O Dia, Teresina, 15 fev. 1979, artigo, p. 2, grifô nosso*).

Os agentes do campo educacional, como o professor Olímpio Castro, sabedor de como ocorre o processo de desapropriação do prestígio escolar, mobilizam-se com o fim, mediante discurso nos jornais, cobrar atitudes do poder público. A compreensão de que a educação na escola pública precisava passar por transformações estava estampada nos jornais.

Aliado a essas informações, tinha-se a recorrência com que os jornais apresentavam a escola. A imagem que se esboçava era a de uma instituição que se fragmentava, perdia a sua consistência, nos jornais, percebe-se o processo de desajuste. O padrão, antes tantas vezes citado para enaltecê-la, é agora atingido.

O rompimento com o modelo de escola prestigiada socialmente leva a escola pública a perder o seu renome e promove uma (re)significação do seu conceito e do lugar que ocupa na sociedade. Isso incomodava os professores a ela vinculados, pois, também, eram abarcados pela onda que fez submergir a escola pública. A culpa era novamente lançada à Lei 5.692/71, que foi produzida e interpretada sob o prisma dos interesses daqueles que queriam perpetuar-se no poder.

Na opinião de Olímpio (sic) Castro, “a causa dessa lamentável deficiência está na má interpretação da lei (sic) 5.692, que, se manda oferecer ao educando maiores oportunidades de promoção através de estudos de recuperação, não obriga a adoção do regime de matrícula com dependência, deixando-o, pelo contrário a critério de cada estabelecimento de ensino, que poderá adotá-lo ou não, conforme suas conveniências e possibilidades”.

[...]

...a reforma do ensino, corporificada na lei (sic) 5.692, está falida. Seus propósitos, ou não foram assimilados, ou estava inteiramente divorciados da realidade brasileira. E isto conduziu a uma grande confusão, onde, até a parte curricular, deixou aberta a porta para um princípio de crise [...] (*DESASTRE Educacional. O Dia, Teresina, 15 fev. 1979, artigo, p. 2, grifô nosso*).

A Lei 5.692/71 aparece nos jornais, portanto, como a responsável pelos desencontros e desencantos pelo qual passava a educação da década de 1970.

Foram muitas as causas que contribuíram para que a educação, promovida nas escolas públicas, caísse em descrédito, “o Secretário de Educação, Luis Pires, responde [...] com o argumento da necessidade de qualificação dos professores. Desde 1971 os professores piauienses vêm recebendo diplomas e certificados, **mas o ensino permanece em progressiva falência**” (*DESASTRE Educacional. O Dia, Teresina, 15 fev. 1979, artigo, p. 2, grifo nosso*).

Se o Estado se defendia alegando o seu empenho na tarefa de qualificar, por outro lado reconhecia deficiências, como “a falta de material de pesquisa, a necessidade do (sic) professor de estar, quase em horários coincidentes, em escolas diferentes (forma encontrada para completar o orçamento doméstico), a escassez de bons livros nas bibliotecas, a falta de tempo para a preparação das aulas e o regime de competição que industrializa deficiência” (*DESASTRE Educacional. O Dia, Teresina, 15 fev. 1979, artigo, p. 2, grifo nosso*).

Todas essas circunstâncias colaboravam para que a profissão de professor perdesse o seu *glamour*. Se na década de 1960, do seio das famílias tradicionais saíam professoras instruídas pela Escola Normal, agora, a situação era outra. Chegava-se a preferir trabalhar como doméstica a integrar-se ao magistério, tal era o desencanto da classe, como relata o jornal O Dia:

Todos sabemos que **o professor do Piauí ganha mal, principalmente os de 1ª a 4ª série, que estão passando até fome**. Foi o que afirmou ontem o Presidente da Associação dos Professores do Estado do Piauí, professor Clementino Siqueira. **Disse que “um órgão de comunicação de Teresina notificou, há poucos dias uma jovem formada pelo Instituto de Educação preferia ser doméstica a ser professora” (grifo nosso) [...]** (*PROFESSOR Ganha Mal no Piauí. O Dia, Teresina, 24 mar. 1979, 2º Caderno: cidade, p. 9, grifo nosso*).

O magistério deixou de seduzir as moças da época, pois naquele tempo, além do professor receber um acanhado salário, não era prestigiado, nem tinha o seu trabalho reconhecido. Se antes ser professor dava status, na década de 1970, ser professor passa a ser sinônimo, simplesmente, de profissional mal pago, estruturando, com isso, uma nova Representação Social da classe.

Os jornais polemizavam em torno da situação de degradação da imagem do professor ao fazer ressoar através da imprensa, o grito de desesperança da normalista, com isso, legitima o desprestígio que desfruta a categoria no final da década de 1970, fazendo a associação entre o desprestígio e o baixo salário.

Quando aquela jovem formada no Instituto de Educação gritou que preferia ser empregada doméstica a ser professora, não estava agredindo a profissão que teria escolhido, mas protestando contra inúmeras variáveis do sistema educacional do Piauí (grifo nosso).

Ontem o presidente da Associação dos Professores do Estado do Piauí, professor Clementino Siqueira, concordava em que os professores ganham mal no Piauí. [...] sugerindo o estabelecimento de salários que, pelo menos agora, melhoraria a situação do magistério. [...] A luta do magistério piauiense tem raízes antigas. Talvez nos anos 50, quando alguns abnegados mestres, sob a liderança da professora Cristina Leite, o apoio de Mundica Pimentel e Olimpio (sic) Castro, esboçaram a primeira iniciativa classista [...] (*O GRITO do Professor. O Dia, Teresina, 25 e 26 mar. 1979, artigo, p. 2*).

Era justamente o professor primário quem mais sofria com a defasagem salarial. Os jornais relatavam esse fato através das declarações do “secretário (sic) da Educação, Luiz⁶⁶ Gonzaga Pires, [...] ao reconhecer que a situação atual do professor, sobretudo das quatro primeiras séries do 1º grau, não é satisfatória” (*SITUAÇÃO de Professor é Ruim, Diz Secretário. O Dia, Teresina, 20 jun. 1979, p. 9*).

Esse discurso, que se repetia nos jornais, não passa despercebido pela comunidade, que também presencia a realidade da escola pública. Os dados vão se juntando para compor novo conceito de escola pública que já era anunciada pelos educadores e pelos meios de comunicação, os quais (re)significam as velhas Representações Sociais.

Penin (1995, p. 27) explica esse movimento ao explicar que “a publicidade, os modelos chamados ‘culturais’ introduzem no cotidiano necessidades que fazem nascer novas representações e, na convergência das representações, o cotidiano se programa”.

5.3 Alunos e Professores em Evidência.

Na década de 1970, ainda se encontrava, nas matérias e nas colunas sociais, o nome dos professores e dos alunos das escolas públicas em evidência nos jornais de Teresina, mas em menor proporção do que na década de 1960:

Do Diretor da Escola Normal Antonino Freire, recebemos convite para solenidade de colação de grau das alunas da turma de 1970, que terá o nome

⁶⁶ Nos jornais, o nome do Secretário de Educação estava escrito de duas maneiras: Luís e Luiz.

de professor Maurício Silveira, numa justa homenagem ao jovem educador [...] (*COLAÇÃO de Grau: Subtítulo Escola Normal Antonino Freire. Jornal do Piauí, Teresina, 6 dez. 1970, nota, p. 8*).

Entre as concludentes da Escola Normal Antonino Freire, que hoje estarão Colando Grau de professoras, vamos encontrar a jovem e inteligente senhorita Francisca Luiza de Carvalho Barbosa, muito digna e estimada filha do casal nosso amigo, confrade Raimundo Barbosa de Miranda Neto dona (sic) Izabel de Cunha Carvalho Barbosa [...] (*PROFESSORANDA Francisca Luiza. Jornal do Piauí, Teresina, 10 dez. 1970, nota, p. 1*).

A ênfase, nas matérias sobre a escola oficial, não ficava concentrada mais sobre a escola ou sobre os corpos docente e discente que compunha o Liceu Piauiense ou A Escola Normal. Punha-se em realce o nome de outras instituições como o Grupo Escolar Padre Marcos, Colégio João Clímaco d’Almeida, Curso Estadual Anísio de Abreu e o Colégio São Francisco de Assis:

Colação de grau dos concludentes do Colégio São Francisco de Assis, ginásio e científico. Governador representado pelo Secretário de Governo. [...] Paraninfo, Prof. Tito Filho, que presidiu a solenidade e encerrou-a com aplaudido discurso (*NOTÍCIAS da Secretária de Educação. Jornal do Piauí, Teresina, 12 dez. 1970, coluna, p. 5*).

O Secretário de Educação paraninfou a Turma de concludentes do Curso Primário Noturno do Grupo Escolar Padre Marcos [...] Foram distribuídos prêmios aos dois primeiros colocados: Milagres Marques e Francisco Monção (*NOTÍCIAS da Secretária de Educação. Jornal do Piauí, Teresina, 11 dez 1970, coluna. p. 6*).

Quem está aniversariando hoje é a graciosa e competente jovem Maria das Graças Vieira, prendada estudante do Colégio Estadual <<Anísio de Abreu>> e estimada secretária do Dr. Mariano de Sousa Mendes. Seus pais Domingos Machado Vieira e Corina Machado de Oliveira, desejam-lhe que esta feliz data se prolongue por muito tempo cheia de felicidades no presente porvir (*ANIVERSÁRIO. Jornal do Piauí, Teresina, 1 maio 1971, nota, p. 8*).

No Colégio São Francisco de Assis, ainda se percebia a presença de alunos da elite de Teresina no início da década de 70, como é o caso do

[...] O LINDO Broto Monica (sic) Maria Machado Ribeiro, aluna do Colégio São Francisco de Assis, completa hoje as suas 15 primaveras. A aniversariante é filha do casal Dr. Vivente de Paulo Machado Ribeiro – D. Mara Luiza, (ele presidente do IAPEP). Parabéns.

X X X

[...] O BROTO Rita de Cássia Nery Brito, (sic) foi eleita a Rainha do Colégio João Climaco d'Almeida, Região Escolar Zona Norte. A professora Maria Lucia (sic) Santos Ribeiro foi quem comandou a promoção [...] (RAULINO, Elvira. *Comunicação. O Dia, Teresina, 8 jun. 1972, coluna, p. 5*).

As atividades extraclasse desenvolvidas na escola também estavam nos jornais, com isso, a auto-estima era, ainda, acalentada no espaço da escola pública:

Teve início ontem, [...] no Colégio São Francisco de Assis, exposição de trabalhos escolares executados por equipes do estabelecimento envolvendo as matérias de Física, Química, Educação Moral e Cívica, Desenho, Organização Social Política Brasileira, Português, História e Geografia. Participam alunos de todas as turmas em colaboração com os professores do colégio. A exposição tem sido visitada por populares e familiares dos estudantes, havendo convite para participação dos outros estabelecimentos a fim de que visitem a amostra [...] (COLÉGIO *Promove Exposição. O Dia, Teresina, 15 set. 1972, nota, p. 7*).

A filha do ex-governador de Teresina, João Clímaco d' Almeida, ressurgiu nos jornais depois da aprovação no vestibular na Universidade Federal de Brasília. O que mostra como uma aluna que teve trajetória escolar vivenciada nas escolas pública e particular, precisou submeter-se ao mercado dos cursinhos para conseguir sobressair no vestibular em 1973:

A senhorita Vera Lúcia Torres, filha do casal João Clímaco d' Almeida e dona (sic) Hercília Torres de Almeida, foi aprovada com distinção no vestibular de Psicologia da Fundação U niversidade Federal de Brasília.[...] Verá Lúcia fez o curso primário em Teresina com a professora Maria Dalva Castelo Branco. O curso ginásial foi feito no Colégio Estadual Zacarias de Góis. O curso científico Verinha fez o 1º ano no Colégio “Santa Marcelina”, na Guanabara. O 2º ano no Colégio “Andrews”, ainda no Rio de Janeiro (sic) e o 3º ano no “Instituto Elias Torres, em Teresina. Enquanto fazia o 3º ano Verinha fez o cursinho “Andreas Versalius” e agora consegue sua aprovação na Universidade de Brasília, uma das mais cobiçadas do país (VERA Lúcia *Aprovada em Vestibular Jornal do Piauí, Teresina, 21 jul. 1973, p. 3*).

Nos jornais, os alunos da escola pública têm espaço para divulgar as suas atividades culturais, como “a Feira de Arte da Unidade Escolar João Costa, dirigida pelo professor Armando da Silva Moura [...]” (COLÉGIO *Encerra Feira de Arte. O Dia, Teresina, 4 maio 1974, p. 2*).

Os professores das escolas oficiais do Piauí também se sobressaem no cenário público nacional como neste caso:

Um dos grandes educadores do Piauí, o professor Olimpio Castro, atual diretor do Colégio Estadual Zacarias de Góes (sic), presença importante nos congressos e encontros nacionais de professores, pois se projetou no magistério brasileiro como um dos mais combativos defensores da classe. Recentemente eleito para a Diretoria Administrativa da Confederação de Professores do Brasil, ele vem demonstrando, com seu brilho cultural, a força do pensamento piauiense [...] (MORAES, *Herculano de OLIMPIO (sic) Castro: O Piauí na Confederação. Mirante. O Estado, Teresina, 1 jun. 1978, p. 2*).

5.4 O Ritual de Passagem

Na década de 1970, a expectativa pelo resultado do Exame de Admissão era transferida para a divulgação dos aprovados no Vestibular. Este se tornou uma festa, especialmente, a partir de 1972, ano do primeiro vestibular da Universidade Federal do Piauí⁶⁷ - UFPI.

Nos jornais, a divulgação do resultado era destaque nas manchetes de primeira página. As ruas se enchiam dos sons dos foguetes, dos rádios, dos abraços dos amigos, um encontro cheio de brincadeiras para comemorar a vitória. Inaugurava-se, assim, novo estágio na vida daqueles que, agora, tornavam-se alunos da UFPI.

As famílias, também, comemoravam com entusiasmo o sucesso dos filhos e parentes. Para alunos e pais, a aprovação era sinal de ascensão social, de prestígio, de honra, representação que se consolidava no meio social.

Para as instituições particulares de ensino, o vestibular trazia dividendos. Elas anunciavam com orgulho os nomes dos aprovados. Os cursinhos atraíam os estudantes pela sua capacidade de aprovar no vestibular. A cada ano, eles apresentavam, nos jornais, os resultados positivos no vestibular, exibindo grande número de aprovados.

⁶⁷ A Universidade Federal do Piauí foi instalada em 1971, como relata o Jornal do Piauí: “[...] ao povo que acorresse em massa ao Clube dos Diários para assistir a (sic) solenidade de instalação oficial da Fundação Universidade Federal do Piauí, cujo ato foi presidido pelo Excelentíssimo Senhor Governador João Clímaco de (sic) Almeida [...]” (INSTALADA Ontem A Universidade Federal do Piauí. Jornal do Piauí, Teresina, 2 mar. 1971, p. 1).

Era a aprovação índice que indicava a qualidade do colégio, como bem adiantou o editorial supracitado: “Vestibular Nivelador”. Por meio da lista de aprovação no vestibular, exibida pelas escolas, reforçava-se a convicção da necessidade dos cursinhos para se chegar à Universidade.

O sonho de ingressar na Universidade, estudando em escolas particulares, era plantado, também, por meio das propagandas, que ganhavam mais espaço nos jornais relativamente à década anterior. Em 1960, o que se tinha eram Faculdades, e alguns poucos cursinhos anunciavam timidamente os seus serviços. O resultado da aprovação nas faculdades da época era divulgado, timidamente nos jornais, sem destaque tal para o colégio. Na década de 1970, no entanto, os cursinhos adquirem maior valor.

Se na década de 1960 se estudava arduamente para conquistar vaga no Liceu Piauiense, pela via do Exame de Admissão, agora, o desejo dos jovens estudantes era transferido para a escola particular, pois elas significavam a possibilidade mais certa de aprovação no vestibular, sonho, como se acentuou, vendido pelas propagandas dos cursinhos. Eram eles, agora, que garantiriam carreira promissora.

A primeira aluna aprovada no vestibular da UFPI, em 1972, fez o cursinho no *Andreas*, colégio que começava a ganhar fama nessa década pela quantidade de alunos que aprovava no vestibular, especialmente, no curso de medicina, o mais cobiçado.

Em 1972, os alunos do *Andreas* ficaram com 50% das vagas do referido curso, o que fez a população abrir os olhos para a sua presença no mercado da educação. Aprovada em primeiro lugar, vinda “de família pobre, com 19 anos de idade, Isabel Cristina fez o 3º ano científico (sic) e o pré-vestibular no Curso *Andreas Vesalius*⁶⁸, onde obteve boas notas desde o início do ano” (*O PRIMEIRO lugar. O Dia, Teresina, 20 jan. 1972, p. 1*).

O *Andreas* divulgava, ainda, o primeiro lugar em outras áreas:

Mais uma vez o Curso “*Andreas Vesallius*” obtem (sic) novo recorde de aprovação em vestibular, preparando alunos como: Isabel Cristina Soares Guimarães, 1º lugar da Fundação Universidade Federal do Piauí; Maria Goretti Reis, 1º lugar em Administração; Rosemary F. Batista, 1º lugar em Licenciatura e (sic) Humanidade; Agesilau V. S. Martins, 1º lugar em Direito; aprovados ainda: em Teresina, em Medicina – Isabel Cristina S. Guimarães, Cantídio F. Lemos Neto, José de Arimateia (sic) Pessoa

⁶⁸ Nos jornais, o nome do colégio *Andreas* completo estava escrito de duas maneiras: *Vesalius* e *Vesallus*.

(ANDRÉAS (sic) Versalius (sic) Aprovou 50 % nas Vagas de Medicina. O Dia, Teresina, 20 jan. 1972, p. 2).

Outros colégios buscavam o mesmo resultado, cuidando sempre de divulgar o nome dos aprovados, pois era essa propaganda que atraía as matrículas no início do ano.

O Colégio Pedro II aprovou 84 estudantes nos vestibulares de todas as áreas em seis estados brasileiros. O recorde é considerado como absoluto, pois demonstra o alto nível das aulas ministradas pelo curso. O diretor do estabelecimento, professor Luis Soares de Araújo Filho, vai publicar no próximo domingo, na edição deste jornal a relação nominal dos estudantes com as respectivas fotografias. O resultado da vitória obtida pelos jovens *(PEDRO II Aprovou 84 no vestibular de 6 Estados. O Dia, Teresina, 21 jan. 1972, p. 2).*

O Vestibular Simulado publicado nos jornais patrocinados pelos colégios particulares era outro artifício para chamar atenção do nome da escola. A intenção manifesta era ajudar os estudantes que iam prestar o vestibular. Assim, o jornal “O Dia em colaboração com o curso Pré-Médico, inicia, hoje, a publicação das provas do Vestibular Simulado, com a de Português, prosseguindo amanhã com Biologia [...]” (VESTIBULAR Simulado. O Dia, Teresina, 6 jan. 1972, p. 1).

Em 1973, os jornais deixavam claro: o primeiro lugar do vestibular daquele ano estudou em uma escola pública, no secular Liceu. “[...] Francisco Agamenon cursou até o segundo científico no Colégio Estadual Zacarias de Góes (sic) e por merecimento devido às boas notas, ele conseguiu uma bolsa (sic) do curso META, onde fez a área de medicina, como o melhor aluno [...]” (VESTIBULAR: Sempre Fui o Melhor, O Primeiro Lugar. O Dia, Teresina, 12 jan. 1973, p. 3). Portanto, para ganhar fama, a escola particular, na década de 70, costumava atrair os bons alunos oriundos da escola pública, dando-lhes bolsas de estudo.

Isso acontecia porque os cursinhos aproveitavam o resultado do vestibular para ganhar prestígio junto à comunidade teresinense. Eles divulgavam as propagandas nos jornais associando o nome dos aprovados no vestibular ao estabelecimento de ensino. Com isso, consagravam o colégio e mostravam o potencial destes: levar o estudante até à Universidade. Objetivo coincidente com o interesse dos estudantes. Por outro lado, a escola pública que deu toda a formação de suporte, praticamente, não aparecia ou não era lembrada. Com essa atitude, só o colégio Meta se projeta como responsável pelas aprovações: “Curso META

disparou (78% de aprovação) O PRIMEIRO LUGAR É NOSSO E O SEGUNDO TAMBÉM” (*PROPAGANDA. O Dia, Teresina, 12 jan. 1973, p. 7*).

O primeiro lugar geral do vestibular de 1974 não foi comemorado por nenhum colégio em especial, uma vez que o aprovado já era aluno da FUFPI:

[...] Oleni recebeu com surpresa, mas muito tranquila (sic) a sua aprovação em primeiro lugar no cômputo geral das notas. Residente na rua Santa Luzia (sic) 1696, com 26 anos de idade, Oleni já estava cursando Matemática na Universidade e vai ter que abandonar a matéria ou trocar pelo curso de Química. [...] (*AQUI O Vestibular. O Dia, Teresina, 10 jan. 1974, p. 1*).

Já em 1975, o primeiro lugar é do “já universitário Paulo Afonso Mendes de Alencar, 21 anos, passar no primeiro lugar do vestibular da Universidade Federal do Piauí foi surpresa” (*PARALÍTICO É Primeiro Colocado no Vestibular. O Dia, Teresina, 9 jan. 1975, p. 1*). Isso porque ele não fez o curso ginásial ou científico, e “sim o supletivo e o madureza [...] Paulo fez vestibular para Ciências, e passou em primeiro lugar [...]” (*PARALÍTICO É Primeiro Colocado no Vestibular. O Dia, Teresina, 9 jan. 1975, p. 1*). Essa novidade leva à reflexão sobre as chances de um aluno que não tenha tido oportunidade de estudar no período normal chegar à Universidade, essa realidade parece que não estava tão distante em 1975.

Nesse mesmo ano, o *Andreas* não deixava de contar vitória, pois aprovou o primeiro, segundo e terceiro lugares para Medicina, carreira das mais concorridas do vestibular de Teresina, o que era destaque de primeira página. O jornal *O Dia* anunciava que “das vagas de Medicina, 50% foram ocupadas pelos alunos do Curso *Andreas Versalius*, que abriu as portas da Universidade para metade daqueles que o freqüentaram” (*ANDREAS Versalius Confirma Tradição: 1º, 2º e 3º Lugares para Medicina. O Dia, Teresina, 9 jan. 1975, p. 1*).

O Colégio Meta também faz propaganda com nome dos aprovados: “[...] NO META, [...] PROPORCIONALMENTE, NINGUÉM APROVOU TANTO. O CURSO META LEVA MAIS RÁPIDO À UNIVERSIDADE [...]” (*PROPAGANDA. O Dia, Teresina, 9 jan. 1975, p. 5*).

O primeiro lugar do vestibular, em 1976, torna a ficar com um ex-aluno de escola pública que fez o cursinho no *Andreas*. “Filho do topógrafo Albertino Alves Duarte, funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, José Alberto cursou o

segundo grau no Colégio Estadual Helvídio Nunes e frequentou (sic) um curso profissionalizante na Escola Técnica Federal do Piauí onde destacou-se (sic) pelo seu brilhantismo em matemática e Física [...]” (1º Lugar Fica na Área de Ciências para José Duarte. *O Dia, Teresina, 16 jan. 1976, p. 8*). Mais uma vez um cursinho capitalizava a aprovação de primeiro lugar no vestibular de aluno de escola pública.

O resultado do vestibular era motivo de ruidosa comemoração. Essa justa alegria, no entanto, concentra-se entre os estudantes de escolas particulares que tornam pública a festa. Sente-se a falta nos jornais de igual animação entre os alunos da escola pública. O Estado não se animava em divulgar lista dos aprovados naquelas instituições, talvez porque não precisasse de tal divulgação. Em 1977, a festa ficou por conta dos alunos do Cursão:

Imediatamente após os resultados, os estudantes do Cursão, concentrados diante da sua sede, na praça da Liberdade, ensaiavam um pequeno carnaval à medida em que (sic) os resultados eram divulgados [...]. Como nos anteriores, este ano (sic) a Univer[s]idade não liberou a relação dos primeiros colocados, o que vinha sendo feito, limitando deste modo a soltar a relação dos aprovados o que ocasionaria **do mesmo modo** ruidosas comemorações entre os aprovados e críticas carregadas de amargura por parte daqueles que não lograram o êxito esperado (*ESTUDANTES Aprovados Submete-se ao Trote. O Dia, Teresina, 15 jan. 1977, p. 3*).

Por outro lado, os colégios particulares de menos destaque se esforçavam para também aparecer na mídia por meio de propagandas, divulgando a qualidade do ensino oferecido, associado-o a atividades paralelas ao ensino formal, tais, como transporte, balet, judô, Parque Esportivo e Recreativo, como é o caso do Instituto Elias Torres [...]:

Jardim de Infância e Alfabetação (sic) 1º e 2º graus, com a 3º Série (sic) em ritmo de Pré-Vestibular (sic) supletivo para o 1º e 2º Graus (sic). (Ginásio ou científico em menos de um ano) e Pré-Vestibular, Transporte, *balet*, judô, Parque Esportivo e Recreativo para as atividades extras-classes (sic) Consultor (sic) Médico Infantil [...] (*PROPAGANDA - Elias Torres. Dia, Teresina, 2 mar. 1977, p. 7*).

Em 1978, voltava-se a conhecer⁶⁹ o nome do aprovado em primeiro lugar no vestibular, “Maria Nancy Pimentel de Lima, 18 anos de idade, cearense, estudante do *Andreas*

⁶⁹ “Apesar de estar proibido desde o ano passado a divulgação dos nomes dos primeiros colocados, segundo determinação do Ministério da Educação e Cultura, o diretor do *Andreas Vesalius*, aonde (sic) Maria Nancy

Vesallus (sic), foi o primeiro lugar no vestibular deste ano da Universidade Federal do Piauí (sic), garantido a vaga para o curso de Medicina, [...]” (*MARIA Nancy Fez 178 Pontos e Foi A 1º Colocada no Vestibular. O Estado, Teresina, 17 jan. 1978, p. 5*).

No final dos anos 70, o *Andreas* já estava com o seu nome consolidado no mercado da educação. Com a instalação da FUFPI, o nome do *Andreas* começa a ganhar destaque justamente pela quantidade de alunos aprovados no vestibular. A diretoria do colégio assim relata o sucesso do cursinho:

A implantação da Universidade Federal do Piauí (sic), em 1972, veio coroar o nosso trabalho, pois que (sic) a nossa meta em (sic) preparar jovens para uma nova realidade. A realidade universitária.[...]

O resultado de todos os vestibulares já realizados na Universidade Federal do Piauí comprovou a eficiência do nosso trabalho e nos fez pensar numa proposta mais abrangente. Nascia, assim, o Grupo *Andreas* (sic) de Ensino, onde nos propomos a preparar bem os estudantes desde o Curso Maternal até o Pré-Vestibular.

Estamos cientes de que educar não consiste apenas em preparar bem estudantes para saírem “vencedores” nos vestibulares. Estamos conscientes de que EDUCAR É ANTES DE TUDO HUMANIZAR. É transformar o indivíduo para que ele possa atuar decisiva e conscientemente na sociedade onde vive. Para que ele possa modificar, para melhor, a realidade que o cerca [...] (*ANDREAS: Educação Global. O Dia, Teresina, 6 jan. 1979, segundo caderno, p. 10*).

O primeiro lugar de 1979, não foi do *Andreas*, e sim do Cursão:

O estudante Marcos Antônio L. Vasconcelos (sic) 16 anos, residente na Avenida José dos Santos e Silva, 1503, foi o primeiro colocado no vestibular de 1979 da Fufpi, obtendo a maior nota desde a criação da Universidade. O estudante é filho de Francisco Tabajaras de Vasconcelos e de Maria Virgínia Lopes Vasconcelos, e fez vestibular para Engenharia Civil. Seu irmão, Francimar Lopes Vasconcelos, que também fez para Engenharia Civil, também obteve classificação brilhante, ficando entre os 20 primeiros colocados.

[...] sobre sua vida escolar declarou ter feito o primeiro ano do segundo grau no São Francisco de Assis, os dois últimos na Unidade Escolar “O Cursão” [...] (*A MELHOR Nota até Hoje da Fufpi É de Um Menor. O Dia, Teresina, 17 jan. 1979, 2º caderno – cidade, p. 9*).

estudou, descobriu que ela havia conseguido a primeira classificação”. (*MARIA Nancy Fez 178 Pontos e Foi a 1º Colocada no Vestibular. O Estado 17 jan. 1978, p. 5*).

Fica evidente que, na década de 1970, a escola particular conquista nova simbologia. Ela adquiriu a confiança da população que assimilava pelos jornais essa nova imagem conquistada a partir dos resultados do vestibular. A aprovação não era atribuída só ao estudante; o mérito era partilhado com a escola que nem sempre tinha acompanhado o aluno em todo o seu percurso educacional, tanto é assim que o nome do primeiro lugar do vestibular estava sempre ligado ao nome do cursinho onde estudava.

Já a escola pública praticamente não tem destaque, embora, muitas vezes, tenha dado uma importante contribuição no início da vida escolar de alguns alunos, tendo em vista que estes eram estudantes pobres. Desta forma, a escola pública é abafada pelo brilho das escolas privadas que se erguiam na linha de frente.

O resultado positivo das escolas particulares faz crescer o número de cursinhos bem como as propagandas que atraíam os estudantes para estes estabelecimentos privados que se mostravam imbatíveis quando o assunto era vestibular.

Nesta circunstância, acompanha-se o despontar de nova Representação Social da escola pública e da escola particular. A escola pública deixa de ser procurada pela elite, espaço que agora é ocupado pela particular, embora se perceba que a escola pública ainda é caminho para que, mediante os cursinhos, os estudantes mais pobres conseguissem conquistar o primeiro lugar na Universidade Federal do Piauí. O que significa que a escola pública embora já estivesse perdendo o prestígio, ainda tinha um valor significativo na sociedade teresinense.

5.6 Conclusão – A Década de Desestruturação da Escola Pública

A fixação das novas diretrizes e bases do ensino brasileiro, implantadas durante o período do regime militar, mudou a estrutura da escola pública. Segundo Madeira; Tura Lourdes; Tura Luiz (2003, p.108), “de par com a defesa de modelos e símbolos que se quererem (sic) estáveis e únicos na garantia de interesses, essa mesma garantia leva a mudanças contínuas ainda que sutis no que é aceito, valorizado e proclamado”. Assim, constata-se que essas mudanças e transformações colaboraram para a composição de uma nova Representação Social da escola pública de Teresina, a partir da observação desta escola nos jornais da década de 1970.

Com o olhar posto sobre este período, nota-se como a imagem de educação pública veiculada nos jornais ganhou uma nova feição, bem diferente daquele divulgado na década de 1960.

Percebe-se que, à proporção que os anos se seguiam, os jornais passavam a veicular matérias que mostravam essa nova imagem. Com isso, começa a se estruturar nos jornais a idéia de que o ensino proporcionado por estas instituições não correspondia às expectativas da população, pois os alunos ao chegarem ao 2º grau, tinham que frequentar escola particular para conseguir aprovação no vestibular.

Nessa perspectiva, captou-se nos jornais da década de 1970, a imagem da escola pública em transfiguração. Essa mudança foi se estruturando nos jornais, à medida que surgem as críticas à Lei 5.692/71. A Lei, que antes era apresentada como revolucionária para a educação, revela-se desencadeadora do processo que mudou a fisionomia da escola pública.

A partir dessa constatação, pode-se precisar o momento em que, nos jornais, a escola pública veio perdendo a sua credibilidade. Em 1975, no artigo “A Política Educacional” percebe-se que diminuí os investimentos a educação. No mesmo ano, no artigo “A Falência do Ensino Brasileiro”, chama-se a atenção para evasão escolar consequência da Lei 5.692/71.

As críticas à escola pública são reiteradas em 1976 no artigo “Vestibular Nivelador”. Mas é no artigo “A escola Mutilada”, publicado em 1979, que se tem o marco da mudança de valor da escola pública, quando o diretor do Liceu Piauiense, Olímpio Castro, denuncia o baixo aproveitamento escolar dos alunos daquela instituição.

Assim, consideramos o período entre 1975 a 1979, como momento em que a escola pública começa a apresentar nova imagem e, portanto, novo valor social.

Paralelo à perda do prestígio da escola pública, as escolas particulares se fortaleciam. Primeiro, com a transferência de verbas da pública para a particular (com o Estado mantendo as bolsas de estudos, já que em princípio, o poder público não queria investir em infra-estrutura para receber os alunos que tinham ficado retidos no Exame de Admissão). Segundo, com os resultados do vestibular, que de forma concreta, mostrava o potencial das escolas particulares na nova conjuntura de educação do Estado.

No que se refere à atração exercida pelas escolas particulares, a partir do resultado do vestibular, observou-se que estas escola atraíam a si o interesse dos alunos do 1º e do 2º graus (no momento ensino fundamental e ensino médio), já que davam respostas aos

interesses desse grupo. Essas medidas fortificam ainda mais a estrutura econômica de tais educandários, favorecendo, deste modo, a ocupação do espaço da rede pública pela rede privada.

No que tange à transferência de verbas do público para o privado, assim se expressa Vieira (2003, p. 71): “na verdade, nossa história tem demonstrado que o Estado, ou, antes, o governo que o encarna, tem exercido um papel na ‘formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares’”. Vieira, relembrando as raízes do Brasil, explica que o Estado foi construído a partir do privado, da família. Assim o privado invade o público.

Isso acontece porque, como relata Hannah Arendt (2001, p.45), “os interesses privados assumem importância pública”. Para explicar essa transferência de espaço, lança-se mão das colocações de Vieira (2003, p. 72), quando afirma que:

Numa sociedade onde há lugar para a livre iniciativa, a escola do cidadão é a escola pública. Ou seja, aquela que deveria formar a todos, independente de etnia, gênero, religião ou classe social. A escola privada, por sua vez, em princípio deve constituir-se como escola de opção, aquela para **onde convergem** os filhos dos cidadãos que desejam **uma educação diferenciada para os seus**. Mas se a escola do cidadão é despojada de ‘padrões mínimos de qualidade de ensino’ [...] acaba por constituir-se (sic) na escola dos sem opção.

Se as escolas públicas em Teresina vinham decaindo, como mostraram os jornais, era porque não se estava trabalhando para que o seu padrão permanecesse no nível de qualidade que se queria. Com isso, a escola do cidadão estava aquém do pretendido.

As modificações propostas pela Lei traçaram novo caminho para educação pública. Ela colocou um ponto final no projeto de muitos jovens de chegar ao ensino superior, pois

A Lei 5.692 é, nestes termos, não somente uma lei que procura corrigir as inadequações do sistema de ensino médio anterior, face a uma nova realidade (antes de mais nada econômica), mas também uma decorrência necessária da reformulação do ensino superior, a fim de ajustar ideológica, estrutural e funcionalmente os três níveis de ensino (FREITAG, 1986, p. 93 e 94).

Observa-se que, na sociedade da época, os estudantes estavam interessados em atingir o nível superior, pois esse título os diferenciava socialmente, sobretudo, daqueles que para sobreviver dependiam do esforço manual, estes só iam até o ensino profissionalizante.

A preferência pelo curso superior pode ser comprovada a partir da verificação do pequeno índice de matrícula nos cursos vocacionais. Segundo Anísio Teixeira (1971), apenas 3% dos estudantes optavam por fazer os cursos técnicos industriais, 1,1% o agrícola e pouco mais de 14% queriam o comercial. “O que todos procuram é o curso secundário acadêmico, preparatório para o ensino superior” (TEIXEIRA, 1971, p. 31).

Portanto, na década de 1970, percebe-se o início da queda do prestígio da escola pública; isso repercutiu provocando mudanças na sua Representação Social. A percepção, a imagem e o conceito de escola pública mudavam diante dos novos julgamentos que a sociedade formulava sobre esta escola. Assim, a escola foi modificada pelos sujeitos que a concebiam, ao tempo em que foi se modificando no processo histórico que a arrastou pela década de 1970 adentro.

Nessa dialética relação (sujeito \Rightarrow objeto), (objeto \Rightarrow sujeito), o conceito anterior vai perdendo consistência, e a instituição ganha uma nova roupagem que é construída progressiva e paulatinamente até que adquira novo sentido, enquanto objeto que está no mundo sujeito à mudança contextual de sua época.

Como diz Madeira, Tura Lourdes, Tura Luiz (2003, p.111),

o sentido de um dado objeto se faz enquanto construção simbólica de um indivíduo que, se vendo no espelho do outro, desvela-se e ao objeto. Supõe o que caracteriza esse indivíduo em suas interações e práticas sociais, podendo modificar-se ao longo do tempo, na diversidade de espaços e de relações.

No final da década de 1970, consolidou-se uma nova Representação Social da escola pública nos jornais de Teresina.

CAPITULO VI

6 A QUEDA DO PRESTÍGIO DA ESCOLA PÚBLICA

A linguagem deve ser comum a todos, ou seja, ter “validade intersubjetiva de um mesmo símbolo para um grupo de sujeitos que se comunicam entre si na mesma linguagem” (HABERMAS, 1987, p. 168). Ela é o suporte das Representações Sociais. Ordaz e Vala (1988) expressam que a comunicação, forma como a linguagem se manifesta, está na gênese das Representações Sociais. Essa comunicação pode acontecer de forma interpessoal, intergrupala e na comunicação social

A década de 1980 foi marcada por queda ainda mais acentuada do valor da escola pública. Aprofundaram-se as transformações experimentadas pela escola na década de 1970. A população despertava para essas mudanças e reconhecia de fato que a escola não era mais a mesma. A Lei 5.692/71 que desestruturou o modelo de escola vigente, as intermináveis greves⁷⁰ que se sucederam durante a década e os efeitos da profunda crise financeira na qual o país submergiu, foram responsáveis pela mudança do valor social da escola pública.

A economia do país estava desajustada. Em 1980, a inflação chegou a 110%, em 1983 a 200%. Enquanto isso, a dívida externa atingia a cifra de 95 bilhões de dólares. “Os banqueiros internacionais diziam que só negociariam o pagamento da dívida se o Brasil sujeitasse a sua economia à orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). E qual era a orientação do FMI? Resposta: recessão”. (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p.360). A economia

⁷⁰ As greves da década de 1980 foram uma consequência dos baixos salários pagos aos professores e da falta de estrutura das escolas públicas de Teresina. Não se enfatiza, neste trabalho, a greve como um fato negativo, mas como um acontecimento que colaborou para mudar a representação social da escola da década de 1980, uma vez que é ela que aparece com mais ênfase nos jornais e transtorna o bom andamento do período letivo. É ela também que fica guardado nas mentes de jornalista e leitores dos jornais.

sujeita ao FMI não deixou de atingir também a escola, espaço colaborador da manutenção e reprodução das estruturas sociais, pois, como classifica Gramsci de acordo com Freitag (1986), ela corresponde à esfera da sociedade civil onde se obtém o consenso pela difusão e unificação da ideologia.

A alta da inflação da época trazia, como agravante, a desvalorização dos vencimentos dos professores, um dos motivos pelos quais a categoria tantas vezes reiniciou a greve. Mesmo que o governo desse reajustes, eles rapidamente perdiam o efeito, dada a desvalorização da moeda.

Os planos de estabilização econômica lançados na época: Plano Cruzado I⁷¹ (fevereiro - 1986); Plano Cruzado II⁷² (novembro - 1986 - eleições para câmara dos deputados e 2/3 do senado - redigiram a nova Constituição); Plano Bresser⁷³ (julho - 1987); Plano Verão⁷⁴ (janeiro - 1989) fracassaram, apesar de, por determinado período, terem contido a inflação e segurado os preços dos produtos, inclusive, os das mensalidades escolares que, por serem exorbitantes, chegavam a estimular a evasão dos estudantes. Estes tinham que se acomodar à escola pública que passava mais tempo em greve que em atividades.

6.1 As Greves nas Escolas

No cenário nacional, a década de 1980 distinguiu-se pela redemocratização. Viviam-se, naqueles anos, o processo de abertura política. Nos Estados, as eleições para governador em 1982 e a reorganização da sociedade civil.

⁷¹ No Plano Cruzado I - implantado pelo Ministro da Fazenda Dílson Funaro. Com o Plano, os preços foram congelados, o cruzeiro foi substituído pelo cruzado e o reajuste dos salários seria dado sempre que a inflação chegasse aos 20%.

⁷² No Plano Cruzado II - A inflação em agosto de 1986: 6,3; maio de 1987: 14,4%; - o gatilho salarial começa a ser disparado para todos os trabalhadores. Em julho de 1987, a inflação atingiu 26% (cifra recorde faz surgir o plano Bresser).

⁷³ No Plano Bresser - O gatilho salarial foi extinto. Mas, a inflação em dezembro de 1987 foi de 14,14%. Bresser demitiu-se.

⁷⁴ No Plano Verão, foi criado o Cruzado Novo e cortados três zeros do Cruzado Velho, mas a inflação em dezembro de 1989 atingiu 53,55%. No ano a inflação chegou a acumular a taxa de 1.782,4%. A taxa de juro chegou a 80% ao mês. Ao final do ano de 1989, o governo devia 1.530.000.000.000,00 (um trilhão, quinhentos e trinta bilhões de cruzados novos).

A redemocratização e a ausência de política de educação de qualidade foram desencadeadoras das greves que pontuaram toda a década de 1980 e agravaram, sobremaneira, a qualidade da escola pública de Teresina.

A intervenção dos educadores na sociedade deu-se a partir de duas linhas de atuação: aqueles que estavam preocupados “com o aspecto econômico-corporativo, portanto de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves que eclodiram a partir do final dos anos 70 e se repetem em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 80 e penetram nos anos 90” (SAVIANI, 1991, p. 33). Eram representantes desta corrente os sindicatos⁷⁵ responsáveis pelo desencadeamento das greves na década e, aqueles que trabalhavam na defesa da escola pública de qualidade, democrática, destinada a toda a população, representada pelas instituições acadêmico-científicas.

6.1.1 A Trajetória das Greves.

Se na década de 1970, quando vigorou o regime militar, viveu-se um clima de afinidades entre o poder público e o sindicato dos professores, verificando-se apenas pequenos pontos de atrito; na década de 1980, quando se parte para democratização do país, imperaram as divergências. Os professores, insatisfeitos, reivindicavam melhores condições de trabalho e salário, enquanto o Estado⁷⁶, resistente, protelava os acordos. O poder de força entre as partes era medido ora pelas negociações, ora pelas promessas, ora pelo cansaço.

Em abril de 1981, a comunidade teresinense assistia preocupada, pelos jornais, ao primeiro confronto de muitos que se seguiriam pela década adentro e que modificou o valor da escola pública. A Associação dos Professores do Estado do Piauí – APEP, presidida por Eurivan Sales, mobilizava a classe e deflagrava, na década de 80, a primeira greve de advertência nos dias 29 e 30 daquele mês. A manifestação, que prometia concentrar-se em Teresina, se agigantava e abarcava cidades do interior, como Altos, Campo Maior e Piripiri.

Em Teresina, a adesão não foi total. “O professor Cláudio Aguiar, diretor do Colégio Zacarias de Góis, o Liceu, **colégio mais tradicional do Piauí** e que está entre os

⁷⁵Em Teresina, foi o Centro de Estudos e Recreação do Magistério – CERMAP e, principalmente, a Associação dos Professores do Estado do Piauí- APEP quem comandaram as greves da época.

⁷⁶O governador do Estado na época era Lucídio Portella.

mais antigos do Brasil, disse ontem que vai haver aulas normalmente, nos três turnos” (*LICEU Não Vai Entrar em Greve. O Estado, Teresina, 29 abr. 1981, p. 4, grifo nosso*).

Ressalta-se que os jornais, ao classificar o Liceu como “o colégio mais tradicional do Piauí” e informar que ele não aderiu de pronto à greve, têm o propósito de minimizar o movimento dos professores, deseja-se, com isso, aproveitando-se da simbologia do Liceu, desprestigiar os professores e fazer a sociedade crer numa manifestação de poucos. Isso acontece porque “a notícia, além de informar, materializa a ascensão de uma “nova” forma de exercício de poder político (sic) vinda das mãos do grupo que quer conquistá-lo. No nível simbólico, acontece o embate pelo poder e pela verdade, ou pelo menos em torno da verdade” (FLAUSINO, 2001, p.112). O trecho abaixo mostra um pouco o cenário vivido no início dos anos 1980:

A presença de quase 100 policiais nas praças, a maioria na Pedro II onde seria promovido o encerramento, levou o comando de greve da Associação dos Professores do Estado do Piauí a se reunir às pressas, na manhã de ontem, para definir o novo local da concentração dos 90% dos mestres teresinenses que paralisaram suas atividades nos últimos dois dias [...] (*PROFESSORES Acabam Greve na Sede Social. Estado, Teresina, 1 e 2 maio 1981, p. 5*).

Essa atitude mostra que o governo prefere intervir apelando para a “sociedade política” que na perspectiva de Gramsci corresponde ao poder repressivo do Estado – Secretaria de Segurança - para conter a paralisação, a buscar o diálogo, onde o consenso era conquistado por meio da difusão de ideologias unificadoras de instituições como a escola, o sindicato e os meios de comunicação. Não se pode esquecer que, em 1981, ainda se vive em pleno regime militar⁷⁷.

No entanto, a pressão dos professores surtiu efeito. O governo reajusta o salário da classe que, agora, passava a ganhar

dois salários mínimos, cerca de Cr\$ 13 mil, para os professores classe F, do antigo primário.

Ora, considerando-se que até abril esses professores tinham rendimentos não superiores a Cr\$ 4 mil, há que se admitir que o reajuste será satisfatório, atendendo em parte às pretensões do magistério e dentro, necessariamente,

⁷⁷ O Regime Militar estendeu-se de 1964 a 1985. Em 1985, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, instaurou-se a Nova República.

do suporte do erário público [...] (*REAJUSTE Salarial. O Estado, Teresina, 13 maio 1981, artigo, p. 3*).

Os jornais anunciavam que a maioria dos docentes estava satisfeita com o aumento salarial, destaque da manchete do jornal O Estado⁷⁸: “*Percentual do reajuste agrada ao funcionalismo*” (*O Estado, Teresina, 4 jun. 1981, p. 5*). Não deixaram de mencionar, também, que os membros da categoria não se sentiram contemplados nos seus anseios com o reajuste oferecido, sinal de que outros confrontos se desenhariam em breve no meio da classe que se sentia desprestigiada.

As manifestações não demoraram. Em maio de 1982, o movimento dos professores começou em sala de aula. As denúncias eram muitas, entre elas, a constatação de que havia no Brasil “[...] 10 milhões de crianças sem escola. De cada 100 crianças que entram na 1º série (sic) mais de 50 se evadem. No Piauí (sic) em 1978 (sic) enquanto 1000 crianças estavam na 1º série apenas 44 cruzavam a 8º série do 1º grau [...]” (*PROFESSORES e Alunos Discutem a Educação. O Dia, Teresina, 12 maio 1982, p. 7*).

Com essas informações, a imagem da escola pública que dialoga com o leitor dos jornais de Teresina e passa a compor o repertório deste, é montada a partir da visão de um aluno com aproveitamento escolar inferior ao da média, pois não consegue realizar o mesmo percurso que executavam os estudantes da mesma escola na década de 60.

A queda do salário dos professores, também, foi denunciada nos jornais:

Deteriorou-se assombrosamente a remuneração do magistério. Na zona rural, neste ano, há professores primários que ganham Cr\$ 400,00 a Cr\$ 600,00 por semana e ainda recebem com atraso! Um professor no Piauí com salário-aula ganhava em 1972 o equivalente a 6,2 salários mínimos. Hoje, um professor na mesma situação percebe apenas 2,5 salários mínimos. Uma professora primária em nosso Estado recebe hoje menos do salário mínimo regional (*PROFESSORES e Alunos Discutem a Educação. O Dia, Teresina, 12 maio 1982, p. 7*).

Percebe-se caindo, vertiginosamente, o poder aquisitivo do professor nesta década, abalando, fortemente, o seu prestígio social.

Essa realidade, que se torna visível pelos jornais, era resultante das políticas educacionais. Sob o ângulo dos professores, essas políticas objetivam, “[...] de forma cada vez

⁷⁸ Acredita-se que a referida manchete é peça fabricada pelo jornal no intuito de reconstituir a imagem do poder público arranhado pela sua atitude violenta para com os professores.

mais acentuada a privatização do ensino. A progressiva redução das verbas – em 1964 destinava 12% do orçamento federal e em 1982 desceu para 4,7% – para a educação como prova dessa política [...]” (*PROFESSORES e Alunos Discutem A Educação. O Dia, Teresina, 12 maio 1982, p. 7*). A quebra no financiamento se reflete na mudança do valor social da escola pública, pois, sem verbas, a educação é paulatinamente sucateada.

O desprestígio da escola pública propiciou “[...] a proliferação das escolas particulares, - desde os pré-primários até os cursinhos pré-vestibulares, com a finalidade de lucro imediato [...]” (*PROFESSORES e Alunos Discutem a Educação. O Dia, Teresina, 12 maio 1982, p. 7*). Os investimentos agora se destinam “[...] a indústria de armamento, colocando o Brasil em 6º lugar do mundo na fabricação de armas. Como se não bastasse [...] investe somas vultosas na produção de energia nuclear e projetos do tipo: Carajás, Itaipu, Jari, Jica, como (sic) o fim de atender exclusivamente interesses desses grupos multinacionais” (*PROFESSORES e Alunos Discutem a Educação. O Dia, Teresina, 12 maio 1982, p. 7*).

Diante da situação de desestruturação do setor educacional, os professores paralisavam as suas atividades, tendo forte adesão que, segundo o jornal O Dia de 12 maio de 1982, chegava a quase 96%⁷⁹ da categoria. Municípios como Parnaíba, Picos e Piri-piri se solidarizavam com o movimento. Entre as reivindicações estava a defesa do ensino público e gratuito, a volta do salário móvel e um piso de três salários e meio para os professores. A ousadia dos professores teve uma resposta violenta. A Kombi da APEP explode de madrugada em frente à Casa dos Professores, o fato é manchete na primeira página do jornal O Dia de 22 de maio de 1982.

O desvelamento da situação pela qual passava a educação, denunciado pelos professores (interesse em privatizar o ensino público, queda do volume de recursos, investimento no setor armamentista, paralisação dos professores), vem a público proporcionado pela notícia que “participa ativamente⁸⁰ da produção simbólica do leitor” (FLAUSINO, 2001, p.115), fazendo com que este amplie o seu conhecimento, tome posição diante dos acontecimentos do cotidiano apresentados e faça relações, formulando novas

⁷⁹ A categoria dos professores estaduais, segundo o jornal *O Estado* de 14-5-82, p. 7, correspondia a 5 mil, inclusos os de 1º e 2º graus (capital e interior).

⁸⁰ A fama é um conceito (bom ou ruim) que se tem de um determinado objeto ou pessoa que confere a este uma reputação. (Dicionário Eletrônico *Houaiss* da Língua Portuguesa. Editora Objetiva Ltda, 2001). A propaganda é um meio consciente utilizado para construir essa fama, para tanto precisa usar argumentos que atinjam a vontade e os sentimentos do receptor.

representações sobre a escola que agora surge. Segundo Flausino (2001, p. 114), “a atividade representacional é um trabalho da psique. O sujeito constrói, na sua relação com o seu meio ambiente, sua cultura, um novo mundo de significados” e o que se vivenciava nas escolas de Teresina, nos anos 80, eram as greves, por isso era impossível dissociar a escola dessa realidade objetiva que se apresentava. As greves, portanto, eram percebidas no meio social e contribuía para a mudança das Representações Sociais da escola pública.

Em 1984, a greve também chega às escolas particulares. Sentido-se explorados, os professores do Colégio das Irmãs reagem. Com o argumento de que os professores da escola pública ganhavam melhor, eles reivindicavam salários mais justos. “[...] No momento, um professor do Colégio das Irmãs ganha por hora/aula a importância de Cr\$ 2.300, enquanto que o Governo do Estado já vem pagando aos que lecionam na rede estadual de ensino a importância de Cr\$ 2.600 [...]” (*PROFESSORES Fazem Greve no Colégio das Irmãs. O Dia, Teresina, 19 jun. 1984, p. 5*), com a diferença de que a mensalidade do colégio chegava a Cr\$ 29 mil cruzeiros.

No ano seguinte, 1985, os professores da escola pública voltavam à cena. A história das greves anteriores parecia se repetir, como um ritual que se renovava: assembleia geral, deflagração da greve, negociações, assembleia geral. As reivindicações continuavam as mesmas: por salários dignos.

A exigência, no entanto, era mais específica. Eles consideravam baixo o reajuste salarial proposto pelo Governo Hugo Napoleão. O governador rebatia, afirmando que “[...] em março de 83 esse professor recebia Cr\$ 23 mil 606 por mês, e a partir deste mês passa a ganhar Cr\$ 562 mil 873, o que representa um aumento acumulado 1.734,5 por cento no vencimento do professor classe “F”⁸¹ [...]” (*OS PROFESSORES Ganham Mais. O Dia, Teresina, 12 jun. 1985, p. 1*). A APEP, por sua vez, sentenciava: os professores só voltavam “às suas atividades quando o Governo do Estado atender as (sic) reivindicações da classe” (*APEP Espera Parar Ainda Hoje Todas As Escolas Públicas. O Dia, Teresina, 13 jun. 1985, p. 1*).

A greve em Teresina não estava isolada; fazia parte de uma rede de manifestações que se estendia por todo o Brasil. O sentimento que unia a todos era o da indignação diante

⁸¹ Em 1985, o Piauí tinha em toda a sua rede pública 18.750 professores. Destes, 6.816, ou seja, a maioria dos professores, eram da classe “F”, ensinando alunos da 1ª a 4ª série do primeiro grau, conforme o jornal O Dia 12-6-85, p. 3, intitulado: Os Professores: Aumento de 2000 %.

do quadro de desvalorização da escola pública e do professor. “A ocorrência de uma onda de greves no País (sic) faz com que a Nova República passe por um teste importante” (*MATOS, Henrique Carvalho. A Greve e A Lei. O Estado, Teresina, 15 jun. 1985, artigo, p. 3*).

Nesse ínterim, a qualidade do ensino se fragilizava. Os alunos pressentiam uma longa greve e temiam por não concluir o período. Eram eles agora quem se mobilizava para pressionar os professores pelo fim do movimento. Neste sentido, “um grupo de alunas do Instituto de Educação, liderado pela estudante Rosangela Miranda, veio ontem à redação de O ESTADO pedir aos professores que voltem as (sic) salas de aulas porque o calendário escolar está sensivelmente prejudicado, como também, estão os alunos” (*PROFESSORES Recusam Proposta do Governo e Alunos Querem Aula. O Estado, Teresina, 20 jun. 1985, p. 1*).

Os alunos do 3º ano, também, posicionavam-se contra o movimento grevista. A possibilidade de perderem o vestibular era iminente. A paralisação, no entanto, prosseguia indiferente aos anseios dos alunos, pondo em jogo os projetos dos estudantes para atingir a Universidade. Por isso, insistiam pela volta às aulas. “Não posso perder o vestibular por causa dessa greve”, assinalou um aluno do Colégio Estadual Zacarias de Góis” (*ALUNOS de Escolas Públicas Não Farão O Vestibular em 86. O Estado, Teresina, 15 jun. 1985, p. 6*). Só dez dias depois desse apelo, os professores voltavam às salas de aula. O resultado é que,

Cerca de 2 mil estudantes de 2º grau da rede oficial de ensino não participarão do vestibular-85 porque não concluirão a carga horária necessária para a conclusão dos estudos, devido à greve dos professores. Os alunos do 1º e 2º graus não terão recesso escolar, prejudicados inicialmente pelas enchentes e depois pela greve. Os professores porém, voltaram ontem às aulas aceitando proposta de trégua no movimento feito pelo governador em exercício, José Raimundo Bona Medeiros. Para a Associação dos professores do Estado do Piauí (APEP), a suspensão da greve da categoria não significa o fim do movimento por piso salarial de 3 salários mínimos, 13º salário e reajustes trimestrais. Os professores ainda conseguiram do Governo do Estado uma reposição salarial de 15 por cento. A suspensão do movimento decidida no último sábado, no Clube do professor, em assembléia tumultuada não foi consenso entre os grevistas [...] (*MAIS de Dois Mil Estudantes Não Vão ao Vestibular. O Estado, Teresina, 25 jun. 1985, p. 4, grifo nosso*).

A reiteração das greves e as suas conseqüências, já enfatizadas, promoviam transformação na imagem da escola pública, divulgada pela mídia, ressonância da sociedade, que, ao mesmo tempo, dava subsídios ao leitor do jornal para que construísse um arquétipo da escola vivida naqueles dias.

Isso é possível porque a notícia é “fornecedora de um acervo simbólico projetado e sacramentado socialmente” (FLAUSINO, 2001, p.115). Mas não se pode esquecer que “é a imagem que o leitor tem do texto que faz com que ele assuma os seus conteúdos e formas. [...] que vai culminar na aceitação ou não do fato como verdadeiro e pertencente a seu sistema de significação” (FLAUSINO, 2001, p.115).

As matérias publicadas pelo jornal dessacralizavam a escola pública da década de 1980. A competência e autoridade destas escolas, marca da instituição da década de 1960, que ainda se podia perceber na década de 1970, perdia-se. Isso porque os referenciais cognitivo e valorativo sobre a escola de 1980 iam mudando.

Nesta perspectiva, a greve colaborava para concretizar a perda da qualidade desta escola, por evidenciar, no meio social, uma imagem que estava enrustida e vedada aos olhos do leitor. A ele não era permitido circular em todos os campos: social, político e econômico. Logo, as paralisações colocavam de público as deficiências da escola, ao tempo em que apontavam o Estado como responsável, uma vez que faltava investimento nessa escola. Essa desconsideração não se justificava, uma vez que havia recursos para apoiar a escola privada.

Os professores das escolas particulares, no entanto, tinham, também, seus impasses com o setor patronal, o que desencadeou a greve de 1986.

[...] O impasse maior residiu no fato de os professores terem tido negado seu pedido de que os índices de mensalidade cobrados aos alunos fossem pagos também aos mestres. Sem negociação, a classe passou a pedir 14% de ganho sobre o aumento estipulado pelo governo, superior a 50 por cento. A última tentativa de acordo ocorreu durante mesa redonda realizada na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho (*GREVE - Professores Param As Escolas Particulares. O Dia, Teresina, 10 abr. 1986, p. 1*).

Todo esse descaso para com a educação gerou um movimento que congregou, no ano seguinte, a comunidade educacional de todo o Brasil. Atendendo ao indicativo tirado no congresso da categoria realizado em Porto Alegre, instituiu-se o dia 9 de abril como “O Dia Nacional de Paralisação”. Docentes das escolas estaduais, municipais e particulares se uniram em Teresina e por todo o país em um dia de mobilização. Era sinal de que o poder público precisava acordar para o problema da educação.

Associado à luta por melhores salários, os professores integravam a suas reivindicações a busca por uma escola pública de qualidade. Saviani (1991, p.34) anunciava essa outra prerrogativa da classe ao proclamar que “embora a motivação dominante tenha sido de caráter econômico–corporativo, o movimento foi evoluindo de modo a incorporar progressivamente preocupações econômico-políticas”. Assim, o movimento dos professores passou de pura reivindicação salarial para defender a preservação da escola pública.

[...] Dentre as reivindicações a nível de (sic) classe, os professores, em 87 pretendem **lutar por piso salarial vinculado ao salário mínimo e mais o gatilho (grifo nosso)**, plano de carreira para a categoria, salário digno para o professor e **utilização de verbas públicas apenas para escolas públicas** (PROFESSORES Fazem Pedidos ao Governador e Vão Parar Dia 9. O Estado, Teresina, 1 abr. 1987, p. 5, grifo nosso).

As greves na década de 1980 foram mais longas, mais difíceis e os professores mais resistentes que os da década de 1960. A categoria não se conformava com os salários que ameaçavam a sua subsistência, tiravam a sua dignidade e contribuíam com a queda da qualidade do ensino. Grande era a desmotivação com que entravam nas salas de aula.

A greve de 1987 foi penosa. Opuseram-se à paralisação os pais, os alunos e o poder público, que pediam o retorno dos professores à sala de aula. Os docentes, no entanto, não cederam às pressões.

A resistência do movimento colaborou para se manter, cada vez mais, no espaço social, a imagem de uma escola em decadência, pois, à medida que a paralisação tomava corpo e avançava, apresentava-se latente a perda do período letivo. Essa probabilidade incomodava e assuntava, uma vez que reteria os alunos e adiaria os planos de quem se propunha a disputar vaga na Universidade. A quebra de expectativas mostrava que a escola não correspondia aos anseios da sociedade.

Para apressar o fim do movimento, depois de mais de um mês de paralisação, o Ministério do Trabalho reconheceu a greve como ilegal e o poder executivo deu um ultimato de 21 horas, para que a categoria colocasse fim à greve. A ameaça era de demissão. A categoria, após os embates, decide fazer parada estratégica:

Terminou a greve dos professores do Estado do Piauí que durou 42 dias. [...] a classe, após mais de três horas de reunião decidiu voltar às salas de aula hoje, mas continuar em estado de greve durante os próximos 60 dias. Esse período, segundo os professores, é para que continuem as negociações

com o Governo Estadual e seja elaborado um novo Estatuto do Magistério. Segundo o professor Soares, presidente da Apep, a categoria não, (sic) volta derrotada. “Esta é apenas uma parada estratégica para reorganizarmos as nossas forças e continuar a luta” enfatizou ele [...] (*PROFESSORES - Acabou A Greve. O Estado 10 jun. 1987, p. 1, grifô nosso*).

Depois da escola pública, os professores da rede particular entram em greve:

Professores e auxiliares da rede particular do ensino decidem em assembléia geral paralisar suas atividades no próximo dia 30 de outubro caso os patrões não aceitem pagar, ainda no mês do outubro, todo o residuo do gatilho salarial, que ficou acumulado em 18,40% [...] (*ENSINO Particular Vai Entrar em Greve. O Estado, Teresina, 16 out. 1987, p. 1*).

As greves não davam trégua na década de 80, um sinal do quanto os professores estavam insatisfeitos, e do quanto os alunos seriam prejudicados. Logo em fevereiro de 1988, os professores das escolas públicas reiniciavam o movimento. “Os professores da rede estadual de ensino **poderão deixar 500 mil alunos sem aulas em todo o Estado**. Eles prometem entrar em greve geral caso o Governo estadual não defina logo o Estatuto do Magistério” (*PROFESSORES Não Voltam para As Aulas Dia 7. O Dia, Teresina, 23 fev. 1988, p. 1, grifô nosso*).

Num primeiro momento, para unir forças, os docentes se associaram com o sindicato dos servidores da Saúde que já estava em greve. O Secretário de Educação, Noronha Filho, cedeu aos apelos dos professores e anunciava novo estatuto, mais democrático, que garantia direitos e melhorava o salário da categoria.

Apesar da promessa, os professores não perdiam a oportunidade de pressionar o governo. Durante a abertura do ano Legislativo, quando o governador Alberto Silva fazia, na Assembléia, um balanço do primeiro ano de governo, os servidores da educação e saúde, mostravam-se insatisfeitos com a política salarial, dando um “abraço” no prédio onde se reuniam os parlamentares, conforme noticiou o jornal O Dia de 1 de março de 1988.

Nas escolas particulares, os professores, também, falavam em greve. Eles planejavam uma paralisação de advertência, caso os donos dos estabelecimentos não atendessem às suas reivindicações, entre elas, o reajuste de 150% sobre os vencimentos de fevereiro, condições de trabalho e limitação do número de alunos por sala de aula: “hoje há salas com mais de 100 alunos, o que compromete a qualidade do ensino e prejudica os professores” (*ESCOLAS Param Segunda e Terça. O Dia, Teresina, 18 mar. 1988, p. 7*).

Os empresários da educação, porém, ofereciam 47%. Insatisfeitos, os professores de 150 escolas particulares paralisam as suas atividades nos dias 22 e 23 de março. Na tentativa de negociar, os professores baixam o valor da reivindicação de 150% para 126%.

Já nas escolas públicas, 28 mil e 500 professores⁸², antes mesmo de iniciar o período letivo, entravam em estado de greve. Os alunos da rede pública, ainda de férias em pleno mês de abril, aguardavam com expectativa o desenrolar das negociações entre os professores e o governo. O risco de perderem o ano era anunciado. Nesse impasse, os estudantes eram os maiores prejudicados enquanto que a imagem da escola pública saía desgastada, uma vez que

As 834 escolas da rede estadual de ensino não abriram ontem, e as férias dos 512 mil alunos foram prolongadas mais uma vez . Agora, a causa não foi a falta de material, mas a greve dos quase 30 mil professores do Estado, que não chegaram a um acordo salarial com o Governo. [...]. **O Estado oferece como menor salário Cz\$ 7.500 ao professor primário**, mas a Apep, que representa a categoria, reivindica como piso salarial⁸³ Cz\$ 25 mil. E o maior, Cz\$ 70 mil. [...] A classe exige, ainda, para voltar ao trabalho, a garantia do salário-móvel e a aprovação do Estatuto do Magistério.[...].

Se a greve continuar por muitos dias, os estudantes matriculados na rede pública de ensino podem perder o ano [...] (*ESCOLA Não Abre por Falta de Professor. O Dia, Teresina, 5 abr. 1988, p. 1, grifo nosso*).

A paralisação, contudo, não era total. Havia professores que, indiferentes às manifestações, iam ao trabalho, o que era comemorado pelos alunos que se organizavam e faziam manifestações pela continuidade do período. Eles temiam o prejuízo do ano letivo.

A greve, porém, foi rápida. Depois de 9 dias, os professores já se julgavam vitoriosos. Ressalta-se, contudo, que a categoria não atingiu os seus objetivos principais. O reajuste salarial e o estatuto do magistério ficaram só na promessa.

[...] O presidente da entidade, Francisco Soares, considerou o movimento vitorioso [...] classificou como algumas das mais importantes conquistas a eleição para diretores e vice-diretores de escolas, a partir de maio do próximo ano, o aumento da regência de 30 para 40%, a equiparação salarial

⁸²Os docentes “para voltar ao trabalho, querem piso de cinco salários mínimos para professor Classe F, o estatuto vigorando, 13º salário, eleição para diretores escolares e outras reivindicações” (*GREVE dos Professores Tem Adesão de 90% da Categoria. O Dia, Teresina, 8 abr. 1988, p. 2*).

⁸³O Piso nacional de salário Cz\$ 7.260 é inferior ao piso do Piauí Cz\$ 7.500, como anuncia o jornal O Dia, Teresina, 3 abr. 1988 p. 3.

do professor aposentado com o da ativa. [...] O piso salarial e o Estatuto do Magistério eram algumas das principais reivindicações da categoria. Até o momento, não chegaram a nenhum acordo sobre o piso salarial (*ACABA Greve na Rede Estadual de Ensino. O Dia, Teresina, 13 abr. 1988, p. 1*).

Enquanto os alunos das escolas públicas estavam ansiosos pelo fim da greve dos professores, os alunos da rede particular – dos colégios Sinopse e *Andreas*, em junho – entravam em greve, faziam, inclusive, piquetes, contra o aumento exorbitante da mensalidade que atingiu a média de 92%.

A tranquilidade dos estudantes das escolas oficiais, todavia, foi curta. A greve dos professores que há pouco terminara, ressurgiu. ”No final do ano, em novembro, os professores de 634 escolas de 1º e 2º graus mais uma vez se lançam numa greve convocados pela Apep” (*APEP Convoca Professores e Faz Protesto. O Dia, Teresina, 11 nov. 1988, p. 1*). As reivindicações da classe continuavam praticamente as mesmas do início do ano. A greve foi relâmpago, durou 12 dias, e assim como começou, terminou, novamente, com poucas conquistas.

Se em 1988, a greve foi uma constante; em 1989, acompanhou-se, através dos jornais, um ano quase inteiro da greve. Em abril,⁸⁴ os sindicatos foram estimulados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação a aderirem ao movimento nacional de paralisação. Estava-se articulando um movimento grevista por todo o Brasil para pressionar o poder público a olhar para educação.

O Magistério Piauiense paralisa hoje as suas atividades pela terceira vez este ano. Não haverá aula nas escolas da rede oficial de ensino e, às 16 horas, no Clube do Professor, os professores do Piauí decidem em Assembléia Geral se aderem a (sic) greve nacional da categoria, a ser deflagrada este mês. Vários Estados, inclusive, já estão parados e outros, a exemplo do Piauí, decidem hoje pela greve. [...] REIVINDICAÇÕES
A nível (sic) nacional a luta dos professores é pela implantação do Piso Profissional de **Salários, que deverá ficar em torno de NCz\$ 470,00**. Entretanto, existem também as lutas regionais e no Piauí a maior é com relação a (sic) recuperação das escolas públicas, dando ao professor as condições necessárias para exercer a sua profissão (*PROFESSORES Realizam Hoje Terceira Paralisação de 89. O Estado, Teresina, 19 abr. 1989, p. 5, grifo nosso*).

⁸⁴ De acordo com IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a inflação do mês de abril ficou em 7,3%. O acúmulo do ano (janeiro a abril) foi de 100,8%. As informações são do jornal O Estado. (INFLAÇÃO de Abril É de 7,3% . O Estado, Teresina, 6 maio 1989, p. 1).

Para conter o movimento no seu início, a Secretaria de Educação anunciava o corte do ponto dos grevistas e a abertura das portas das escolas públicas para quem quisesse trabalhar. Outra estratégia foi o confronto de informações. Gerou-se, nos jornais, uma verdadeira guerra de números sobre o perceptual da paralisação. Enquanto o comando de greve anunciava uma adesão de 30% logo no primeiro dia de deflagração do movimento, o poder público afirma que a greve “não tem um índice alto de adesão, uma vez que se resume a um movimento isolado da diretoria da Apep” (*PROFESSORES, Furam Greve e Dão Aula. O Estado, Teresina, 21 abr. 1989, p. 1*).

As negociações não avançavam, e crescia, segundo o Comando de Greve, a adesão ao movimento. Em Teresina, 75% da classe pára e nas cidades do interior como Picos e Campo Maior o apoio chegava a 100%, segundo afirmava a professora Fátima Cavalcante ao jornal O Estado na edição de 28 de abril 1999, p. 5.

Na mesma data e página, o jornal O Estado anunciava que para a Secretaria de Educação, menos de 10% dos professores deixaram de frequentar as salas de aula em Teresina e, no interior, o movimento inexistia. Os professores, no entanto, desistem de continuar as negociações diretamente com o Secretário de Educação depois que, numa manifestação, “um soldado tomou do comando de greve o megafone” (PROFESSOR Quer Negociar com Alberto. O Estado, Teresina. 5 maio 1989, p.1). Agora, os professores queriam conversar diretamente com o governador.

Os professores das escolas particulares também entraram em greve. O conflito teve desdobramentos na Delegacia Regional do Trabalho - DRT. Como o Governo Federal liberou o reajuste do preço das mensalidades entre 17,5 a 42%, os professores queriam que esse valor fosse estendido aos seus salários. A classe patronal resistia a essa possibilidade, com a desculpa do desinteresse dos professores pelo movimento, visto que a adesão estava caindo, não repassava o reajuste.

No Estado, a greve que persistia há 20 dias, atingia 42 municípios. O governo, incisivo, voltava a divulgar o corte do ponto quando se completassem os 30 dias de paralisação. Logo em seguida, os professores do Município de Teresina também entravam em greve. Eles rejeitaram a proposta do prefeito Heráclito Fostes que oferecia reajuste salarial na ordem de 13,58 a 42,40 % sobre do salário de abril. Os Servidores Municipais pediam um reajuste de 100%.

Como se percebe, os professores do Estado, do Município de Teresina e das escolas particulares viviam a mesma angústia. O seu salário estava achatado, vítima da crescente inflação. A escola pública passava por uma profunda crise que colaborava para deixar mais claro o seu desprestígio no meio social.

A greve da rede particular de ensino não é resolvida por acordo. Os professores retornam às aulas, mas entraram na justiça com dissídio coletivo. Os professores recusaram o reajuste de 22,6% oferecido pelos empresários do ensino, pois a categoria solicitava “91,13 por cento de reposição salarial, 20 por cento de ganho real e dez por cento de adicional por hora extra” (*ACABOU A Greve dos Professores. O Estado, Teresina, 14 maio 1989, p. 1*).

Já na rede pública, a paralisação persistia. Os movimentos sindical e estudantil e as entidades populares se unem em defesa da educação pública. O objetivo era dar visibilidade aos problemas pelos quais passava a educação, captar os sentimentos das pessoas à causa, para contar com o apoio da população.

As entidades representativas dos professores do Piauí promoverão **um ato público popular, em defesa do ensino**, às 17 horas da próxima terça-feira, na Praça Pedro II. O movimento visa levar ao conhecimento da população **a situação caótica da educação no Piauí e no Brasil**. O ato público está sendo organizado pela ADUFPI, ASUFPI, APEP, CERMAP, DCE, SINPRO, UMES e CCEP, contando com o apoio do Movimento Sindical Popular, tendo à frente a CUT, Corrente Classista, FAMCC e FAMEP [...] (*MAGISTÉRIO Fará Ato Público. O Estado, Teresina, 14 maio 1989, p. 1, grifô nosso*).

Se havia os que apoiavam o movimento grevista, havia, como já se anunciou, os que entraram em confronto com ele. Mas, de modo particular, em 1989, os grevistas vivenciaram momentos de grande tensão quando os Policiais Militares usaram a força para reprimir os professores do Estado, há 35 dias em greve.

Para não permitir que os grevistas acampassem próximo ao palácio de Karnak, considerada área de segurança, mais de 500 policiais divididos em quatro pelotões, tendo o capitão Carvalho como comandante da operação, reprimiram a categoria até com cassetetes.

Antes do incidente, os professores tinham negociado para acampar nas proximidades do Palácio. Neste sentido, segundo o presidente da Apep, João de Deus, a categoria foi obediente à Constituição que “garante o direito de concentração em local público desde que com o devido comunicado às autoridades competentes e isso nos (sic) fizemos para

evitar problema” (*PM REPRIME a Paulada O Acampamento de Professores. O Estado, Teresina, 25 maio 1989, p. 5*).

Segundo João de Deus, chegando ao Karnak, os manifestantes mantiveram entendimento com o comandante da Polícia que aceitou que o acampamento fosse transferido para o outro lado da praça, mas

Quando os professores estavam montando o acampamento, entretanto, a polícia se deslocou da frente da sede do governo e partiu para arrancar as faixas e tomar a (sic) armações de metal que sustentariam as duas barracas que os professores queriam montar.

A partir daí a agressão foi generalizada e a Polícia começou a bater em professores, estudantes e até mesmo repórteres que cobriam o movimento (*PM REPRIME a Paulada o Acampamento de Professores. O Estado, Teresina, 25 maio 1989, p. 5*).

Sob o comando do Capitão Carvalho, Tenente Freitas e o Tenente Abel, a Polícia Militar reprimiu os professores da rede oficial de ensino, que estão em greve há 35 dias, com cassetetes e porradas, não respeitando nem os manifestantes e muito menos os estudantes e repórteres que cobriam a greve dos professores (*CÍNTIA Lages Apanha Primeiro. O Estado, Teresina, 25 maio 1989, p. 5*).

O movimento só foi contido com a chegada de Dom Miguel, arcebispo de Teresina, que intermediou as negociações favorecendo os trabalhadores.

A versão da Polícia veio através do depoimento do Capitão Carvalho. Na concepção do militar, os policiais estavam cumprindo ordens. A agressão emanou dos professores que acamparam em área proibida.

Já a greve dos professores municipais de Teresina, foi, temporariamente, apaziguada, atendendo ao pedido do prefeito Heráclito Fortes, que desejava analisar as reivindicações da categoria com mais calma. No entanto, os professores estaduais continuavam firmes, agora contando com a solidariedade da população que doava alimentos para os acampados, instalados à frente da Igreja São Benedito, à espera de que o governo os chamasse a uma negociação.

Para desprestigiar o movimento e torná-lo sem expressão, João Henrique reafirmava no jornal O Estado de 31 de maio de 1989 que a greve só atingia 15% do magistério, assim, não representava a categoria. Ao mesmo tempo anunciava: abrir

negociação com os representantes da entidade e buscar os recursos para a reforma dos prédios escolares, para atender a uma das reivindicações da classe.

Em relação ao prédio escolar, segundo Sales (2000, p. 263), “exerce uma forte influência no julgamento que a sociedade faz sobre o nível de ensino das escolas e de seus egressos”. Ele “é importante para legitimação do saber” (SALES, 2000, p. 263). O fato de os prédios das escolas públicas de 1989 estarem deteriorados, sem condições de funcionamento, vem colaborar para que se legitime uma Representação Social negativa da escola. Uma escola que não oferece ensino confiável.

Sem prédios, sem professores, sem aulas, sem reconhecimento, o desprestígio era a marca da escola pública do final da década de 1980. A agregação destes fatores vinha desestruturar a sua imagem diante da população. As previsões que se faziam para os estudantes da escola pública eram pessimistas, principalmente, quando comparadas a outros modelos, pois enquanto “no Japão os alunos do primeiro grau assistem a 8 horas de aulas por dia. No Piauí há **40 dias os estudantes da rede oficial não assistem [a] uma aula sequer. Imaginem o que será dessa juventude quando for se submeter ao vestibular**” (*DE LEVE: Aulas. O Estado, Teresina, 1 jun. 1989, p. 3, grifô nosso*).

O desprestígio chegava ao ponto de que o salário do professor passava a ser motivo de piada: “Não precisa ser bom de Matemática para saber que, um professor com um piso salarial de 400 cruzados recebe cinco centavos por aula, de cada aluno” (*DE LEVE: Professores. O Estado, Teresina, 1 jun. 1989, p. 3*).

Todas essas dificuldades pelas quais passava a escola pública eram assimiladas pela comunidade e ajudavam a compor a imagem nada alentadora da instituição, principalmente, porque ela ficava cada vez mais desacreditada. A possibilidade da perda do ano letivo, depois de 50 dias de greve, era mais fortemente pressentida, motivo a mais para se desconfiar do valor da instituição.

Na tentativa de salvar o período, os alunos se organizavam para protestar pelo seu direito de ter escola pública gratuita. Os professores, por sua vez, não tinham mais o mesmo ânimo para fazer as reivindicações, mas resistiam diante da inflexibilidade do poder público.

A firmeza dos professores, após 56 dias de greve, fez o governo efetivamente cortar o ponto da categoria e anunciar a convocação de 5 mil substitutos com o pretexto de tentar salvar o primeiro período letivo. Os investidos no cargo seriam pagos com o dinheiro

descontado do mês de maio dos grevistas. Ao receberem o contracheque com o saldo de R\$ 1,00, os professores decidiram que não reporiam as aulas perdidas.

O movimento grevista tomava outro rumo. Passava a ser mediado pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT. O acampamento, também, mudava de endereço, indo se instalar defronte ao prédio da DRT.

Enquanto o sindicato buscava nova estratégia, o governo, paralelamente à greve, prepara solenidade para inaugurar as reformas feitas no prédio do Liceu Piauiense. O governador da época, Alberto Silva, tinha como característica de sua administração a construção de obras grandiosas. A reforma do Liceu, mais do que a reestruturação de uma escola, tinha valor político agregado.

Segundo Sales (2000, p. 263), os homens públicos sabem que a construção de escolas traz dividendo político. No caso do Liceu, a reforma do colégio, outrora símbolo do saber de Teresina, rendia prestígio, principalmente, diante de uma população que pedia ao poder público mais atenção para as escolas oficiais, depois de anos seguidos de greve.

Também para os grevistas, o Liceu tornou-se espaço propício para ressaltar, diante de toda população, o estado de deterioração em que se encontravam as escolas do Estado. Essa imagem ficou mais evidente, quando os professores, em frente ao colégio, foram reprimidos mais uma vez com violência pelo pelotão de isolamento da Polícia Militar, já que a manifestação era a expressão de uma realidade que se queria abafar.

As circunstâncias, mais uma vez, colocavam luz sobre o valor do professor e da escola pública e de como esse valor, se foi perdendo no tempo e no espaço. Evidenciava, também, a falácia da proposta do poder público em devolver para a escola oficial ensino de qualidade, pois, enquanto, o símbolo da educação pública do Piauí era reerguido, as demais escolas do Estado padeciam de atenção como denunciava a faixa que traziam os dizeres: “O Liceu está recuperado, mas 90 por cento das escolas públicas estão caindo aos pedaços” (*REINAUGURAÇÃO do Liceu Termina em Pancadaria. O Estado, Teresina, 2 ago. 1989, p. 5*).

Foi a denúncia trazida na faixa, associada às vaias dos manifestantes às autoridades do poder público, que desencadeou a agressão dos policiais civis e dos policiais militares e até dos agentes do DOPS, instrumento de repressão da ditadura militar aos professores. A ordem partiu, segundo o jornal O Estado, do próprio

[...] secretário (sic) de Segurança, Xavier Neto [...]

Desse momento em diante, professores e estudantes foram presos, algemados espancados e reprimidos com violência, provocando um verdadeiro corre-corre por parte de todas as pessoas que estavam na Praça Landri Sales para olharem a festa. A violência dos policiais não respeitou nem a propriedade privada e o Sr. Armênio Cruz, residente na Rua Barroso, 650, teve a sua casa invadida por policiais que tentavam prender a professora Tailândia Melo de Alencar (*REINAUGURAÇÃO do Liceu Termina em Pancadaria. O Estado, Teresina, 2 ago. 1989, p. 5, grifô nosso*).

Depois de todas as bordoadas registradas pelas fotos e jornais da cidade, o Secretário de Segurança ignorava a agressão e desrespeito à classe dos professores e declarava: “o que acontece é que os professores poderiam ter dado uma trégua em vista da importância do Liceu Piauiense para a educação no Estado; ao invés disso, eles partiram para manifestações e ataques às autoridades” (*REINAUGURAÇÃO do Liceu Termina em Pancadaria. O Estado, Teresina, 2 ago. 1989, p. 5*). Com isso, consolidava-se a representação de uma escola pública em decadência.

Transcorrido o conflito, o poder público trabalhou para fragmentar o movimento grevista dos professores iniciado há 82 dias. A desarticulação veio quando a Secretaria de Educação decretou 30 dias de férias, com o reinício das atividades marcado para 1º de agosto.

Os professores, ainda, tentaram resistir, mas o efeito férias foi desastroso. Apenas 10 municípios se mantiveram fiéis; o acampamento esvaziou-se sem que ninguém percebesse. Membros da sociedade civil organizada ainda se articulavam para apoiar os professores, numa última tentativa de salvar o movimento que vinha definhando:

Coordenados pelas Federações de Associações de Moradores (Famcc e Famepi), CUT e CSC, professores, estudantes e pais de alunos, realizam hoje, às 9 horas, em frente à Secretaria de Educação, um ato público em defesa do ensino público. A decisão da manifestação foi tirada em reuniões dos professores com as associações de bairros.

[...] Segundo ele [professor João de Deus], a própria população reconhece que as escolas públicas estão em estado deplorável, e que por isso os alunos se recusam a frequentar (sic) as escolas e participarão do ato público, para reivindicar do secretário (sic) de Educação, uma posição com relação à recuperação das escolas e também dos salários dos professores [...] (*PROFESSORES e Alunos se Unem em Manifestação na Secretaria de Educação. O Estado, Teresina, 18 jul. 1989, p. 1*).

Após 108 dias de greve, o movimento chega ao final. O cansaço era visível. Os professores retornavam à sala de aula, mas permaneciam em estado de greve segundo informações do jornal O Estado, de 4 de agosto de 1989. A categoria se comprometeu a permanecer mobilizada. A cada mês, eles paravam suas atividades por dois dias.

Por outro lado, nas escolas públicas, faltava tudo, segundo João de Deus, “Como não houve nenhuma recuperação das escolas públicas os professores continuam sem condições de darem aulas: faltava carteira [...], giz, [...] apagador, material para exercício das atividades e tudo o mais [...]” (*ESCOLAS da Rede Oficial Não Têm Condições de Aula. O Estado, Teresina, 8 ago. 1989, p. 5*).

Apesar da falta de infra-estrutura nas escolas, os professores compareciam ao colégio, no entanto se mantinham em estado de greve. A principal reivindicação recaía sobre a defasagem salarial. A matéria a seguir ilustra a realidade da greve que reiniciava:

[...] O governo do Estado paga muito mal e sempre com atraso; vamos reivindicar **que seja pago ao servidor estadual**, incluindo-se aí a **classe do Magistério**, pelo menos um salário mínimo”, afirmou o professor João de Deus, acrescentando que **os servidores estaduais** vão entrar com uma Ação na Justiça contra o Governo do Estado para reivindicarem esse direito’ (*MAIS de 90 Mil Servidores Estaduais Vão Parar Amanhã. O Estado, Teresina, 29 e 30 out. 1989, p. 5, grifo nosso*).

Com as novas adesões, a greve ganhava força. O governador, entretanto, continuava negando-se a atender às reivindicações dos servidores, segundo o Jornal O Estado de 10 de novembro de 1989, alegando falta de recurso. Perdidas as esperanças da reposição salarial, a Apep voltava ao discurso anterior, ao anunciar a perda do ano letivo.

A notícia deixa os alunos apreensivos, especialmente os do Liceu Piauiense, que pedem providência ao Secretário de Educação. Há de se notar que enquanto, os alunos, na década de 1960, levavam vantagem sobre os seus concorrentes, agora, estão no final da fila, temendo, inclusive, não poderem participar da disputa por uma vaga na Universidade.

A paralisação dos servidores estaduais, no entanto, foi interrompida. “A decisão foi tomada ontem à tarde em assembléia geral realizada na Praça da Bandeira” (*SERVIDORES Suspendem Paralisação. O Estado, Teresina, 1 dez. 1989, p. 1*). Os professores retomam as suas atividades sem entusiasmo e deixam para o próximo ano o fôlego para reiniciarem o movimento.

6.1.2 Uma Nova Representação Social

O que se verificou na década de 1980, em que a greve teve um papel central e, em que se acompanharam os constantes embates entre os professores e o poder público, foi a concretização da mudança do sentido atribuído à escola pública. Esse fato se deu a partir da reconstrução de conceitos, imagens, símbolos, valores, estereótipos, crenças, emoções, afetividade, experimentados durante todo o processo histórico da década de 1980 que foram vivenciados pelos agentes envolvidos ou atingidos pelas informações dos jornais.

Essa nova percepção, imagem, representação da escola pública, enquanto espaço público que se destituiu de qualidade, não surgiu de repente, mas ao longo dos anos, dentro de um contexto político-econômico: “não se trata, portanto, de uma reprodução, mas uma produção contingenciada e historicizada” (MADEIRA, 2003, p. 119).

Logo, a nova concepção sobre a escola pública de Teresina foi construída a partir da realidade histórica da cidade, bem como da história pessoal dos agentes, interpretantes dessa realidade que conferiam sentidos a essa escola. Esses sentidos foram formulados a partir das suas experiências pessoais, tendo em vista as influências sociais, ideológicas e culturais às quais estiveram expostos. O conhecimento formulado foi posteriormente partilhado com a comunidade da qual faziam parte.

Nesse processo, ressalta-se quanto se é afetado pelo pensamento coletivo. Muitos dos sentidos julgados próprios são adquiridos na interação social. “Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2000, p. 35).

Orlandi (2000, p. 36) ainda lembra que os “sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas (sic) mas, ao mesmo tempo, outras”. Isso porque há uma incompletude que circula os sentidos, tendo em vista que o seu funcionamento se estabelece numa relação de falta e movimento possibilitando a abertura para o simbólico. No entanto, apesar desta abertura há um controle do processo de significação, uma vez que ele “também está sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização” (ORLANDI, 2000, p. 52).

Partindo desta possibilidade de mudança, pode-se afirmar que ao longo dos anos, a escola pública de Teresina passou por um processo de ressignificação do seu valor. O que faz perceber a dialética nas quais estão envolvidos os fatos e como se estruturam no contexto social. Madeira (2003, p. 119) explica que nesse processo “estão em jogo, por conseguinte, as relações mutuamente constitutivas entre o individual e o social, configurando o que se convencionou chamar de campo de Representações Sociais”.

Assim, percebe-se a mudança da Representação Social da escola pública quando se compara o valor da escola da década de 1960 com a de 1980, apresentadas pelos jornais de Teresina.

Enquanto na década de 1960, a escola pública era prestigiada, disputada pelos alunos que tinham orgulho de estudar no Liceu ou na Escola Normal, na década de 1980 vê-se o contrário, a falta de condições de trabalho em sala de aula, a deterioração das escolas. Constantes greves faziam da escola pública uma alternativa para quem não podia pagar uma escola particular, já que aquelas não garantiam a conclusão do período letivo.

Os jornais deixavam transparecer que a escola pública da década de 1960 era de qualidade. O nome dos professores, por exemplo, figuravam nas colunas sociais sempre denominados de “competente”, “criterioso”, “acreditado”, “brilhante”; a escola, daquela época era modelo para as instituições particulares. Na década de 1980, seu prestígio, que já vinha em declínio desde a década de 1970, acentuou-se ainda mais em função das longas paralisações.

Todos esses fatores sócio-históricos levaram a população a associar a escola pública a atraso, perda do período letivo, descompromisso com a educação, professores desmotivados, descaso, sofrimento, greve. Nessa perspectiva, percebe-se uma rejeição à escola pública, já que a população não acreditava mais na educação oferecida pelo Estado, pois não guardava em si confiabilidade.

Percebe-se com isso, que a escola pública da década de 1980, enquanto objeto e instrumento da educação formal, desloca-se do sentido de educar para promoção social, sentido esse “veiculado pelas instâncias oficiais e seus diferentes porta-vozes (incluindo-se aí os próprios educadores), [que] procura (sic) difundir a crença numa inquestionável função “redentora” da educação [...]” (DOMINGOS, 2003, p. 505). Por perder esta função promotora

de mudança de classe social – construída e legitimada no meio social, principalmente, pelos jornais –, a demanda qualificada pela escola pública diminui significativamente.

6.2 A Desarticulação da Imagem da Escola.

Na década de 1980, as escolas públicas surgiam num cenário menos poético. Nos seus muros não moravam mais os sonhos de futuro promissor. Tudo era subtração quando comparado às décadas passadas.

O discurso desta década, ao tempo em que vai mostrando o desprestígio da escola pública, aponta para o desejo de resgatar a imagem, a importância, a qualidade da educação. A ênfase dada a esse resgate é consequência de uma resposta que o poder público tem que dar à sociedade diante de uma escola que já não satisfazia.

A lembrança que se guardava na mente e que se buscava alcançar, era da educação vivenciada pelos alunos da década de 1960, partilhada por muitos dos políticos que na década de 1980 estavam no poder, ou que os jornais traziam à tona.

Esse desânimo que se abateu sobre as escolas públicas pôde ser percebido até nas festas comemorativas. Faltava vida e entusiasmo, por exemplo, nas celebrações do aniversário do Liceu, que não tinham mais a mesma “animação, a participação dos anos anteriores (sic) tudo aconteceu **sem aquela vibração** (sic) costumeira dos estudantes, tanto do Liceu como também dos colégios participantes das diferentes etapas esportivas” (*EM SOCIEDADE. Jornal do Piauí, Teresina, 4 out. 1980, p. 6*).

Nesta época, ainda, era o Estado que oferecia a maioria das vagas dos colégios de Teresina. Como revela o Governador do Estado, Lucídio Portella, depois da inauguração da sede do complexo escolar da Zona Norte III, ao afirmar “[...] que o ensino de Primeiro (sic) Grau (sic) no Piauí é absorvido quase na sua totalidade pela Rede (sic) Oficial (sic), enquanto o ensino de Segundo (sic) Grau (sic), já dispõe de 32 unidades, sendo 18 em Teresina, ficando a rede particular apenas com 18% da população escolar nessa faixa [...]” (*LUCÍDIO Preocupado com A Situação dos Professores. Jornal do Piauí, Teresina, 7 jun. 1980, p. 6*).

Se o Estado do Piauí tinha grande estrutura educacional, também possuía, em seus quadros, o maior número de professores, porém o salário pago não era satisfatório. O próprio Governo do Estado reconhecia a situação de angústia que a classe atravessava já que, ”o poder

público ainda não saldou o compromisso com o professorado atribuindo-lhe a remuneração que realmente merece” (*DIA do Professor. Jornal do Piauí, Teresina, 15 out. 1980, p. 1*).

Por isso mesmo, a educação pública não era mais a mesma, em 1981; já era consenso no julgamento social o fracasso da escola pública. Os próprios jornais aconselhavam os pais a não escolherem essa instituição:

[...] não é uma boa opção colocar os filhos em colégios públicos, onde o estudo é considerado fraco, mas para pagar os estudos de uma pessoa, numa escola particular, é preciso ter uma boa renda mensal e no Piauí, um Estado pobre, grande parte dos pais de família não ganha mais do que o salário mínimo (*COLÉGIOS Pagos Exploram Os Alunos. O Estado, Teresina, 19 mar. 1981, p. 5*).

Assim, na década de 1980, o acesso ao capital educacional que na concepção da sociedade propiciava um retorno social ficava restrito “aos detentores de outras formas de capital (cultural, social, material), previamente acumulados” (DOMINGOS, 2003, p. 506). Mesmo para aqueles que conseguiam bolsa de estudo com o desconto de 30% sobre o preço da mensalidade, o custo de um aluno numa escola particular era grande, levando em conta a compra de material e fardamento, o que inviabilizava o ingresso numa escola particular, como alertava o jornal O Estado.

Já o movimento estudantil⁸⁵, numa tentativa de resgatar o ensino público, posicionava-se contra a mentalidade de um ensino pago melhor que o público. Com isso, fazia a política de valorização da escola pública. O lema da entidade era NÃO COLOCAR FILHOS EM ESCOLA PARTICULAR. Para eles, as escolas particulares “não mantêm um nível de ensino superior ao das escolas públicas” (*CCEP É Contra Escolas Particulares. O Estado, Teresina, 4 abr. 1981, p. 4*). As críticas eram contra as altas mensalidades que, em 1981, ficavam entre Cr\$ 2 mil e Cr\$ 3 mil cruzeiros.

A entidade estudantil se declarava desfavorável à política de bolsas de estudo distribuídas pelas escolas particulares, pois “muitos dos estudantes que recebem a bolsa, pagam o mesmo valor da mensalidade. **O caso da bolsa é uma maneira de atrair para o colégio um maior número de alunos**” (*CCEP É Contra Escolas Particulares. O Estado, Teresina, 4 abr. 1981, p. 4, grifo nosso*).

⁸⁵ O Centro Colegial dos Estudantes Piauiense – CCEP tinha como presidente, na época, José Milson dos Santos.

Apesar do esforço dos estudantes, a qualidade da escola pública era claramente prejudicada pelas medidas do governo. Entre elas, a institucionalização do horário especial. A escola ficava com uma carga horária menor, o que gerou queda no aproveitamento do ano letivo.

Um grande numero (sic) de estudantes matriculados em diversas unidades escolares de Teresina, vêm freqüentando as aulas em um “horário especial”, conforme é denominado pelos diretores desses estabelecimentos de ensino. Os alunos, com idades entre sete a dez anos, estudam das 10 às 14 horas, almoçando depois de meio-dia.

[...] o Complexo Escolar de Fátima, na zona Leste, continua ministrando suas aulas no “horário especial”, enquanto a criança estão (sic) ficando magras, pela alimentação fora do horário [...] (*ALUNOS Têm “Horário Especial” em Escolas. O Estado, Teresina, 7 abr. 1981, p. 5).*)

A imagem da escola pública de qualidade retornava aos jornais quando estes se referiam ao passado. Isso acontecia por ocasião do aniversário do colégio, por exemplo, quando se comemorou os 71 anos da Escola Normal. As referências aos ex-alunos eram assim destacadas: “por suas salas tem (sic) passado as mais vibrantes inteligências, especialmente femininas, que, de uma forma ou de outra tem colocado o seu tijolo no patamar do desenvolvimento estadual” (*INSTITUTO de Educação. O Estado, Teresina, 13 maio 1981, p. 3, artigo, p. 3).*)

Nesta época, a educação era exaltada como um patrimônio, uma herança, uma bênção, pois se guardava a concepção de que “[...] ‘a educação é a maior herança que um pai pode deixar ao filho’, que Deus abençõe (sic) o Instituto de Educação [...]” (*INSTITUTO de Educação. O Estado, Teresina, 13 maio 1981, artigo, p. 3).*) A idéia era de que a educação formal representava para sociedade a possibilidade de ascensão social e era o que o Instituto oferecia aos seus alunos.

Mas a escola pública não era mais a mesma, nem os estudantes. A insubordinação dos alunos tomava conta do cotidiano das escolas públicas. A falta de consideração pelo diretor, professores e colegas era notória. Os alunos tornaram-se violentos e passaram a ameaçar a vida dos professores que tinham a sua auto-estima reduzida. “Revelou o pai de família que os estudantes não obedecem ao diretor do colégio [...] nem aos professores, a quem chegam a fazer ameaças, inclusive físicas [...]. Os professores [...] temerosos de sofrer qualquer atentado, terminam por abandonar a sala de aulas [...]” (*DESORDEM Prejudica Colégios. O Estado, Teresina, 1 jul. 1981, p. 6).*)

Verificava-se, ainda, em 1981, o crescimento do número de professores leigos no Estado; eram 1.500 em 32 municípios. Temos, também, a flagrante ausência de infra-estrutura das escolas públicas, indicando que o Estado não vinha investindo na instituição. Na Unidade Escolar Miguel Borges não tem carteira para todos sentarem, “[...] de maneira que eles precisam disputar os lugares aos tapas. [...] Enquanto isso, [...] em outras escolas, [...] está faltando o necessário, ou seja, os professores para dar (sic) as aulas [...] especialmente em matérias como Português e Matemática [...]” (*ALUNOS Disputam Carteira no Tapa. O Estado, Teresina, 2 set. 1981, p. 4*).

A omissão do Estado em oferecer uma boa estrutura para o desenvolvimento da educação, era sentida pelos grêmios. Eles, por meio do CCEP, se integravam à luta pela exigência de uma escola de qualidade, para isso, encaminharam uma lista de reivindicações ao Secretário de Educação, Luís Pires, e prometeram paralisar as escolas públicas de 1º e 2º graus. “O presidente do CCEP [José Milton dos Santos] disse que **não existe condição de ensino na maior parte das escolas piauienses, ‘porque falta tudo’**” [...] (*SECUNDARISTAS Apóiam Greve dos Universitários. O Estado, Teresina, 22 set. 1981, p. 1, grifo nosso*).

A consequência deste desajuste educacional não podia ser outra: grande índice de reprovação, como informa o jornal O Estado:

O Piauí é um dos estados (sic) brasileiros que apresenta os mais altos índices de reprovação. Aqui, 50 por cento das crianças que ingressam no primeiro ano do primeiro grau não conseguem passar para o segundo ano. A afirmação foi feita pelo secretário de Planejamento do Ministério da Educação e Cultura, Gentil Martins Dias (REPROVAÇÃO Escolar Alcança Altos Índice (sic). O Estado, Teresina, 24 set. 1981, p. 1).

O poder público federal, no entanto, colocava a culpa na inadequação dos colégios de cada região e na subnutrição; como resposta, intensificava o programa de merenda escolar.

A concepção de uma escola pública incapaz, que não conseguia dar respostas positivas, estava entranhada nos discursos da década de 1980, os quais prestigiavam a escola privada e desqualificava a pública. Os jornais eram divulgadores desse discurso, ao considerar que para chegar à Universidade os estudantes precisavam ter acesso a

bons cursinhos e adquiram uma preparação, capaz de entrar para competir. Os cursinhos são caros, os bons colégios de segundo grau (sic) hoje estão na rede particular, e criou-se uma barreira entre ensino público e privado. **O fim do ensino público deve representar a preservação do atual**

pensamento econômico e social [...] (ELITIZAÇÃO do Ensino. O Dia, Teresina, 18 ago. 1982, artigo, p. 2, grifo nosso).

O desmerecimento da escola pública era visível. A pressão do capital econômico era tal que se divulgou até a supressão do ensino gratuito, desejo secreto dos empresários da educação. O fato foi logo desmentido pela Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz que “Negou [...], que o Ministério esteja planejando a instituição do ensino pago em quase todos os níveis no país [...] e lembrou que, pessoalmente, antes mesmo de ser ministra (sic), deu parecer negativo ao então ministro (sic) Ludwig neste sentido” (*CONSTITUIÇÃO Garante Ensino Gratuito. O Dia, Teresina, 6 nov. 1982, p. 7*).

A situação das escolas públicas pode ser avaliada pelo que acontecia em relação às aulas ministradas: “quando numa semana tinha aulas de Matemática, o de Comunicação e Expressão faltava mais de dois dias. O caso de Educação Física é o mais grave, porque foi a que o professor faltou mais, [...]” (*ALUNOS Prejudicados no D. Arcoverde. O Estado, Teresina, 4 jan. 1983, p. 5*). Como consequência, mais de 60% dos alunos do 1º grau do Dirceu I e II estavam praticamente sem aula, anunciava o jornal O Estado.

A contínua depreciação das escolas públicas fazia prosperar a política da bolsa de estudo, moeda com a qual se compravam votos em Teresina e movia a máquina das escolas particulares. O sistema de bolsa era impulsionador das matrículas, pois muitos pais dependiam desta concessão para manter os filhos nas escolas particulares, que eram caras. As mensalidades variavam de Cr\$ 5 a Cr\$ 6 mil, para o primeiro grau; e de Cr\$ 9 a Cr\$ 12 mil, para o segundo.

Em 1983, por não ser um ano de eleição, muitas bolsas foram cortadas. “Os colégios em 83 estão oferecendo poucas bolsas e os políticos, quando procurados pelos pais de alunos, afirmam que ‘não temos bolsa’” (*SEM Bolsas, Pais Não Têm como Matricular Filhos. O Estado, Teresina, 19 jan. 1983, p. 4*).

Os colégios particulares, com o propósito de capitalizar os resultados dos vestibulares para si, ofereciam um outro tipo de bolsas de estudo, este destinado apenas aos melhores alunos. É o caso do Pró-Campos, que de acordo com o jornal O Estado de 27 e 28 de fevereiro de 1983, distribuía, segundo promessa, 60 bolsas aos alunos que tirassem as melhores notas, ao tempo que garantia levá-los até à Universidade.

Muitos dos alunos que não contavam com bolsa e, por isso, arcavam com o ônus dos estudos tiveram, em 1983, que abandonar a escola particular. O aumento das mensalidades em 53% possibilitado pela Comissão de Encargos Educacionais não permitia mais a permanência naquela escola. Estes foram para a escola pública. O Estado, preparando-se para absorver a nova demanda, abre mais vagas. Pode-se acompanhar esses dois movimentos nas matérias que seguem:

[...] Os colégios da rede oficial ainda não encerraram o período de matrículas e as vagas são muitas, de maneira que este ano será menor o problema de falta de vagas para os estudantes que não podem pagar as anuidades numa escola particular [...] (*COMEÇA Dia 7 Ano Letivo no Piauí. O Estado, Teresina, 18 fev 1983, p. 4*).

As salas de aula terão mais lugares vagos a partir do segundo semestre, com muitos estudantes abandonando os colégios particulares, por causa do reajuste das anuidades que será divulgado dentro dos próximos dias [...] (*ANUIDADES Sobem e Escolas Vão Perder Alunos. O Dia, Teresina, 28 maio 1983, p. 4*).

[...] muitos estudantes deixaram de pagar as prestações da anuidade, por causa dos altos preços cobrados e por causa disto, a maior parte vai abandonar os colégios da rede particular, de maneira que se não encontrarem vagas nas escolas públicas, deixarão de estudar (*A Anuidade Sobe 53%. O Estado, Teresina, 23 jul. 1983, p. 1*).

Com o crescimento das matrículas no ensino público, aumenta a responsabilidade do Estado. As deficiências, no entanto, continuam. Numa tentativa de superar os problemas da educação, instituiu-se o Projeto “Vencer”. Bonfim (1991, p. 141) cita o “Vencer” como um dos projetos implantados com vistas a combater o “fracasso escolar, sobretudo o alto índice de reprovação e evasão da 1º para 2º série do 1º grau”.

No contexto da educação do Piauí, mediante o projeto, foi possível muitos alunos matricularem-se nas escolas particulares em virtude da distribuição de bolsa de estudo. Assim, mais uma vez, o Estado, para atender à demanda, anunciava:

[...] comprar vagas em escolas particulares [1.320] para garantir o estudo dos alunos que excederam à capacidade das salas mantidas pelo Governo do Estado. Estão pré-matriculados no “Vencer” 22 mil e 66 alunos e à (sic) previsão é de que 32 mil e 186 serão matriculados para a 1ª

série do 1º grau (*INSCRITOS em Projeto Têm Vagas Garantidas. O Estado, Teresina, 20 dez. 1983, p. 1, grifo nosso*).

Estes números iniciais foram superados, até outubro de 1984. Segundo o Secretário de Educação, foi registrada a matrícula de 33.651 alunos na 1ª série do 1º grau. “Para atender tantos alunos, o Governo do Estado precisou, juntamente com a prefeitura Municipal, construir mais salas de aula. Foram alugados prédios para abrigar as crianças matriculadas” (*ATILA Fala sobre O Adote Uma Escola. O Dia, Teresina, 4 out. 1984, p. 5*). Bonfim (1991, p. 142) afirma que para a implantação de projetos como o “Vencer” foram realizadas “inúmeras ações (treinamentos de pessoal, encontros, confecção de material, reuniões intermináveis e, principalmente, a propaganda no rádio, televisão, etc.)”.

Além das bolsas do “Vencer”, existiam as do MEC, que eram motivo de barganha política. Muito disputadas entre os deputados estaduais, as bolsas em 1984 não chegaram até os parlamentares, que se sentiam desprestigiados, pois eles “vão se convencendo cada vez mais de que este ano os representantes no Congresso não vão dividir com eles essa poderosa arma de fabricar votos” (*BOLSAS do MEC Não São Distribuídas. O Dia, Teresina, 24 fev. 1984, p. 3*).

Outro programa desenvolvido pelo Estado foi o “Adote Uma Escola”, projeto que, segundo o Secretário da Educação, visava a envolver a iniciativa privada com os problemas da classe estudantil. A intenção era estabelecer contato entre os dois lados e não tirar proveito financeiro.

Depois de acompanhar o progressivo dismantelamento do qual a escola pública foi vítima, o Estado tomava a iniciativa de recuperar a imagem, o conceito e o prestígio do colégio de maior representatividade de Teresina, o Liceu Piauiense, como, se recuperando a imagem do Liceu, resgatasse-se a imagem da escola pública, tal era a simbologia que a instituição agregava. O primeiro passo nesse sentido foi a realização do I Encontro de Avaliação do Liceu que reuniu todos aqueles que fizeram e faziam, naquele momento, parte do colégio.

A exigência de uma escola de qualidade partia da própria população, evidenciando que a Representação Social da escola pública mudou; o julgamento que se fazia sobre ela não era mais o mesmo das décadas anteriores. A população, ao comparar o ensino privado mais estruturado, com o público descuidado, queria uma atitude firme do poder público para

reverter essa situação. A revelação é feita pelo próprio Secretário de Educação, Atila Lira,⁸⁶ quando

voltou a ressaltar que recebe críticas constantes em consequência (sic) da **proliferação do ensino privado e o descrédito por parte da população da educação pública, principalmente no tocante a colégios antigos, como é o caso do Liceu e do Instituto de Educação**, que fazem parte da história da educação do Piauí, pois contribuíram para a formação de várias gerações piauiense [...] (*REALIZADO Debate sobre Liceu Piauienses. O Dia, Teresina, 24 nov. 1984, p. 5, grifô nosso*).

As críticas à escola pública continuavam através da denúncia de que os professores daquelas instituições davam aula de segunda categoria. Isso porque se observava que havia professores atuando na escola pública e na particular que não ministravam, em ambas aula com o mesmo nível. O que se reivindica no artigo que segue é mais qualidade para escola pública:

o estranho é que, nas escolas particulares, inclusive os cursinhos, os professores são praticamente os mesmos, com a diferença de que, o rendimento dos estabelecimentos públicos não alcança o que exibem os estabelecimentos particulares. É mais um problema a reclamar estudo e avaliação.

[...]

O ensino particular pode e deve continuar existindo. Mas o ensino público precisa mostrar que os seus estabelecimentos de ensino pré-escolar, de 1º e 2º graus, são tão bons como os outros. Cremos que alguma coisa pode ser feita neste sentido [...] (*PEREIRA José Eduardo. Ensino Público Particular I. O Dia, Teresina, 1 mar. 1986, artigo, p. 4, grifô nosso*).

Essas conclusões que se tiravam sobre a escola pública mostravam que ela estava num patamar de desigualdade em relação à privada. Os alunos não tivessem igual aproveitamento e, portanto, reduzindo era a possibilidade de chegar à Universidade.

A desigualdade, também, estava no salário do professor, com a retirada do salário móvel pelo Estado. O Governador, Lucídio Portella, justificativa a medida alegando que “O

⁸⁶ Em 1985, as relações de convivência do poder público com o sindicato da classe são amistosas e de cortesia. Em abril de 1985, a Apep concede o título de sócio benemérito ao governador Hugo Napoleão, ao prefeito Freitas Neto, aos secretários: Atila Lira, e Gonzaga Viana, o primeiro da Educação, e o segundo da Administração. Por outro lado, Freitas Neto entregava a Casa do Professor ao sindicato, fatos narrados pelo jornal O Estado: (*APEP Presta Homenagem A Hugo e Freitas Neto. O Estado, Teresina, 14 e 15 abr. 1985, p. 1*) e (*FREITAS Neto Entrega A Casa do Professor. O Estado, Teresina, 14 e 15 abr. 1985, p. 6*).

“salário-móvel”, que variava segundo as alterações do salário-mínimo vigente, tornou-se insuportável para as finanças do Estado” (PEREIRA, José Eduardo. *Falando para Professores. O Dia, Teresina, 26 abr. 1986, artigo, p. 4*). Sem a correção, havia defasagem no vencimento da categoria que perdeu o poder de compra.

Nos municípios do interior do Estado, segundo a APEP, os baixos salários pagos aos professores chagavam a ser bem inferiores ao mínimo. “Em 40%, dos 116 municípios piauienses, as professoras de 1º grau ganham salário de Cz\$ 100; em outros 40% outras professoras ganham meio salário mínimo. E em apenas 10 municípios as prefeituras municipais pagam um salário mínimo às suas professoras [...]” (PROFESSORES *Ganham até Cz\$ 100 por Mês. O Dia, Teresina, 14 out. 1986, p. 2*).

Apesar dos percalços de que a educação era vítima, nas escolas públicas já se contava com a eleição direta para diretor. As escolas municipais de Teresina realizaram o plebiscito nos dias 24 e 31 agosto 1986, quando foram escolhidos 50 diretores e vice-diretores.

Na escola pública do Estado, a eleição direta foi uma conquista da categoria, implantada pelo governador Raimundo Bona Medeiros, depois da instituição do novo Estatuto do Magistério. Em 1986, os representantes sindicais tentavam “adiar as eleições para diretor, porque até março as escolas estão em férias e eleições diretas neste período excluiriam estudantes, professores e funcionários e por fim apenas legitimariam os atuais diretores de escolas que desta forma sejam reeleitos” [...] (PROFESSORES *Querem Adiar A Eleição. O Dia, Teresina, 14 e 15 dez. 1986, p. 7*).

Ao lado da estrutura da escola pública, havia todo um discurso que tentava valorizá-la. Foi com esse propósito que se lançou a Campanha Estadual pela Conservação da Escola Pública, que tinha como *slogan*: “Nossa Escola vai Brilhar”. A meta da campanha era atingir a capital e o interior do Estado. As autoridades no âmbito estadual e municipal se comprometeram com a proposta ao prestigiarem o evento que teve o seu lançamento no dia 14 de outubro de 1986, no pátio da Secretaria de Educação, conforme o jornal O Dia de 15 de outubro de 1986, p. 2.

Os estudantes, por sua vez, apontavam outro caminho: “o fim das bolsas de estudo nas escolas particulares é uma das propostas que os estudantes vão fazer ao governo, com o

objetivo de valorizar as escolas públicas” (*ESTUDANTE Quer A Valorização da Escola Pública. O Dia, Teresina, 27 dez. 1986, p. 7*).

O secretário da União Municipal dos Estudantes Secundaristas – UMES, o estudante, Edmundo Ribeiro, sugeriu que fundos destinados à educação fossem revestidos em favor da melhoria da escola pública. Segundo Edmundo Ribeiro, esta medida resultaria em “mais giz para os professores, que por sua vez ganhariam melhores salários. Haveria também mais e melhores equipamentos didáticos e mais ventiladores nas salas de aula. Ele afirmou que os estudantes vão apoiar integralmente a campanha salarial de 1987 dos professores” (*ESTUDANTE Quer A Valorização da Escola Pública. O Dia, Teresina, 27 dez. 1986, p. 7*).

Com esse discurso, os estudantes traçavam o perfil da escola pública que se precisava construir. O Estado, sentindo as pressões, anunciava um congresso que daria vazão a todas as manifestações populares; ouviria idéias, colheria sugestões para que fossem implementadas na educação. O objetivo era resgatar o valor da escola pública. Para tanto,

Noronha⁸⁷ informou que uma das metas prioritárias de sua administração é **devolver ao ensino público a credibilidade perdida nos últimos 20 anos. O secretário (sic) quer também a imediata revitalização do Liceu Piauiense.** Para tanto, está conclamando os ex-alunos daquela instituição (sic) a se inscreverem na Associação dos ex-alunos a fim de discutirem sobre como fazer **para salvar o velho e tradicional Liceu do Piauí** (*EDUCAÇÃO Promoverá Congresso. O Estado, Teresina, 22 e 23 mar. 1987, p. 1, grifo nosso*).

Na Assembléia Legislativa, repercutiu o discurso do governo do Estado com o propósito de recuperar o prestígio das escolas públicas. O Deputado Tomaz Teixeira, tomando a palavra, reconhece o desgaste pelo qual passava a escola oficial. Ele traduziu a preocupação do governo em resgatar a dívida social do Estado para com as classes menos favorecidas.

Mas o propósito de o Estado de recuperar a educação, ironicamente, esbarra na falta de verba para iniciar o período letivo. Conforme, Noronha Filho, o Ministério da Educação não repassou os recursos do Plano de Trabalho Anual, PTA, equivalente a Cz\$ 200 milhões, fato que impossibilitou o início do período de 1988, pois o Estado não tinha recursos para comprar até mesmo o giz. Para manter todo o sistema de educação em funcionamento, de

⁸⁷ O Secretário da Educação era Antônio Noronha Pessoa Filho..

acordo com o Secretário, seriam necessários Cz\$ 10 bilhões como noticiou o jornal O Dia de 24 de fevereiro de 1988, p.6.

Enquanto isso, retardava-se o início do ano letivo. As aulas, que deveriam iniciar dia 7 de março, foram adiadas para o dia 21 de março e, depois, para 4 de abril. A protelação foi mais um atraso para os alunos matriculados nas escolas públicas, Além das ameaças de greve.

[...] os 28 mil 500 professores da rede pública de ensino não voltam às aulas sem o novo Estatuto do Magistério, (sic) a categoria acredita que essa medida visa a (sic) esvaziar o movimento. Se realmente for confirmado o adiamento do início das aulas, esta é a segunda vez que isso ocorrerá [...] **Pelo novo calendário, os 350 mil alunos das escolas públicas no Estado só voltarão a estudar a partir de 4 de abril [...]** (*AULAS no Estado Poderão Ser Adiadas. O Dia, Teresina, 18 mar. 1988, p. 1, grifo nosso*).

Como se percebe, os professores, no final da década de 1980, estavam desmotivados. O seu capital cultural não mostrava mais o apuro de outros tempos; o desempenho em sala de aula continuava sendo motivo de reclamação, isso porque alguns dos professores do Liceu, como denunciavam os alunos,

ministram aulas bêbados e reduzem os minutos destinados as (sic) suas disciplinas. Os alunos fornecem nomes: o professor Eduardo Gomes Pereira, de Matemática, ministra alguns minutos de sua disciplina e abandona a sala de aula. O professor Almir Wagner, de Física tem dificuldades de explicar os conceitos científicos e fica aborrecido com as questões dos estudantes. Eduardo Pereira disse que as acusações não passam de ‘fantasia de estudante’ [...] (*ESTUDANTE do Liceu Denuncia: Professor Dá Aula Bêbado e Não Aceita Pergunta de Aluno. O Dia, Teresina, 23 jun. 1988, Caderno de Cidade, p. 7*).

Essas informações sobre os professores vinham à tona no jornal O Dia, justamente quando o poder público anunciava, na mesma matéria, que buscava recuperar o prestígio do Liceu.

O projeto de recuperação do colégio incluía a instalação de uma Comissão de Revitalização. A proposta era complexa, mexia com o currículo e com o sistema de avaliação. Mas, surpreendidos, os alunos criticaram as mudanças que foram impostas sem a consulta à classe estudantil.

As principais críticas dos estudantes têm dois alvos: as provas bimestrais, em substituições às avaliações mensais e a implantação das disciplinas Filosofia e Sociologia substituindo as disciplinas Ensino Religioso e Educação Artística, tornadas obrigatórias no colégio.

A Coordenação Pedagógica também alterou a média de aprovação sem provas finais. A média para o aluno atingir a aprovação sem as provas finais é sete, mas os estudantes que obtiveram a média seis terão direito às provas finais para garantir a aprovação (*ESTUDANTE do Liceu Denuncia: Professor Dá Aula Bêbado e Não Aceita Pergunta de Aluno. O Dia, Teresina, 23 jun. 1988, Caderno de Cidade, p. 7*).

Ressalte-se, aqui, que o projeto era uma tentativa de resgatar o prestígio do Liceu, aumentando o nível para se aprovar um aluno. Estabeleceu-se, assim, a média “sete” na busca de similaridade, num esforço de aproximar os modelos e os resultados.

Desacostumados ao ritmo de uma escola rígida, os alunos do Liceu encaravam as transformações como exagero. Para os alunos da década de 1980, as medidas só produziam “uma falsa idéia de competência”.

Foi quando um novo Secretário de Educação, João Henrique Sousa, assumiu para levar avante o projeto de revitalização das escolas públicas. “O secretário (sic) acredita que com a implantação do estatuto, o governo está dando um passo importante na sua meta de melhorar a qualidade do ensino no Estado. [...]” (*ALBERTO Sanciona A Lei do Estatuto do Magistério Hoje. O Dia, Teresina, 8 jul. 1988, p. 3*). Com esse propósito, o governador Alberto Silva sancionava no Karnak a lei que criava o novo Estatuto.

Entidades Estaduais e Municipais ligadas ao Magistério se mobilizavam com o propósito de defender e moralizar o ensino público. Lançava-se a “Campanha em Defesa da Escola Pública”, movimento desencadeado em todo o País. A articulação entre os diversos segmentos compõe um somatório de forças para resgatar a imagem da escola pública.

Nesse sentido, abriu-se espaço para ouvir a todos e buscar soluções concretas para a educação, mesmo porque era o ano em que entrava em vigor a Constituição de 1988 e já se começava a falar da nova LDB, como anuncia Saviani (1998 p. 42): “Promulgada a Constituição Federal em 05.10.88, em dezembro do mesmo ano o deputado Octávio Elísio apresentou na Câmara Federal o projeto de lei (sic), [...] fixando as diretrizes e bases da educação nacional”.

Os movimentos em prol de uma escola pública e sua moralização se multiplicavam, entre eles a “Campanha em Defesa da Escola Pública”. A programação da campanha

consta de palestras, debates e coleta de sugestões da comunidade sobre como melhorar a escola pública.

Uma nota lida durante o lançamento da campanha afirma que **a situação do ensino público no Estado é dramática e que “de 2.450.000 piauienses, 61 por cento são analfabetos”**. Sobre o estado das escolas, a nota frisa que é o mais precário possível [...] (*PROFESSORES Lançam Campanha de Moralização do Ensino Público. O Dia, Teresina, 1 set. 1988, p. 6, grifo nosso*).

O desejo de moralização da escola pública, também, é sentido na Assembléia Legislativa. O deputado Tomaz Teixeira denunciava os desvios de verbas para fins eleitoreiros, aquém do interesse do desenvolvimento da educação. A irregularidade prejudicou 400 mil estudantes piauienses carentes, pois ocasionou a interrupção das verbas do MEC para aquisição de merenda escolar pela Delegacia Regional da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). A interrupção se deu “devido o ministro **Hugo Napoleão usar as verbas do órgão para beneficiar a campanha do PFL** da disputa pelas prefeituras dos municípios piauienses” (*REPERCUTE Falta de Verba para Merenda Escolar. O Dia, Teresina, 14 out. 1988, p. 1, grifo nosso*).

O governo, no entanto, continua firme nos seus propósitos de perseguir educação de qualidade. Espelhando-se, ainda, no modelo que vigorou até a década de 1960, volta a fazer o exame de admissão para os novos alunos, com uma diferença significativa, os critérios já não são tão rigorosos. Para ser aprovado, era suficiente conseguir 20% de acerto na prova que valia 100 pontos, como anunciava o Edital 002-88 de Seleção para Zacarias de Góis, publicado no jornal O Dia de 22 jan. de 1988, p. 2.

Enquanto se tenta levantar a auto-estima da escola pública, os jornais insistem em dizer que o nível de ensino das escolas públicas era inferior ao das escolas particulares. O Presidente da Associação de Pais e Alunos do Piauí, Francisco Alcides do Nascimento, reforça essa idéia e assim se expressava: “o ensino particular parece ser melhor do que o das escolas públicas, devido aos problemas enfrentados pelos estabelecimentos oficiais nos últimos anos, que (sic) começam com a baixa remuneração dos professores” (*PAIS Não Podem Pagar Mensalidade e Tiram Filho de Escola Privada. O Estado, Teresina, 22 jan. 1989, p. 5*).

Observa-se, na declaração do representante dos pais, uma nítida tendência para que se colocasse o filho numa escola particular, pois as deficiências da escola pública, que vinham se acumulando ao longo dos anos, era uma realidade. Chegava-se, em algumas escolas, a não ter data prevista para início das aulas em pleno mês de março por absoluta falta de condições físicas de dar aulas. Era a falência do ensino público que urgia por reforma:

[...] Por outro lado, os professores estão empenhados em avaliar as condições físicas das escolas piauienses, uma vez que há frequentes (sic) denúncias de que algumas estão sem condições de funcionabilidade, sem carteiras e aparelhos sanitários, sem lâmpadas, inclusive há denúncias de professores de que as unidades escolares Cícero Portela e Cristiano Castello Branco não têm ainda data prevista para iniciar o ano letivo que em outros estabelecimentos começou no dia 27 de fevereiro, portanto, há precisamente 12 dias [...] (*PROFESSORES Vão Mudar Estatuto de Entidade. O Estado, Teresina, 11 mar. 1989, p. 4*).

O agravamento da situação da escola pública caminhava progressivamente. Na categorização das etapas da Lei 5692/71, Bonfim (1991) apresenta o ano de 1983 como marco do início da terceira fase de implantação da Lei. É quando as estruturas da Secretaria de Educação sentiam o peso do sistema educacional provocado pelo inchaço, consequência da centralização das atividades.

Nesta fase, a prioridade número um deixa de ser o ensino, permitindo que a escola perdesse a sua essencialidade. “O ler, o escrever e o contar desaparecem. Sobrecarregou a escola com outras atividades: merenda escolar, medicamentos, assistência médico-odontológica [...]” (BONFIM, 1991, p. 124). As consequências foram sentidas em 1989, quando os jornais anunciam que “há alunos da quarta série do primeiro grau que ainda não aprenderam a ler” (*DE LEVE - Semi-Analfabeto. O Estado, Teresina, 9 abr. 1989, p. 3*).

O atraso não era só no ritmo da aprendizagem, mas também para iniciar o período letivo. “Depois de uma reforma que durou mais de quatro meses, o Colégio “Zacarias de Goes”, (sic) o Liceu Piauiense, vai reabrir as suas portas” (*LICEU Piauiense Será Reaberto Segunda-feira. O Estado, Teresina, 4 jul. 1989, p. 1*).

Mas a reforma do Liceu, sob o ponto de vista do Estado, tinha uma dimensão simbólica. O governador queria apresentar para a cidade o colégio que foi símbolo de escola de qualidade:

O Colégio Estadual Zacarias de Góes (sic) e Vasconcelos, o tradicional Liceu Piauiense reabre hoje [...] De acordo com o secretário (sic) João Henrique Souza, **o Liceu é o mais tradicional de todos os estabelecimentos de ensino**, quer seja na área pública ou privada do Estado do Piauí e, como tal, merece um prédio que dê condições de trabalho e de aprendizado à altura do nome e da tradição que ostenta. [...] (*GOVERNO Reabre Hoje O Liceu Todo Reformado. O Estado, Teresina, 1 ago. 1989, p. 1, grifô nosso*).

Na reinauguração, o discurso dos jornais quer incutir, na população, uma nova mentalidade de progresso, de modernidade, na tentativa de mudar a imagem do colégio, uma vez que no julgamento popular - já que este entendimento é unânime no meio social - o Liceu perdeu a credibilidade, como se pode perceber na matéria que segue:

O Liceu Piauiense, em termos de escola pública, é a menina dos olhos de todos os secretários (sic) estaduais (sic) de Educação. Todos prometiam restaurar o prédio e **devolver ao velho Liceu a credibilidade** pelas condições de trabalho.

[...]

Tendo estudado no Liceu, onde fez o Científico, João Henrique se sensibilizou com a situação precária em que se encontrava o prédio, [...] reformado, restaurado, limpo, **moderno e equipado para fazer jus ao nome e à tradição de um centro formador de gerações e de onde já saiu até um presidente da República**.

A partir de hoje, os piauiense podem orgulhar-se do Liceu do Piauí, porque nesta data ele inaugura uma nova era na sua existência, a da modernidade [...] (*JOÃO Henrique Fez O Que Os Outros Só Prometeram. O Estado, Teresina, 1 ago. 1989, p. 11, grifô nosso*).

Para enfatizar o valor do Liceu, o recurso utilizado foi voltar ao passado, enaltecendo o destino dos ex-alunos, ao lembrar que “pelos bancos do velho Liceu Piauiense já passaram nomes ilustres da política e do empresariado, não só local, como nacional. Do Liceu, já saiu até presidente da República, como é o caso do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que fez seus estudos preliminares a nível (sic) de Científico, no nosso Liceu” (*DO LICEU Piauiense Já Saiu até Presidente da República. O Estado, Teresina, 1 ago. 1989, p. 11*). Aqui, recorda-se um Liceu, em cujas carteiras sentou até um Presidente da República.

E enquanto se teciam elogios ao Liceu pelo sucesso proporcionado aos seus ex-alunos, as Colunas Sociais refletiam uma imagem menos cuidada da escola pública, pois, como anunciavam os jornais, estudar na escola oficial era ter que conviver com uma educação

de qualidade inferior aos da escola particular. Ao mesmo tempo em que era difícil se manter um aluno numa escola particular, em virtude dos constantes aumentos:

Com o reinício (sic) das aulas nas escolas particulares, a triste realidade: Os carnês de julho vieram com um aumento de 70 por cento. Enquanto a escola particular se torna inacessível aos teresinenses, **as públicas oferecem o ensino de péssima qualidade.** **Quando há aulas** (*DE LEVE – Mensalidades. O Estado, Teresina, 3 ago. 1989, p. 3, grifo nosso*).

O declínio da escola pública era, também, tema do discurso do deputado, Wilson Brandão, na Assembléia Legislativa. Confirmava a perda da credibilidade da escola pública. Ele que foi aluno, professor e diretor do Liceu, percebia a mudança da qualidade do ensino oferecido naquela instituição Pública. No discurso na Assembléia, disse “**que a reabilitação do Liceu representa uma esperança de que a Educação volte a ter credibilidade no Estado do Piauí, pois a nível (sic) nacional a impressão que se tem é de que a Educação caiu em descrédito total**” (*INAUGURAÇÃO do Liceu em Destaque. O Estado, Teresina, 2 ago. 1989, p. 2, grifo nosso*).

A falta de investimento na educação, o desprestígio dos professores, a ausência de um salário digno e a falta de estrutura das escolas, responsáveis pelo descrédito das escolas públicas, obrigavam, também, os docentes “a procurar outros meios de vida para garantir a própria sobrevivência e a de suas famílias, os professores da rede pública de ensino estão fazendo os mais variados “bicos”, enquanto os alunos ficam sem aulas” (*PROFESSORES Abandonam Escolas. O Estado, Teresina, 24 nov. 1989, p. 1*). Por isso, os “Grandes educandários como o Liceu, o Instituto de Educação e o João Clímaco estão praticamente parados embora os professores não estejam em greve” (*PROFESSORES Abandonam Escolas. O Estado, Teresina, 24 nov. 1989, p. 1*).

Com esse desfecho, enfatiza-se com mais ênfase a perda de prestígio da escola pública na década de 1980. O modelo simbólico de uma escola de qualidade percebido na década de 1960 mostrou-se instável, diante das Leis, das posturas do poder público e das políticas voltadas para educação. As mudanças geraram na escola pública clima de insegurança, sentimentos de perda e descaso.

6.3 As Escolas Particulares Lideram

Na década de 1980, os estudantes que passavam em primeiro lugar no vestibular tinham uma maior tradição de escolas particulares que os da década de 1970. Além disso, possuíam maior poder aquisitivo que aqueles. Enquanto em 1970, a maioria dos estudantes que ingressavam na UFPI vinha de origem humilde; em 1980, procediam de famílias com melhores condições de renda.

É o caso de Simone Nunes, aprovada no vestibular de Medicina, proveniente de uma família tradicional de Teresina. Ela é filha do Deputado Federal Jônatas Nunes que anos depois tornou-se o reitor da Universidade Estadual do Piauí. A jovem estudava no complexo *Andreas* desde 1977.

Descalça, usando um bermudão e blusa Preta, Simone Madeira Barros Nunes, de 17 anos, que concorreu para Medicina, foi aprovada em 1º lugar no vestibular da Universidade Federal do Piauí.[...] A aluna aprovada em 1º lugar é filha do deputado federal Jônatas Barros Nunes (*VESTIBULAR – Relação dos Aprovados. O Estado, Teresina, 19 jan. 1983, p. 1*).

O primeiro lugar de 1986⁸⁸ veio do Colégio das Irmãs, Vanessa Neiva, é filha de Cirurgião-dentista.

A estudante Vanessa Machado Neiva, de 17 anos, que fez o vestibular para Engenharia Civil tirou o primeiro lugar no concurso realizado pela Universidade Federal do Piauí.[...] [...] Filha do cirurgião-dentista Arnaldo Rodrigues Neiva e [...] Eulália Machado Leite, Vanessa estudou no Colégio Sagrado Coração de Jesus.[...] (*VANESSA Quer Fim do Vestibular. O Dia, Teresina, 25 jan. 1986, p. 2*).

Via-se também na década de 1980, o surgimento de novos cursinhos, como o Sinopse, o Skema's e o Objetivo. Inclusive, aprovando alunos nos primeiros lugares no vestibular e capitalizando, com isso, para si os bons resultados dos estudantes.

O professor Francisco Machado Lopes, presidente da Copeve, leu a relação dos 20 primeiros colocados. A estudante Luciana Almeida Rego Monteiro, do Colégio Sinopse, ficou em terceiro lugar. Entre os não universitários, foi a aluna que conseguiu a melhor nota (*PRIMEIRO Lugar É Estudante de Física e Medicina. O Estado, Teresina, 15 jan. 1985, p. 1*).

⁸⁸ Registra-se que em 1986 a FADEP fez, em abril, o seu primeiro vestibular como anuncia o jornal O Dia em 5-2-86, p. 3, em matéria intitulada: "Fadep faz seu primeiro vestibular já em abril". A maioria dos cursos oferecidos era na área de Licenciatura, exceção feita para o curso de Administração.

No vestibular de 1989⁸⁹ são estudantes do Colégio Objetivo que fazem a festa do primeiro lugar

A Universidade Federal do Piauí divulgou ontem o resultado do vestibular de 1989. O 1º lugar saiu para Medicina através do estudante Klebert Fontes Santana, 20 anos, solteiro, aluno do Colégio Objetivo. Ele disse que estudou bastante, mas reconhece na equipe do Colégio Objetivo parte da sua vitória. [...] (*1º Lugar do Vestibular É do Objetivo. O Estado, Teresina, 28 jan. 1989, p. 1*).

Nesta década, foi o Colégio *Andreas* que se notabilizou por aprovar o maior número de primeiros lugares registrados. Na década de 80, com exceção do vestibular de 1982, quando não foi divulgado o nome do primeiro colado, o *Andreas* estava presente nos jornais “estampando” os nomes dos primeiros colocados nos vestibulares: em 1980 – Cristina Serejo (UFPI); 1981 – Anísio Filho (UFPI); 1983 – Simone Nunes (UFPI) e 1987 - Djalma Filho (UFPI) e Marcos Vinícius (FADEP). O jornal O Dia assim noticiou o primeiro lugar do vestibular de 1980:

Na casa de número 10 da quadra C do Conjunto IAPC do bairro Piçarra a alegria foi geral, quando o rádio anunciou que Ana Cristina Matos Serejo fora a primeira colocada do vestibular da Fufpi, para o curso de Direito. [...] [Ela é] Filha do sub-tenente Serejo e de Eloir da Costa Matos Serejo, [...] ALUNA EXEMPLAR
Ana Cristina Matos Serejo, em sua vida escolar, nunca repetiu um ano. Estudou num colégio do Exército, e no *Andreas*, onde fez o segundo grau em ritmo integrado, recebeu o certificado de conclusão do curso, passando logo neste vestibular [...] (*1º LUGAR e A Alegria. O Dia, Teresina, 15 jan. 1980, p. 9*).

Já os colégios tradicionais como o Diocesano e o Sagrado Coração de Jesus – Colégio das Irmãs,⁹⁰ começavam a ter destaque ao aprovarem os primeiros lugares no vestibular. Em 1984, o colégio Diocesano se destacava através de Emanuel Castro. Ele já tinha passado para Medicina no ano anterior, não conseguiu efetuar a matrícula por não ter concluído o 2º grau. O desempenho de Emanuel aponta para a qualidade do ensino oferecido pelos colégios confessionais, quebrando, portanto a hegemonia dos cursinhos.

⁸⁹ O resultado do vestibular da UESPI em 1989 não é divulgado nem na primeira página. Na página 08 do dia 15-2-89 é publicada a lista dos aprovados no jornal O Estado sem qualquer comentário.

⁹⁰ Em 1986, já citada, Vanessa Machado Vieira, aluna do Colégio das Irmãs passa em 1º lugar para o curso de Engenharia Civil da UFPI.

O estudante Emanuel Mazza de Castro, de 16 anos, residente em Teresina à (sic) rua Amazonas, 1927, no bairro Vila Operária, foi este ano o candidato que mais se destacou no concurso vestibular, tendo sido colocado no patamar de classificação. Ele concorreu com aproximadamente 13 mil candidatos. **Estudava no Colégio Diocesano** e prestou vestibular visando uma vaga no curso de Medicina, para onde já tinha sido aprovado no ano passado ocupando o quinto lugar. Entretanto, não conseguiu efetivar sua matrícula, pois não havia concluído ainda o segundo grau [...] (*VESTIBULAR – Listão dos Aprovados nas Páginas 7, 8 e 9. O Dia, Teresina, 20 jan. 1984, p. 1, grifo nosso*).

O vestibular era visto como a melhor alternativa para se chegar a uma profissão de prestígio na sociedade, por isso, a proliferação de cursinhos na década de 1980 era evidente e não passava despercebido pelos jornais.

Os cursinhos queriam conquistar uma fatia do rentável mercado da educação como anunciava a coluna De Leve: “estão proliferando na cidade os cursinhos pré-vestibular (sic). Muitos deles improvisados e sem as mínimas condições de funcionamento. Faltam até mesmo professores” (*DE LEVE – Cursinhos. O Estado, Teresina, 21 jul. 1989, p. 3*).

A nota abaixo apresenta um pouco do perfil das escolas privadas:

a sociedade está frustrada com o ensino público, na medida em que não consegue responder às aspirações do povo, e vê-se, por isso, obrigada a recorrer às empresas de ensino, onde o objetivo principal não é a educação, mas, sim o lucro.

Já houve constatação de que essas empresas jogam 70, 80, 90 e até mesmo 100 alunos nas aulas, cobrando duas mensalidades, uma para salas com o ar condicionado e outra para salas sem o ar condicionado. E o resultado disto é o grande número de professores desempregados e o baixo nível de ensino das escolas no Estado”, declararam os professores.

[...] “os professores e estudantes não aceitam esta situação e (sic) por isso (sic) os primeiros (sic) são perseguidos e ameaçados constantemente de serem postos no olho da rua, [...]”

Para melhorar esta situação, os professores estão lutando por 12 por cento⁹¹ (sic) do orçamento da união e 25 por cento dos orçamentos estaduais e municipais para a educação (*ESTUDANTES Abandonam Colégios. O Estado, Teresina, 13 maio 1981, p. 5, grifo nosso*).

⁹¹ Na matéria: “Estudantes Abandonam Colégio”, consta que professores reivindicam para a União um investimento de 12 % na educação. Convém lembrar que o ano é 1981, antes da aprovação da Constituição de 1988 que eleva esse percentual para 18%.

É pertinente observar, nesta década, a valorização que os jornais davam ao vestibular. Há um grande espaço reservado para a divulgação do resultado do evento, por envolver grande número de alunos, pais e familiares. Neste sentido, os jornais colaboravam com a “imposição simbólica da necessidade do concurso vestibular para a juventude brasileira. Tratando-se de um rito de passagem para a vida profissional, mas hoje entregue basicamente ao mercado dos cursos pré-vestibulares” (DOMINGOS, 2003, p. 516).

Com isso, cultivava-se o ideal de que era exclusivo para uma determinada parcela da população, já que a escola pública não conseguia oferecer à sua clientela igual oportunidade. Em 1981, a superioridade das escolas particulares já estava claramente evidenciada nos jornais:

Mas não é só o alto preço da taxa do vestibular que tira do estudante pobre a possibilidade de fazer o concurso. As mensalidades dos cursinhos, que estão sendo cobrados acima do valor determinado pela lei, também contribuem para o afastamento de alunos pobres da Universidade, **que despreparados, por terem freqüentado escolas públicas, não podem ir aos cursinhos** (*TAXA do Vestibular É Superior A Cr\$ 1 mil. O Estado, Teresina, 4 ago. 1981, p.4, grifo nosso*).

Observa-se ainda que a divulgação, nos jornais, do resultado do vestibular da Universidade Federal do Piauí é mais prestigiada que o da Universidade Estadual, isso faz perceber uma distinção clara do capital escolar conferido às duas instituições na década de 1980.

Assim, verifica-se que, na década de 1980, a educação era mais elitizada, pois para se chegar à Universidade, meta de muitos estudantes, fazia-se necessário passar pelos cursinhos. Esse processo tem início de forma tímida, ainda na década de 1970. Foi em 1972, ano do primeiro vestibular, quando a primeira aluna aprovada, Isabel Cristina, fez o cursinho no *Andreas*, mas é na década de 1980 que as instituições que oferecem essa modalidade de ensino ganham prestígio.

6.4 Conclusão - A Década de Desprestígio da Escola Pública

A década de 1980 foi marcada pela abertura política e pela livre expressão. Os professores, que na década de 1970, durante o regime militar, silenciaram, agora,

manifestavam-se. Com isso, a escola pública, que já vinha perdendo o seu valor passou por um grande desgaste. Em 1989, ano em que o movimento grevista se fez mais resistente, praticamente não houve aula nas escolas que aderiram ao movimento.

Os alunos, a cada ano, viviam a expectativa de perder o período. A cada greve se assistia ao ritual do apelo para que os professores voltassem à sala de aula, já que não podiam pagar as altas mensalidades das escolas particulares.

Os professores tinham o salário aviltado, eram desrespeitados, apanhavam, eram perseguidos; mas alguns, também, iam para sala de aula embriagados, faltavam as aulas, faziam da profissão de professor mais um “bico”.

Nessa perspectiva, o professor da escola pública passava a ser um profissional de segunda categoria, ocupação de quem não conseguia ser outra coisa no espaço intelectual. Perderam, portanto, o respeito da sociedade que os enxergava sem a capacidade e os fundamentos de outrora.

Logo, o modo como os sentidos foram produzidos na década de 1980 nos revelam o valor atribuído ao professor. Orlandi (2000, p. 42) afirma que “a imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”. O sentido de ser professor na década de 1980 mudou porque na conjuntura sócio-histórica dada, os acontecimentos permitiam que se formulasse essa concepção ou julgamento.

Diante do desajuste da escola pública, o poder público proclamava um discurso cheio de esperança, o qual procurava resgatar a escola pública que tinha ficado na memória, retida, quem sabe, nas folhas dos jornais das décadas passadas. No entanto, mostrava-se ineficiente; faltava verba, faltava vontade política, faltava compromisso com uma escola de qualidade, uma vez que na década de 1980, não havia condições para aulas em muitas escolas, devido à depredação do prédio e à carência de material.

Essa atitude do governo abria campo para as escolas particulares prosperarem, no bojo delas os cursinhos, que se multiplicavam pela cidade. Eram eles quem capitalizavam o prestígio que antes pertencia à escola pública. Essa conquista se devia à associação dos seus nomes ao resultado do vestibular, resposta concreta do trabalho no mercado da educação. Mas a escola particular, embora aparente, também, não era a “vedete” da década. Ela estava em destaque pela absoluta falência do ensino público, não porque tivesse qualidade. As salas de

aulas eram superlotadas, as informações estavam condensadas em apostilas que continham a síntese da síntese da síntese. A febre de cursinhos faz surgir escolas com professores cuja credibilidade se podia questionar.

Neste contexto, percebe-se claramente a dinamicidade da apropriação da imagem que se consubstanciava da escola pelos agentes sociais de cada década, numa troca contínua de sentidos em que “o sujeito nunca está pronto, acabado. O cotidiano traz desafios diversos e controversos que apontam sempre para novos limites, novas descobertas, [...] no contínuo movimento em que o hoje é síntese do ontem e prenúncio do amanhã” (MADEIRA; TURA Lurdes; TURA Luiz, 2003, p. 113). Essas mudanças do modelo de escola pública revelam que se está diante de novas Representações Sociais dessa escola.

Assim, o sentido da escola pública em 1960, 1970 e 1980, é diferente. Na primeira década, a escola pública é sinônimo de qualidade; na segunda, de transformação e na terceira, de descrédito. Nessa linha, observa-se a crescente degradação do valor da escola oficial. Acompanhando a história, é notório que a imagem da escola vai se reestruturando no meio social numa ordem decrescente de valor.

Nos jornais, acompanha-se uma mudança no tratamento dado à escola pública em cada década. Em 1960, reflete-se nos jornais uma escola pública respeitada, com credibilidade, valor e normas. A referência a elas se fazia de forma respeitosa e valorosa, trazia-se prestígio aos seus integrantes; na década de 1970, as escolas públicas como o Liceu e Escola Normal já não tinham mais o mesmo destaque. Ainda se colhia um ou outro tratamento de maior reverência dada ao Liceu e à antiga Escola Normal. Os alunos que vinha das escolas públicas, nesta época, ainda chegavam a passar em primeiro lugar no vestibular. Na década de 1980, a metamorfose da escola pública se completava. Ela passava a ser sinônimo de greve, de falta de ordem, de atraso, de desprestígio.

Ainda nessa década, os alunos que chegavam ao primeiro lugar no vestibular eram, na maioria das vezes, provenientes de escolas particulares. Por outro lado, os jornais perdem a consideração honrosa que davam à instituição. Destaca-se, nesta década, o enorme espaço dado pelos jornais para as greves que constrangiam e deterioravam a imagem da escola, dos alunos e professores das escolas públicas.

CAPITULO VII

7 A Valorização da Escola Pública nos Jornais

Num acompanhamento do processo da produção de Representação Social nas décadas 1960, 1970 e 1980, a linguagem⁹² é um elemento construtor dessa representação mediante o discurso, como já anunciou Moscovici e os seus seguidores, pois é no discurso que a linguagem se manifesta, e é por meio dele que as Representações Sociais se infiltram na sociedade.

Nas décadas em estudo, essas representações se foram transformando, formulando um novo perfil de escola pública, em conseqüência de uma mudança histórico-social, que acarretou uma mudança do discurso.

O discurso não está dissociado da sociedade que o produz. Antes, a sociedade é uma instância produtora dessa linguagem. Na sua constituição, estão em jogo os processos histórico-sociais. Orlandi (1987, p. 26) afirma que “em se tratando de processo, não consideramos nem a sociedade como um dado nem a linguagem como um produto”.

Aprofundando esse aspecto, Orlandi (1987), apoiando-se em Pêcheux, considera o discurso não como mero transportador de informações, mas como produtor de sentido constituído a partir da interlocução. Compõe esse sentido o que é dito, em que situação algo é dito, o seu contexto histórico-social, de que lugar da sociedade alguém diz para outro que ocupa também lugar determinado na sociedade.

Destaca-se ainda que “só é possível o estudo dos valores e idéias contidos nos discursos, atentando-se para a natureza dos signos que os constroem” (CITELLI, 1991, P.26). Assim, a construção do discurso jornalístico sobre a escola traz incorporadas relações de

⁹² Entende-se a linguagem no mesmo sentido de Orlandi (1987, p. 25) que a considera como um trabalho, pois em ambos estabelece-se uma relação do homem com a realidade natural e social, assim pode-se dizer que a linguagem “não tem caráter arbitrário nem natural, mas necessário”, pois tem por motivação as relações sociais e são elas a sua razão de existência. Ainda, ela não entende a linguagem como instrumento, mas como “mediação como relação constitutiva, ação que modifica, que transforma” (ORLANDI, 1987, p. 25).

natureza ideológica, esses signos também levam até à sociedade as Representações Sociais formuladas nos jornais que passam a interagir com os conhecimentos dos interlocutores.

Na década de 1960, os signos que constroem a imagem da escola pública, no discurso jornalístico, revelam uma escola com qualidade superior, que aqueles que constroem essa mesma imagem na década de 1970 e de 1980. Ressalta-se que, ao longo destas três décadas, o signo da escola refletiu realidades diversas, e trouxe Representações Sociais distintas, em virtude de a escola pública está situada em contexto histórico-social diferente. Portanto, são valores que estão situados fora da escola que se refletem sobre ela, e lhe dá novo sentido.

Esses valores, ao serem veiculados nos jornais, ganham legitimidade e são assumidos como verdade, ou trazem uma ilusão de verdade, embora “a produção jornalística que desemboca nos *mass media* determina um enquadramento, uma perspectiva de quem faz a mensagem, estruturando, de forma inquestionável, representações dos acontecimentos” (FLAUSINO, 2001, p. 105).

Orlandi (1987, p. 26), citando Pêcheux, afirma que:

há nos mecanismo de toda formação social regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso. É o lugar assim compreendido, enquanto espaço de Representações Sociais, que é constitutivo da significação discursiva.

Logo, em cada década, depara-se nos jornais de Teresina com Representações Sociais diferentes desta escola, elaboradas a partir dos conhecimentos e contradições que permearam os discursos dos jornais diante das mudanças das condições sociais que favoreceram a reestruturação das concepções sobre a escola pública.

Considerando que o discurso dos jornais, como os demais, “nasce de outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em um discurso, mas em estado de um processo discursivo, e esse estado deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados, institucionalizados” (ORLANDI, 1987, p. 26).

Essa dinamicidade é perpassada por todas as relações históricas e ideológicas. O dito, aquilo do que se fala, tem procedência, muitas vezes, ignorada embora se tenha a ilusão de ser o detentor do discurso. Esse dito carrega formações ideológicas que “determina o que

pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (ORLANDI, 1987, p. 27).

É justamente essa conjuntura que nos fornece o sentido do que é a escola pública em cada época. É ela quem vai determinar qual o lugar social dessa escola. Quem eram as pessoas que constituíam a escola? Que verba era destinada a ela e por quê? Qual o respeito ou com que olhar ela era abarcada, tanto por aqueles que compunham a instituição, quanto por aqueles que a viam de fora?

Assim, os signos que constroem a imagem da escola pública na década de 1960, no discurso jornalístico, revela uma escola com mais qualidade, que aqueles signos que constroem essa mesma imagem nas décadas de 1970 e de 1980.

Os jornais evidenciam, na década de 1960, os pontos positivos das escolas públicas, como o Liceu e a Escola Normal, sem deixar de apresentar as suas dificuldades, mas fica evidente que elas tinham maior aprovação social que nas décadas que se sucederam. A satisfação e o orgulho de ser diretor, professor e alunos dessas instituições de ensino eram notórias nas matérias. Esse sentimento se vai perdendo décadas depois.

Na década de 1960, as matérias sobre a escola pública, especialmente em relação às escolas secundárias, davam evidência às suas virtudes, reconhecendo o seu padrão construído no passado. Usem-se metáforas que exaltam o valor do colégio. O Liceu Piauiense, por exemplo, é designado por “glorioso e tradicional educandário”, “estabelecimento educacional de proclamadas tradições”, “secular educandário”.

Com essas metáforas se garante “a passagem do plano de base (a significação própria da palavra, ou expressão), para o plano simbólico (representativo, figurativo)” (CITELLI, 1991, p.20). A intenção do discurso é pôr em relevo a identidade que se quer guardar da escola pública, ou seja, sua superioridade sobre as demais.

A Escola Normal também era reconhecida na década de 1960. Ela era denominada de “tradicional estabelecimento de ensino”, “escola modelo”. Orgulhava-se de ter preparado para o magistério os filhos das famílias tradicionais de Teresina.

Com a implantação da Lei 5.692/71, prevaleceram os interesses do regime autoritário que se instalou no Brasil em 1964, com a introdução do ensino profissionalizante que visava à terminalidade, impedindo que os alunos mais carentes chegassem à Universidade.

Os jornais, como legitimadores da realidade social, dão destaque à Lei levando ao conhecimento da população uma nova realidade educativa, com isso, naturalizando o novo modelo de escola pública para que a sociedade absorvesse com tranqüilidade a escola que agora se impunha. Assim, logo que os efeitos da Lei são sentidos em Teresina, as notícias dos jornais sobre a escola pública passam a circular em torno da sua implantação.

Com essa mudança de cenário, passa-se a partilhar uma compreensão e interpretação de outra imagem da escola pública. A Lei conferiu à educação nova fisionomia: menos humanista e mais tecnicista.

Observa-se, ainda, na década de 1970 que colégios como o Liceu e Escola Normal já não têm mais o mesmo destaque, nem são apresentados com as mesmas qualidades de outrora nos jornais. O ensino público sofre fortes críticas, ao tempo em que é solicitada ao poder público solução para que a educação do Estado se recupere.

Paralelamente, os professores perdem seu prestígio social. A sua imagem não se enquadrava nos moldes do professor padrão conferido pela sociedade, pois não eram mais devotados à educação, nem faziam dela um sacerdócio e os alunos da escola pública já não recebem da população a mesma consideração. Nesta nova perspectiva de escola pública da década de 1970, é visível, nos jornais, a mudança da representação social da escola pública.

Em 1980, a situação de depreciação da imagem da escola pública se agravava. A ênfase, agora, são as greves desencadeadas pelos baixos salários e a deterioração dos prédios públicos. A inflação, não citada explicitamente (já que não é feita uma associação salário/inflação), era um dos grandes problemas da década.

O prédio escolar estava deteriorado. Não havia, também, material para que a escola pública funcionasse satisfatoriamente. Faltava giz, apagador, carteira. Tudo isso não motivava professores e alunos a permanecerem em sala de aula.

Colaborando no processo de desgaste da imagem da escola pública, acompanha-se, nos jornais, a utilização da troca dos nomes, para empobrecer o valor da escola pública. Citelli (1991, p. 32), citando Umberto Eco, afirma que “[...] determinado modo de empregar a linguagem identificou-se com determinado modo de pensar a sociedade”. Dessa forma, a alteração do léxico não corresponde a um processo natural de sinônimos, mas serve para anunciar que a escola não era mais a mesma.

Essa concepção vai estruturar as decisões e comportamentos das pessoas sobre a escola pública. É Nilson Lage (1987) que expõe, no livro *Estrutura da Notícia*, que “a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe...” (p.52), assim sendo, a população ao ler o noticiário do dia e ao se deparar com uma sucessão de informações negativas sobre a escola pública, com uma desarticulação da forma como a escola é denominada, acaba por fazer julgamento prejudicial à imagem dessa escola.

Essa deformação podia ser vista nas matérias que anunciavam o aniversário do colégio. Nesta data, a mais significativa para escola, ao invés do tradicional Liceu, costume mantido até a década de 1970, em 1982, vê-se surgir novo tratamento: o velho Liceu⁹³. Essa desclassificação é significativa, tendo em vista a carga semântica que carrega cada uma dessas expressões. Enquanto o tradicional eleva o colégio, exaltando a sua qualidade transmitida de geração a geração, característica de quem vence os anos distribuindo o conhecimento; o velho Liceu empobrec; denota uma entidade ultrapassada que se arrasta pelos anos tentando completar os seus dias.

Já em 1988, não é mais o tradicional, ou o velho, é simplesmente o Liceu, um entre os outros colégios públicos de Teresina. O que se colhe nos jornais sobre o aniversário do Colégio Estadual Zacarias de Góis é matéria que nem de longe se aproxima da animação e dos elogios que antes facilmente transitavam pelo nome da instituição.

O jogo retórico que está por trás da troca de tradicional, para velho e de velho para Liceu, “nos remete a uma idéia segundo a qual uma das preocupações do discurso persuasivo é o de provocar reações emocionais no receptor” (CITELLI, 1991, p. 31). Quando se desloca uma palavra conferidora de prestígio, como tradicional, para em seu lugar empregar outra de menor relevo como velho, “assegura-se uma recontextualização do signo que passa agora a produzir novas idéias, valores” (CITELLI, 1991, p. 31). São justamente esses novos valores que estão associados à escola pública da década de 1980.

Fazendo um paralelo entre as décadas de 1960, 1970, 1980, observou-se que, durante a década de 1960, as matérias ao referirem-se as escolas públicas tendiam a reforçar

⁹³ Segue O trecho do jornal O Dia em que o Liceu aparece designado como “velho Liceu: “Êxito total. Aliás, isto não é novidade, pois ao longo dos anos, o velho Liceu Piauiense realiza magnífica festa em seu pátio interno, na praça Ladri Sales. Este ano, como nos anteriores, a participação dos colégios da rede particular (sic) [particular] e oficial da capital foi maciça. O encerramento foi aquilo que se viu: Uma (sic) grande festa no Jockey (sic) Clube do Piauí” (*ANIVERSÁRIO do Liceu. O Dia, Teresina, 5 out. 1982, nota, p. 9*).

uma imagem positiva desta instituição. Naquela década, quando os jornais se reportavam às escolas oficiais não faziam referência elogiosa ao passado como forma de criticar a situação das escolas no presente. Essas referências davam destaque à tradição da escola, o que servia para valorizar o presente. Nas décadas de 1970 e 1980, as referências elogiosas ao passado visavam a mostrar o processo de decadência das escolas públicas. Essas referências ao passado tinham tom nostálgico, passando a idéia de que a escola pública não era mais a mesma.

Nas matérias intituladas “João Henrique Fez O que Os Outros Só Prometeram” (O Estado 1-8-89, p.11) e “Do Liceu Piauiense já Saiu até Presidente da República” (O Estado, 1-8-89, p.11), no entanto, os jornais recorrem ao passado glorioso na tentativa de melhorar a imagem da escola, fazendo com que as pessoas mudem a sua Representação Social sobre ela.

Portanto, identificam-se, no *corpus* da amostra de jornais da década de 1960, conteúdos positivos nas Representações Sociais relacionados às escolas públicas de Teresina, o mesmo já não se verifica nas décadas posteriores. Em 1970, acompanha-se a desestruturação do conceito atribuído a essa escola. Já a Representação Social da escola pública na década de 1980 é a de fracasso, perda, greve. A mudança de Representação Social da escola pública ao longo das décadas em estudo faz ressaltar o pensamento de Moscovici, que diz: “As representações individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. Mostra-nos que, a todo instante alguma coisa ausente se lhe adiciona e alguma coisa presente se modifica” (MOSCOVICI, 1978, p. 59).

Toda essa instabilidade gerou atitudes concretas da sociedade, uma vez que não se percebe mais nos jornais a presença das classes mais privilegiadas nas escolas públicas de Teresina; permanece na instituição quem não pode pagar as escolas particulares.

Um Paralelo das Três Décadas

Embora o atendimento da escola pública ficasse muito aquém da demanda, a instituição, na década de 1960, pertencia a todos, no sentido de que nela estavam a elite, a classe média e o povo. Para ser aluno da escola pública secundária, no entanto, tinha-se que passar pelo exame de admissão, que triava os melhores estudantes. Muitos dos professores pertenciam à elite. Alguns não eram licenciados, mas engenheiros, advogados, músicos, às vezes, com cargos em repartições públicas. Para estes, a função de professor vinha só agregar

à profissão anterior valor intelectual. Alguns professores, ainda, distinguiam-se dos demais por ser titulares de disciplinas (catedráticos).

Assim, se na escola pública, em especial no Liceu e na Escola Normal, havia professores e alunos da elite, a presença deste segmento social na escola pública contribuía para valorizar socialmente a escola pública.

Embora houvesse escolas particulares, os jornais expressavam que a preferência da classe estudantil era o Liceu. O Colégio Estadual, que atraía para si tanto a elite da época, como as classes mais populares, e para essas existisse uma reserva de vaga, fato que nos leva a concluir quanto era difícil para o estudante ser aluno daquela instituição.

Na década de 1970, a escola pública popularizou-se. Quando isso ocorre, parafraseando Bourdieu, a elite, a classe dominante, se desinteressa pela instituição. Ela já não representa mais um produto diferenciador de classe social. A oferta de vagas ganha elasticidade, agora todos podem ser aluno das escolas oficiais secundárias, antes barrados pelo exame de admissão. As exigências para ser aluno do Liceu já não são as mesmas. A escassez do produto “educação” própria do Liceu e do Instituto de Educação, e a sua qualidade em relação a outros colégios de Teresina, deixa de existir.

Além da popularização da educação contribuiu para a nova estruturação da escola pública a profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau proposta pela Lei 5.692/71 que objetivava “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania” (PILETTI, NELSON; PILETTI, CLÁUDIO 1997, p.206). Essa proposta, que tinha o intuito desviar o aluno da Universidade, afastou das escolas públicas aqueles que almejavam fazer o vestibular, uma vez que o ensino tecnicista, que oferecia diplomas técnicos, não preparava o aluno para disputar uma vaga na Universidade.

Os alunos que almejavam vaga num curso superior transferiram-se para as escolas particulares que burlavam a Lei. Algumas escolas “elaboravam o currículo oficial para a fiscalização ver, e outro, com matérias diferentes, para os estudantes prepararem-se para o vestibular” (PILETTI, NELSON; PILETTI, CLÁUDIO, 1997, p. 207). Desta forma, as elites se deslocaram para as escolas particulares.

Em virtude de todas essas mudanças, o capital escolar do aluno e da escola pública é desvalorizado, como ocorre na bolsa de valores, quando há muitas ações e ninguém mais as

deseja adquirir porque perdeu o valor. Já não se diz mais com admiração, este é um aluno do Liceu, do Instituto de Educação.

A elite, agora, deixa a escola pública para matricular-se em instituições que são capazes de garantir a reprodução do seu capital cultural e social, mantendo seu espaço no meio social, capaz de conservar o seu capital escolar, cultural, econômico e político, uma vez que a escola pública profissionalizante não consegue mais oferecer o padrão de ensino capaz de levá-la à aprovação no vestibular. Nesse processo, surgem os cursinhos. Embora, em 1960 já existissem os cursos preparatórios para as Faculdades, eles não tinham a força com a qual irrompem os cursinhos da década de 1970, principalmente, porque é instituída em Teresina a Universidade Federal do Piauí.

As escolas particulares não viam mais a escola pública como concorrente, como acontecia na década de 1960. A disputa se dá entre as próprias escolas particulares. No entanto, as escolas públicas continuavam vivas. Elas não perderam de repente o seu valor. O processo foi gradativo e se arrastou por toda a década de 1970, quando começou a se evidenciar nos jornais a desvalorização da escola pública.

Nesta década, foi possível estabelecer o momento de transição, em que se começou a perceber que a escola pública não era mais a mesma. É quando os jornais, em 1975, apontam as críticas contundentes à escola pública, alertando para o perigo de que a instituição entrasse num caminho de total desprestígio.

A partir das análises apresentadas na presente pesquisa, consideramos o período entre 1975 a 1979, como o momento crítico em que, por meio dos jornais, a escola pública começa a despontar com uma nova imagem, imagem que vai se firmar na década de 1980 com as numerosas greves, quando, inclusive, as matérias dos jornais chegam a aconselhar os pais a não matriculem os filhos nas escolas públicas.

É justamente na década de 1980 que se intensifica a desvalorização da escola pública e a população não deseja mais que seus filhos estudem nesta instituição.

Esse posicionamento se dá, nessa década, em função da profunda crise pela qual passava a escola pública: salários defasados e escolas deterioradas. Como se vivia num momento de abertura política, depois de anos de ditadura, o profissional da educação abraçou a greve como forma de reivindicar melhores salários e escola de qualidade. Assim, a década

de 1980 se transforma em um imbricamento de greves que deixaram a imagem da escola pública ainda mais desgastada.

Vale ressaltar aqui que, enquanto na década de 1960 registravam-se greves exploráticas e rápidas sem prejuízo do ano letivo, na década de 1980, as greves eram uma constante e os alunos conviviam com a possibilidade de perder o período.

Tal foi a evidência do desgaste da escola pública que os governantes proclamam o propósito de reestruturar essa imagem, ou seja, resgatar o seu valor social. O Liceu aparece como um símbolo capaz de encarnar a gênese dessa transformação. Para o Secretário de Educação, Antônio Noronha Pessoa Filho, o resgate do prestígio do Liceu para a sociedade, a restauração da sua imagem, traria de volta a qualidade da escola pública, como se o Liceu Piauiense pudesse transmitir, por meio da sua seiva, o mesmo vigor que emanava das suas raízes seculares para as demais instituições de ensino público.

O Liceu que na década de 1960 foi o símbolo do que havia de melhor da educação da época, ainda estava na memória da geração da década de 1980 como instituição que guardou no passado uma história de glórias, de destaque, digna de ser mencionada quando se fala em educação pública de qualidade. É como se a instituição tivesse ainda uma ligação remota com essa qualidade, talvez, latente.

Diante desse panorama, percebe-se que o valor da escola pública nas décadas de 1960, 1970 e 1980 é diferente. Enquanto na primeira década, a escola pública é bem vista e aceita pela sociedade como sendo uma escola que possui qualidade, na década 1970, época da transformação impulsionada pela Lei 5.692/71, começa a observarem sinais de mudança do valor desta escola e, na década de 1980, o que se evidencia nos jornais são as greves, quando a escola pública vive o momento de descrédito. Nessa linha, observa-se a crescente degradação do valor da escola pública. Acompanhando o seu percurso, é notório que a imagem da escola se vai reestruturando no espaço social numa ordem decrescente de valor e prestígio, (re) significando a Representação Social desta escola.

8 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

8.1 Obras Consultadas

ABRIC, J.A. Abordagem Estrutural das Representações Sociais. In: Parentes Moreira, A. **Estudos Interdisciplinares em Representação Sociais**. Goiânia, AB, 1998, p.27-38.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução por: Roberto Raposo. 10^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Paris: Universidade de France, 1977.

BONFIM, Maria do Carmo Alves do. **A Luta pela Escola Pública e Gratuita em Teresina: o Caso dos Bairros Lourival Parente e Vila São Francisco Sul**. Teresina: Mimeo, 1991. (Dissertação de Mestrado).

Arroyo, Miguel G. Ofício de Mestre: **Imagens e Auto-imagens**. 5^a. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas - Sobre a Teoria da Ação**. Tradução por: Mariza Corrêa. Campinas – SP: Papyrus, 1994.

_____, **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5^a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____, **O Poder Simbólico**. Tradução por: Fernando Tomaz. 3^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura popular: Leituras de Operários**. 6^a. ed. Petrópolis: Ed Vozes, 1986.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O Jornal como Fonte Privilegiada de Pesquisa Histórica no Campo Educacional**. Ceará: Faced/UFC, (?).

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 6^a. ed. São Paulo: Atica, 1991.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Escola e Memória**. Bragança Paulista: Editora da EDUSF, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **Pelo Ensino Público Gratuito**. Revista: Educação e Sociedade - CEDES vol. 12, setembro, 1982.

DOISE, Willem. Atitudes e Representação Social. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001, p.186-203.

FEITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 6^a. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FERRO, Maria do Amparo B. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: editora da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1990.

FLAUSINO, Márcia Coelho. Notícia: Conduzindo a Compreensão da Realidade - Cotidiano, Imaginário e Representações Sociais. In: BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge e MARTINEZ Regina. (Org.). **Comunicação Discursos, Práticas e Tendências**. São Paulo: Rideel Uniceub, 2001, p.103-118.

GENTILI, Pablo. A A. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas**. 4ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ **O Consenso de Washington e a Crise da Educação na América Latina**. In: A falsidade do Consenso, Petrópolis: vozes, 1998, p.13-37.

GERMANO, J. Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. Introdução. In: GUARESCHI, P e JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos Em Representações Sociais**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, (p.17-25).

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesses**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WANDERLEY, Fábio. **Política e Racionalidade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

JODELET, Denise. Representação Social: Um Domínio em Expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001, p.17-41.

KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise M. F. **História do Brasil**. 7ª. ed. São Paulo. Atual editora, 1996.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEITE, Maria do Carmo Bezerra. **Projeto de Revitalização das Escolas Normais do Piauí: Um Estudo de Política Educacional**. São Paulo: PUC. 1989. Dissertação de mestrado. Mimeo.

LINS, C. P. Acioli; SANTIAGO, M. Eliete. Representação Social: Educação e Escolarização. In: MOREIRA, A.S. Paredes e JESUINO, J. C. (Org.). **Representações Sociais – Teoria e Prática**. 2ª ed. Paraíba: editora Universitária UFPB. 2003, p.391-420.

MADEIRA, Margot Campos. Representações Sociais e Educação: Importância Teórico- Metodológica de Uma Relação. In: MOREIRA, A.S. Paredes e JESUINO, J. C. (Org.). **Representações Sociais – Teoria e Prática**. Paraíba: Editora Universitária - UFPB, 2003 (p.113-133).

MADEIRA, M. C; TURA, Maria de Lourdes; TURA L. F. Rangel. Refletindo sobre Políticas Sociais: A Contribuição da Teoria das Representações Sociais. In: COUTINHO, M.da P. de L; LIMA, A. da S.; OLIVEIRA, F. B. de; FURTUNATO, Maria Licinete. (Org.). **Representações Sociais – Abordagem Interdisciplinar**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2003, p.108-118.

MARCHESI, Álvaro; MARTIN Elena. **Qualidade do Ensino em Tempo de Mudança**. Porto Alegre: Arimed. 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e Poder Simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S (Org.). **Textos Em Representações Sociais**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p.89-111.

MOSCOVICI, Serge. **Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos Em Representações Sociais**. 4ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.7-16.

_____. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos Para Uma História. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.45-64.

NOVELLI, Ana Lúcia C. R. Esfera Pública Interna a Organizações: Um Desafio para as Relações Públicas. In: BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge e MARTINEZ Regina.(Org.). **Comunicação Discursos, Práticas e Tendências**. São Paulo: Rideel, 2001, (p.199-209).

OLIMPIO, José. **Liceu Piauienses - Síntese Histórica**. 2ª. ed. Teresina: COMEPI. 1978.

ORDAZ, Olga e VALA, Jorge. Objetivação e Ancoragem das Representações Sociais do Suicídio na Imprensa Escrita. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina (Org.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**, 2ª. ed. São Paulo: Cultural e Qualidade, 1998, p.87-111.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e Seu Funcionamento**: As Formas do Discurso. 2ª. ed. Campinas/São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. 2ª.ed. Campinas/São Paulo: Pontes, 2000.

- PENIN, Sonia. **Cotidiano e Escola**: A Obra em Construção. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- PILETTI, Nelson; PILETTI, Cláudio. **História da Educação**. São Paulo: editora Ática, 1997.
- PINO, Ivany, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: A Ruptura do Espaço Social e a Organização da Educação Nacional In. BRZEZINSKI, Iria. **LDB Interpretada**: Diversos Olhares se Entrecruzam. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 19 - 42.
- PONTES, Beatriz Santos; NAUJORKS, Maria Inês e SHERER, Amanda. **Mídia Impressa, Discurso e Representação Social**: A Constituição do Sujeito Deficiente. Mesa Redonda no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação - Campo Grande/ MS – setembro – 2001.
- REGO, Maria do Perpétuo Socorro Neiva Nunes do. **A Leitura Literária na Escola**: Representações de Alunos do Ensino Médio. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação).
- RIBEIRO, Maria Luisa Santo. **História da Educação Brasileira**: A Organização Escolar. 15ª. ed. rev. e ampliada. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.
- ROUQUETTE, Michel-Louis. Introdução ao Estudo do Conhecimento Social. In: MOREIRA, A.S. Paredes e JESUINO, J. C. (Org.). **Representações Sociais** – Teoria e Prática. 2ª ed. Paraíba: Editora Universitária UFPB. 2003, p. 29-45.
- SÁ, Celso Pereira. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representação Social**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- SALES, Luís Carlos. O Valor da Escola Pública. In: FERRO, Maria do Amparo Borges (Org.). **Educação Saberes e Práticas**. Teresina: EDUFIP, 2002, p.29-40.
- _____. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação** – Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas –SP: Editora Autores Associados, 1998.
- SHEVA, Maia da Nóbrega. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, A.S. Paredes e JESUINO, J. C. (Org.). **Representações Sociais** – Teoria e Prática. 2ª ed. Paraíba: Editora Universitária UFPB. 2003, p.505-522.
- SHIROMA, Eneida Oto et al. Reformas de Ensino, Modernização Administrada. IN: **Política Educacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p 17-52.
- SOARES, Norma Patricya Lopes. Escola Normal em Teresina (1864-2003) Reconstruindo Uma Memória da Formação de Professores. Teresina. In: **III Encontro de Pesquisa em**

Educação – II Congresso Internacional em Educação, 17 a 15/12/2004, Teresina. Anais eletrônicos, UFPI, 2004. CD-ROM

SOBRINHO, Moisés Domingos. Classe Média Assalariada e Representação Social da Educação: A Educação Como Signo e Objeto Representacional. In: MOREIRA, A.S. Paredes e JESUINO, J. C. (Org.). **Representações Sociais – Teoria e Prática**. 2ª ed. Paraíba: Editora Universitária UFPB, 2003, (p.505-522).

TEIXEIRA, Anísio. **Educação Não é Privilégio**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 3ª ed.1971.

VIEIRA, S. Lerche, O público e o privado nas tramas da LDB. In. BRZEZINSKI, Iria. **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez Editara, 2003, p. 69 - 85.

8.2 Bibliografia de Jornais

8.2.1 Jornais da Década de 1960

90 MIL Bolsas para Estudantes. **O Dia**, Teresina, 12 ago. 1967, p. 1.

A GREVE dos Professores. **O Dia**, Teresina, 19 e 20 maio 1968, artigo, p. 3.

A MENSAGEM Imortal. **Estado do Piauí**. Teresina, 8 jul. 1965 p. 1.

ANDRÉIA Apresenta: Panorama Social. **O Dia**, Teresina, 1 dez. 1966, p. 6.

ANIVERSÁRIO da Escola Normal. **O Dia**, Teresina, 15 maio 1968, p. 3.

ANIVERSÁRIO. **O Dia**, Teresina, 27 ago. 1966, p. 4.

ANIVERSARIOU Ontem. **O Dia**, Teresina, 8 e 9 dez. 1966, p. 8.

BACHARELADOS de 1966 da Faculdade de Direito do Piauí. **O Dia**, Teresina, 8 e 9 dez. 1966, p. 3.

BACHARELADOS de 1966 da Faculdade de Direito do Piauí. **O Dia**, Teresina, 7 dez. 1966, p. 3.

BOLSAS de Estudos Para o Piauí. **Estado do Piauí**, Teresina, 4 dez. 1960, p. 6.

BRITTO, Buggyja. Escola Normal no Seu Cincoentenário (sic). **Estado do Piauí**, Teresina, 19 maio 1960, p. 3.

CARTA ao Prof. A Tito Filho. **O Dia**, Teresina, 8 jan. 1961, p. 3.

CLEMENTES Fortes Será Homenageado. **O Dia**, Teresina, 18 ago.1964, p. 1.

COLAÇÃO de Grau. **O Dia**, Teresina, 18 dez.1968, p. 8.

COLAÇÃO de Grau. **Estado do Piauí**, Teresina, 25 dez.1963, p. 7.

COLAPSO Mata Cristina Leite. **O Dia**, Teresina, 30 out.1968, p.1.

COLÉGIO Estadual do Piauí-2ª Época do Exame de Admissão. **Estado do Piauí**, Teresina, 24 jan. 1960, p. 3.

COLÉGIO Estadual e a Universidade. **O Dia**, Teresina, 7 set. 1966, p. 8.

COLÉGIO Estadual Zacarias de Góis. **O Dia**, Teresina, 30 set. 1965, p. 1.

CONSELHO de Educação Estêve Reunido. **O Dia**, Teresina, 24 jan 1968, p. 1.

CORDEIRO, Francisco Barrêto S. Sindicato dos Professôres de Ensino Secundário e Primário e Dos Auxiliares de Administração Escolar de Teresina. **O Dia**, Teresina, 10 e 11 abr.1966, p. 4.

DE TUDO um Pouco. **O Dia** 1 abr. 1969, p. 5.

DEBUTANTE de 64. **O Dia**, Teresina, 10 fev.1965, p. 6.

DEUS Pe. Balduino Barbosa de. Nota Oficial. **O Dia**, Teresina, 17 maio 1968, p.1 e 8.

DO GOVERNADOR aos Estudantes. **Estado do Piauí**, Teresina, 27 nov. 1960, p. 6.

ECOS e Fatos. **Estado do Piauí**, Teresina, 8 dez. 1963, p. 1.

ECOS e Fatos. **O Dia**, Teresina, 23 jun.1966, p. 8.

ECOS e Fatos. **Estado do Piauí**, Teresina, 21 jul. 1963, p. 4.

ECOS e Fatos. **Estado do Piauí**, Teresina, 3 nov.1963, p. 6.

ECOS e Fatos. **Estado do Piauí**, Teresina, 8 jul 1965, p. 6.

ECOS e Notas. **Estado do Piauí**, Teresina, 21 fev. 1963, p. 4.

EDITAL: Colégio Estadual do Piauí. **Estado do Piauí**, Teresina, 11 fev. 1960, p. 2.

ENSINO Médio no Piauí. **O Dia**, Teresina, 20 jan, 1969, p. 3.

ESCOLA Normal 'Antonino Freire'. **Estado do Piauí**, Teresina, 12 maio 1963, p. 4.

- ESCOLA Normal vai completar 56 anos. **O Dia**, Teresina, 12 maio 1966, p.1 e 8.
- ESCOLARES do Parque Piauí Não Ficarão sem Matrícula. **O Dia**, Teresina, 5 mar. 1968, p. 1.
- ESTUDANTES Sòmente Pagarão Metade no Estádio. **O Dia**, Teresina, 10 e 11 set. 1967, p. 7.
- EXPANSÃO do Ensino Médio. **O Dia**, Teresina, 7 mar. 1967, p.1.
- EXPLICAÇÃO do Secretário de Educação. **Estado do Piauí**, Teresina, 3 jan.1963, p. 4.
- FATOS e notícias. **O Dia**, Teresina, 19 e 20 fev.1967, p. 8.
- FATOS e notícias. **O Dia**, Teresina, 10 set. 1966, p. 8.
- FATOS e notícias. **O Dia**, Teresina, 13 out. 1966, p. 8.
- FATOS e notícias. **O Dia**, Teresina, 14 jul. 1966, p.8.
- FATOS e notícias. **O Dia**, Teresina, 2 set. 1966, p.8.
- FATOS e Notícias. **O Dia**, Teresina, 20 jul.1966, p. 8.
- FATOS e Notícias. **O Dia**, Teresina, 21 fev.1967, p. 8.
- FATOS e Notícias. **O Dia**, Teresina, 7 dez.1966, p. 8.
- FATOS e notícias. **O Dia**, Teresina, 27 set.1966, p. 8.
- FLAMA. **O Dia**, Teresina, 5 out. 1961, p. 4.
- GINÁSIO Estadual da Escola Normal “Antonino Freire”. **Estado do Piauí**, Teresina, 27 nov. 1960, p. 2.
- GINÁSIOS Nôvos, Anexos e Novos Grupos Funcionarão em Março. **O Dia**, Teresina, 1 fev. 1969, p. 6.
- GOVERNO do Estado do Piauí Secretária de Estado da Educação e Cultura. **O Dia**, Teresina, 1 e 2 jan.1966, p. 6.
- GREVE. **O Dia**, Teresina, 11 mar.1964, p. 8.
- GUERRA, S.C. Farda para Todos. **O Dia**, Teresina, 27 abr. 1961, p. 3.
- HOMENAGEADA Professora Raimunda Pimentel Ferreira. **O Dia**, Teresina, 20 out 1964, p. 6.

- HOMENAGEADO Professor Domicio. **O Dia**, Teresina, 19 e 20 jun.1966, p. 8.
- LEITE, Cristina. Nota Oficial. **O Dia**, Teresina, 14 maio 1968, p.1.
- LEITE, Cristina. Sindicato dos Professores. **O Dia**, Teresina, 17 mar. 1964, p. 7.
- LISE Mariane. **Estado do Piauí**, Teresina, 6 jun. 1965, p. 1.
- MATRÍCULAS do Liceu. **Jornal do Piauí**, Teresina, 8 fev.1962 p. 5.
- MESTRES Farão Assembléia Geral para Decidir sobre Greve. **O Dia**, Teresina, 10 e 11 abr. 1966, p. 8.
- MISS 68 só quer ser profa. **O Dia**, Teresina, 6 jul. 1968, p. 1.
- MORREU a Educação. **Jornal do Piauí**, Teresina, 14 jan.1962, p. 3.
- NOTA OFICIAL do Governo. **Estado do Piauí**, Teresina, 24 nov. 1960, p. 1.
- NOTAS e Informações. **Jornal do Piauí**, Teresina, 25 dez.1962, p. 4.
- REGISTRO - Notas Estudantis. **O Dia**, Teresina, 3 mar. 1964, p. 7.
- NOTÍCIAS e Fatos. **O Dia**, Teresina, 14 nov. 1967, p. 8.
- O CASO do estudante. **O Dia**, Teresina, 6 jun. 1967, p. 1.
- O COLÉGIO já Aplicava as Normas Contidas no Decreto Presidencial. **O Dia**, Teresina, 12 abr. 1966, p. 1.
- O DESCONTENTAMENTO de Arimatéia Tito Filho. **Estado do Piauí**, Teresina, 3 jul. 1960, p. 1.
- O DIA em Sociedade. **O Dia**, Teresina, 10 dez. 1966, p. 4.
- O DIA Social: Andréa Apresenta. **O Dia**, Teresina, 20 dez. 1967, p. 5.
- O GÔVERNO e o Ensino. **Jornal do Piauí**, Teresina, 25 fev. 1962, artigo, p. 1.
- O GRANDE Educandário. **O Dia**, Teresina, 5 out. 1966, artigo, p.1.
- O NOVO Aumento e os Professores Secundários e Primários. **Jornal do Piauí**, Teresina, 18 dez.1960, p. 6.
- O NOVO Aumento e Os Professores Secundários e Primários. **Jornal do Piauí**, Teresina, 18 dez. 1960, p. 6.

O TRANSCURSO de Um Ano de Fecunda Administração. **Estado do Piauí**, Teresina, 4 jan. 1960, p. 1.

PAULA, Ana. Para a Mulher - Ficha de Identificação. **O Dia**, Teresina, 12 jan. 1964, p. 7.

PAULO Ferraz Impulsiona o Ensino. **Estado do Piauí**, Teresina, 6 out. 1963, p.1.

PIAUIENSE, José. Isso Realmente Aconteceu: Brilhantismo. **O Dia**, Teresina, 19 mar. 1961, coluna, p. 1.

PIAUIENSE, José. Isso Realmente Aconteceu: para Ricos. **O Dia**, Teresina, 26 fev. 1961, p. 1.

POLÍTICA Municipal. **Estado do Piauí**, Teresina, 22 set. 1963, coluna, p. 6.

POSTE de Rainha. **O Dia**, Teresina, 23 set. 1967, p. 1.

PRECISAMOS de Escola. **O Dia**, Teresina, 23 fev. 1961, p. 1.

PROF. JOAQUIM Noronha. **O Dia**, Teresina, 12 dez. 1965, p. 3.

PROFESSOR Lisandro Tito. **Estado do Piauí**, Teresina, 6 jun. 1965, p. 1.

PROFESSÔRA Inésia Rio Lima. **O Dia**, Teresina, 3 e 4 dez. 1967, p. 1.

PROFESSORAS Primárias. **Jornal do Piauí**, Teresina, 7 out. 1962, p. 2.

PROFESSORES Agradecem. **O Dia**, Teresina, 17 mar. 1964, p. 1.

PROFESSORES de Emergência. **O Dia**, Teresina, 31 mar.1964, p. 1.

PROFS.OSCAR Cavalcante. **Estado do Piauí**, Teresina, 11 dez 1960, p. 6.

RAIMUNDO Portella Já Sem Existência. **O Dia**, Teresina, 7 dez. 1966, p. 1.

RAULINO, Elvira. O Dia em Sociedade. **O Dia**, Teresina, 13 e 14 out. 1968, p. 9.

REGISTRO - Aniversariam. **Estado do Piauí**, Teresina, 28 nov.1965, p. 8.

REGISTRO. **O Dia**, Teresina, 6 jan.1966, p. 7.

REGISTRO. **O Dia**, Teresina, 12 jan. 1964, p. 7.

SALÁRIO Educação Ajudará Escola primária. **O Dia**, Teresina, 27 jul 1966, p. 2.

- SANTOS, Pompílio. Informa em Primeira Mão. **O Dia**, Teresina, 27 ago.1966, p. 2.
- SANTOS, Socorro. Crônica de Bolso - Educação. **Jornal do Piauí**, Teresina, 1 fev. 1962, p. 2.
- SILVA, Cunha e. Serviço Social do Estado. **O Dia**, Teresina, 9 mar 1961, p. 4,
- SILVA, Cunha e. Solução de Emergência. **O Dia**, Teresina, 12 jan. 1961, p. 4.
- SILVA, Cunha. O Ginásio Desembargador Antônio Costa. **Estado do Piauí**, Teresina, 11 ab. 1963, artigo, p. 1.
- SITUAÇÃO do Ensino. **O Dia**, Teresina, 17 jan. 1969, p. 3.
- SOCIEDADE. **Jornal do Piauí**, Teresina, 2 ago. 1962, p. 2.
- SOCIEDADE. **Jornal do Piauí**, Teresina, 22 nov. 1962, p. 2.
- SOCIEDADE. **Jornal do Piauí**, Teresina, 1 abr. 1962, p. 2.
- SUPLEMENTAÇÃO do Salário do Professor Primário. **O Dia**, Teresina, 15 mar. 1964, p.1.
- TEM Novo Diretor O Colégio Estadual. **Estado do Piauí**, Teresina, 25 ago.1960, p.1 e 4.
- TERMINADA A Greve dos Professores. **O Dia**, Teresina, 12 mar. 1964, p. 1.
- THELIO. Caderno de Anotações. **Estado do Piauí**, Teresina, 7 nov. 1965, p. 1.
- THÉLIO. Caderno de Anotações. **Estado do Piauí**, Teresina, 5 set. 1965, p. 4.
- TRANSCURSO de Um Ano de Fecunda Administração. **Estado do Piauí**, Teresina, 2 jan. 1960, p.1.
- U.N.E.P.I. Promove Novo Encontro. **O Dia**, Teresina, 14 fev.1968, p. 8.
- UPES faz Convocação. **O Dia**, Teresina, 6 abr. 1967, p. 8.
- VENCIMENTO de Professores. **O Dia**, Teresina, 12 maio 1966, p. 1.
- VERÔNICA Macau Furtado. **Estado do Piauí**, Teresina, 6 jun. 1965, p.1.

8.2.2 Jornais da Década de 1970

- ANIVERSÁRIO Colégio Zacarias de Góis. **Jornal do Piauí**, Teresina, 2 out.1970, p.1.

- FALTA de vagas. **O Dia**, Teresina, 8 fev.1970, p.1.
- VOLTA às aulas. **O Dia**, Teresina, 2 mar 1972, p. 1.
- ESCOLA Normal Recebe de Volta Normalistas. **O Dia**, Teresina, 2 mar.1972, p. 2.
- NOTÍCIAS da Secretária de Educação e Cultura. **Jornal do Piauí**, Teresina, 11 dez. 1970, p. 6.
- ESTUDANTES Querem O Retorno do Clássico. **Jornal do Piauí**, Teresina, 24 jan.1971, p. 12.
- MOBRAL de Teresina Instala-se Hoje. **Jornal do Piauí**, Teresina, 29 ago.1970, p.1.
- JARBAS e A Hora da Alfabetização. **O Dia**, Teresina, 12 maio 1970, p.1.
- EDUCAÇÃO Moral e Cívica na Ordem do Dia. **Jornal do Piauí**, Teresina, 2 set.1970, p.1.
- MAIS Ginásios. **Jornal do Piauí**, Teresina, 2 jun. 1971, p. 1.
- FERRAZ, Wall. Govêmo do Estado: Secretaria de Educação e Cultura, Edital 4/71-Chamada Geral de Matrículas. **O Dia**, Teresina, 4 jan 1972, p. 2.
- DEMÓSTENES Avelino. **O Dia**, Teresina, 4 jan. 1972, p. 6.
- EDUCAÇÃO Distribui Todos Os Excedentes nas Escolas. **O Dia**, Teresina, 9 mar. 1972, p.8.
- ESTUDANTES Continuam por Fora da Reforma no Piauí. **O Dia**, Teresina, 10 mar.1972, p. 1.
- O QUE É A Reforma do Ensino? **O Dia**, Teresina, 26 e 27 mar. 1972, Feminina, p. 2.
- PROFESSORAS Municipais Esperam Aumento de 30%. **O Dia**, Teresina, 8 jun.1972, p. 2.
- ALUNOS do Paulo Ferraz Elegem Amanhã Sua Rainha. **O Dia**, Teresina, 2 e 4 jul. 1972, p. 8.
- CONVÊNIO Livra Os colégios. **O Dia**, Teresina, 19 ago.1972, p. 1.
- 12 Mil Alunos com Ensino Gratuito. **Jornal do Piauí**, Teresina, 25 abr. 1973, p. 8.
- PIAUI Terá Maior Soma na Educação. **O Dia**, Teresina, 2 set.1972, p. 1.
- PADRE Acha Limitado o Ensino Particular. **O Dia**, Teresina, 2 set.1972, p. 2.
- ESVAZIAMENTO Escolar. **O Dia**, Teresina 10 jan.1974, p. 2.

- ESTUDANTES Não Terão Férias. **O Dia**, Teresina, 3 maio 1974, p. 1.
- GOVERNO Inaugura Complexo Escolar. **O Dia**, Teresina, 11, maio 1974, p. 5.
- PIAUI Uma Nova Realidade Educacional. **O Dia**, Teresina, 2 e 3 jun. 1974, Caderno 4, p. 19.
- REFORMA do Ensino. **O Dia**, Teresina, 18 e 19 ago.1974, p.4.
- GOVERNADOR Assina Estatuto do Magistério. **O Dia**, Teresina, 5 out. 1974, p. 5.
- A FALÊNCIA do Ensino Brasileiro. **Estado do Piauí**, Teresina, 9 out.1975, p.1 e 2.
- DIA 15 Aumento para Professoras. **O Dia**, Teresina, 6 e 7 out.1974, p. 3.
- LIMA, Climério. Aqui Sociedade. **O Dia**, Teresina, 6 e 7 out. 1974, p.6.
- SILVA, Cunha e. A Política Educacional. **Estado do Piauí**, Teresina, 16 fev. 1975, p. 1,
- GOVERNADOR Dirceu Expõe Ação do Governo a Empresários. **Estado do Piauí**, Teresina, 20 jul. 1975, p. 2.
- VESTIBULAR Nivelador. **Jornal do Piauí**, Teresina, 15 jan. 1976, editorial, p. 2.
- CONCORRÊNCIA para a Colônia de Férias **Jornal do Piauí**. Teresina, 2 jul. 1976, p. 5.
- CASA do Professor já tem projeto. **O Dia**, Teresina, 30 nov.1977, p. 1.
- DEPUTADOS Pedem Mais Vagas Em Colégios. **O Estado**, Teresina, 3 mar.1978, p.4.
- PROFESSOR Analisa o Ensino. **O Dia**, Teresina, 2 fev.1979, p. 10.
- A ESCOLA mutilada. **O Dia**, Teresina, 6 fev, 1979, p. 2.
- DESASTRE Educacional. **O Dia**, Teresina, 15 fev.1979, Artigo p. 2.
- PROFESSOR ganha mal no Piauí. **O Dia**, Teresina, 24 mar.1979, 2º Caderno: Cidade, p. 9.
- COLAÇÃO de Grau: subtítulo Escola Normal Antonino Freire. **Jornal do Piauí**, Teresina, 6 dez. 1970, p.8.
- PROFESSORANDA Francisca Luiza. **Jornal do Piauí**, Teresina, 10 dez. 1970, p. 1.
- NOTÍCIAS da Secretária de Educação. **Jornal do Piauí**, Teresina, 11 dez 1970, p. 6.
- NOTÍCIAS da Secretária de Educação. **Jornal do Piauí**, Teresina, 12 dez. 1970, p. 5.

- ANIVERSÁRIO. **Jornal do Piauí**, Teresina, 1 maio 1971, p. 8.
- RAULINO, Elvira. Comunicação. **O Dia**, Teresina, 8 jun.1972, p. 5.
- COLÉGIO Promove Exposição. **O Dia**, Teresina, 15 set. 1972, p. 7.
- VERA Lúcia aprovada em vestibular. **Jornal do Piauí**, Teresina, 21 jul.1973, p. 3.
- COLÉGIO Encerra Feira de Arte. **O Dia**, Teresina, 4 maio 1974, p. 2.
- MORAES, Herculano de. Olimpio Castro o Piauí na confederação. Mirante. **O Estado**, Teresina, 1 jun.1978, p. 2.
- O PRIMEIRO lugar. **O Dia**, Teresina, 20 jan. 1972, p. 1.
- ANDRÉAS Versalius* Aprovou 50 % nas Vagas de Medicina. **O Dia**, Teresina, 20 jan. 1972 p. 2.
- PEDRO II Aprovou 84 no vestibular de 6 estados. **O Dia**, Teresina, 21 jan. 1972, p. 2.
- VESTIBULAR Simulado. **O Dia**, Teresina, 6 jan. 1972, p. 1.
- VESTIBULAR: Sempre fui o melhor, o primeiro lugar. **O Dia**, Teresina, 12 jan. 1973, p. 3.
- PROPAGANDA. **O Dia**, Teresina, 12 jan. 1973, p. 7.
- AQUI o Vestibular. **O Dia**, Teresina, 10 jan. 1974, p. 1.
- ANDREAS Versalius Confirma Tradição: 1º , 2º e 3º Lugares para Medicina. **O Dia**, Teresina, 9 jan.1975, p. 1.
- PROPAGANDA **O Dia**, Teresina, 9 jan. 1975, p. 5.
- PROPAGANDA - Elias Torres. **O Dia**, Teresina, 2 mar.1977, p. 7.
- MARIA Nancy Fez 178 Pontos e Foi a 1º Colocada no Vestibular. **O Estado**, Teresina, 17 jan. 1978, p. 5.
- ANDREAS: Educação Global. **O Dia**, Teresina, 6 jan. 1979, segundo caderno, p. 10.
- A MELHOR Nota até Hoje da Fufpi É de um Menor. **O Dia**, Teresina, 17 jan. 1979, 2º caderno - cidade, p. 9.
- 1º LUGAR Fica na Área de Ciências Para José Duarte. **O Dia**, Teresina, 16 jan. 1976, p. 8.

8.2.2 Jornais da Década de 1980.

1º LUGAR do Vestibular é do Objetivo. **O Estado**, Teresina, 28 jan. 1989, p. 1.

1º LUGAR e a Alegria. **O Dia**, Teresina, 15 jan. 1980, p. 9.

ALBERTO, Sanciona a Lei do Estatuto do Magistério Hoje. O Dia, Teresina, 8 jul. 1988, p. 3

A ANUIDADE Sobe 53%. **O Estado**, Teresina, 23 jul. 1983, p. 1.

ACABOU a Greve dos Professores. **O Estado**, Teresina, 14 maio 1989, p. 1.

ACABA Greve na Rede Estadual de Ensino. **O Dia**, Teresina, 13 abr. 1988, p. 1.

ALUNOS de Escolas Públicas Não Farão o Vestibular em 86. **O Estado**, Teresina, 15 jun. 1985, p. 6.

ALUNOS Disputam Carteira no Tapa. **O Estado**, Teresina, 2 set. 1981, p.4.

ALUNOS Prejudicados no D. Arcoverde. **O Estado**, Teresina, 4 jan. 1983, p. 5.

ALUNOS Têm “Horário Especial” em Escolas. **O Estado**, Teresina, 7 abr. 1981, p. 5.

ANIVERSÁRIO do Liceu. **O Dia**, Teresina, 5 out. 1982, p. 9.

ANUIDADES Sobem e Escolas Vão Perder Alunos. **O Dia**, Teresina, 28 maio 1983, p. 4.

APEP Convoca Professores e Faz Protesto. **O Dia**, Teresina, 11 nov. 1988, p.1.

APEP espera parar ainda hoje todas as escolas públicas. **O Dia**, Teresina, 13 jun. 1985, p. 1.

AULAS no Estado Poderão Ser Adiadas. **O Dia**, Teresina, 18, mar. 1988, p. 1.

BOLSAS do MEC Não São Distribuídas. **O Dia**, Teresina, 24 fev. 1984, p. 3.

CEEP É Contra Escolas Particulares. **O Estado**, Teresina, 4 abr. 1981, p. 4.

COLÉGIOS Pagos Exploram os Alunos. **O Estado**, Teresina, 19 mar. 1981, p. 5.

COMEÇA Dia 7 Ano Letivo no Piauí. **O Estado**, Teresina, 18 fev 1983, p. 4.

CONSTITUIÇÃO Garante Ensino Gratuito. **O Dia**, Teresina, 6 nov. 1982, p. 7.

- DE LEVE - Aulas. **O Estado**, Teresina, 1 jun. 1989, p. 3.
- DE LEVE - Mensalidades. **O Estado**, Teresina, 3 ago. 1989, p. 3.
- DE LEVE – Cursinhos. **O Estado**, Teresina, 21 jul. 1989, p. 3.
- DE LEVE -Semi-Analfabeto. **O Estado**, Teresina, 9 abr. 1889, p. 3.
- DIA do Professor. **Jornal do Piauí**, Teresina, 15 out. 1980, p.1.
- DO LICEU Piauiense já Saiu até Presidente da República. **O Estado**, Teresina, 1 ago.1989, p. 11.
- EDITAL 002-88 de Seleção para Zacarias de Góis. **O Dia**, Teresina, 22 dez. 1988, p. 2.
- EDUCAÇÃO Promoverá Congresso. **O Estado**, Teresina, 22 e 23 mar. 1987, p.1.
- ELITIZAÇÃO do Ensino. **O Dia**, Teresina, 18 ago. 1982, artigo, p. 2.
- EM SOCIEDADE. **Jornal do Piauí**, Teresina, 4 out. 1980, p. 6.
- ENSINO Particular Vai entrar em Greve. **O Estado**, Teresina, 16 out. 1987, p. 1.
- ESCOLAS da Rede Oficial Não Têm Condições de Aula. **O Estado**, Teresina, 8 ago. 1989 p. 5.
- ESCOLA Não Abre por Falta de Professor. **O Dia**, Teresina, 5 abr. 1988, p.1.
- ESCOLAS Param Segunda e Terça. **O Dia**, Teresina, 18 mar. 1988, p. 7.
- ESTUDANTE do Liceu Denuncia: Professor Dá Aula Bêbado e Não Aceita Pergunta de Aluno. **O Dia**, Teresina, 23 jun. 1988, Caderno de Cidade, p. 7.
- ESTUDANTES Abandonam Colégios. **O Estado**, Teresina, 13 maio 1981, p. 5.
- GOVERNO Reabre Hoje O Liceu Todo Reformado. **O Estado**, Teresina, 1 ago. 1989, p. 1.
- GREVE - Professores Param As Escolas Particulares. **O Dia**, Teresina, 10 abr.1986, p.1.
- GREVE dos Professores Tem Adesão de 90% da Categoria. **O Dia**, Teresina, 8 abr. 1988, p. 2.
- INAUGURAÇÃO do Liceu em Destaque. **O Estado**, Teresina, 2 ago. 1989, p. 2.
- INFLAÇÃO de Abril É de 7,3%. **O Estado**, Teresina, 6 maio 1989, p. 1.

- INSCRITOS em Projeto Têm Vagas Garantidas. **O Estado**, Teresina, 20 dez. 1983, p. 1.
- JOÃO Henrique Fez o Que os Outros Só Prometeram. **O Estado**, Teresina, 1 ago. 1989, p. 11.
- LICEU Não Vai Entrar em Greve. **O Estado**, Teresina, 29 abr. 1981, p. 4.
- LUCÍDIO Preocupado com A Situação dos Professores. **Jornal do Piauí**, Teresina, 7 jun. 1980, p. 6.
- MAGISTÉRIO Fará Ato Público. **O Estado**, Teresina, 14 maio 1989, p. 1.
- MAIS de 90 Mil Servidores Estadual Vão Parar Amanhã. **O Estado**, Teresina, 29 e 30 out. 1989, p. 5.
- MAIS de Dois Mil Estudantes Não Vão ao Vestibular. **O Estado**, Teresina, 25 jun. 1985, p. 4.
- MATOS, Henrique Carvalho. A Greve e a Lei. **O Estado**, Teresina, 15 jun. 1985, artigo, p. 3.
- OS PROFESSORES Ganham Mais. **O Dia**, Teresina, 12 jun. 1985, p. 1.
- PAIS Não Podem Pagar Mensalidade e Tiram Filho de Escola Privada. **O Estado**, Teresina, 22 jan. 1989, p. 5.
- PERCENTUAL do Reajuste Agrada ao Funcionalismo. **O Estado**, Teresina, 4 jun. 1981, p. 5.
- PEREIRA José Eduardo. Ensino Público Particular II. **O Dia**, Teresina, 1 mar. 1986, artigo, p. 4.
- PEREIRA, José Eduardo. Falando para Professores. **O Dia**, Teresina, 26 abr. 1986, artigo p.4.
- PM REPRIME a Paulada o Acampamento de Professores. **O Estado**, Teresina, 25 maio 1989, p. 5.
- PRIMEIRO Lugar É Estudante de Física e Medicina. **O Estado**, Teresina, 15 jan. 1985, p. 1.
- PROFESSORES Ganham até Cz\$ 100 por Mês. **O Dia**, Teresina, 14 out. 1986, p.2.
- PROFESSORES - Acabou a Greve. **O Estado**, Teresina, 10 jun. 1987, p.1.
- PROFESSORES Abandonam Escolas. **O Estado**, Teresina, 24 nov. 1989, p. 1.
- PROFESSORES acabam greve na sede social. **O Estado**, Teresina, 1e 2 maio 1981, p. 5.
- PROFESSORES e Alunos Discutem a Educação. **O Dia**, Teresina, 12 maio 1982, p. 7.

- PROFESSORES e Alunos se Unem em Manifestação na Secretaria de Educação. **O Estado**, Teresina, 18 jul. 1989, p. 1.
- PROFESSORES Fazem Greve no Colégio das Irmãs. **O Dia**, Teresina, 19 jun. 1984, p. 5.
- PROFESSORES Fazem Pedidos ao Governador e Vão Parar Dia 09. **O Estado**, Teresina, 1 abr. 1987, p.5.
- PROFESSORES, Furam Greve e Dão Aula. **O Estado**, Teresina, 21, abr. 1989, p. 1.
- PROFESSORES Lançam Campanha de Moralização do Ensino Público. **O Dia**, Teresina, 1 set. 1988, p.6.
- PROFESSORES Não Voltam Para as Aulas. Dia 7. **O Dia**, Teresina, 23 fev.1988, p. 1.
- PROFESSORES Querem Adiar a Eleição **O Dia** 14 e 15 dez. 1986, p.7.
- PROFESSORES Realizam Hoje Terceira Paralisação de 89. **O Estado**, Teresina, 19 abr. 1989, p. 5.
- PROFESSORES Vão Mudar Estatuto de Entidade. **O Estado**, Teresina, 11 mar. 1989, p. 4.
- PROFESSORES Recusam Proposta do Governo e Alunos Querem Aula. **O Estado**, Teresina, 20 jun. 1985, p. 1.
- REAJUSTE Salarial. **O Estado**, Teresina, 13 maio 1981, artigo, p.3.
- REALIZADO Debate sobre Liceu Piauiense. **O Dia**, Teresina, 24 nov. 1984, p. 5.
- REPROVAÇÃO Escolar Alcança Altos Índice (sic). **O Estado**, Teresina, 24 set. 1981, p.1.
- REINAUGURAÇÃO do Liceu Termina em Pancadaria. **O Estado**, Teresina, 2 ago. 1989, p. 5.
- SECUNDARISTAS Apóiam Greve dos Universitários. **O Estado**, Teresina, 22 set. 1981, p. 1.
- SEM Bolsas, Pais Não Têm como Matricular Filhos. **O Estado**, Teresina, 19 jan.1983, p. 4.
- SERVIDORES Suspendem Paralisação. **O Estado**, Teresina, 1 dez. 1989, p.1.
- TAXA do Vestibular É Superior A Cr\$ 1 mil. **O Estado**, Teresina, 4 ago. 1981, p.4.
- VANESSA Quer Fim Do Vestibular. **O Dia**, Teresina 25 jan. 1986, p. 2.
- VESTIBULAR – Listão dos Aprovados nas Páginas 7, 8 e 9. **O Dia**, Teresina, 20 jan. 1984, p. 1.

VESTIBULAR – Relação dos Aprovados. **O Estado**, Teresina, 19 jan. 1983, p. 1.